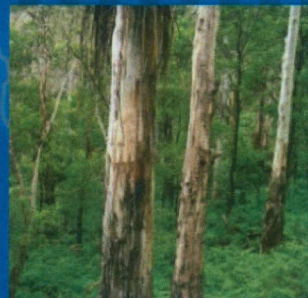
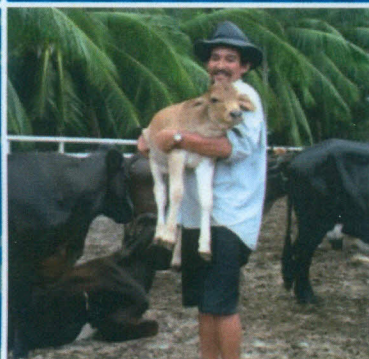
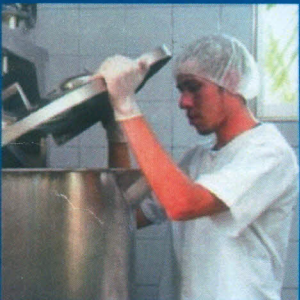
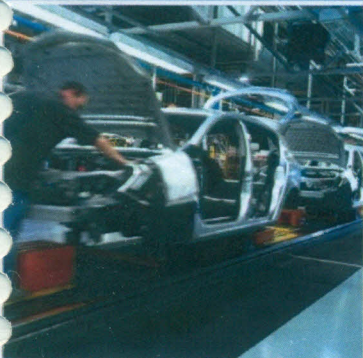


Banco do Nordeste



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE

Relatório de Resultados e Impactos 2009



**Banco do
Nordeste**



Presidente:

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana
José Sydrião de Alencar Júnior
Luis Carlos Everton de Farias
Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Jânia Maria Pinho Sousa

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

***FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO
DO NORDESTE – FNE***

**Relatório de Resultados e Impactos
2009**

**Presidente:**

Roberto Smith

Diretores:

João Emílio Gazzana
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE)

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação

Jânia Maria Pinho Sousa

Célula de Avaliação de Políticas e Programas

Marcos Falcão Gonçalves

Editor: Ademir Costa

Revisão Vernacular: Hermano José Pinho

Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro

Diagramação: Franciana Pequeno

Mais informações:

Internet: <http://www.bnb.gov.br>

Cliente Consulta - Ouvidoria: 0800.728.3030

Tiragem: 500 exemplares

Equipe Técnica:

Marcos Falcão Gonçalves – Coordenador

Cícero Lima de Albuquerque

Elizabeth Castelo Branco

Iracy Soares Ribeiro Maciel

Jane Mary Gondim de Souza

Osias Pereira da Silva

Johnson Dayves Sales de Moraes – bolsista

Artur Icaro de Moraes Pinho – bolsista

Tereza Cristina Felix dos Santos – contratada

Colaboradores:

Adstoni Lopes Bezerra

Aírton Saboya Valente Júnior

Alan Coelho Silva

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Carlos Alberto Pinto Barreto

Cláudio Pereira Bentemuller

Cristiane Garcia Barbosa

Edílson Silva Ferreira

Francisco Diniz Bezerra

Francisco Ribeiro Barroso

João Bosco Ximenes Carmo

Kamille Leão de Souza

Kennedy Montenegro Vasconcelos

Luísa Maria Tessman

Máximo Antônio Cavalcante Sales

Pedro Aragão Carneiro Neto

Pedro Pucci de Mesquita

Rita de Cassia Freitas Peixoto Rebouças

Sâmia Araújo Frota

Silvana Batista Lima Silva

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional conforme a Lei 10.994 de 14/12/2004

B213f Banco do Nordeste do Brasil.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE): relatório de resultados e impactos 2009 / Banco do Nordeste do Brasil. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

250 p.

1 CD-ROM

1. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDD: 332.041 52

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. SUMÁRIO EXECUTIVO	12
2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE	13
3. A EXECUÇÃO DO FNE	16
3.1-Contratações Setoriais	23
3.1.1 Setor Rural	24
3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	28
3.1.2 Setor agroindustrial	34
3.1.3 Setor industrial e turismo	36
3.1.4 Setor infraestrutura	38
3.1.5 Setor comercial e serviços	40
3.2 Valores Programados e Valores Realizados	43
3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	44
3.3.1 Contratações por Estado	44
3.3.2 Contratações no Semiárido e fora do Semiárido	49
3.3.2.1 Ações desenvolvidas para incremento das aplicações no Semiárido	52
3.3.3 Contratações por porte de beneficiário	54
3.3.4 Municípios atendidos pelo FNE	55
3.4 Repasses do FNE	57
3.4.1 Repasse do FNE a outras instituições	57
3.4.2 Repasses do FNE ao BNB	63
3.5 Prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a aplicação do FNE	65
3.5.1 Prioridades gerais	65
3.5.2 Prioridades setoriais	71
3.5.3 Prioridades espaciais	75
4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE	78
4.1 Metodologia de Avaliação do FNE	78
4.2 Avaliação do FNE RURAL	79
4.2.1 Cultivo de soja	80
4.2.1.1 Análise econômica	80
4.2.1.2 Síntese da execução	82
4.2.1.3 Resultados e impactos	84
4.2.2 Bovinocultura de corte	87
4.2.2.1 Análise econômica	87
4.2.2.2 Síntese da execução	90
4.2.3 Bovinocultura de leite	92
4.2.3.1 Análise econômica	92
4.2.3.2 Síntese da Execução	94
4.2.4 Cultivo de algodão	96
4.2.4.1 Análise econômica	96
4.2.4.2 Síntese da execução	97
4.2.5 Cultivo de uva	99

4.2.5.1	Análise econômica	99
4.2.5.2	Análise da execução	100
4.2.5.3	Resultados e impactos	101
4.3	Avaliação do FNE – PROATUR	103
4.3.1	Análise econômica do turismo no Nordeste	105
4.3.2	Síntese da execução	108
4.3.3	Síntese dos resultados e impactos	110
4.4	Avaliação do FNE – PROINFRA	111
4.4.1	Análise econômica	111
4.4.2	Análise da execução	112
4.4.3	Resultados e impactos	114
4.5	Matriz de Insumo: Produto do Nordeste: Impacto socioeconômico das Contratações Realizadas pelo FNE no Ano de 2009	116
4.5.1	Considerações sobre a matriz de insumo-produto	116
4.5.2	Impactos socioeconômicos do FNE: contratações do ano 2009	117
4.5.2.1	Os efeitos transbordamento do FNE	119
4.5.2.2	Impactos das atividades selecionadas dos estados	119
4.5.2.3	Impactos socioeconômicos previstos com os financiamentos de valores mais elevados	121
5.	GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL	122
5.1	Inadimplemento das Operações	122
5.2	Recuperação de Crédito	123
5.2.1	Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989.	125
6.	RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS	125
6.1	Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2009	126
6.2	Ações Realizadas	126
6.3	Principais Ocorrências	127
7.	RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	127
	REFERÊNCIAS	146
	ANEXOS	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil	15
Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2009	17
Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2009	20
Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Exercício de 2009	20
Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2009	21
Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2009.....	22
Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾	23
Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2009.....	25
Tabela 9 – FNE – Setor Rural – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009.....	27
Tabela 10 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no PRONAF – Exercício de 2009	31
Tabela 11 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2009.....	35
Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009	36
Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial e Turismo – Exercício de 2009	37
Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009	38
Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009.....	39
Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009.....	40
Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009	40
Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2009.....	41
Tabela 19 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009..	42
Tabela 20 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009....	42
Tabela 21 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009 ..	42
Tabela 22 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Exercício de 2009.....	43
Tabela 23 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2009.....	44
Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2009	45
Tabela 25 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Exercício de 2009	46
Tabela 26 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2009	48
Tabela 27 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2009	48
Tabela 28 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2009.....	49
Tabela 29 – FNE –Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região – Período 1989 a 2009	50
Tabela 30 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009.....	50
Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 a 2009	51
Tabela 32 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Exercício de 2009	52
Tabela 33 – Contratações Estratégia Nordeste Territorial	53
Tabela 34 – Estratégia de Inclusão Sócio-Econômica	53
Tabela 35 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2009	54
Tabela 36 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2009	54
Tabela 37 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2009	55
Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2009.....	56
Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009	56
Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2009.....	57
Tabela 41 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2009	57
Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Exercício de 2009	58

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações no Exercício de 2009.....	59
Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2009.....	59
Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2009	59
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009	60
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2009	60
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009.....	60
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2009	61
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2009.....	61
Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações⁽¹⁾	62
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009.....	62
Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2009	62
Tabela 54 – FNE – Repasse ao BNB – Desempenho Operacional – Contratações – Exercício de 2009 ..	63
Tabela 55 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2009.....	64
Tabela 56 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009	64
Tabela 57 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009.....	64
Tabela 58 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2009.....	65
Tabela 59 – FNE – Repasse ao BNB – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009.....	65
Tabela 60 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações por Município – Exercício de 2009	65
Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ por Agricultores Familiares	66
Tabela 62 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Míni, Micro e Pequenos Produtores Rurais(2)/Empresas – Exercício de 2009.....	67
Tabela 63 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ para Preservação ou Recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2009.....	68
Tabela 64 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2009	69
Tabela 65 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Exercício de 2009.....	70
Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Exportação⁽²⁾ – Exercício de 2009	70
Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ com Míni, Micro e Pequenos⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Exercício de 2009	70
Tabela 68 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada⁽²⁾ – Exercício de 2009.....	71
Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Exercício de 2009.....	71
Tabela 70 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Espelho D’Água ⁽²⁾ – Exercício de 2009.....	72
Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial Matéria-prima Regional – Exercício de 2009.....	73
Tabela 72 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009	74

Tabela 73 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2009.....	75
Tabela 74 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Turismo – Exercício de 2009	75
Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Exercício 2009	76
Tabela 76 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009.....	76
Tabela 77 – FNE – Contratações de Projetos Agroindustriais ⁽¹⁾ em Perímetros Irrigados Públicos – Exercício de 2009.....	77
Tabela 78 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR ⁽²⁾ – Exercício de 2009	78
Tabela 79 – Painel Amostral dos Clientes Financiados no Cultivo da Soja, no Ano de 2006 (Com Milheto).....	83
Tabela 80 – Cultivo de soja – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008 ⁽¹⁾ ...	86
Tabela 81 – Densidade Média Prevalente nos Estabelecimentos com Pecuária (em UA/ha), nas Diversas Regiões Brasileiras.....	89
Tabela 82 – FNE Rural Contratações Bovinocultura Corte por Estado – Período: 1998 a 2008.....	91
Tabela 83 – FNE Rural Contratações ⁽¹⁾ Bovinocultura de Corte por Estado e Porte – Período: 1998 a 2008	92
Tabela 84 – Criação de Bovinos de Corte – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾	93
Tabela 85 – Criação de Bovinos de leite – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾	96
Tabela 86 – Cultivo de Algodão – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 1989 a 2008	100
Tabela 87 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Uva por Estado – Período: 1989 a 2008.....	101
Tabela 88 – Produção de Uva no Brasil por Região(em ton)	102
Tabela 89 – Contratações do FNE para Cultura da Uva	102
Tabela 90 – Contratações do FNE para Cultura da Uva por Estado	103
Tabela 91 – Cultivo de Uva – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-2008 ⁽¹⁾ .	104
Tabela 92 – Desenho da Amostra em Função do Erro para uma População Finita.....	105
Tabela 93 – Composição da Amostra por Unidade da Federação.....	106
Tabela 94 – Composição da Amostra por Tipo de Atividade Turística	106
Tabela 95 – Número de Estabelecimentos nas Principais Atividades Características do Turismo no Nordeste.....	107
Tabela 96 – Oferta Hoteleira das Capitais do Nordeste	107
Tabela 97 – Evolução dos Financiamentos do PROATUR – 1998/2008	108
Tabela 98 – Evolução dos Financiamentos por Atividade – 1998/2008	109
Tabela 99 – Distribuição dos Impactos do PROATUR (Emprego e Renda) por Unidade da Federação .	110
Tabela 100 – FNE PROINFRA – Contratações ⁽¹⁾ por Região e Porte – Período: 2004 a 2008	113
Tabela 101 – Valores Programados e Contratados para o FNE e PROINFRA – 2004 a 2008.....	114
Tabela 102 – FNE/PROINFRA – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 2004 a 2008 ⁽¹⁾	115
Tabela 103 – FNE 2009 – Repercussões Econômicas das Contratações	118
Tabela 104 – FNE 2009 – Impactos na Área de Atuação do BNB, por Atividades Seleccionadas ⁽¹⁾	120
Tabela 105 – FNE 2009 – Impactos das Contratações com Valores Superiores a R\$ 10 milhões.....	121
Tabela 106 – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários – Posição: 31.12.2009	122
Tabela 107 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2009	123

Tabela 108 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2009	124
Tabela 109 – FNE – Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Exercício de 2009	124
Tabela 110 – FNE – Operações Renegociadas – Exercício de 2009	125
Tabela 111 – Aplicações por Grupos e Linhas do PRONAF no Primeiro Semestre de 2009	129
Tabela 112 – PRONAF – Contratações PRONAF por Gênero	130
Tabela 113 – Recursos Aplicados na Capital e no Interior	134
Tabela 114 – Contratações por Setores Econômicos	135
Tabela 115 – FNE – Detalhamento das Operações de Acordo com os Encargos Pactuados – Em 31.12.2009	140

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2008 e 2009	21
Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações e Valores Contratados por Ano	34
Gráfico 3 – FNE Rural – Cultivo de Soja por Porte – Período 1989 a 2008	82
Gráfico 4 – FNE Rural – Cultivo de Soja por Estado – Período 1989 a 2008	83
Gráfico 5 – Produção de Carne em Equivalente-carcaça por Animal do Rebanho, Considerando a Totalidade do Rebanho – Mundo e Países/Regiões Selecionadas, 1998-2008	88
Gráfico 6 – Efetivo Bovino por Regiões do Brasil, 1998-2008	88
Gráfico 7 – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período 1998 a 2008	90
Gráfico 8 – Contratações Bovinocultura de Corte por Estado – Período 1998 a 2008	91
Gráfico 9 – Produção de Leite por Estado do Nordeste (milhões de litros)	94
Gráfico 10 – FNE Rural – Bovinocultura de Leite – Contratações – 1998 a 2008	95
Gráfico 11 – FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Porte – Período 1989 a 2008	95
Gráfico 12 – FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Estado – Período 1998 a 2008	95
Gráfico 13 – Principais Países Produtores de Algodão – Safra 2007/2008 (Em Milhões de Toneladas) .	97
Gráfico 14 – FNE Rural – Evolução dos Financiamentos à Cotonicultura – Período 1989 a 2008	98
Gráfico 15 – Contratações Cultivo de Algodão por Porte – 1989 a 2008	99
Gráfico 16 – Contratações Cultivo de Algodão por Estado – 1989 a 2008	99
Gráfico 17 – Produção Nacional de Uvas, por Região Geográfica – 2000-2008	99
Gráfico 18 – Índice de Sazonalidade da Taxa de Ocupação (%) – Hoteleira de Fortaleza – 1996/2008 ..	107
Gráfico 19 – FNE PROINFRA – Contratações – Período: 2004 a 2008	112
Gráfico 20 – FNE PROINFRA – Contratações por Estado – Período: 2004 a 2008	113
Gráfico 21 – FNE PROINFRA – Contratações por Região Período: 2004 a 2008	113
Gráfico 22 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2009	126
Gráfico 23 – Contratações AgroAmigo por Setor	131
Gráfico 24 – Contratações AgroAmigo por Atividade	131
Gráfico 25 – Contratações AgroAmigo por Faixa de Valor Financiado	131
Gráfico 26 – Evolução do volume de negócios com MPE	134
Gráfico 27 – Evolução da quantidade de operações com MPE	134
Gráfico 28 – Participação por Região	134
Gráfico 29 – Participação do Recursos na Capital e no Interior	134
Gráfico 30 – Participação dos Setores Econômicos	135

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Semiárido Nordeste	13
Mapa 2 – Distribuição Espacial da Área de Produção de Soja no Brasil – Safra 2006/07.	81
Mapa 3 – Mapa das Contratações do FNE – Cultivo de Soja – Período: 1989 a 2008	83
Mapa 4 – Distribuição da Produção de Leite no Brasil em 2007 (Mil Litros)	94
Mapa 5 – Área de Atuação do BNB com Destaque para os Estados e Áreas Produtoras de Algodão em 2008 – Quantidade Produzida	98
Mapa 6 – Mapa das Contratações do FNE – PROINFRA – Período: 2004 a 2008	114

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projetos com utilização de Tecnologias Inovadoras – Segundo Semestre de 2009.....	128
Quadro 2 – Universo de Ações Agendadas: Encaminhamentos e Resultados Alcançados	138

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional o **Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**, referente ao **ano 2009**. Além de informações sobre a execução do Fundo, foram incorporados no presente relatório os resultados e impactos do FNE, objeto das avaliações concluídas no referido período. Estas avaliações foram realizadas em conformidade com a Metodologia de Avaliação do FNE, desenvolvida pelo BNB.

O BNB investiu de 1989 a 2009, R\$ 61,3 bilhões¹ em recursos do FNE². No ano 2009, foram contratados R\$ 9,1 bilhões³, representando 380 mil operações de crédito.

Em termos de distribuição de recursos, o Setor Rural absorveu R\$ 2,9 bilhões do total contratado pelo FNE no ano 2009, enquanto o Setor de Comercial e Serviços aportou R\$ 2,1 bilhões. O segmento Infraestrutura recebeu R\$ 1,9 bilhão, o Setor Industrial e Turismo foi beneficiado com R\$ 1,8 bilhão e o Agroindustrial, R\$ 367,0 milhões.

O BNB destinou, no ano 2009, R\$ 2,3 bilhões aos mini, micro e pequenos empreendedores, com incremento de 41,5% em relação ao ano anterior, totalizando mais de 1,1 milhão de beneficiários. A agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), obteve R\$ 868,1 milhões do FNE, correspondendo a 97,5% dos recursos aplicados no PRONAF.

Foram dirigidos ao semiárido R\$ 3,0 bilhões, de modo que mais de 680 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nessa área geográfica do Nor-

deste, correspondendo a 33,1% do total aplicado pelo Fundo.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação, abrangendo 99,4% dos municípios desse espaço. Assim, o BNB atribui representatividade ao FNE com o intuito de alavancar o desenvolvimento do Nordeste.

Além disso, o Banco disponibiliza vários mecanismos de estruturação do desenvolvimento – a exemplo dos estudos, pesquisas socioeconômicas e inovações tecnológicas adaptadas às condições da Região, particularmente do semiárido, desenvolvidas e apoiadas pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) – para potencializar a aplicação dos recursos do Fundo.

O estudo O Impacto dos Investimentos do FNE na Geração de Empregos no Nordeste – 2000 a 2006, concluído pelo BNB neste ano, registra a importância do FNE, dado que o crescimento do emprego para o conjunto das empresas financiadas foi superior ao das não-financiadas em 372,2%. A presença das empresas financiadas pelo FNE influencia em 9,2% para o melhor desempenho do nível de emprego na região Nordeste e para todos os setores de atividades econômicas.

A Avaliação do FNE Rural para o período 1998 a 2008 demonstrou que foram aplicados R\$ 1,4 bilhão no Setor, implicando, por efeitos diretos ou indiretos, na geração de R\$ 3,4 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 2,0 bilhões ao valor adicionado na economia da Região.

No que se refere ao mercado de trabalho da Região Nordeste, mesma Avaliação estima que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 398 mil ocupações, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 594 milhões. Na geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 493 milhões.

Avaliação do FNE Proatur para o período 1998 a 2008 mostra que a receita bruta dos empreendimentos financiados pelo Programa, no exercício de 2008, foi de R\$ 1.259,7 milhões e a renda gerada na economia regional pelo fluxo de hóspedes no setor

1 Exercícios de 1989 a 1990 – valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 – valores atualizados pelo US\$ (comercial/venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/2009 – valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2009.

2 Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei nº 7.827/89.

3 Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei nº 7.827/89.

de alojamento foi estimada em R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 0,55% do PIB do Nordeste de 2007, no valor de R\$ 347,8 bilhões, segundo o IBGE (2006).

Em relação ao FNE Proinfra, no período 2004 a 2008, o FNE programou 7,6% de seus recursos para este Programa, contratando efetivamente 14,5%, o que demonstra elevada demanda para o Setor. Nesse período foram aplicados R\$ 4 bilhões, estimando-se acréscimos de produção bruta regional equivalente a R\$ 13,1 bilhões, em decorrência dos investimentos já realizados neste setor e aqueles por realizar. O valor adicionado (renda) à economia nordestina é estimado em R\$ 7,2 bilhões.

No que tange à geração de empregos, estima-se que cerca de 503,9 mil ocupações (formais e informais) devem ser geradas a partir dos investimentos realizados no período acumulado de 2004 a 2008, proporcionando um montante de R\$ 1,6 bilhão em salários. Destacam-se ainda os impactos sobre os tributos, em que as simulações indicam uma arrecadação entre taxas e impostos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Outros impactos do Fundo foram aferidos através da Matriz de Insumo-Produto, resultando que as contratações realizadas no ano 2009 geraram, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, para a Região, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 11,8 bilhões; geração de 1,1 milhões em ocupações formais e informais; pagamento de salários por volta de R\$ 3,3 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,0 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

As operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no ano 2009, alcançaram o montante de R\$ 9,1 bilhões⁴, representando 380 mil operações de crédito.

Em termos de demanda por recursos, no fim do ano 2009, tinha-se um estoque de propostas em

carteira no valor de R\$ 5,3 bilhões e ainda uma prospecção de negócios da ordem de R\$ 4,6 bilhões.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas com o meio rural absorveram R\$ 2,9 bilhões ou 31,4% do total contratado pelo FNE no ano 2009, enquanto que o setor de infraestrutura foi beneficiado com R\$ 1,9 bilhão (21,0% do total contratado) e o setor de comercial e serviços aportou R\$ 2,1 bilhões (23,4% do total contratado). O segmento industrial e turismo obteve R\$ 1,8 bilhão (20,2% do total contratado) e o setor agroindustrial recebeu R\$ 367,0 milhões (4,0% do total contratado).

As contratações no semiárido, por sua vez, totalizaram R\$ 3,0 bilhões, de modo que mais de 680 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos foram beneficiados com recursos do FNE nesse território do Nordeste.

Os mini, micro e pequenos empreendedores receberam recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões. Mais de 1,1 milhão de beneficiários do FNE, no ano 2009, pertenciam a essa categoria.

A agricultura familiar, por meio do PRONAF, foi beneficiada com recursos do Fundo no total de R\$ 868,1 milhões. Os empréstimos do FNE beneficiaram mais de 1,0 milhão de pessoas pertencentes a esse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados de sua área de atuação. 1.978 municípios, ou 99,4% do total pertencentes à área de atuação do FNE, foram beneficiados com contratações do Fundo no ano 2009.

A Avaliação do FNE Rural para o período 1998 a 2008 demonstrou que foram aplicados R\$ 1,4 bilhão no Setor, implicando, por efeitos diretos ou indiretos, na geração de R\$ 3,4 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 2,0 bilhões ao valor adicionado na economia da Região.

No que se refere ao mercado de trabalho da Região Nordeste, mesma Avaliação estima que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 398 mil ocupações, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 594 milhões.

⁴ Incluído repasse ao BNB, conforme Art. 9-A da Lei n. 7.827/89. (BRASIL. LEI Nº 7.827, 2009).

Na geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 493 milhões.

Avaliação do FNE Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur) para o período 1998 a 2008 mostra que a receita bruta dos empreendimentos financiados pelo Programa, no exercício de 2008, foi de R\$ 1.259,7 milhões e a renda gerada na economia regional pelo fluxo de hóspedes no setor de alojamento foi estimada em R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 0,55% do PIB do Nordeste de 2007, no valor de R\$ 347,8 bilhões, segundo o IBGE (2006).

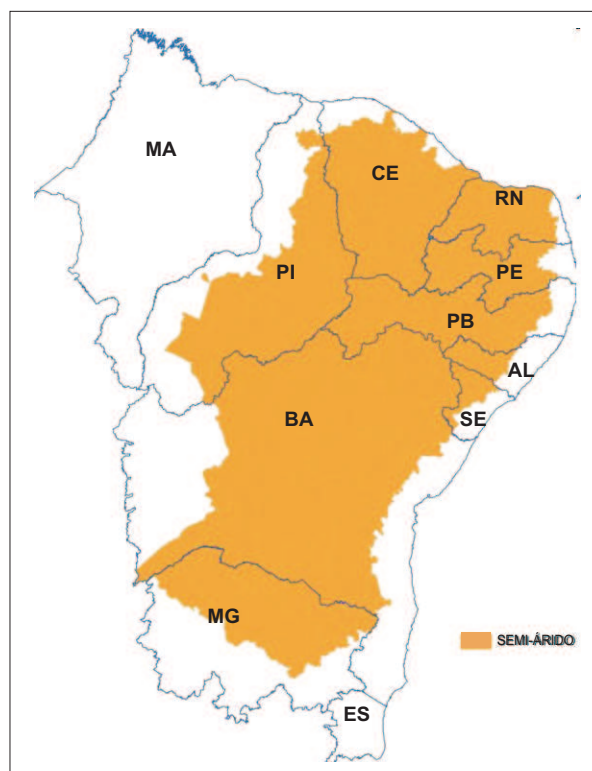
Em relação ao FNE Proinfra, no período 2004 a 2008, o FNE programou 7,6% de seus recursos para este Programa, contratando efetivamente 14,5%, o que demonstra elevada demanda para o Setor. Nesse período foram aplicados R\$ 4 bilhões, estimando-se acréscimos de produção bruta regional equivalente a R\$ 13,1 bilhões, em decorrência dos investimentos já realizados neste setor e aqueles por realizar. O valor adicionado (renda) à economia nordestina é estimado em R\$ 7,2 bilhões.

No que tange à geração de empregos, estima-se que cerca de 503,9 mil ocupações (formais e informais) devem ser geradas a partir dos investimentos realizados no período acumulado de 2004 a 2008, proporcionando um montante de R\$ 1,6 bilhão em salários. Destacam-se ainda os impactos sobre os tributos, em que as simulações indicam uma arrecadação entre taxas e impostos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Outros impactos do Fundo foram aferidos através da Matriz de Insumo-Produto, resultando que as contratações realizadas no ano 2009 geraram, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, para a Região, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 11,8 bilhões; geração de 1,1 milhões em ocupações formais e informais; pagamento de salários por volta de R\$ 3,3 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 3,0 bilhões. Ressalte-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

2. POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

O Nordeste brasileiro ocupa uma área de 1,5 milhão de km², equivalente a 19,5% do território nacional. Expressivo bolsão semiárido cobre a Região no interior (Mapa 1), estendendo-se do Piauí à Bahia, abrangendo uma área de 986,9 mil km², compreendendo as bacias do Parnaíba e São Francisco, além dos sertões meridional e setentrional, e correspondendo a aproximadamente 63,0% do território do Nordeste.



Mapa 1 – Semiárido Nordestino

Fonte: – Sistema de Informação Geográfica do Banco do Nordeste do Brasil (SIGBNB).

A Região abriga 53,6 milhões de habitantes, de acordo com estimativas do IBGE (2007), valor que corresponde a 28,0% da população brasileira. O semiárido, incluindo a porção norte de Minas Gerais, possui cerca de 22,0 milhões de habitantes segundo a Contagem da População do IBGE (2007).

O Nordeste vem experimentando importantes transformações na sua composição demográfica, em termos de estrutura etária e ainda no que se refere à distribuição espacial. A título de ilustração, o censo do IBGE (2000) constatou que a população do Nordeste cresceu a taxas inferiores à média brasileira no período 1991-2000 (1,3% ao ano e 1,6% ao ano, respectivamente). A contagem da população do IBGE (2007) reforça essa tendência, evidenciando uma taxa de crescimento da população brasileira de 1,2% ao ano no período 2000-2007, enquanto a taxa de crescimento populacional do Nordeste foi de 1,1% ao ano nesse período. O menor crescimento da população do Nordeste ocorreu tendo em vista a redução na taxa de natalidade e considerando o saldo migratório negativo prevalecente na Região.

Tendo em vista o declínio nas taxas de fecundidade e considerando o aumento da expectativa de vida, a população regional está ficando mais velha, com progressiva redução relativa dos habitantes de faixas etárias mais jovens e aumento do número de indivíduos nas faixas etárias de maior idade. De outra parte, está ocorrendo um intenso processo de urbanização, isto é, um aumento considerável da proporção da população urbana no total dos moradores (71,8% em 2009, 69,0% em 2000 e 34,2% em 1960). (IBGE, 2007).

Conforme IBGE (2000), existe ainda uma tendência à redução do déficit migratório do Nordeste para outras regiões do Brasil, tendo-se observado inclusive aumento do número de emigrantes das regiões Sudeste e Sul com destino ao Nordeste, especialmente para o litoral e cerrados. Contudo, a partir da década de 1980, as migrações intra-regionais campo-cidade e de forma especial do semiárido para as capitais e áreas metropolitanas, passaram a apresentar crescente importância. A crise do sistema algodão-pecuária-lavouras alimentares, principal atividade econômica do semiárido durante décadas, contribuiu para a citada tendência. (CARVALHO; EGLER, 2003).

As mudanças do quadro demográfico do Nordeste implicam a necessidade de se implementar alterações e adequações nas estratégias públicas destinadas a essa região, tais como o fortalecimento de projetos estruturantes, ou seja, investimentos

em estradas, distribuição de energia elétrica, telecomunicações, moradia, saneamento, água tratada, coleta de lixo, escolas, hospitais e equipamentos de lazer. Paralelamente a esses investimentos em infraestrutura física e em educação e capacitação técnica, deve-se enfatizar as inversões nos setores produtivos da economia, envolvendo não somente a agropecuária, mas ainda a indústria e os serviços.

Em termos econômicos e de acordo com dados fornecidos pelo IBGE, o BNB-ETENE estima que o PIB do Nordeste alcançou R\$ 393,4 bilhões em 2009, representando 13% do produto brasileiro, enquanto que o PIB *per capita* atingiu a R\$ 7,3 mil, correspondendo a 46,4% da renda *per capita* do Brasil.

A economia do Nordeste experimentou expressivo desempenho econômico entre 1970 e 1980, ocasião em que o PIB regional cresceu, em média, a 8,7% ao ano, tendo superado a taxa de crescimento médio do Brasil para esse mesmo período (8,6%). A partir da década de 1980, contudo, as taxas de crescimento declinaram, por conta das grandes dificuldades econômicas vivenciadas pelo Brasil, a exemplo da crise da dívida externa e dos elevados índices de inflação, com rebatimentos nas subsequentes crises fiscal e financeira do País, e a conseqüente adoção de políticas restritivas ao crescimento. (ALBUQUERQUE, 2002).

Contudo, mesmo no período das chamadas décadas perdidas (1980-1990 e 1990-2000), a economia nordestina apresentou, em alguns anos, crescimento econômico superior à média brasileira. A partir de 2003, o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste retomou um razoável patamar de crescimento, superior à média brasileira, embora ainda inferior aos excelentes números obtidos na década de 1970. Tendo em vista a crise econômico-financeira mundial, as taxas de crescimento do PIB declinaram no Brasil e Nordeste em 2009. (Tabela 1).

No que se refere aos grandes setores produtivos do Nordeste, verificou-se que nos últimos 50 anos a economia da Região passou por intenso processo de modernização. Assim é que em 1970 os serviços representavam 59,3% do PIB regional, seguido do setor agropecuário (22,4%) e indústria (18,3%).

Tabela 1 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB – Nordeste e Brasil

Período	Nordeste (%)	Brasil (%)
1970-1980	8,7	8,6
1980-1990	2,3	1,6
1990-2000	2,0	2,5
2000-2005	4,1	2,8
2006	4,8	4,0
2007	5,7	5,7
2008	5,9	5,1
2009	2,6	(0,2)

Fontes: Fundação Getúlio Vargas (FGV) / Centro de Contas Nacionais - IBRE (1970 a 1984) para o Brasil. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE/DPG/PSE) (1970 a 1984) para o Nordeste. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contas Regionais (2003 a 2006). Estimativas do BNB-ETENE (2007 a 2009).

Em 2006, por sua vez, a composição do produto regional passou a ser: serviços (66,8%), indústria (25,3%) e agropecuária (7,9%) (Ministério da Integração Nacional, 2006).

A participação relativa da agropecuária no total do PIB regional sofreu redução, embora esse setor tenha se expandido em termos absolutos, particularmente a agricultura irrigada (voltada para a produção de frutas e hortaliças, inclusive para exportação), pecuária leiteira, avicultura, caprinocultura, ovinocultura, aquicultura, piscicultura, apicultura, castanha de caju, algodão (nas áreas de cerrados), cana-de-açúcar destinada para a produção não somente de açúcar mas ainda de álcool, floricultura, mudas e sementes, além do aumento da produção de grãos (arroz, milho e soja).

A participação da indústria no PIB do Nordeste aumentou, merecendo destaque os segmentos químico e petroquímico, papel e celulose, veículos, material elétrico, metal-mecânica, telecomunicações, têxteis e confecções, calçados, extração de minerais, produtos alimentícios e bebidas, além da siderurgia. Referidas indústrias praticamente inexistiam no Nordeste até meados do século 20. (ALBUQUERQUE, 2002).

Quanto aos serviços, cabe registrar o surgimento de segmentos complexos e dinâmicos, a exemplo de comunicações, tecnologia da informação, educação, saúde, turismo, atividades culturais e de lazer, trans-

porte e armazenagem, além da expansão dos setores de alojamentos e alimentação, estabelecimentos comerciais modernos (hiper e supermercados, lojas de conveniência, *shopping centers* e lojas de departamento), serviços de logística, de planejamento e consultorias, arquitetura, engenharia e construção civil e instituições financeiras. (BRASIL, 2005).

Assim, o crescimento da indústria e especialmente dos serviços superou o crescimento da agropecuária, de forma que a participação relativa desses setores no total da economia do Nordeste modificou-se.

A infraestrutura do Nordeste expandiu-se e foi aperfeiçoada, especialmente no que se refere à geração e distribuição de energia elétrica, telecomunicações, rodovias, terminais aeroportuários, sistemas de armazenamento, tratamento e distribuição de água, redes de esgotos sanitários, centros hospitalares, universidades, sistemas de coleta de lixo e equipamentos de lazer.

Importantes mudanças ocorreram também na pauta de exportação do Nordeste. Embora essa Região responda por somente 8% das exportações brasileiras, a participação de produtos industrializados cresceu em comparação com os chamados produtos básicos. De acordo com dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, a participação da exportação de produtos industrializados aumentou de 45,1% (em 1980) para 76,1% (em 2008). (BRA-

SIL, 2009) Ocorreram ainda mudanças na tipologia dos produtos industrializados exportados, pois a Região passou a exportar itens tecnologicamente mais avançados, a exemplo de veículos, produtos petroquímicos, metalúrgicos, material elétrico e de telecomunicações, além de softwares e demais produtos da tecnologia da informação.

O Nordeste obteve substanciais melhorias em seus indicadores sociais entre 1960 e 2007. De acordo com o IBGE (2008b), a taxa de mortalidade infantil foi reduzida de 154,9 por mil nascidos vivos para 36 por mil; a taxa de analfabetismo diminuiu de 59,3% para 21,0%; e a esperança de vida do nordestino aumentou de 48 para 70 anos. Os indicadores de saneamento básico também registraram avanços, tanto que o percentual de domicílios com canalização interna de água aumentou de 16,0% em 1970 para 76,0% em 2007; e o percentual de domicílios urbanos com coleta de lixo passou de 41,0% para 74,0% no mesmo período. A rede coletora de esgotamento sanitário passou de 2,0% dos domicílios em 1970 para 30,0% em 2007. Conforme Albuquerque (2002), o IDH do Nordeste era de apenas 0,462 em 1970 (IDH classificado como baixo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas Nações Unidas), alcançou 0,722 em 2006, conforme estimado por Lemos (2008) ou seja, IDH médio conforme as Nações Unidas. Portanto, o crescimento do IDH da Região foi de 56,3% nesse período. Contudo, o IDH dos estados do Nordeste permanece inferior quando comparado aos demais estados do Brasil, sendo que os nove estados do Nordeste ocupam as piores classificações no *ranking* nacional.

Tendo em vista a persistência das desigualdades intra e inter-regionais e considerando o elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, advoga-se que a Região necessita de políticas que contribuam para avançar o processo de desenvolvimento sustentável, a exemplo de um amplo programa de reforma agrária, massificação da educação, ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais devem ser acompanhadas por uma amplia-

ção da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional.

É importante ressaltar que a persistência das desigualdades inter e intra-regionais ocorre tendo em vista a escassa dotação de recursos naturais do Nordeste, especialmente no que se refere a oferta de água e solos propícios para o cultivo agroalimentar, além da ocorrência de secas periódicas. Referidos fatores impactam negativamente na produção da Região.

3. A EXECUÇÃO DO FNE

As contratações do FNE no exercício de 2009 somaram em torno de R\$ 8,8 bilhões, registrando um incremento de 15,3% em relação ao exercício de 2008, ocasião em que foram contratados R\$ 7,7 bilhões. O total das contratações do FNE no período em análise, excluindo-se o PRONAF, situou-se em torno de R\$ 8,0 bilhões, com incremento de 14,1% em relação ao ano de 2008, quando essas aplicações foram da ordem de R\$ 7,0 bilhões. (Tabela 2).

Esses resultados se devem ao crescimento das aplicações em todos os setores, em relação ao mesmo período de 2008: Agroindústria (38,2%); Indústria e Turismo (2,0%), Infraestrutura (31,2%) e Comércio e Serviços (33,7%). O Setor Rural obteve incremento de 3,5% das aplicações. Referido desempenho reflete o contínuo esforço do BNB em melhorar a sua performance operacional. Na conjuntura atual de crise econômica global, o FNE se torna cada vez mais um instrumento importante de suprimento de crédito ao setor produtivo, como forma de minimizar os efeitos sobre o nível da atividade econômica e de encorajamento dos agentes produtivos para enfrentar a situação econômica adversa, para a qual o setor rural pode dar boas respostas.

Em consonância com o Art. 9º-A da Lei nº 7.827/89, que autoriza o repasse de recursos dos Fundos Constitucionais aos próprios bancos administradores para que estes realizem operações de crédito em seu nome próprio e com seu risco exclusivo, foi repassado ao BNB o valor de R\$ 600 milhões no exercício 2009, dos quais foram efetivamente contratados R\$ 295,3 milhões, distribuído em 4 operações, sendo uma no setor Industrial e

Tabela 2 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Exercício de 2009

Setores e Programas	Contratações (1)				Valor das Propostas em Carteira (2)
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	359.460	1.075.663	2.867.874	32,4	649.982
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL)	13.142	36.735	1.844.636	20,8	506.321
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo A)	6.145	18.435	110.023	1,2	16.287
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo B)	306.483	919.449	474.600	5,4	20.586
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	3.251	9.753	9.403	0,1	78
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Grupo D)	119	357	638	-	97
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF - Demais Grupos)	30.106	90.392	273.391	3,1	23.548
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA)	102	263	75.846	0,9	3.818
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	112	261	79.337	0,9	79.247
Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes Degradadas (PRÓ-RECUPER. AMBIENTAL)	-	-	-	-	-
Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA)	-	-	-	-	-
AGROINDUSTRIAL	273	273	366.950	4,2	422.826
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (AGRIN)	162	162	351.773	4,0	421.660
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-AGROINDÚSTRIA)	111	111	15.177	0,2	1.166
INDUSTRIAL E TURISMO	2.961	2.961	1.787.779	20,2	1.685.328
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	773	773	1.067.157	12,0	1.266.819
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	1.915	1.915	138.536	1,6	48.430
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	50	50	43.165	0,5	52.118
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO)	217	217	44.248	0,5	33.244
Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	3	3	494.444	5,6	284.717
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRODETEC)	2	2	194	-	-
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	1	1	35	-	-
INFRAESTRUTURA	18	18	1.704.483	19,3	1.600.987
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA)	18	18	1.704.483	19,3	1.600.987
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.705	17.705	2.111.682	23,9	627.377
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	2.754	2.754	1.372.073	15,5	476.954
Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA)	-	-	-	-	-
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-COMÉRCIO E SERVIÇOS)	14.951	14.951	739.609	8,4	150.423
Total	380.417	1.096.620	8.838.768	100,0	4.986.500

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período. (3) O BNB contratou, contratou ainda, sob seu nome e com risco integral, o valor de R\$ 295,3 milhões repassados pelo FNE, de acordo com o Art. 9º da lei nº 7.827/89, totalizando em R\$ 9.134 milhões o valor total contratado pelo BNB com recursos do FNE em 2009.

Turismo (R\$ 54,4 milhões), uma no setor de infraestrutura (R\$ 214,3 milhões) e duas no setor Comércio e Serviços (R\$ 26,6 milhões), conforme tabelas 54 a 60. Dessa forma, o volume total contratado pelo BNB em 2009, com recursos do FNE, foi equivalente a R\$ 9,1 bilhões, o que representa um incremento de 19,1% em relação ao ano 2008.

Os Setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, soma de recursos de mais de R\$ 3,2 bilhões, representando cerca de 36,6% do total contratado do FNE no período sob análise. O Setor Indústria e Turismo teve contratações de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão ou 20,2% do FNE total. No Setor de Infraestrutura foram contratados cerca de R\$ 1,7 bilhão ou 19,3% das contratações do FNE, enquanto no Setor Comércio e Serviços o volume de recursos contratados no exercício de 2009 foi de cerca de R\$ 2,1 bilhões ou 23,9% das contratações do FNE. Além disso, dos quase 1,1 milhão de beneficiários do FNE em 2009, 98,1% foram atendidos no âmbito do FNE – Setor Rural, sendo que do total de beneficiários do setor, 99,7% pertencem à categoria de míni, micro e pequenos produtores rurais. (Tabela 36).

O Setor Rural continuou sendo em 2009 o setor com maior participação nas aplicações do FNE, com valor contratado da ordem de cerca de R\$ 2,9 bilhões, representando 32,4% das aplicações do Fundo. Em 2008 o Setor representava 36,2% do volume de financiamentos.

Do montante financiado no Setor Rural, cerca de R\$ 1,8 bilhão foram contratados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL), com participação de 64,3% no Setor Rural e com 20,9% no FNE total, apresentando um decréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período de 2008. No âmbito do PRONAF, foram contratados R\$ 868,0 milhões, representando 30,3% das contratações do FNE no Setor Rural e cerca de 9,8% das contratações do FNE total, com acréscimo de 27,5% das suas contratações em relação ao ano de 2008.

Ainda no Setor Rural, destacam-se as aplicações realizadas no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Nordeste (AQUIPESCA), tendo sido contratados R\$ 75,8 milhões, correspondendo a 2,6% das aplicações

do setor rural e a 0,8% das aplicações totais do FNE, no período, com incremento nas aplicações de 50,2% quando comparado ao mesmo período de 2008. O FNE-VERDE para a agricultura, programa que financia a conservação do meio ambiente, obteve contratações da ordem de R\$ 79,3 milhões, participando com 2,8% das contratações do setor e com 0,9% das contratações do FNE total, com decréscimo de 53,5% em relação ao mesmo período do ano anterior.

As contratações no Setor Agroindustrial somaram R\$ 366,9 milhões de recursos aplicados no exercício de 2009, representando 4,2% das contratações totais do FNE, com incremento de 38,2% em relação ao exercício de 2008.

As contratações do FNE no Setor Industrial e Turismo foram da ordem de R\$ 1,8 bilhão no ano de 2009, dos quais R\$ 1,0 bilhão foi aplicado no Programa de Apoio ao Setor Industrial, representando 59,7% das contratações do Setor Industrial e 12,0% das contratações globais do FNE no período, com um decréscimo, nesse segmento, de 20,9% em relação às contratações de 2008. Quanto ao Programa de Apoio ao Turismo Regional (PRO-ATUR), foram contratados R\$ 43,1 milhões, representando 2,4% das contratações do Setor e 0,5% das contratações do FNE no período sob análise, também apresentando decréscimo no volume de aplicação nesse segmento, de 76,6%, contrastando com o significativo aumento de 293,9% verificado entre os anos de 2007/2008, quando o Proatur passou de R\$ 46,9 milhões (2007) para R\$ 184,9 milhões (2008); a explicação para esse recuo pode ser o volume de recursos aplicados no Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-TURISMO) na ordem de R\$ 44,2 milhões, que somados representam para o setor Industrial e Turismo 4,9% das aplicações. O FNE-VERDE para a Indústria e Turismo contou com R\$ 494,4 milhões, representando 27,6% das contratações do setor e 5,6% das contratações do FNE. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (PRO-DETEC) no âmbito do Setor Industrial e Turismo, contratou duas operações que juntas somaram R\$ 194 mil, o que mostra visível dificuldade na geração de demanda para esta linha de crédito, observando

que em 2008, também em duas contratações, foram aplicados R\$ 1,3 milhão, sendo que em 2007, este programa não obteve nenhuma contratação.

As aplicações em Infraestrutura, através do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) somaram R\$ 1,7 bilhão, representando 19,3% das aplicações do FNE, com incremento de 31,2% em relação ao ano de 2008. O volume de recursos alocados nesse setor demonstra a clara preocupação do Fundo com a infraestrutura regional, principalmente por considerar a importância do investimento em infraestrutura para se evitar o estrangulamento do próprio setor produtivo. Como visto na Tabela 2, o volume de recursos do FNE cresceu de forma exponencial, principalmente quando observado o período após 2003, o que poderia ensejar o surgimento de gargalos produtivos pela carência de infraestrutura adequada. Assim, ao financiar também esse setor, o FNE contribui indiretamente para alavancar os demais setores econômicos.

Em relação ao Setor de Comércio e Serviços, as contratações atingiram aproximadamente R\$ 2,1 bilhões, totalizando 23,9% dos recursos aplicados pelo FNE e incremento de 33,7% em relação ao mesmo período de 2008. No âmbito do Programa de Financiamento à Cultura (PROCULTURA), o Setor contratou R\$ 454,0 em 2008, não apresentando valores aplicados em 2009. No Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-Comércio e Serviços), tivemos aplicado R\$ 739,6 milhões, representando 35,0% do setor e 8,4% do FNE total.

Diante das observações acima realizadas, verifica-se que o exercício de 2009 apresentou importantes resultados, destaques para o apoio as MPE's e a Infraestrutura. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes para o entendimento do desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço e ações do BNB em aprimorar seus processos de crédito, dentre as quais se destacam: i) o maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;

2. Cenário econômico favorável que se apresentava antes da crise atual, quando havia otimismo dos agentes nos bons indicadores da economia brasileira, mesmo quando já era conhecida a crise de crédito imobiliário americana;
3. O PRONAF apresentou recuperação, em investimentos, em relação ao ano anterior e continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme espelham seus números no ano de 2009; a ampliação nas aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emitidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios;
4. O FNE-VERDE, no Setor Rural teve um decréscimo significativo de mais de 50% em relação ao ano anterior, mas no Setor Industrial obteve boa performance (quase 130% em relação a 2008). Essa evolução positiva, não só em relação ao ano de 2008, mas em relação aos períodos anteriores, demonstra uma posição cada vez mais firme do BNB em relação à questão ambiental no setor Industrial; todavia, carece uma avaliação quanto às principais dificuldades;
5. Dentre os programas que apresentaram baixo desempenho no período, destacam-se: i) o PROFROTA PESQUEIRO – um programa que não tem conseguido deslanchar e que carece de avaliação dos condicionantes desse comportamento e ajustes, se for o caso; ii) o PRODETEC – mesmo tendo contratado duas operações, mais uma vez se confirma o baixo desempenho desse Programa, indicando a necessidade de se reavaliar o seu formato, para torná-lo atrativo aos potenciais usuários; iii) o Programa de Financiamento à Regularização e Recuperação de Áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanentes Degradadas (PRÓ-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL) que vem complementar o FNE VERDE, mas não apresentou contratação no período.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do exercício de 2009, o estoque de propostas em carteira (pendentes de análise e/ou em fase de contratação) totalizou quase R\$ 5,0 bilhões.

Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 33,8% do Setor de Indústria e Turismo; 32,1% do Setor de Infraestrutura; 13,0% do Setor Rural; 12,6% do Setor Comercial e Serviços e 8,5% do Setor Agroindustrial. Cabe esclarecer que esse montante de R\$ 5,0 bilhões refere-se apenas às propostas que já se encontram em tramitação no BNB. (Tabela 2).

Além das propostas em carteira, existem prospecções de negócios da ordem de R\$ 4,6 bilhões, destacando-se como estados com maiores volumes de prospecções por ordem: Ceará (R\$ 1,3 bilhão), Bahia (R\$ 1,3 milhões), Pernambuco (R\$ 469,0 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 403,2 milhões). Em conjunto, esses estados apresentaram em 31.12.2009, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, representando 76,2% dos negócios em vias de realização. (Tabela 3).

Tabela 3 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ Mil	
Estados	Projetos em Negociação ^{(1) (2)}
Alagoas	67.172
Bahia	1.297.936
Ceará	1.302.791
Extra-Regional	164.399
Minas Gerais / Espírito Santo	361.109
Maranhão	197.763
Paraíba	15.243
Pernambuco	469.074
Piauí	146.606
Rio Grande do Norte	403.129
Sergipe	134.866
Total	4.560.088

Fonte: BNB – Área de Negócios.

Notas: (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consulta aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 25,8 bilhões, em 31.12.2008, para R\$ 29,5 bilhões em 31.12.2009, apresentando crescimento nominal de 14,1%. Referido acréscimo decorreu dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do

Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional. (Tabela 4).

Tabela 4 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil	
(1) Até 31.12.2008	25.820.969
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	25.065.659
. Resultados/Outros Valores	755.310
(2) No Exercício de 2009	3.633.959
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	3.789.037
. Resultado do Exercício	(151.670)
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	(3.408)
Patrimônio Total em 31.12.2009 (1) + (2)	29.454.928

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No exercício de 2009, o Ministério da Integração Nacional repassou ao BNB recursos transferidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para crédito ao FNE, da ordem de R\$ 3,8 bilhões (Tabelas 4 e 5), com decréscimo de 3,6% em relação ao exercício de 2008, cujos repasses totalizaram cerca de R\$ 3,9 bilhões. No Gráfico 1 verifica-se que os repasses mensais de recursos em 2009 foram menores, em comparação a 2008, apenas nos meses de março e de julho a outubro. Esses recursos destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária, contribuindo, desta forma, para a geração de maior volume de repasses aos programas atendidos pelo Fundo.

Os reembolsos dos recursos emprestados aumentaram de R\$ 3,0 bilhões em 2008, para R\$ 4,8 bilhões em 2009, com incremento nominal de 58,0%. As disponibilidades do FNE apresentaram decréscimo ao final do exercício de 2009, de 22,6% em relação ao final do exercício de 2008. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 3,5 bilhões ao final de 2009, dos quais R\$ 3,3 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas, restando, pois, R\$ 274,3 milhões para contratação de novos financiamentos. (Tabela 6).

Tabela 5 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	352.605	352.605
Fevereiro	328.719	681.324
Março	262.784	944.108
Abril	307.192	1.251.300
Maiο	372.217	1.623.517
Junho	321.517	1.945.034
Julho	246.699	2.191.733
Agosto	292.854	2.484.587
Setembro	254.050	2.738.637
Outubro	274.768	3.013.405
Novembro	382.269	3.395.674
Dezembro	393.363	3.789.037

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

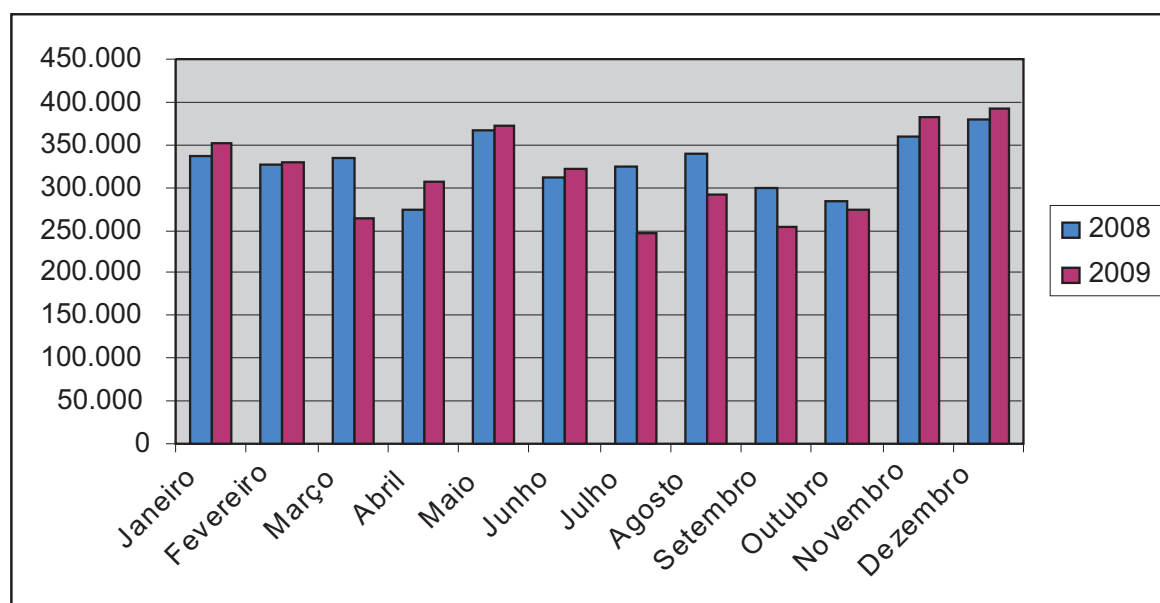


Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Exercício de 2008 e 2009

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Tabela 6 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Disponibilidades em 31.12.2008	4.587.385
Disponibilidades para Novas Contratações	1.220.180
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.367.205
Disponibilidades em 31.12.2009	3.550.828
Disponibilidades para Novas Contratações	274.304
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	3.276.524
Variação das Disponibilidades	(1.036.557)
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	3.789.037
- Remuneração das Disponibilidades	370.855
- Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	4.828.475
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	142.949
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	30.862
- Desembolsos de Repasse ao BNB	(600.000)
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repases Outras Instituições	(8.065.642)
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	209
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	6.591
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	3.535
- Cobertura de Ops. p/Fundos de Risco	207
- Taxa de Administração	(757.613)
- Del Credere do BNB - Repases Lei 7.827 Art. 9º A	(145)
- Del Credere do BNB - Demais Operações	(554.365)
- Del Credere Instituições Operadoras	(3.888)
- Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	(57.660)
- Prêmio de Performance do BNB sobre Operações PRONAF	(96)
- Despesa Auditoria Externa	(90)
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	(339)
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	(750)
- Encargos por Inadimplência Transferidos para o BNB	29
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	(32.805)
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	(4.367)
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	(88.023)
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	(38.922)
- Bônus/Dispensa Reclassif/Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322/11.775	(823)
- Descontos Ops. Lavoura Cacaueira - DESENBAHIA - Lei 11.775	(1.268)
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	469
- Outros Eventos	(2.979)
Total	(1.036.557)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

3.1-Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no exercício de 2009, sofreram algumas alterações quando comparadas com o exercício de 2008, com forte incremento nas aplicações em todos os setores. O meio rural continuou recebendo tratamento diferenciado por parte do Banco do Nordeste, de forma que as aplicações rurais continuaram se destacando no quadro de financiamentos do Fundo. Assim é que 32,4% do total contratado foram investidos no Setor Rural. (Tabela 7). Apesar da participação do Setor ter sofrido nova redução (obteve 48,6% em 2007; 36,2% em 2008), considera-se importante o estímulo ao Setor Rural. O fortalecimento do meio rural é crucial para o desenvolvimento sustentável das economias do Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, objetivando inclusive a redução das migrações do campo para as cidades. Afora isso, a crise mundial de alimentos tem exigido amplo esforço do Governo Federal no apoio à agricultura, estratégico não apenas para atender à demanda, mas também para conter o processo in-

flacionário. Portanto, o BNB, por intermédio do FNE, assume, na sua área, papel cada vez mais importante como agente do Governo Federal para a Região, no cumprimento dessa estratégia de superação da crise de alimentos, uma oportunidade para os agentes de negócios do meio rural.

Em 2007, o Setor de Comércio e Serviços ocupava a segunda colocação no *ranking* das aplicações setoriais (21,1%); em 2008, passou a ocupar a terceira colocação (20,6%); no ano de 2009, volta a ocupar a sua posição anterior (23,9%), trocando posições com o Setor Industrial e Turismo, com 17,0%, 22,8% e 20,2%, em 2007, 2008 e 2009, respectivamente, demonstrando a forte participação destes setores na economia do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo. (Tabela 7).

As primeiras contratações do FNE em Infraestrutura foram realizadas no ano de 2004, observando-se, desde então, significativa participação desse Setor. Apesar de ter apresentado crescimento na participação das contratações do Fundo, o Setor manteve a quarta posição obtida em 2007, tendo

Tabela 7 – FNE – Participação Setorial nas Contratações ⁽¹⁾

Em Porcentagem

Ano	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	85,8	1,2	13,0	-	-	100,0
1999	78,3	0,9	20,8	-	-	100,0
2000	69,6	1,0	29,4	-	-	100,0
2001	48,6	2,1	47,6	-	1,7	100,0
2002	76,3	0,6	13,7	-	9,4	100,0
2003	45,1	2,1	43,4	-	9,4	100,0
2004	40,4	1,4	16,9	23,8	17,5	100,0
2005	50,4	3,4	23,4	13,2	9,6	100,0
2006	50,5	2,7	22,5	9,3	15,0	100,0
2007	48,6	3,0	17,0	10,3	21,1	100,0
2008	36,2	3,5	22,8	16,9	20,6	100,0
2009	32,4	4,2	20,2	19,3	23,9	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

sido responsável por 16,9% das contratações do FNE, incremento de 6,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Trata-se de um considerável aporte de recursos na ampliação e modernização da infraestrutura da área de atuação do Fundo, de fundamental importância para o aumento da competitividade do setor produtivo regional, expressando o crescimento que se observa desde 2007, e alcançando em 2009, 19,3% dos recursos do FNE. O Setor Agroindustrial continua ocupando a quinta posição nas aplicações do FNE, tendo ampliado sua participação de 3,0% no ano de 2007, para 3,5% no exercício de 2008. Já em 2009, cresceu para 4,2%; aliás, o crescimento destes últimos setores reflete bem o pensamento do BNB em diversificar os recursos do FNE na economia Nordestina, reduzindo a concentração no Setor Rural. (Tabela 7).

O valor de R\$ 295,3 milhões, contratado pelo BNB através do Art. 9º-A da Lei n. 7.827/89⁵, foi distribuído em 4 operações, sendo uma no setor Industrial e Turismo (R\$ 54,4 milhões), uma no Setor de infraestrutura (R\$ 214,3 milhões) e duas no Setor Comércio e Serviços (R\$ 26,6 milhões), conforme tabelas 54 a 60.

3.1.1 Setor Rural

As contratações do FNE – Setor Rural no exercício de 2009 totalizaram cerca de R\$ 2,9 bilhões, representando 32,4% das aplicações do FNE, com incremento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2008. No exercício de 2008, as aplicações do FNE – Setor Rural foram de cerca de R\$ 2,8 bilhões, representando participação de 36,2% das aplicações do Fundo. Assim, apesar do incremento apresentado no exercício de 2009 em relação ao mesmo período de 2008, a participação relativa dos financiamentos do Setor no período sob análise foi menor do que o constatado em 2008, em virtude do crescimento proporcional maior dos outros setores. A quantidade de beneficiários, entretanto, atingiu mais de 1 milhão, representando 98,0% dos beneficiários em todo o FNE.

A esse respeito, considere-se o cuidado do BNB quanto ao retorno das aplicações realizadas pelo

Fundo, ao passo em que outros setores demandaram maior volume de recursos. Apesar disso, o Banco vem adotando política de estímulo ao financiamento aos agricultores familiares e aos míni e pequenos produtores rurais.

O incremento nas aplicações do FNE – Setor Rural confirma o que já se vislumbrava ao final de 2008, ante o expressivo volume de propostas em carteira. Da mesma forma, vislumbram-se importantes incrementos nas aplicações para 2010, diante do significativo incremento de propostas em carteira em 31.12.09, cujo incremento foi de 28,3% em relação ao ano de 2008. (Tabela 2).

Registre-se ainda que o FNE – Setor Rural (excluindo o PRONAF) registrou aplicação da ordem de R\$ 2,0 bilhões, representando decréscimo de 4,4% no volume de contratações em relação ao mesmo período de 2008, cujo volume de aplicações foi de R\$ 2,1 bilhões. (Tabela 2).

Dos recursos aplicados no FNE – Setor Rural no ano de 2009, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural obteve a melhor performance, totalizando cerca de R\$ 1,8 bilhão em aplicações, correspondente a 64,3% dos recursos aplicados no referido Setor e 20,8% das aplicações do FNE. Em seguida, vem o PRONAF no qual foram aportados R\$ 868,0 milhões, respondendo por 30,3% das aplicações do FNE – Setor Rural e 9,8% do total do FNE.

No ano em análise, o FNE atendeu a 1,1 milhão de beneficiários. Deste total, o Setor Rural respondeu por 98,0%. O PRONAF, programa de largo alcance econômico e social, respondeu no período analisado por 96,5% dos beneficiários do FNE – Setor Rural e por 94,7% dos beneficiários do FNE. (Tabelas 2 e 10).

No que tange às aplicações por atividades no período em análise, a pecuária foi contemplada com recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, respondendo por 42,1% das contratações do FNE – Setor Rural e por 13,6% das aplicações do FNE. Observou-se acréscimo das aplicações em 18,7% em relação ao mesmo período de 2008. No exercício de 2008, a pecuária apresentou participação de 36,4% e 13,2% no Setor Rural e no total do FNE, respectivamente, havendo, portanto, aumento destas participações em 2009. (Tabela 8).

⁵ Ver item 3 – A Execução do FNE.

Tabela 8 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Rural – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
PECUÁRIA	1.193.091	42,1	13,6
Bovinocultura	907.431	31,5	10,2
Avicultura	77.707	2,7	0,9
Ovinocaprinocultura	120.505	4,1	1,4
Suinocultura	57.253	2,0	0,6
Apicultura	6.080	0,2	0,1
Equinocultura	1.968	0,0	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	219	0,8	0,2
Outras Atividades ⁽²⁾	21.928	0,8	0,2
AQUICULTURA E PESCA	74.518	2,5	0,8
Carcinicultura	63.261	2,1	0,7
Piscicultura	11.257	0,4	0,1
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	938.671	32,6	10,5
Grãos	482.625	16,7	5,5
Fibras e Têxteis	268.299	9,3	3,0
Fruticultura	74.125	2,6	0,8
Gramíneas	62.713	2,2	0,7
Raízes e Tubérculos	18.665	0,7	0,2
Bebidas e Fumos	28.731	1,0	0,3
Outras Atividades ⁽³⁾	3.513	0,1	0,0
AGRICULTURA IRRIGADA	335.258	11,7	3,9
Fruticultura	131.609	4,6	1,5
Bebidas e Fumo	93.845	3,3	1,1
Gramíneas	18.805	0,7	0,2
Grãos	32.235	1,1	0,4
Fibras e Têxteis	6.790	0,2	0,1
Olericultura	14.131	0,5	0,2
Raízes e Tubérculos	28.639	1,0	0,3
Flores	5.162	0,2	0,1
Oleaginosas	323	0,0	0,0
Mudas e Sementes	3.441	0,1	0,0
Cactáceas	19	0,0	0,0
Outras Atividades ⁽⁴⁾	259	0,0	0,0
OUTRAS ATIVIDADES RURAIS	326.336	11,1	3,6
Processamento e Benef. Cana-de-Açúcar	69.171	2,3	0,7
Florestamento e Reflorestamento	13.452	0,5	0,2
Atividades não Agrícolas no Rural ⁽⁵⁾	243.713	8,3	2,7
Total	2.867.874	100,0	32,4

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades pecuárias referem-se à criação de animais, sericicultura, avestruz, ranicultura e microcrédito rural (diversos). (3) Outras atividades agrícolas de sequeiro referem-se à olericultura, extração vegetal, oleaginosas, especiarias e leguminosas. (4) Outras atividades agrícolas irrigadas referem-se a plantas ornamentais, especiarias e leguminosas. (5) As atividades não-agrícolas no rural referem-se a serviços auxiliares à agropecuária, à caça e à pesca, à intermediação financeira, ecologia, silvicultura, dentre outras.

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 1,3 bilhão, respondendo por 44,3% das contratações do setor e por 14,4% das aplicações do Fundo, em 2009. O volume de recursos aplicados obteve decréscimo de 6,6% em relação ao mesmo período de 2008 (R\$ 1,4 bilhão).

A aquicultura e pesca, cujas aplicações no exercício de 2009 totalizaram R\$ 74,5 milhões, responderam por apenas 2,6% das aplicações dirigidas ao FNE – Setor Rural e por 0,8% das aplicações totais do Fundo, no período em referência. Tais participações são superiores às constatadas no exercício de 2008, as quais foram 2,0% e 0,7%, respectivamente. Nesse Programa, a carcinicultura participou com contratações de R\$ 63,3 milhões, respondendo por 2,1% das aplicações do FNE Setor Rural e por 0,7% dos recursos do FNE no período, tendo a piscicultura participação de 0,4% das aplicações do FNE Setor Rural e 0,1% do FNE. Em termos percentuais comparando com 2008, estes números não sofreram mudanças significativas, mas se considerarmos o valor aplicado no período anterior (R\$ 56,4 milhões), verificamos aumento de 32,0%.

As outras atividades rurais financiadas foram responsável por 11,1% das contratações do Setor Rural e 3,6% do FNE, o que representa redução em relação ao mesmo período de 2008, quando essa participação foi de 12,5% e 4,5%, respectivamente.

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, que respondeu por 31,5% das aplicações do Setor Rural e por 10,2% das aplicações do FNE no período sob análise, num montante aplicado de R\$ 907,4 milhões. Mudando novamente a curva para cima, pois em anos anteriores (2006, 2007 e 2008), o volume de aplicações nesta atividade vinha regredindo, apresentando R\$ 987,2 milhões; 812,6 milhões e R\$ 736,2 milhões, respectivamente. Os resultados anteriores pareciam constatar uma indicação de tendência de redução relativa do volume de recursos destinados à pecuária bovina, possivelmente pelo ingresso de novos segmentos econômicos na pauta dos financiamentos, além do ajuste natural do setor com seleção daqueles empreendimentos mais competitivos. Resta verificar se em 2010 essa tendência

volta a acontecer, representando o ano de 2009 um ano atípico na série histórica. A maior participação de outras atividades é considerada positiva, reflexo do estímulo à pluriatividade no meio rural.

A avicultura participou com 2,7% das aplicações do Setor e 0,9% do total do Fundo, apresentando uma redução de 26,3% em relação ao período anterior. A ovinocaprinocultura totalizou 4,1% e 1,4%, respectivamente das contratações do Setor – Rural e do FNE. A suinocultura obteve 2,0% dos recursos do FNE – Setor Rural, e 0,6% do total do FNE. Apresentando estas duas últimas atividades, crescimento nas aplicações em 2009, comparado com o mesmo período anterior, em 17,5% e 20,4%, respectivamente. Outras atividades também foram financiadas no citado período, conforme Tabela 8.

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no período foram grãos (17,8%), fibras e têxteis (9,5%) e fruticultura (7,2%), com aplicações de R\$ 514,9 milhões, R\$ 275,1 milhões e R\$ 205,7 milhões, respectivamente. Juntas, essas atividades responderam por 78,2% das aplicações na agricultura, no exercício de 2009. Observe-se que, em relação ao mesmo período de 2008, houve incremento das aplicações em fruticultura da ordem de 24,1%; grãos e fibras e têxteis tiveram redução de 16,7% e 15,7%, respectivamente. Além das atividades citadas, bebidas/fumo, gramíneas e raízes/tubérculos registraram aplicações de R\$ 122,6 milhões, R\$ 81,5 milhões e R\$ 47,3 milhões, respectivamente.

Fazendo-se a análise por segmento, a agricultura de sequeiro participou no exercício de 2009 com 32,6% das aplicações no FNE – Setor Rural e com 10,5% das aplicações do FNE, resultando em de R\$ 938,7 milhões, contra R\$ 1,0 bilhão contratados no mesmo período de 2008, com redução de 8,4% nas aplicações entre os dois períodos. As atividades que receberam os maiores volumes de aplicações realizadas pelo FNE – Setor Rural na atividade de agricultura de sequeiro, no período, foram: grãos (R\$ 482,6 milhões); fibras e têxteis (R\$ 268,3 milhões) e fruticultura (R\$ 74,1 milhões), participando com, respectivamente, 16,7%; 9,3% e 2,6% do Setor Rural.

Com a participação de 11,7% e 3,9% das contratações do FNE – Setor Rural e do FNE total, respectivamente, a agricultura irrigada totalizou, em 2009, R\$ 335,2 milhões, 1,2% inferior ao volume de recursos aplicados em 2008, o qual totalizou R\$ 339,5 milhões. As atividades que receberam os maiores volumes de aplicações realizadas pelo FNE – Setor Rural na atividade agricultura irrigada, no período, foram fruticultura (R\$ 131,6 milhões); bebidas e fumo (R\$ 93,8 milhões) e grãos (R\$ 32,2 milhões). Mencionadas atividades responderam no período, por 4,6%, 3,3% e 1,1% das aplicações do Setor Rural, respectivamente.

Quanto às outras atividades rurais, seu bom desempenho está associado à atividade de processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar que participou com 2,3% das aplicações do FNE – Setor Rural. Outra razão dessa performance foi a inclusão de processos de florestamento e reflorestamento com 0,5% do Setor Rural.

Os financiamentos do FNE – Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 1,1 bilhão ao final do exercício de 2009, contra R\$ 999,8 milhões no exercício de 2008, representando incremento de 14,5% nas aplicações. Registre-se ainda que, do total de recursos aplicados pelo FNE no Semiárido em 2009, ou seja, R\$ 3,0 bilhões, o FNE – Setor Rural contribuiu com 37,9% dessas aplicações. Enquanto isso, as contratações do FNE – Setor Rural fora do Semiárido, no exercício de 2009, foram da ordem de R\$ 1,7 bilhão, representando 29,6% das aplicações dos recursos do FNE nessa Região, as quais totalizaram, em torno de R\$ 5,8 bilhões. (Tabelas 1A e 2A).

Os estados que apresentaram as melhores performances em aplicações de recursos no Semiárido em 2009, no âmbito do FNE – Setor Rural, foram o Ceará, com 29,9% do total aplicado nessa região, seguido do Rio Grande do Norte com 19,6% e da Bahia com 16,0%. Também foi representativa a participação de Pernambuco (13,5%).

O FNE – Setor Rural destinou R\$ 1,2 bilhão aos mini e pequenos produtores no ano de 2009, representando 43,7% dos recursos deste setor, atendendo a 1,072 milhão de beneficiários ou 99,7% dos beneficiários do Setor Rural. Aos médios produ-

res foram destinados R\$ 258,4 milhões ou 9,0% dos recursos contratados no âmbito do FNE – Setor Rural, atendendo a 2.307 beneficiários ou 0,2% do total de beneficiários nesse Setor. Aos grandes foram destinados aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, atendendo a 756 beneficiários. (Tabelas 36 e 37).

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE – Setor Rural, sendo que este segmento possui a maior capilaridade em termos de acesso ao crédito dentre os setores do FNE. Assim, dos 1.989 municípios da área de atuação do FNE, 1.951 municípios foram beneficiados com recursos do FNE – Setor Rural, representando 98,1% dos municípios da área de atuação do Fundo. (Tabela 39).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE – Setor Rural foram Bahia (R\$ 838,6 milhões); Maranhão (R\$ 528,4 milhões); Ceará (R\$ 330,6 milhões) e Piauí (R\$ 266,9 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 68,5% dos recursos aplicados no Setor Rural. Por outro lado, os estados com menor desempenho em aplicações foram Espírito Santo (R\$ 66,8 milhões), Paraíba (R\$ 87,3 milhões), Sergipe (R\$ 103,1 milhões) e Alagoas, com R\$ 103,3 milhões. (Tabela 9).

Tabela 9 – FNE – Setor Rural – Contratações⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	103.365	3,6
Bahia	838.616	29,2
Ceará	330.565	11,5
Espírito Santo	66.822	2,3
Maranhão	528.409	18,4
Minas Gerais	212.852	7,5
Paraíba	87.372	3,0
Pernambuco	210.893	7,4
Piauí	266.874	9,4
Rio Grande do Norte	118.986	4,1
Sergipe	103.120	3,6
Total	2.867.874	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio, mas somente em 1996 adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996. Vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o PRONAF representa a culminância de um processo liderado pelas organizações sociais dos trabalhadores rurais brasileiros, que obteve ressonância nas instâncias internas do Governo Federal.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.326, de 24/07/06, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que passa a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo-se, assim, a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor.

O PRONAF tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a lhes propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, através do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

O público-alvo do PRONAF é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, limites de financiamento, bônus de adimplência, público-alvo e finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do PRONAF, são excluídos, da composição da ren-

da familiar, os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

É importante salientar que o PRONAF é um programa em permanente construção. Assim, desde sua criação, o Programa tem passado por uma série de modificações, que se destinam ao atendimento das reivindicações de seu público-alvo.

Quanto ao BNB, na qualidade de principal financiador do PRONAF na Região, o Programa é operacionalizado com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para uma organização maior das ações do Governo Federal, para que sejam criadas e fortalecidas as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva do meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Descrevem-se, abaixo, as modalidades e finalidades de crédito, classificadas pelo Governo Federal:

PRONAF Grupo A – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF.

PRONAF Grupo A/C – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Microcrédito Produtivo Rural (PRONAF Grupo B) – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta de até R\$ 6,0 mil. Os créditos atendem às atividades agropecuárias e não-agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção

e serviços agropecuários e não-agropecuários, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não-agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão-de-obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos quando participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou explorarem as culturas de girassol, amendoim e mamona, solteiras ou consorciadas, em regime de parceria ou integração com indústrias de biodiesel.

PRONAF Investimento a Agricultores Familiares (Comum) – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) acima de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e até R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. Além de crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares, exceto nos Grupos “A”, “A/C” e “B”. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

Custeio - Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 5.000,00 juros de 1,5% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 5.000,00 até R\$ 10.000,00, juros de 3% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 4,5% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 40.000,00, juros de 5,5% ao ano

Investimento - Limites e Taxas	
Faixa I	Até R\$ 7.000,00, juros de 1% ao ano
Faixa II	Mais de R\$ 7.000,00 até R\$ 18.000,00 juros, de 2% ao ano
Faixa III	Mais de R\$ 18.000,00 até R\$ 28.000,00 juros, de 4% ao ano
Faixa IV	Mais de R\$ 28.000,00 até R\$ 36.000,00 juros, de 5% ao ano

Modalidades Especiais de Crédito:

Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria) – Trata-se de crédito para investimento, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

Crédito de Investimento para Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta) – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido) – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, com foco na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semi-árida.

Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher) – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no PRONAF, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem) – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencham os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrifin) – Linha de crédito para custeio do beneficiamento e industrialização de produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

Crédito para Cotas-parte de Agricultores Familiares Cooperativados (Pronaf Cota-Parte) – Beneficia agricultores familiares filiados a cooperativas de produção que tenham, no mínimo, 70,0% dos associados ativos classificados como agricultores familiares, 55,0% da produção seja oriunda de associados Pronafianos e que tenham patrimônio líquido de, no mínimo, R\$ 50 mil e máximo de R\$ 70 milhões. Financia a integralização de cotas-parte, aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia) – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO) – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo.

Crédito de Investimento para Produção de Alimentos (Pronaf Mais Alimentos) – Destinado ao financiamento de projetos de investimento de empreendimentos rurais voltados à produção, armazenagem e transporte de açafrão, café, centeio, erva-mate, sorgo, milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas, leite, caprinos e ovinos, e para as atividades de fruticultura, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Crédito para as Unidades Familiares Atingidas por Enchentes ou Secas (Pronaf Emergencial) – Financiamento de atividades das unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf atingidas por enchentes ou estiagens.

É importante observar que as regras para o PRONAF são as definidas nos Planos Safra. O Plano Safra 2009/2010 disponibilizou R\$ 15,0 bilhões, valor 525% maior do que os R\$ 2,4 bilhões disponibilizados no Plano Safra 2002/2003. Outras medidas trazidas pelo Plano foi a ampliação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) para os contratos de investimento, que antes só beneficiavam os financiamentos de custeio e da exigência, por meio da Lei 11.947 de 16/06/2009, de aplicar, no mínimo, 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

Tabela 10 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no PRONAF – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Grupo ⁽²⁾	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	18.435	1,8	110.023	12,7
PRONAF-Grupo B	919.449	88,5	474.600	54,7
PRONAF-Grupo C	9.753	0,9	9.403	1,1
PRONAF-Grupo D	357	0,0	638	0,1
PRONAF-Grupo A/C	4.647	0,4	5.195	0,6
PRONAF-Semi-árido	7.968	0,8	16.606	1,9
PRONAF-Mulher	4.554	0,4	12.019	1,4
PRONAF-Comum	47.655	4,6	137.695	15,8
PRONAF-Demais Grupos	25.568	2,5	101.876	11,7
Total	1.038.386	100,0	868.055	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Até o 1º semestre de 2008, o PRONAF possuía os grupos C, D e E, os quais passaram a ser classificados na categoria Agricultores Familiares (Comum). No caso do Grupo C, os agricultores com DAP emitida até 31/03/2008, podem realizar até 6 operações de custeio, ocasião em que migrarão para a categoria Agricultores Familiares (Comum).

O Banco do Nordeste é atualmente o principal agente financeiro do PRONAF no Nordeste, tendo sob sua responsabilidade 66,3% dessa modalidade de crédito na Região. Em relação ao Brasil, a participação do BNB é de aproximadamente 10,0%⁶.

As aplicações realizadas pelo BNB no PRONAF no ano de 2009 alcançaram R\$ 890,0 milhões, dos quais, R\$ 868,0 milhões foram financiados através do FNE, correspondendo a 98,0% dos recursos aplicados no PRONAF. Este valor representou 9,8% do total financiado pelo FNE em 2009. (Tabela 2). Em relação a 2008, as contratações do PRONAF pelo FNE tiveram incremento de 27,5% nos valores contratados.

Outra fonte utilizada no financiamento do PRONAF foram recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que participou com 2,0% dos investimentos realizados no Programa. Foram atendidas 1.038.386 pessoas no período, representando 94,7% do total de beneficiários do FNE. Considera-se como beneficiário o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família. (Tabela 10).

Em relação aos recursos do FNE aplicados nos Grupos do PRONAF, observa-se que o Grupo B, a linha de microcrédito para combater a pobreza rural, tem a maior representatividade dos recursos (54,7%) contratando R\$ 474,6 milhões e financiando 919.449 pessoas.

Em seguida, se apresenta o Grupo Agricultores Familiares (Comum), dirigido aos agricultores cuja renda familiar é de até R\$ 110 mil, para o qual o FNE investiu R\$ 137,7 milhões (15,8%), beneficiando 47.655 produtores.

Registre-se o montante contratado no Grupo A (R\$ 110,0 milhões), cujos valores foram destinados

6 Dados coletados a partir de: Secretaria da Agricultura Familiar; BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB; BANSICREDI; BASA; BB; BN e BNDES. Dados atualizados BACEN: Dados atualizados até 06/2009; BANCOOB até 12/2009; BANCO COOPERATIVO SICREDI até 10/2009; BASA até 10/2009; BB até 12/2009; BNB até 12/2009 e BNDES até 07/2006 - Últimos 3 meses sujeitos á alterações. Informação Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em: 1 fev. 2010.

aos agricultores assentados pelos programas de reforma agrária, objetivando a estruturação de suas unidades produtivas. Foram beneficiadas com recursos do FNE 18.435 pessoas pertencentes a esse grupo, no ano de 2009.

Os três grupos acima referidos receberam 83,2% dos recursos do FNE destinados ao PRONAF. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 10.

Destaque-se, ainda que, as aplicações no PRONAF Semiárido somaram com R\$ 16,6 milhões, beneficiando 7.968 agricultores; o PRONAF Mulher totalizou R\$ 12,0 milhões e 4.554 beneficiárias; e o PRONAF A/C, R\$ 5,2 milhões e 4.647 beneficiados.

Objetivando o aperfeiçoamento do processo de crédito do PRONAF e programas de Crédito Fundiário, especialmente a melhoria da adimplência e o bom atendimento de clientes, o Banco do Nordeste implementou várias medidas em 2009, dentre as quais destacamos:

- a) Lançamento de campanha promocional do custeio agrícola PRONAF, com a divulgação nos meios de comunicações e realização de eventos em vários municípios, visando à divulgação dessa linha de crédito para parceiros e agricultores familiares;
- b) Revisão da política operacional para o PRONAF permitindo a realização de operações de custeio agropecuário nos municípios que se enquadram nos critérios para suspensão de contratações;
- c) Promoção do PRONAF Mais Alimentos com evento de videoconferência, abrangendo todas as Superintendências Estaduais do Banco, ao qual compareceram representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, autoridades, lideranças locais e representantes do segmento da Agricultura Familiar. Registre-se, ainda, a divulgação dessa linha de crédito nos municípios por meio de rádios e da distribuição de folderes;
- d) Realização conjunta com o Ambiente de Negócios com Mini e Pequenos Produtores Rurais, de campanha de atualização cadastral de agricultores, possibilitando, dentre outros aspectos positivos, que o Serviço de Atendimento ao Cliente

do BNB (Cliente Consulta) mantenha contato com os mutuários para informar o vencimento das prestações, contribuindo para melhorar os índices de adimplência do Programa;

- e) Implementação de plano de ação para regularização de dívidas de agricultores familiares inadimplentes, com base na Lei 11.775/2008;
- f) Articulação com as Superintendências Estaduais para fomentar a prerrogativa prevista na Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar;
- g) Criação, pela Diretoria do Banco, dos segmentos de clientes Agricultura Familiar e Microempreendedor Rural nas agências, permitindo o gerenciamento por meio de carteiras específicas;
- h) Migração da função de Gerente de Suporte a Negócios para Gerente de Negócios específica para o gerenciamento das carteiras de clientes Pronaf e mini e pequenos produtores rurais;
- i) Realização de reunião com as Superintendências Regionais do INCRA no Nordeste para elaboração de plano de ação para contratação de financiamentos do Pronaf Grupo "A";
- j) Parceria com o INCRA para operacionalização do Programa Reabilitação do Crédito de Produção para liquidação de operações PROCERA, com as vantagens da Lei 11.775/2008;
- k) Definição de política de coordenação e acompanhamento da parceria com as EMATER para prestação de assistência técnica aos agricultores familiares;
- l) Articulação com os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com vistas à captação dos recursos a eles destinados pelo MDA para prestação desses serviços. Já foram captados recursos da ordem de R\$ 48 milhões;
- m) Renovação de contrato com o Tesouro Nacional para contratação de operações PRONAF com recursos da STN;

- n) Envio para inscrição em Dívida Ativa da União de financiamentos em atraso com a fonte STN;
- o) Participação na elaboração do Plano Safra 2009/2010, conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário;
- p) Implementação da linha de crédito Emergencial nos estados em que ocorreram inundações, regulamentada pela Resolução CMN nº 3.724 de 15 de maio de 2009.

Agroamigo

Registre-se ainda que em 2004, o BNB iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com a OSCIP Instituto Nordeste Cidadania (INEC), através de um projeto-piloto em duas Agências, com dois assessores em cada uma. A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o programa Agroamigo foi ampliado para todas as Agências do BNB, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no PRONAF Grupo “B”, utilizando-se de metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- Orientação para o crédito e acompanhamento;
- Maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- Expansão de atendimento aos agricultores familiares;
- Maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento do agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa PRONAF B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- Atendimento ao cliente por profissional especializado (assessor de microcrédito rural);
- Uso de metodologia adequada a atividades de microcrédito rural;
- Promoção e atendimento no local;
- Acompanhamento sistemático;
- Identificação das necessidades financeiras do cliente;

- Orientação para transformar a agricultura de subsistência em agricultura sustentável.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Este assessor deverá ter suas origens na área de sua atuação; conhecer as potencialidades econômicas locais; ser comprometido com o desenvolvimento local; inspirar confiança na comunidade; ter formação de técnico agrícola ou área afim.

Assim, o AgroAMIGO tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

O AgroAMIGO está presente em 158 agências do Banco, assistindo 1.573 municípios por intermédio de 601 Assessores de Microcrédito Rural, funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro na operacionalização do Programa.

Em 2009, foram contratadas 286,3 mil operações, totalizando R\$ 443,5 milhões. Desde o início da operacionalização do AgroAMIGO, em 2005, até dezembro de 2009, foram contratadas 818.558 operações, no montante de R\$ 1.124 milhões.

A evolução das operações e valores aplicados pelo AgroAMIGO nos exercícios de 2005 até 2009 pode ser visualizada no Gráfico 2:

Destacam-se, abaixo, as principais ações no âmbito do AgroAMIGO (Programa de Microcrédito Rural Produtivo Orientado do Banco do Nordeste), visando ao seu aperfeiçoamento administrativo e fortalecimento de sua imagem institucional:

- a) Articulação com as coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), objetivando a ampliação do atendimento creditício pelo AgroAMIGO a esse público;
- b) Criação de célula no Ambiente de Gerenciamento do Pronaf para gerenciamento do AgroAMIGO;
- c) Recebimento de Prêmio internacional da *Asociacion Latino Americana de Instituciones Financieras para el Desarrollo* (ALIDE), em reconhecimento pelas boas práticas nas instituições

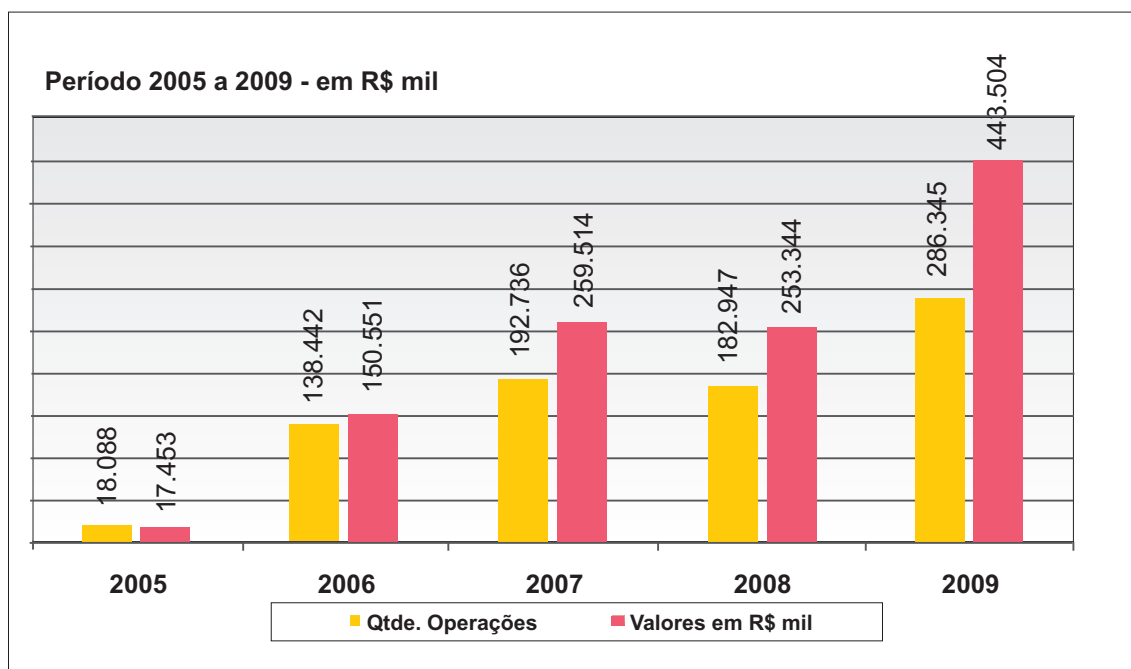


Gráfico 2 – Agroamigo – Quantidade de Operações e Valores Contratados por Ano

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e de Programas de Crédito Fundiário.

financeiras de desenvolvimento e como produto inovador de crédito;

- d) Copatrocínio do III Seminário Internacional sobre Finanças Rurais do Fórum Latino-americano e do Caribe de Finanças Rurais (FOROLACFR), realizado nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2009, em Fortaleza-Ceará;
- e) Intercâmbio com outras instituições financeiras nacionais e internacionais por ocasião da participação na Ruta de Aprendizaje (metodologia de capacitação de caráter vivencial), para apresentação do processo metodológico do AgroAMIGO. Nesse evento estiveram presentes oito países; e
- f) Premiação de três clientes do AgroAMIGO, por Estado, que apresentaram os melhores resultados nas atividades financiadas, como parte integrante do Prêmio BNB de Microcrédito.

3.1.2 Setor agroindustrial

De acordo com a programação do FNE de 2009, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento

da Agroindústria do Nordeste (AGRIN) tem por objetivo promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais, tendo como finalidade financeira a implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos agroindustriais.

O FNE-Sector Agroindustrial aplicou, no decorrer do exercício de 2009, cerca de R\$ 367,0 milhões, o que representou 4,2% do volume contratado pelo FNE no período, resultando em incremento de 38,2% em relação ao valor investido no mesmo período de 2008 (R\$ 265,6 milhões).

As principais atividades agroindustriais financiadas foram: processamento e beneficiamento de cana-de-açúcar, com R\$ 163,1 milhões, o que representou 44,5% do total contratado no Setor, seguida por processamento de carnes, aves e pescados, que contratou R\$ 53,5 milhões (14,6% do Setor) e produtos alimentícios com R\$ 40,6 milhões (11,1% do Setor). Referidas atividades totalizaram

70,2% dos valores investidos pelo FNE na agroindústria da região Nordeste. Destaque também para processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças (9,6%). (Tabela 11).

A região do semiárido nordestino recebeu cerca de R\$ 42,7 milhões das aplicações do FNE-Setor Agroindustrial, representando 11,6% das contratações realizadas por esse segmento e 1,4% do total contratado na região semiárida. As contratações efetuadas fora do semiárido significaram 88,4% do valor contratado pelo Setor Agroindustrial (R\$ 324,3 milhões) e 5,6% do total contratado pelo FNE destinado às áreas fora do semiárido, no exercício de 2009. (Tabelas 1A e 2A).

Em relação ao porte dos beneficiários, o FNE-Setor Agroindustrial destinou R\$ 16,5 milhões para mini, micro e pequenos empreendimentos, perfazendo 4,5% do total das contratações do Setor, em 2009. Os empreendimentos de médio porte receberam R\$ 43,2 milhões, correspondendo a 11,8% das contratações. Os grandes empreendimentos obtiveram R\$ 307,2 milhões, totalizando 83,7% das contratações do Setor. Vale ressaltar que as con-

tratações para empreendimentos de mini, micro e pequeno portes, obtiveram crescimento de 96,0% quando comparado ao exercício de 2008 (R\$ 8,4 milhões) e os de grande porte também apresentaram um relevante crescimento de 54,3%, em relação ao período anterior. No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial do FNE beneficiou 273 empreendimentos, sendo 126 de mini, micro e pequeno portes (46,2%), 95 de médio porte (34,8%) e 52 agroindústrias de grande porte (19,1%). (Tabelas 36 e 37).

Os investimentos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial obtiveram contratações em todos os estados da área de atuação do BNB, beneficiando assim 70 municípios, que representam 3,5% dos municípios da área de atuação do Fundo. (Tabela 39). O estado que obteve o maior volume de recursos contratados foi Alagoas com R\$ 159,3 milhões, o que representa 43,4% do total de recursos destinados ao Setor, seguido por Sergipe (18,2%) e pelo Maranhão (13,1%). Juntos, esses estados foram responsáveis por 74,7% das contratações do FNE-Setor Agroindustrial. (Tabela 12).

Tabela 11 – FNE – Contratações⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial – Exercício de 2009

Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
Ind.Combust. Álcool	3.351	0,9	0,0
Processamento de Carnes, Aves e Pescados	53.534	14,6	0,6
Processamento e Beneficiamento de Cana-de-Açúcar	163.148	44,5	1,8
Produtos Alimentícios	40.606	11,1	0,5
Com. Atacadista	815	0,2	0,0
Plantas Aromáticas e Medicinais	2.000	0,5	0,0
Beneficiamento de Fibras	21.982	6,0	0,3
Proces.Benef.Frutas e Hortaliças	35.047	9,6	0,4
Laticínios	12.873	3,5	0,1
Outras Atividades ⁽²⁾	33.594	9,1	0,5
Total	366.950	100,0	4,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras atividades referem-se a processamento e beneficiamento do mel de abelha, de castanha de caju, grãos, indústria de produtos de limpeza, perfumaria, cosméticos, indústria de produtos químicos, comércio varejista, fruticultura, indústria moagem e beneficiamento, indústria da transformação, apicultura, raízes e tubérculos, intermediação financeira e serv. aux. de agropecuária, extrativismo e silvicultura.

Tabela 12 – FNE – Setor Agroindustrial – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor	%
Alagoas	159.326	43,4
Bahia	9.881	2,7
Ceará	15.974	4,4
Espírito Santo	18.086	4,9
Maranhão	47.581	13,1
Minas Gerais	880	0,2
Paraíba	7.840	2,1
Pernambuco	23.966	6,5
Piauí	5.228	1,4
Rio Grande do Norte	11.411	3,1
Sergipe	66.777	18,2
Total	366.950	100,0

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

É relevante ressaltar que Alagoas, foi o estado que apresentou maior crescimento no volume de recursos, quando comparado ao exercício anterior, tendo em 2008 contratado R\$ 4,9 milhões e em 2009 R\$ 159,3 milhões. Destaque também para os estados do Ceará, Maranhão e Piauí que também apresentaram incremento nas contratações. Observa-se que Minas Gerais foi o estado que apresentou menor volume de recursos contratados no FNE-Sector Agroindustrial (R\$ 880 mil).

Quanto ao incremento no segmento do FNE-Sector Agroindustrial, o cenário se mostra favorável para 2010, tendo em vista que além do aumento no volume das aplicações em relação ao mesmo período de 2009, o valor das propostas em carteira totalizou R\$ 422,8 milhões, no fim desse ano.

3.1.3 Setor industrial e turismo

O FNE – Setor Industrial/Turismo contratou R\$ 1,8 bilhão em 2009, correspondendo a 20,2% das contratações totais do FNE no período, o que apresentou um acréscimo de 2,0% no volume de

recursos contratados no Setor, em 2008. Em 2009, no que tange à quantidade de operações, foram realizadas 2.961 operações (Tabela 2). As atividades manufatureiras absorveram 15,4% das contratações do FNE no período, o que correspondeu a R\$ 1,4 bilhão. As atividades turísticas receberam cerca de R\$ 82,1 milhões, correspondendo a 0,9% das contratações do FNE, no exercício de 2009. (Tabelas 2 e 13).

As contratações com bens de consumo não-duráveis destacaram-se totalizando R\$ 877,2 milhões, ou seja, participação de 49,0% nas contratações do Setor e de 9,8% no total contratado no âmbito do FNE. As atividades com o maior volume de recursos contratados estão relacionadas no grupo outras atividades (R\$ 261,7 milhões), representando 14,6% das contratações do Setor, seguido de calçados (R\$ 141,0 milhões), bebidas (R\$ 105,0 milhões) e produtos alimentícios (R\$ 99,1 milhões).

Ao valor contratado no Setor, acrescenta-se R\$ 54,4 milhões, contratados de acordo com o Art. 9-A da Lei n. 7.827/89. Assim, o valor total aplicado pelo BNB com recursos do FNE para o Setor Industrial e Turismo foi R\$ 1.842,2 milhões, o que representa um incremento de 5,1% em relação ao ano 2008.

O segmento de bens de consumo intermediário participou com 25,6% no total contratado no Setor Industrial/Turismo, o que representou um volume de recursos de R\$ 458,2 milhões em 2009, ou seja, 5,3% das contratações efetivadas no FNE. As atividades de maior destaque nesse segmento foram a indústria metal-mecânica (R\$ 98,5 milhões), seguidas das indústrias siderúrgica (R\$ 89,1 milhões) e produtos plásticos (R\$ 81,1 milhões), conforme Tabela 13.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se aplicações no valor de R\$ 22,9 milhões em 2009, o que corresponde a 1,3% do total contratado no Setor Industrial/turismo e 0,3% dos valores contratados no âmbito do FNE. (Tabela 13). As indústrias do Setor Mobiliário contrataram a totalidade desses recursos, observando-se que as contratações nesse segmento obtiveram incremento de 8,2% em relação ao total contratado em 2008, no mesmo segmento (R\$ 21,1 milhões).

Tabela 13 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ no Setor Industrial e Turismo – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	877.227	49,0	9,8
Calçados	141.038	7,9	1,6
Produtos Alimentícios	99.079	5,5	1,1
Têxteis	72.912	4,1	0,8
Gráfica	30.020	1,7	0,3
Cosméticos	9.352	0,5	0,1
Celulose e Papel	77.448	4,3	0,9
Bebidas	105.024	5,9	1,2
Eletr-eletrônica	37.791	2,1	0,4
Vestuários e Acessórios	39.402	2,2	0,4
Ind.Prod.Farmaceuticos e Defensivos Agricolas	3.487	0,2	0,0
Outras Atividades ⁽²⁾	261.674	14,6	3,0
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	458.222	25,6	5,3
Indústria Siderúrgica	89.140	5,0	1,0
Produtos Químicos	33.766	1,9	0,4
Produtos Plásticos	81.104	4,5	0,9
Tintas, Vernizes e Esmaltes	6.381	0,4	0,1
Minerais não Metálicos (Inclui Extr. Min. não Metal.)	59.415	3,3	0,7
Metal-mecânica	98.481	5,5	1,1
Madeira, exceto Mobiliário	5.107	0,3	0,1
Extração de Minerais Metálicos	5.400	0,3	0,1
Produtos de Borracha	41.949	2,3	0,5
Resinas e Elastômeros	36.855	2,1	0,4
Outras Atividades ⁽³⁾	624	0,0	0,0
BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	22.887	1,3	0,3
Mobiliário	22.887	1,3	0,3
TURISMO	82.107	4,7	0,9
Hospedagem	65.297	3,7	0,7
Transportes	5.715	0,3	0,1
Alimentação	8.076	0,5	0,1
Outras Atividades ⁽⁴⁾	3.019	0,2	0,0
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE	347.336	19,4	3,9
Total	1.787.779	100,0	20,2

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Outras Atividade referem-se a laticínios, Proces.Benef.Oleos e Gorduras Vegetais e Animais e Abate e Prepar.Prod.Carne, Aves e Pescado. (3) Outras Atividades referem-se à Indústria Siderúrgica, Ind.Combust.Nucleares, Refino Petroleo e Álcool e Ind.Fibras, Fios, Cabos e Filamentos Artificiais. (4) Entretenimento, Artesanato e Transporte Turístico. (5) Incluindo a Extração de Minerais não Metálicos.

O Setor Turístico recebeu apenas R\$ 82,1 milhões das contratações do FNE em 2009. Ressalte-se que o total contratado nesse segmento decresceu 55,6% em relação a 2008, quando foram contratados R\$ 184,9 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 79,5% dos recursos desse item (R\$ 65,3 milhões).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 770,5 milhões dos recursos do FNE – Setor Industrial/Turismo em 2009, correspondendo a 43,1% das contratações desse Setor. Registre-se ainda que, do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE – Setor Industrial/Turismo contribuiu com 25,5%. (Tabela 1A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE – Setor Industrial/Turismo foi responsável por cerca de R\$ 1,0 bilhão, o que representou 56,9% do total contratado nesse setor e 17,5% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido, em 2009. (Tabela 2A).

O FNE beneficiou 2.961 empreendedores/empresas no Segmento Industrial e Turismo em 2009 (Tabela 2), ao tempo em que, em 2008, foram beneficiados 2.627, o que representou incremento de 12,7%. Em relação às quantidades de operações firmadas, por porte dos empreendimentos, 75,1% dos beneficiários no FNE – Setor Industrial/Turismo, em 2009, situaram-se nas categorias micro, míni e pequeno portes, enquanto que 18,8% dos beneficiários corresponderam a empreendimentos de médio porte, e 6,1% se destinaram a beneficiários de grande porte. (Tabela 36). No que diz respeito ao valor das contratações do Setor por porte de beneficiários, a relação se inverte. Assim, a categoria grande porte foi responsável pela contratação de 63,8% dos recursos do Setor (R\$ 1,1 bilhão); os de médio porte responderam por 24,3% das contratações (R\$ 433,8 milhões); e a categoria de micro, míni e pequeno beneficiários foi responsável por 11,9% das contratações do Setor (R\$ 212,2 milhões), conforme Tabela 37.

O FNE – Setor Industrial/Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do Banco (Tabela 14), beneficiando 1.237 municípios em 2009, o que representa 62,2% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabela 39). Em 2008, esta quantidade foi de apenas 457 municípios. Em relação aos esta-

dos beneficiados, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia receberam a maior parcela dos recursos e, somados, foram responsáveis por 79,8% das contratações do FNE no Setor. (Tabela 14).

Tabela 14 – FNE – Setor Industrial/Turismo – Contratações ⁽¹⁾ Estaduais – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	28.577	1,6
Bahia	247.574	13,8
Ceará	471.835	26,4
Espírito Santo	4.352	0,2
Maranhão	99.032	5,5
Minas Gerais	9.943	0,6
Paraíba	56.400	3,2
Pernambuco	405.480	22,7
Piauí	22.454	1,3
Rio Grande do Norte	302.861	16,9
Sergipe	139.271	7,8
Total	1.787.779	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com base no Art. 9º-A da Lei n. 7.827/89⁷, foi contratada uma operação no Setor Industrial e Turismo, no valor de R\$ 54,4 milhões, conforme Tabela 54.

3.1.4 Setor infraestrutura

Dentro do cenário para o processo de desenvolvimento econômico de um país, o Setor de Infraestrutura é parte fundamental para que o desenvolvimento ocorra de maneira sustentável. Desse modo, o Setor passa a ser condição necessária para a melhoria do bem-estar da população, através do acesso a serviços básicos.

A infraestrutura física desempenha papel fundamental e integrador nas economias das regiões,

⁷ Ver Item 3 – A Execução do FNE.

oferecendo sustentação às atividades socioeconômicas. Proporciona, assim, as condições para a implementação das políticas públicas sociais e cria um ambiente favorável aos negócios.

A eficiência da infraestrutura regional adquire, portanto, importância para que se mantenha e aumente a competitividade dos diferentes segmentos da economia. Entretanto, a área de atuação do Banco, que engloba os estados do Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, depara-se, a exemplo das demais regiões do País, com uma situação ainda precária em termos de infraestrutura. Essas condições limitam o crescimento da Região e impedem avanços no combate às desigualdades regionais.

Ressalte-se, ainda, que a eficiência dos projetos em infraestrutura, pelas suas características, com altos custos, elevada relação capital-produto e de longa maturação, depende do apoio financeiro das linhas de crédito.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste – numa perspectiva estratégica das políticas de desenvolvimento – é chamado a desempenhar papel complementar no fortalecimento da infraestrutura regional, tanto aquela que condiciona o desenvolvimento humano de suas populações, como a que viabiliza o crescimento econômico, com geração de renda e de postos de trabalho.

Desse modo, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) financia a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com geração e/ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás.

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou mais de R\$ 1,7 bilhão no ano de 2009, o que correspondeu a 19,3% do total contratado pelo FNE no mesmo período. Em relação ao ano de 2008, houve um expressivo crescimento de 31,2% ante os R\$ 1,3 bilhão contratado no ano anterior. Ressalte-se que a Lei Complementar nº 125, de 2007, retirou o

limite de 10,0% dos recursos previstos para o FNE no referido Setor (10,0%).

Ao valor contratado no Setor, acrescenta-se R\$ 214,3 milhões, contratados de acordo com o Art. 9-A da Lei n. 7.827/89. Assim, o valor total aplicado pelo BNB com recursos do FNE para o Setor Infraestrutura foi R\$ 1.918,8 milhões, o que representa um incremento de 47,7% em relação ao ano 2008.

As atividades do Setor que obtiveram recursos foram as relacionadas com a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, as quais obtiveram a maior participação no volume de recursos, representando 41,2% das contratações do setor, a atividade de telecomunicações obteve 30,5% dos recursos, a administração pública, defesa e seguridade obtiveram 13,4%, seguida pelo transporte ferroviário com 10,6%, saneamento básico com 2,5% e atividades auxiliares de transporte com 1,8% destinados ao Setor, conforme detalhado na Tabela 15.

Tabela 15 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009

Atividade	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Ativ. Auxiliares de Transportes	30.638	1,8	0,3
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	228.039	13,4	2,7
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	702.458	41,2	7,9
Saneamento Básico	43.138	2,5	0,5
Telecomunicações	520.210	30,5	5,9
Transporte Ferroviário	180.000	10,6	2
Total	1.704.483	100,0	19,3

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, R\$ 368,3 milhões (21,6%) do valor contratado neste Setor foram destinados à região semi-árida, enquanto R\$ 1,3 bilhão (78,4%) foram para outras regiões. (Tabela 16). Observe-se a maior destinação destes recursos para outras Regiões (fora do

semiárido), o qual havia participado, em 2008, com 44,2% dos recursos dirigidos ao Setor. Essa virada percentual fica por conta das características desse Setor, que em poucos projetos, dependendo dos valores financiados e dos municípios demandantes. (Tabela 40A), pode modificar a configuração dos números, pois a destinação dos recursos depende de bons projetos estruturantes, sejam no semiárido ou fora dele.

Tabela 16 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Região no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil		
Atividade	Valor	% Setor
Semi-árido	368.267	21,6
Outras Regiões	1.336.216	78,4
Total	1.704.483	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição dos recursos por Estado, foram destinados recursos aos onze estados da área de atuação do FNE, abrangendo toda a região do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 2008, foram nove os estados beneficiados com recursos para o Setor. Em 2009, destaca-se o estado de Pernambuco, com a aplicação de 30,5% dos recursos (R\$ 519.439 milhões), seguido pelos estados do Maranhão (21,4%), Ceará (18,4%) e Bahia (17,0%), conforme Tabela 17.

Os recursos foram destinados a 13 municípios, representando 0,6% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 39). Em 2008, cinquenta e um municípios foram beneficiados. Dentre os municípios financiados em 2009, destacam-se São Luis-MA, com 21,9% (R\$ 364,5 milhões), Fortaleza-CE, com 18,6% (R\$ 314,2 milhões), seguidos de Itaquitinga-PE (13,9%), Camaçari-BA (11,1%) e Salgueiro-PE (10,6%), conforme a Tabela 40A, anexa.

Tabela 17 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estado no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil		
Estado	Valor	%
Alagoas	49.686	2,9
Bahia	290.157	17,0
Ceará	314.188	18,4
Espírito Santo	0	0,0
Maranhão	364.480	21,4
Minas Gerais	0	0,0
Paraíba	67.010	3,9
Pernambuco	519.439	30,5
Piauí	0	0,0
Rio Grande do Norte	76.171	4,5
Sergipe	23.352	1,4
Total	1.704.483	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

3.1.5 Setor comercial e serviços

O FNE – Setor Comercial e Serviços contratou no exercício de 2009 cerca de R\$ 2.111.682 milhões, representando 23,9% do total do FNE no período. Vale destacar um expressivo crescimento de 33,7% em relação ao exercício de 2008, ocasião em que foram contratados R\$ 1.579.520 milhões. Ressalte-se que o limite de financiamento de 10,0% dirigidos ao referido setor foi alterado em maio de 2008 (MP nº 432), para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, desde que autorizado pelo Conselho Deliberativo da SUDENE.

A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviço na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

As atividades ligadas ao Setor Comercial obtiveram uma participação de 65%, cerca de R\$ 1,4 bilhão, enquanto o segmento de serviços obteve 35% com R\$ 738,5 milhões dos valores contratados do Setor.

No segmento de Serviços, as principais atividades financiadas foram saúde (R\$ 119,6 milhões), edifícios e obras de engenharia civil (R\$ 99,3 milhões), imobiliárias e alugueis (R\$ 63,2 milhões), transportes rodoviários (R\$ 61,8 milhões), educação (R\$ 39,7 milhões), reparação e conservação (R\$ 38,9 milhões), serv. aux. à indústria (R\$ 36,1

milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 40,6% dos recursos do setor, totalizando R\$ 858,1 milhões. (Tabela 18).

No que se refere à distribuição dos recursos por região, o semiárido foi beneficiado com R\$ 696,4 milhões dos recursos do FNE – Setor Comercial e Serviços no exercício de 2009, correspondendo a 33,0% dos valores contratados pelo Setor. A região fora do semiárido recebeu R\$ 1.415,3 milhões, representando 67,0% das contratações do Setor. (Tabela 19).

Tabela 18 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e de Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	1.373.143	65,0	15,5
Comércio Varejista	858.138	40,6	9,7
Comércio Atacadista	310.058	14,7	3,5
Alimentação	17.094	0,8	0,2
Outros	187.853	8,9	2,1
SERVIÇOS	738.539	35,0	8,4
Imobiliárias e Aluguéis	63.205	3,0	0,7
Saúde	119.647	5,7	1,4
Serv. Auxiliar à Indústria	1.669	0,1	0,0
Telecomunicações	9.203	0,4	0,1
Educação	39.709	1,9	0,5
Transporte Rodoviário	61.845	2,9	0,7
Reparação e Conservação	38.910	1,8	0,4
Serviços Pessoais	12.250	0,6	0,1
Entretenimento e Lazer	12.046	0,6	0,1
Serv. Aux. Adm. Empresas	36.061	1,7	0,4
Outros	244.720	11,6	2,9
Total	2.111.682	100,0	23,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 19 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil				
Região	Quantidade	%	Valor	%
Semi-árido	9.397	53,1	696.378	33
Outras Regiões	8.308	46,9	1.415.304	67
Total	17.705	100,0	2.111.682	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 20), o FNE – Setor Comercial e Serviços destinou 34,6% das contratações, ou seja, R\$ 733,0 milhões, para empreendimentos de grande porte. Os médios empreendimentos ficaram com 28,9% (R\$ 608,3 milhões), enquanto os mini, micro e pequenos empreendimentos obtiveram 36,5% (R\$ 770,3 milhões).

Em relação à distribuição espacial, o FNE – Setor Comercial e Serviços esteve presente em todos os

Tabela 20 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil				
Porte	Quantidade	%	Valor	%
Mini/Micro	4.955	28,0	152.294	7,2
Pequeno	10.596	59,8	618.055	29,3
Médio	1.795	10,2	608.322	28,9
Grande	359	2,0	733.011	34,6
Total	17.705	100,0	2.111.682	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

estados pertencentes à área de atuação do Banco. (Tabela 21). As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará, com 20,5% (R\$ 432,2 milhões), Bahia, 19,2% (R\$ 405,2 milhões), Maranhão, 14,3% (R\$ 302,3 milhões), Pernambuco, 10,6% (R\$ 224,1 milhões) e Piauí, com 7,8% (R\$165,1 milhões). Juntos, estes estados participaram com 72,4% do total dos valores contratados. (Tabela 21).

Tabela 21 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estado nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil				
Estado	Quantidade	%	Valor	%
Alagoas	548	3,1	132.139	6,3
Bahia	2.914	16,5	405.250	19,2
Ceará	4.037	22,8	432.219	20,5
Espírito Santo	175	1,0	21.600	1,0
Maranhão	1.444	8,2	302.334	14,3
Minas Gerais	1.228	6,9	62.152	2,9
Paraíba	1.248	7,0	115.094	5,5
Pernambuco	2.428	13,7	224.102	10,6
Piauí	1.236	7,0	165.166	7,8
Rio Grande do Norte	1.567	9,0	147.268	7,0
Sergipe	880	5,0	104.358	4,9
Total	17.705	100,2	2.111.682	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que alguns estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao exercício de 2008, com destaque para o Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Alagoas. Em relação aos municípios atendidos, o FNE – Setor Comércio/Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco e em 415 municípios, representando 20,9% dos municípios da área de atuação do FNE. (Tabela 39).

Ao valor contratado no Setor, acrescenta-se R\$ 26,6 milhões, contratados de acordo com o Art. 9-A da Lei n. 7.827/89. Assim, o valor total aplicado pelo BNB com recursos do FNE para o Setor Comercial e Serviços foi R\$ 2.138,3 milhões, o que representa um incremento de 35,4% em relação ao ano 2008.

3.2 Valores Programados e Valores Realizados

As contratações realizadas no âmbito do Programa FNE, em 2009, atenderam à programação realizada para esse mesmo ano. No entanto, as contratações no âmbito dos Programas Especiais e no programa Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾ ficaram 12,8% e 24,5% abaixo da programação para esse segmento, respectivamente. Por outro lado, as contratações nos setores Rural e Agroindustrial, bem como o de Comércio e Serviços, superaram

em 18,3% e 35,8%, respectivamente, os valores programados para esses setores. (Tabela 22).

Observe-se que para o Setor de Comércio e Serviços, o limite estabelecido, anteriormente, de 10,0% na aplicação dos recursos foi alterado para 20,0%, podendo chegar a 30,0%, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 432, de 27.05.2008. Referida medida mostra-se acertada, uma vez que os valores financiados nesse segmento têm sido crescentes, já tendo superado a meta em 2008 quando a aplicação prevista era de 9,7% e a realizada foi de 20,6%. Aliado a isso, o mesmo apresenta importante potencial de geração de emprego.

Por outro lado, considera-se oportuno lembrar que a programação anual para as contratações por setor não se constitui em meta rígida, e sim em recomendação às Agências e Superintendências, tendo em vista a melhor distribuição dos recursos por programas de crédito e setores econômicos. A qualidade e a sustentabilidade dos projetos representam os principais fatores que determinam a alocação e a distribuição dos recursos por programas.

Foi ainda contratado pelo BNB, através do Art. 9º-A da Lei n. 7.827/89⁸, o valor de R\$ 295,3 milhões, distribuído em 4 operações, sendo uma no setor Industrial e Turismo (R\$ 54,4 milhões), uma no Setor de Infraestrutura (R\$ 214,3 milhões) e

Tabela 22 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Programadas e Realizadas, por Setor e Programa – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setor/Programa	Programado (%)	Realizado	
		Valor	%
Rural e Agroindustrial ⁽²⁾	21,9	2.287.431	25,9
Indústria, Turismo e Infraestrutura ⁽²⁾	38,9	2.997.589	33,9
Comércio e Serviços ⁽²⁾	17,6	2.111.682	23,9
Programas Especiais ⁽³⁾	21,6	1.442.066	16,3
Total	100,0	8.838.768	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria e BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Excluído os Programas Especiais (PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA, FNE-Verde e FNE-Pró-Recuperação Ambiental). (3) PRONAFs, PRODETEC, PROCULTURA, FNE-Verde e FNE-Pró Recuperação Ambiental (Rural, Industrial e Comércio e Serviços).

8 Ver item 3 – A Execução do FNE.

duas no Setor Comércio e Serviços (R\$ 26,6 milhões), conforme tabelas 54 a 60.

3.3 Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

3.3.1 Contratações por Estado

As contratações no exercício de 2009 totalizaram R\$ 8,8 bilhões, representando uma ampliação de 15,3% em relação ao valor de R\$ 7,7 bilhões, contratado no exercício de 2008. Dos estados da área de atuação do Banco, somente quatro apresentaram decréscimo nos valores contratados, na comparação com o exercício de 2008. Em termos de volume de recursos, os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 1,8 bilhão), Ceará (R\$ 1,6 bilhão), Pernambuco (R\$ 1,4 bilhão) e Maranhão (R\$ 1,3 bilhão). (Tabela 23). As cinco maiores variações nas contratações em 2009, relativamente a 2008, registraram-se nos seguintes estados, a seguir elencados em ordem decrescente de variação: Pernambuco (50,3%), Maranhão (41,2%), Rio Grande do Norte (30,6%),

Alagoas (28,5%) e Ceará (21,9%). Considerando-se o valor contratado de acordo com o Art. 9-A da Lei n. 7.827/89 (R\$ 395,3 milhões), este foi distribuído entre os estados da Paraíba (R\$ 214,3 milhões), Ceará (R\$ 54,4 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 26,6 milhões), totalizando assim R\$ 547,9 milhões, R\$ 1.619,2 milhões e R\$ 683,3 milhões, respectivamente.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 5,0 bilhões em 2009. Os maiores volumes de recursos em carteira ficaram com os estados do Ceará (R\$ 1,4 bilhão), Bahia (R\$ 1,2 bilhão), Pernambuco (R\$ 828,0 milhões), Maranhão (R\$ 753,8 milhões), conforme Tabela 23. Com relação ao exercício de 2008, as propostas em carteira apresentaram elevação de 53,2%. Os seis estados que apresentaram os maiores percentuais de incremento de propostas em carteira foram: Piauí (1.081,0%), Maranhão (116,2%), Pernambuco (69,1%), Rio Grande do Norte (64,8%), Bahia (62,5%), e Espírito Santo (56,5%). Dentre os estados atendidos pelo BNB, apenas o Estado de Minas Gerais apresentou redução nas propostas em carteira, da ordem de 10,9%.

Tabela 23 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Contratações ⁽¹⁾	%	Propostas em Carteira ⁽²⁾	Demanda Total	%
Alagoas	473.093	5,4	93.820	566.913	4,1
Bahia	1.791.478	20,3	1.216.348	3.007.826	21,8
Ceará	1.564.781	17,7	1.352.394	2.917.175	21,1
Espírito Santo	110.860	1,3	18.410	129.270	0,9
Maranhão	1.341.836	15,2	753.809	2.095.645	15,2
Minas Gerais	285.827	3,2	143.272	429.099	3,1
Paraíba	333.716	3,8	52.376	386.092	2,8
Pernambuco	1.383.880	15,7	828.031	2.211.911	16,0
Piauí	459.722	5,2	373.172	832.894	6,0
Rio Grande do Norte	656.697	7,4	62.236	718.933	5,2
Sergipe	436.878	4,9	92.632	529.510	3,8
Total	8.838.768	100,0	4.986.500	13.825.268	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Quanto à demanda total de recursos pelos estados no exercício de 2009 (R\$ 13,8 bilhões), observou-se acréscimo de 26,6% sobre a demanda total do exercício de 2008 (R\$ 10,9 bilhões). A Bahia e o Ceará despontaram com as maiores demandas por Estado, em torno de R\$ 3,0 bilhões cada, seguidos pelos estados de Pernambuco (R\$ 2,2 bilhões) e do Maranhão (R\$ 2,1 bilhões) e de acordo com a Tabela 23.

No que se refere aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, na área de atuação do Banco, no exercício de 2009, os Estados do Espírito Santo (1,3%), Minas Gerais (3,2%) e Paraíba (3,8%) não atingiram o piso mínimo de 4,5%; em relação ao limite máximo, observa-se que nenhum Estado obteve volume de contratações superiores a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB. (Tabela 23).

Considerando-se o período acumulado de 1989 a 2009, todos os estados atingiram o limite mínimo de 4,5% de contratações acumuladas por Estado, com exceção do Estado do Espírito Santo (1,0%). Isso decorre do fato de a zona norte dessa unidade federativa ter sido integrada à área de atuação do Banco do Nordeste em 1999, iniciando-se, assim, o atendimento pelo FNE, com dez anos de defasagem, em relação aos demais estados. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 15,8 bilhões), Ceará (R\$ 9,7 bilhões), Pernambuco (R\$ 7,6 bilhões) e Maranhão (R\$ 6,6 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,2% do total das contratações. À medida que a base econômica dos demais estados da Região se dinamiza, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do Banco. (Tabela 24).

Observa-se que houve mudança no algoritmo de atualização dos valores das contratações relativas ao período de 1996 a 2008. Até o exercício de 2008 estes valores eram considerados sem atualizações, obtendo-se seus valores correntes e nominais. A partir de 2009, os valores contratados, nesse período de 1996 a 2009, foram atualizados pelo IGP-DI. Devido a este fato, o somatório das contratações acumuladas no período de 1989 a 2008 com as contratações do ano de 2009 não corresponde ao

valor acumulado das contratações apresentado na Tabela 24, relativo ao período de 1989 a 2009.

No entanto, atualizando-se as contratações acumuladas no período de 1989 a 2008 sob o novo algoritmo definido, obtém-se R\$ 52,1 bilhões que, comparado ao período de 1989 a 2009, representa um acréscimo das contratações para este último período em cerca de 16,9%. Adicionando-se, a esse montante, as contratações relativas ao exercício de 2009 (R\$ 8,8 bilhões), obtém-se o valor das contratações acumuladas, referente ao período de 1989 a 2009, da ordem de R\$ 60,9 bilhões, conforme apresentado na Tabela 24.

Tabela 24 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Estado – Período: 1989 a 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Valor ⁽²⁾	%
Alagoas	3.178.735	5,2
Bahia	15.761.632	25,9
Ceará	9.676.305	15,9
Espírito Santo	616.129	1,0
Maranhão	6.578.917	10,8
Minas Gerais	3.103.950	5,1
Paraíba	3.467.466	5,7
Pernambuco	7.625.130	12,5
Piauí	3.925.740	6,4
Rio Grande do Norte	3.953.020	6,5
Sergipe	3.047.758	5,0
Total	60.934.782	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/2009 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2009.

As contratações para o Setor Rural totalizaram R\$ 2,9 bilhões em 2009, representando crescimento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2008 (R\$ 2,8 bilhões). Os estados que mais receberam recur-

os foram Bahia (R\$ 838,6 milhões), Maranhão (R\$ 528,4 milhões), Ceará (R\$ 330,6 milhões), Piauí (R\$ 266,9 milhões) e Minas Gerais (R\$ 212,9 milhões). Juntos, esses cinco estados receberam 75,9% dos recursos do FNE aportados ao Setor Rural da economia. (Tabela 25).

Em relação aos percentuais de acréscimo no FNE – Setor Rural, em relação ao exercício de 2008, as maiores variações positivas foram obtidas por Espírito Santo (47,5%), Paraíba (22,9%), Piauí (20,5%) e Ceará (17,8%) e os decréscimos nos valores contratados no Setor Rural foram verificados nos estados da Minas Gerais (23,7%), Rio Grande do Norte (15,7%) e Bahia (1,8%).

No segmento Agroindustrial, o total contratado alcançou, em 2009, R\$ 367,0 milhões, representando aumento de 38,2% sobre o ano de 2008. Essa variação positiva foi influenciada pelo crescimento das contratações em quatro Estados: Alagoas (3.099,3%), Ceará (41,0%), Maranhão (29,3%) e Piauí (18,0%). Os estados da Bahia, do Espírito Santo, de Minas Gerais, da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de Sergipe apresentaram

decréscimos nos valores contratados nesse Setor. Em valores absolutos, os maiores volumes de contratações, no Setor Agroindustrial, em 2009, estão nos estados de Alagoas (R\$ 159,3 milhões), Sergipe (R\$ 66,8 milhões), Maranhão (47,6 milhões) e Pernambuco (R\$ 24,0 milhões). (Tabela 25).

Nos setores de Indústria e Turismo, as operações totalizaram R\$ 1,8 bilhão, o que representa um acréscimo de 2,0% sobre o exercício de 2008. No que se refere a valores absolutos, ressalte-se o bom desempenho do Ceará, de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, cujas contratações atingiram patamares de R\$ 471,8 milhões, R\$ 405,5 milhões e R\$ 302,9 milhões, respectivamente, em 2009. Destaca-se o incremento, em relação ao exercício de 2008, da ordem de 556,9%, nas contratações desse Setor no Estado do Rio Grande do Norte. Além desse estado, quatro outros apresentaram incremento nas contratações: Pernambuco (99,9%), Minas Gerais (71,2%), Piauí (10,9%) e Sergipe (8,5%). Os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão e Paraíba apresentaram retração média em torno de 45,1% nas contratações do Setor Indus-

Tabela 25 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Estaduais e Setoriais – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Alagoas	103.365	159.326	28.577	49.686	132.139	473.093
Bahia	838.616	9.881	247.574	290.157	405.250	1.791.478
Ceará	330.565	15.974	471.835	314.188	432.219	1.564.781
Espírito Santo	66.822	18.086	4.352	0	21.600	110.860
Maranhão	528.409	47.581	99.032	364.480	302.334	1.341.836
Minas Gerais	212.852	880	9.943	0	62.152	285.827
Paraíba	87.372	7.840	56.400	67.010	115.094	333.716
Pernambuco	210.893	23.966	405.480	519.439	224.102	1.383.880
Piauí	266.874	5.228	22.454	0	165.166	459.722
Rio Grande do Norte	118.986	11.411	302.861	76.171	147.268	656.697
Sergipe	103.120	66.777	139.271	23.352	104.358	436.878
Total	2.867.874	366.950	1.787.779	1.704.483	2.111.682	8.838.768

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

trial/Turismo em 2009, quando comparado ao mesmo período do ano imediatamente anterior. (Tabela 25). Quando adicionado o valor de R\$ 54,4 milhões, contratados mediante Art. 9-A da Lei n. 7.827/89, constata-se volume total contratado pelo BNB com recursos do FNE para o setor de Indústria e Turismo foi R\$ 1.842,2 milhões, valor 5,1% superior a 2008. Esse valor foi destinado a uma operação no estado do Ceará. (Tabela 60).

O Setor de Infraestrutura contratou R\$ 1,7 bilhão no exercício de 2009, com expansão de 31,2%, na comparação com 2008. Ressalta-se o Estado do Maranhão que apresentou incremento dos valores contratados da ordem de 4.430,5%, em relação ao mesmo período de 2008. Também elevaram seus valores contratados os estados de Sergipe (102,9%), do Ceará (69,9%), de Pernambuco (51,5%) e da Paraíba (1,4%). Os estados do Espírito Santo, de Minas Gerais e do Piauí não apresentaram contratações nesse Setor, no exercício de 2009, sendo que os dois primeiros também não as apresentaram no mesmo período de 2008. As contratações nos estados de Alagoas, Bahia e Rio Grande do Norte sofreram retração nos valores contratados no Setor de Infraestrutura, em relação ao mesmo período de 2008, da ordem de 35,7%, 28,6% e 46,8%, respectivamente. (Tabela 25). Quando adicionado o valor de R\$ 214,3 milhões, contratados mediante Art. 9-A da Lei n. 7.827/89, constata-se volume total contratado pelo BNB com recursos do FNE para o setor de Infraestrutura foi R\$ 1.918,8 milhões, valor 47,7% superior a 2008. Esse valor foi destinado a uma operação no estado da Paraíba, porém com repercussão em toda a região, dado caráter de capilaridade do setor, espalhando seus efeitos em todo o tecido econômico. (Tabela 60).

O Programa de Apoio ao Comércio e Serviços elevou em 33,7% o valor total contratado em 2009, comparado com 2008. Em termos absolutos, as contratações atingiram os valores de R\$ 2,1 bilhões, em 2009 e R\$ 1,6 bilhão, no mesmo período em 2008. Os estados do Espírito Santo, da Paraíba e do Rio Grande do Norte registraram redução de 52,8%, 22,9% e 0,7%, respectivamente, nos valores contratados. As variações positivas no volume de contratações destacam-se nos estados de: Ce-

ará (103,1%), Maranhão (88,5%), Piauí (82,0%), Alagoas (70,2%) e Pernambuco (47,7%). Quanto ao montante de contratações, em 2009, os maiores valores registraram-se no Ceará (R\$ 432,2 milhões), na Bahia (R\$ 405,3 milhões), no Maranhão (R\$ 302,3 milhões) e Pernambuco (R\$ 224,1 milhões). (Tabela 25). Quando adicionado o valor de R\$ 26,6 milhões, contratados mediante Art. 9-A da Lei n. 7.827/89, constata-se volume total contratado pelo BNB com recursos do FNE para o setor de Comércio e Serviços foi R\$ 2.138,3 milhões, valor 35,4% superior a 2008. Esse valor foi destinado a duas operações no estado do Rio Grande do Norte. (Tabela 60).

O número de beneficiários do FNE totalizou 1.096.620 em 2009, com ampliação de 15,9% em relação ao número de beneficiários do exercício de 2008. O Estado com o maior número de beneficiários foi o Ceará (198,0 mil), seguido da Bahia (197,6 mil), Maranhão (128,2 mil), Pernambuco (118,1 mil) e Minas Gerais (114,3 mil). Os demais estados apresentaram número de beneficiários entre 91,0 mil e 46,0 mil, ficando fora dessa faixa somente o Estado do Espírito Santo que apresentou 2,0 mil beneficiários. (Tabela 26).

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário em 2009 foi de R\$ 8.060,01, valor 0,5% inferior ao valor médio contratado por beneficiário em 2008, que foi de R\$ 8.102,56. A maior relação crédito por beneficiário foi observada no Estado do Espírito Santo (R\$ 55.319,36) cujo valor diverge, inclusive, da média das cinco maiores relações contratação/beneficiário, em torno de R\$ 10.281,34, apresentada pelos estados de Pernambuco (R\$ 11.717,27), do Rio Grande do Norte (R\$ 10.645,29), Maranhão (R\$ 10.467,39), Sergipe (R\$ 9.509,96) e Bahia (R\$ 9.066,78). As menores relações valor contratado por beneficiário apresentaram-se nos estados do Ceará (R\$ 7.901,42), Alagoas (R\$ 7.097,10), Piauí (R\$ 5.049,28), Paraíba (R\$ 4.565,14) e Minas Gerais (R\$ 2.501,61). (Tabela 26).

Os quatro estados mais populosos da região Nordeste – Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão – foram também aqueles que mais contrataram recursos do FNE, no exercício de 2009. Considerando-

Tabela 26 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao Número de Beneficiários – Exercício de 2009

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	473.093	66.660	7.097,10	8
Bahia	1.791.478	197.587	9.066,78	6
Ceará	1.564.781	198.037	7.901,42	7
Espírito Santo	110.860	2.004	55.319,36	1
Maranhão	1.341.836	128.192	10.467,39	4
Minas Gerais	285.827	114.257	2.501,61	11
Paraíba	333.716	73.101	4.565,14	10
Pernambuco	1.383.880	118.107	11.717,27	2
Piauí	459.722	91.047	5.049,28	9
Rio Grande do Norte	656.697	61.689	10.645,29	3
Sergipe	436.878	45.939	9.509,96	5
Total	8.838.768	1.096.620	8.060,01	-

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 27 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação à População Residente – Exercício de 2009

Estado	Valor Contratado (R\$ mil)	População (mil hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	473.093	3.156	149,90	6
Bahia	1.791.478	14.637	122,39	9
Ceará	1.564.781	8.548	183,06	4
Espírito Santo ⁽²⁾	110.860	813	136,36	8
Maranhão	1.341.836	6.367	210,74	2
Minas Gerais ⁽²⁾	285.827	2.834	100,86	10
Paraíba	333.716	3.770	88,52	11
Pernambuco	1.383.880	8.810	157,08	5
Piauí	459.722	3.145	146,16	7
Rio Grande do Norte	656.697	3.138	209,30	3
Sergipe	436.878	2.020	216,31	1
Total	8.838.768	57.238	154,42	-

Fontes: Valor Contratado: BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito. População 2009: oriunda de dados extraídos do site do IBGE. Estimativas populacionais para os municípios brasileiros com data referencial em 01/07/09. Elaboração: BNB/ETENE/CIEST.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Refere-se ao norte do Estado, área de atuação do BNB.

Tabela 28 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ em Relação ao PIB dos Estados – Exercício de 2009

Estado	FNE Setor Rural/ PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/ PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	8,3	8	0,6	9
Bahia	8,9	5	0,8	8
Ceará	10,6	3	4,0	2
Espírito Santo ⁽²⁾	2,3	11	0,2	11
Maranhão	8,8	6	1,7	5
Minas Gerais ⁽³⁾	8,6	7	0,3	10
Paraíba	6,8	10	1,1	6
Pernambuco	7,3	9	3,0	3
Piauí	22,5	1	0,9	7
Rio Grande do Norte	10,1	4	5,4	1
Sergipe	12,9	2	2,6	4
Total	8,8	-	2,0	-

Fonte: BNB – ETENE e IBGE-Contas Regionais 2005.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar (2) Para efeito de cálculo do PIB, os valores para estes estados representam os somatórios do PIB Setorial dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo, pertencentes à área de atuação do BNB, conforme dados municipais disponibilizados pelo IBGE. (3) O PIB de 2007 foi atualizado para 2008 pelo deflator implícito do Brasil, último disponibilizado pelo IBGE. Sendo o deflator implícito do PIB um índice, a atualização de 2008 para 2009 foi feita pelo INPC de 2009.

se toda a área de atuação do Banco, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 154,42, em 2009, o que representa um acréscimo de 14,0%, quando comparada à de R\$ 135,46, no ano de 2008. O Estado de Sergipe apresentou a relação valor contratado por residente mais elevada, equivalente a R\$ 216,31, seguido pelos estados do Maranhão (R\$ 210,74/habitante), Rio Grande do Norte (R\$ 209,30/habitante) e Ceará (R\$ 183,06/habitante). (Tabela 27).

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 28 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No Setor Primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 8,8% do PIB desse Setor gerado nos estados da área de atuação do Banco. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do Setor Primário nesses mesmos estados, foram

Piauí (22,5%), Sergipe (12,9%), Ceará (10,6%) e Rio Grande do Norte (10,1%). No Setor Secundário, a importância relativa do Fundo foi de 2,0%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados do Rio Grande do Norte (5,4%), Ceará (4,0%), Pernambuco (3,0%) e Sergipe (2,6%).

3.3.2 Contratações no Semiárido e fora do Semiárido

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino, refletida no volume de recursos da ordem de R\$ 24,6 bilhões, alocados para essa região, no período de 1989 a 2009. As localidades situadas fora do semiárido, especialmente no litoral e na zona da mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram volume de recursos em torno de R\$ 36,3 bilhões, nesse mesmo período, conforme Tabela 29.

Tabela 29 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região – Período 1989 a 2009

Valores em R\$ Mil

Região	Valor ⁽²⁾	%
Semiárido	24.636.332	40,4
Fora do Semiárido	36.298.450	59,6
Total	60.934.782	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/2009 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2009.

Em 2009, foram aplicados com recursos do FNE cerca de R\$ 3,0 bilhões na região do semiárido nordestino, ou seja, 34,2% do total contratado no âmbito do Fundo. Aproximadamente 682,4 mil pessoas e empresas foram beneficiadas, nesse espaço territorial, equivalendo a 62,2% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise. (Tabela 30). Considerando-se o valor de R\$ 295,3 milhões, contratado mediante Art. 9-A da Lei n. 7.827/89, observa-se que este foi todo aplicado fora do semiárido, sendo que 72,6% no setor de infraestrutura, que, por sua natureza repercute em toda a região, dado caráter de capilaridade do setor, espalhando seus efeitos em todo o tecido econômico. (Tabela 57).

Tabela 30 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Região	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
Semi-árido	682.359	62,2	3.022.417	34,2
Fora do Semiárido	414.261	37,8	5.816.351	65,8
Total	1.096.620	100,0	8.838.768	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Ressalta-se que a relação entre as contratações no semiárido e os ingressos de recursos provenientes da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da

Integração foi, em 2009, de 83,3% (R\$ 3,0 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 3,6 bilhões de ingresso de recursos), denotando o crescimento das aplicações na referida região geográfica, em relação ao ano anterior em que se registrou uma relação de 69,0%, ou seja, R\$ 2,7 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 3,9 bilhões de ingresso de recursos. A mesma relação é de 83,4%, quando se considera o período acumulado, de 1989 a 2009 (R\$ 24,6 bilhões de contratações no semiárido e R\$ 29,5 bilhões de ingressos de recursos). Estas informações podem ser visualizadas nas Tabelas 4, 29 e 30.

Conforme preceitua a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que instituiu o Fundo, no caso da região Nordeste, o FNE “inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semiárido, às quais destinará metade dos recursos ingressados [...]” (Art. 2º, § 2º). (BRASIL. LEI nº 7.827, 2009). Além disso, aos mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento e de quinze por cento para os mutuários das demais regiões. (BRASIL. LEI Nº 10.177, 2009).

É importante lembrar, entretanto, que o estabelecimento daquele limite legal deu-se em 1989, quando a área de atuação do Banco do Nordeste e da SUDENE não incluía ainda as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o norte do Espírito Santo. Este último estado (assim como alguns daqueles municípios mineiros) está totalmente fora do semiárido; atendê-lo, torna mais difícil alcançar o limite mínimo anteriormente estabelecido.

Não obstante o financiamento na região do semiárido nordestino ter sido inferior à metade das contratações do Fundo, é importante ressaltar que o maior volume de valores contratados fora do semiárido não afetou a alocação de recursos nessa região, visto que a demanda por financiamento ali identificada foi plenamente atendida. O contingenciamento de recursos para a região fora do semiárido, implicaria, portanto, aumento das disponibilidades do Fundo, prejudicando a alocação de recursos na região Nordeste como um todo e, consequente-

mente, a oferta de crédito para o financiamento do seu desenvolvimento econômico e social.

Além disso, devem-se considerar as peculiaridades dos estados da região Nordeste. Existem unidades, a exemplo do Maranhão, cujo território, em sua maioria, é caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, registrar significativos índices de crescimento econômico e assumir a segunda posição de maior exportador do Nordeste apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam: a) dos trinta municípios do Nordeste com menores índices de IDH, doze estão localizados no Maranhão; b) os 10 municípios do Nordeste com menor renda familiar, e um deles ocupando a última posição do *ranking*, também são maranhenses; c) os níveis de alfabetização mais baixos do País, o que vai refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão registrados no Maranhão (UNICEF, 1994); e d) o PIB e a renda *per capita* do Maranhão figuram na última posição do *ranking* nacional, no ano de 2004.

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis abaixo às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo Fundo.

As questões acima suscitam uma reflexão sobre a maior atenção a ser dada pelo Fundo aos estados com economia menos dinâmicas, observando-se não apenas os aspectos climáticos, classificando-os dentro e fora do semiárido. Outras questões igualmente importantes precisam ser consideradas na identificação dos estados que requerem maior incentivo através dos recursos alocados pelo Fundo. Indicadores como PIB *per capita*, renda *per capita*, IDH, fornecimento de serviços básicos, índices de analfabetismo, coeficiente de mortalidade infantil e índices de pobreza, dentre outros, devem ser considerados, também, no processo de identificação dos estados que requerem maior incentivo e, conseqüentemente, maior aporte de recursos do Fundo.

Como forma de exemplificar que essas questões podem afetar a distributividade dos recursos do FNE entre essas regiões geográficas, dificultando

o cumprimento da legislação sobre a alocação de metade dos recursos no semiárido apresenta-se, nas Tabelas 31 e 32, os valores totais contratados dentro e fora do semiárido, subtraindo-se as contratações do Estado do Maranhão. Assim, no período de 1989 a 2009, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 42,7% para 45,3%, portanto 2,6 pontos percentuais a mais, aproximando-se do que preceitua a legislação do FNE. (Tabela 31).

Tabela 31 – FNE – Contratações ⁽¹⁾ Acumuladas por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Período: 1989 a 2009

Valores em R\$ Mil

Região	Valor ⁽²⁾	%
Semiárido	24.636.332	45,3
Fora do Semiárido	29.719.533	54,7
Total	54.355.865	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/2009 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2009.

Considerando, ainda, a exclusão das contratações realizadas no Maranhão em 2009 (R\$ 1,3 bilhão), a participação percentual do semiárido, nesse ano, eleva-se de 34,2% para 40,3%, de acordo com as Tabelas 23, 30 e 32.

Apesar das questões acima colocadas, o BNB tem adotado ações sistemáticas no sentido de elevar a participação FNE na região semiárida. Desse modo, a Programação FNE para o ano 2009 contempla limites diferenciados para os empreendimentos localizados no semiárido, especialmente para empresas exportadoras e aquelas localizadas nas Região Integrada de Desenvolvimento (RIDES) de Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó. Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos reembolsos de juros e principal efetuados até as respectivas da-

Tabela 32 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região (Exclui o Estado do Maranhão) – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Região	Nº de Beneficiários	%	Valor	%
Semiárido	682.359	70,5	3.022.417	40,3
Fora do Semiárido	286.069	29,5	4.474.515	59,7
Total	968.428	100,0	7.496.932	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

tas de vencimento por empreendedores localizados no semiárido, tornando os encargos do FNE mais atrativos nestes negócios.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região geográfica, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial.

Espera-se, com estas ações, alavancar ainda mais as aplicações na Região, aproximando-se do que preceitua a determinação legal de destinação de metade dos recursos para o semiárido.

3.3.2.1 Ações desenvolvidas para incremento das aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste, ao longo dos últimos vinte anos, vem envidando esforços para o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura ao semiárido a aplicação de, pelo menos, metade dos recursos do FNE. Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no semiárido, viabilizando uma maior captação de recursos por essa sub-região. O próprio Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA) reconhece a complexidade do processo de promoção do desenvolvimento dessa sub-região e pressupõe

o envolvimento de toda a sociedade na aplicação coerente de conhecimentos e ações.

Por ocasião da elaboração da Programação FNE 2009, o BNB, norteado pelas diretrizes e prioridades estabelecidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), contou com a participação de representantes de governos estaduais, ministérios, movimentos sociais e setores produtivos, resultando na expectativa de demanda para aplicação de 51,4% (R\$ 3,85 bilhões) do orçamento FNE do exercício de 2009 (R\$ 7,5 bilhões) destinado ao semiárido.

Para elevar as aplicações no nessa região, referida programação contemplou limites de financiamento diferenciados para os empreendimentos localizados na mencionada região, especialmente para as empresas exportadoras e os empreendedores localizados nas RIDes Timon-Teresina e Petrolina-Juazeiro e, nas mesorregiões do Bico do Papagaio, Chapada do Araripe, Chapada das Mangabeiras, Seridó, Vale do Jequitinhonha/Mucuri e Xingó.

Ademais, manteve-se a aplicação de bônus de adimplência de 25% aplicáveis aos encargos reembolsáveis até as respectivas datas de vencimentos das parcelas de financiamento dos empreendimentos localizados no semiárido, tornando-os mais atrativos para a aplicação nessa região.

Adicionalmente, com vistas a estimular a atração de capitais, a geração de emprego e o incremento das aplicações do FNE na referida região climática, o BNB tem divulgado os benefícios diferenciados do programa para o semiárido, além de adotar uma política operacional de incentivo às empresas-âncora e grandes produtores localizados na referida região, mediante direcionamento prioritário de recursos do

Tabela 33 – Contratações Estratégia Nordeste Territorial

Estratégia Nordeste Territorial	Qtde. de Ops	Valor Contratado - Ano 2009	%
Outras Regiões	5.682	1.087.296.890,02	64,68%
Semiárida	11.877	593.689.358,31	35,32%
Total	17.559	1.680.986.248,33	100,00%

Fonte: Planilha de Contratações BNB.

Fundo, especialmente por meio de sua estratégia de desenvolvimento territorial – o Nordeste Territorial.

Essa estratégia de desenvolvimento territorial tem como objetivo potencializar a aplicação dos recursos do FNE de forma a promover a sustentabilidade de atividades econômicas prioritárias para a economia da região.

Assim, a estratégia Nordeste Territorial tem como meta ampliar a competitividade de cadeias produtivas prioritárias por meio de maior acesso ao crédito e pelo apoio à integração técnica e comercial entre os atores que atuam nessas cadeias produtivas e entre as instituições de apoio, além da ampliação da oferta de políticas públicas nos territórios da área de atuação do BNB.

Em termos de apoio financeiro, a estratégia nordeste territorial aportou, no exercício de 2009, o montante de R\$ 1,7 bilhões, sendo que 35,32% desse total foi destinado à região do semiárido. (Tabela 33):

Especificamente para as cadeias produtivas priorizadas, foi direcionado um esforço para am-

pliar o vínculo de articulação e cooperação técnica e comercial entre os produtores e as médias e grandes empresas, além do fortalecimento dos fóruns setoriais dessas cadeias produtivas, tendo em vista tratar-se de ferramenta necessária à estruturação político-econômica dessas atividades produtivas.

Ressalte-se que todo o direcionamento estratégico do Banco ocorre no sentido de envidar esforços para aplicar a metade dos recursos no semiárido. Assim, mantém-se a diretriz de priorizar projetos que contemplem atividades produtivas que possam ser trabalhadas nessa região.

Quanto à estratégia de inclusão sócio-econômica, do total de 11.877 operações, mais de 95% dessas operações foram realizadas com mini e pequenos produtores rurais e micro empresas, fato que demonstra o alcance dessa estratégia de priorização das oportunidades de crédito para o segmento de pequeno porte. (Tabela 34).

Adicionalmente, com o objetivo de tornar amplamente conhecidos os benefícios e incentivos do FNE dirigidos aos financiamentos realizados na região

Tabela 34 – Estratégia de Inclusão Sócio-Econômica

Porte de Cliente	Qtde de Operações	Valor Financiado	%
Grande	94	221.687.402,69	37,34%
Mini	9.155	140.278.556,64	23,63%
Médio	414	115.740.047,20	19,50%
Pequeno	1.966	105.486.903,26	17,77%
Micro	248	10.496.448,52	1,77%
Total	11.877	593.689.358,31	100,00%

Fonte: Planilha de Contratações BNB.

semiárida, o BNB tem adotado como campanha publicitária direcionada ao público externo, que todo o material publicitário que se refere ao financiamento de longo prazo, traz, em destaque, as condições diferenciadas para a região do semiárido.

3.3.3 Contratações por porte de beneficiário

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas respectivas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini e pequeno portes receberam 40,5% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 24,7 bilhões, no período de 1989 a 2009. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou R\$ 7,5 bilhões, ou seja, 12,2% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 28,8 bilhões ou 47,3% do total de contratações do FNE. (Tabela 35).

Os empreendedores de mini, micro e pequeno portes predominaram nos setores Rural; da Agroindústria, Industrial e Turismo; e Comercial e Serviços atendidos pelo FNE, em 2009. No segmento de

Tabela 35 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 a 2009

Valores em R\$ Mil

Porte	Valor ⁽²⁾	%
Mini/Pequeno	24.679.153	40,5
Médio	7.450.159	12,2
Grande	28.805.470	47,3
Total	60.934.782	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações no período 1989-2004, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.90 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercícios de 1992/2009 - valores atualizados pelo IGP-DI, até 31.12.2009.

Infraestrutura, em decorrência da natureza da atividade do Setor, foram atendidos empreendimentos de médio e grande portes. Os beneficiários de empreendimentos de micro, mini e pequeno portes totalizaram 1,1 bilhão, o que equivale a 99,4% de todos os beneficiários atendidos pelo FNE, no ano em foco.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE atua no Setor Rural, segmento em que a quase totalidade, ou seja, 99,7%, o que repre-

Tabela 36 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2009

Porte	Rural		Agroindustrial		Indústria/Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	1.072.600	99,7	126	46,2	2.223	75,1	-	-	15.551	87,9	1.090.500	99,4
Médio	2.307	0,2	95	34,8	558	18,8	1	5,6	1.795	10,1	4.756	0,5
Grande	756	0,1	52	19,1	180	6,1	17	94,4	359	2,0	1.364	0,1
Total	1.075.663	100,0	273	100,0	2.961	100,0	18	100,0	17.705	100,0	1.096.620	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 37 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Porte dos Beneficiários e Setor – Exercício de 2009

Porte	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria/Turismo	%	Infraestrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total
Mini/Pequeno	1.254.192	43,7	16.533	4,5	212.231	11,9	0	0,0	770.349	36,5	2.253.305
Médio	258.447	9,0	43.213	11,8	433.852	24,3	13.852	0,8	608.322	28,8	1.357.686
Grande											
Total	2.867.874	100,0	366.949	100,0	1.787.779	100,0	1.704.484	100,0	2.111.682	100,0	8.838.768

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações” entende-se a realização de operações incluindo parcelas.

senta 1,1 bilhão de beneficiários, são responsáveis por empreendimentos que pertencem à categoria de micro, míni e pequeno portes. Os beneficiários de médio porte obtiveram maior destaque nos setores Rural; Comércio e Serviços; e Industrial e Turismo. Nos cinco setores, somaram 0,5% de todos os beneficiários do Fundo, em 2009. (Tabela 36).

No que se refere aos grandes empreendimentos, a participação percentual mais destacada desse porte, ocorreu nos setores Agroindustrial, 19,1% dos beneficiários e de Infraestrutura, 94,4% dos beneficiários. (Tabela 36).

Quanto aos valores contratados, 25,5% dos recursos do FNE foram destinados aos mini, micro e pequenos produtores, no exercício de 2009, perfazendo um total de R\$ 2,3 bilhões. Os valores contratados por empreendedores de míni e pequenos negócios foram mais expressivos nos setores Rural e Comércio e Serviços, cujo montante corresponde a 89,8% do total contratado por empreendimentos desses portes, no exercício em foco (Tabela 37).

Os produtores de porte médio, em 2009, obtiveram recursos da ordem de R\$ 1,4 bilhão, com incremento de 27,3% em relação a 2008 (R\$ 1,1 bilhão). O valor contratado com produtores de grande porte, em 2009, totalizou R\$ 5,2 bilhões (Tabela 37).

3.3.4 Municípios atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.989 municípios. Destes, 1.978 foram atendidos com operações de crédito durante o ano de 2009,

o que representa 99,4% dos municípios atendidos, ou seja, a quase totalidade dos municípios dos Estados que compõem a área de abrangência do FNE recebeu recursos do Fundo. Os Estados do Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe destacam-se com a totalidade dos seus municípios atendidos. Nos demais Estados, o percentual de municípios atendidos variou de 96,1% a 99,6%. (Tabela 38).

Em relação a 2008, houve ampliação de 1,4% no total das localidades atendidas, considerando-se que em 2008, o FNE atendeu a 1.950 municípios. Dividindo-se o valor total contratado com recursos do FNE em 2009 (R\$ 8,8 bilhões) pelo número de municípios onde os recursos foram aplicados (1.978), encontra-se o valor médio de R\$ 4,4 milhões contratados por município, média 12,8% superior à do exercício de 2008 (R\$ 3,9 milhões).

Territorial e setorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 98,1% da área de atuação do Fundo Constitucional, o que corresponde a 1.951 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 415 municípios no setor Comercial e Serviços, e as efetuadas em 1.237 municípios no setor Industrial e Turismo, equivalente a 20,9% e 62,2% da área de abrangência do Fundo, respectivamente. (Tabela 39).

O FNE destinou até R\$ 500 mil para 868 municípios em 2009. Seguiram-se 998 municípios que receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10

Tabela 38 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Exercício de 2009

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	98	96,1
Bahia	417	412	98,8
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	27	96,4
Maranhão	217	217	100,0
Minas Gerais	168	168	100,0
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco ⁽¹⁾	185	185	100,0
Piauí	223	222	99,6
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
Total	1.989	1.978	99,4

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

Nota: (1) O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

milhões, enquanto que 112 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões. (Tabela 40).

Quanto às contratações por tipo de município segundo a PNDR, a Tabela 41 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram quase a totalidade das operações (98,0%) do Fundo, enquanto os municípios de alta renda ficaram com 2,0% do total das operações contratadas, em 2009. No que se refere aos valores contratados nesse

mesmo ano, 76,7% (em 2008 esse percentual foi de 75,5%) destinaram-se aos municípios de baixa e média rendas (R\$ 6,8 bilhões). Destaca-se o percentual de 38,8% dos valores contratados destinados aos municípios de média renda que se apresentam com sua economia estagnada, os quais receberam apoio do Fundo, com vistas a reverter esta situação. Os municípios de alta renda obtiveram 23,3% dos valores contratados.

Tabela 39 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.951	98,1
Agroindustrial	70	3,5
Industrial/Turismo	1.237	62,2
InfraEstrutura	13	0,7
Comércio/Serviços	415	20,9

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 40 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Exercício de 2009

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período ⁽¹⁾	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	223	11,3
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	645	32,6
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	353	17,8
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	645	32,6
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	97	4,9
> R\$ 100 milhões	15	0,8
Total	1.978	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Tabela 41 – FNE – Contratações por Tipo de Município ⁽¹⁾ – Exercício de 2009

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Baixa Renda ⁽²⁾	121.358	31,9	1.167.505	13,2
Estagnado de Média Renda ⁽³⁾	124.376	32,7	3.430.236	38,8
Dinâmico de Média Renda ⁽⁴⁾	126.719	33,3	2.180.120	24,7
Alta Renda ⁽⁵⁾	7.964	2,1	2.060.907	23,3
Total	380.417	100,0	8.838.768	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

3.4 Repasses do FNE

3.4.1 Repasse do FNE a outras instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), e

dá outras providências, os bancos administradores poderão repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estrutura operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas

Tabela 42 – FNE – Bancos Repassadores – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	11	16,7	1.907	12,2
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	51	77,3	12.201	78,2
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	4	6,1	1.489	9,6
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-	-	-	-
Total		66	100,0	15.597	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBAHIA.

as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional. (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Desse modo, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições com o objetivo de conferir maior capilaridade ao FNE. No ano de 2009, o Banco realizou repasses de recursos do FNE a três instituições, no valor total de R\$ 15,6 milhões, por meio de 66 operações contratadas. Em termos de valores, o maior desempenho foi obtido pelo Banco do Estado de Sergipe (BANESE), responsável por contratações totais de R\$12,2 milhões, soma que representou 78,2% do volume global dos repasses. Em seguida, aparecem a Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN), com 12,2% e a Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA), que repassou 9,6% dos recursos. No que tange ao número de operações contratadas, o BANESE foi responsável por 77,3% delas, conforme a Tabela 42.

Dentre os setores financiados pelos bancos repassadores, com recursos do FNE, o Setor de Comércio e Serviços destacou-se em 2009, absorvendo 61,9% do total de recursos contratados e repassados, ou seja, R\$ 9,7 milhões. Em seguida aparece o Setor Rural, que respondeu por R\$ 4,0 milhões, ou seja, 25,5% do total contratado. Finalmente, o Setor Industrial e Turismo responde por 12,5% do montante repassado. Esses recursos beneficiaram 70 empresas e produtores em 2009, sendo que 68,6% dos beneficiários pertencem ao

Setor Rural e 27,1% ao Setor Comércio e Serviços, conforme Tabela 43.

Dentre as atividades financiadas no Setor Rural, a Pecuária se sobressai, absorvendo 64,9% dos recursos (R\$2,6 milhões), investidos principalmente na bovinocultura. Em seguida destaca-se a agricultura irrigada, com R\$ 1,3 milhões aplicados, ou seja, 32,6% do total contratado nesse setor, especificamente na fruticultura e no cultivo de grãos. (Tabela 44).

No que tange às contratações no segmento Industrial e Turismo (Tabela 45), observa-se que, diferentemente do ano anterior, em 2009 o maior volume de recursos aplicados no Setor Industrial deu-se na rubrica Bens de Consumo Não-duráveis, em razão de uma única operação destinada à produção de bebidas, que absorveu 64,7% dos recursos. Ressalte-se que, no período, houve significativo recuo das aplicações no setor, tanto no que se refere ao volume de recursos investidos quanto ao número de operações efetivadas. Em 2009, o montante aplicado representa 17,9% daquele absorvido em 2008 pelo setor em referência.

Analisando as contratações nos setores Comercial e de Serviços, por atividade, segue em evidência o Setor de Serviços (84,5%), capitaneado, em 2009, pelo ramo dedicado ao transporte (51,6%), ao invés da construção civil, como verificou-se no ano anterior. De acordo com a Tabela 46, em 2009, referidos setores assimilaram 61,9% dos recursos aplicados por meio do FNE.

Tabela 43 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações no Exercício de 2009
Valores em R\$ Mil

Setor / Programa	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. beneficiários	Valor	%	
RURAL	44	48	3.984	25,5	-
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	44	48	3.984	25,5	-
INDUSTRIAL E TURISMO	3	3	1.954	12,5	-
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)	3	3	1.954	12,5	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS	19	19	9.659	61,9	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	19	19	9.659	61,9	-
Total	66	70	15.597	100,0	-

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 44 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade no Setor Rural – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
PECUÁRIA	28	2.586	64,9
Bovinocultura	24	2.547	63,9
Ovinocaprinocultura	1	5	0,1
Suinocultura	3	34	0,9
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	1	100	2,5
Fruticultura	1	100	2,5
AGRICULTURA IRRIGADA	15	1.298	32,6
Fruticultura	14	642	16,1
Grãos	1	656	16,5
Total	44	3.984	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 45 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	1	1.265	64,7
Bebidas(exceto agroindústria)	1	1.265	64,7
BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO	2	689	35,3
Extração de Minerais não Metálicos	1	422	21,6
Produtos Químicos	1	267	13,7
Total	3	1.954	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
COMÉRCIO	7	1.493	15,5	9,6
Comércio Varejista	7	1.493	15,5	9,6
SERVIÇOS	12	8.166	84,5	52,4
Saúde	4	699	7,2	4,5
Construção Civil	1	147	1,5	0,9
Transporte	1	4.986	51,6	32,0
Outros	6	2.334	24,2	15,0
Total	19	9.659	100,0	61,9

Fonte: AGN; BANESE e DESENBAHIA.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Quanto ao retorno dos recursos financiados pelos bancos repassadores, podemos observar que a AGN apresenta índice de 96% de adimplência, enquanto que a Desenbahia obteve 93,5% de pontualidade no recebimento dos créditos concedidos no âmbito do FNE em 2009.

Comparativamente ao ano anterior, verifica-se que tanto a AGN como o Banese melhoraram o desempenho operacional, reduzindo a inadimplência. A AGN reduziu seu respectivo índice em 31,4%, já as operações realizadas pelo Banese não apresentam inadimplência na posição de 31/12/2009. O mesmo não ocorreu com a Desenbahia, cuja taxa de inadimplência passou de 0,44% para 6,5% no mesmo período Tabela 47.

Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Inadimplência⁽¹⁾ – Posição: 31.12.2009

Instituição Financeira	% de Inadimplência
Agência de Fomento do R. G. Norte S.A. - AGN	4,0
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE	-
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	-
Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA	6,5

Fonte: AGN; BANESE; BDMG e DESENBAHIA.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

De outra forma, observando-se as contratações dos bancos repassadores de acordo com a classificação da região de destinação do crédito, verifica-se a maior parte dos recursos (82,9%) foi absorvida pelas áreas que se localizam fora do semiárido. Desse modo, apenas 17,1% foram aplicados na região semiárida.

O montante de R\$ 15,6 milhões, ainda que representando apenas 32,2% da soma repassada no ano anterior, beneficiou 70 famílias ou empresas, conforme Tabela 48.

Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Área	No de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semi-árido	29	41,4	2.666	17,1
Fora do Semi-árido	41	58,6	12.931	82,9
Total	70	100,0	15.597	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBAHIA

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Analisando o número de beneficiários, por porte e setor, verifica-se que os empreendedores de míni, micro e pequeno portes predominaram no

Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Exercício de 2009

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/ Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro/Pequeno	46	95,8	-	-	2	66,7	-	-	17	89,5	65	92,9
Médio	2	4,2	-	-	1	33,3	-	-	1	5,3	4	5,7
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5,2	1	1,4
Total	48	100,0	-	-	3	100,0	-	-	19	100,0	70	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

que concerne à quantidade de contratos efetivados. Assim, esse segmento participou com 95,8% das contratações no Setor Rural, com 66,7% no Industrial e Turismo e com 89,65% no Setor de Comércio e Serviços. No geral, os empreendedores de míni, micro e pequeno portes foram objetos de 92,9% do total das contratações realizadas pelos bancos repassadores. (Tabela 49).

A análise das contratações dos bancos repassadores, em termos de volume de recursos contratados em 2009, por porte do empreendimento, revela que 45,0% do valor direcionou-se aos empreendimentos de míni, micro e pequenos portes, e 32% às iniciativas de grande porte. (Tabela 50).

Examinando-se os valores contratados, por porte e setor, constata-se que no Setor Rural, os empreendimentos de míni, micro e pequeno porte respondem por 91,7% do montante contratado no setor, verificando-se, assim, uma inversão em re-

lação a 2008, quando o volume de financiamentos foi liderado fortemente pelos grandes produtores (65,3%). Já no setor de Comércio e Serviços, os empreendimentos de grande porte se sobressaem, sendo beneficiados com mais da metade dos recursos (51,6%). Assim como no rural, o setor industrial/turismo não destinou recursos para grandes empresas em 2009. Neste setor, os empreendimentos de médio porte absorveram 64,7% dos recursos aplicados pelas supracitadas instituições repassadoras de recursos do FNE.

Em 31.12.2009, o saldo devedor das quatro instituições financeiras repassadoras do FNE somaram R\$ 147,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBÁHIA), 39,5% do total do saldo devedor; Banco do Estado de Sergipe (BANESE), 30,9%; Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), 26,3%; e Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN),

Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	3.653	-	689	-	2.673	7.015
Médio	331	-	1.265	-	2.000	3.596
Grande	-	-	-	-	4.986	4.986
Total	3.984	-	1.954	-	9.659	15.597

Fonte: AGE; BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores das Operações⁽¹⁾

Valores em R\$ Mil

Setor	Instituições Repassadoras				Total
	AGN	BANESE	DESENBÁHIA	BDMG	
Industrial	2.207	3.409	16.138	-	21.754
Rural	267	16.719	21.148	-	38.134
Outros	2.204	25.550	21.112	38.922	87.788
Total	4.678	45.678	58.398	38.922	147.676

Fonte: AGN; BANESE, DESENBÁHIA e BDMG.

Nota: (1) Operações contratadas a partir de 2005.

3,2%. Desse montante, 14,7% se referem ao setor Industrial, 25,8% ao setor rural e 59,4% a outras setores, conforme Tabela 51.

As contratações dos bancos repassadores para o setor rural, em 2009, ocorreram em 28 municípios dos estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte, enquanto 8 municípios dos mesmos estados absorveram recursos no setor de Comércio e Serviços, 3 foram beneficiados com operações no âmbito da indústria e 1 na agroindústria. (Tabela 52).

Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	28
Agroindustrial	1
Industrial	3
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	8

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Quanto aos municípios atendidos pelos bancos repassadores, a maioria encontra-se no estado de Sergipe, cuja capital, Aracaju, obteve mais da metade do montante financiado, conforme Tabela 53.

Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Município	Valor Contratado	%
Açú (RN)	422	2,7
Apodi (RN)	20	0,1
Aracaju (SE)	7.937	50,9
Barreiras (BA)	656	4,2
Boquim (SE)	14	0,1
Campo do Brito (SE)	459	2,9
Canindé de São Francisco (SE)	174	1,1
Capela (SE)	48	0,3
Ceará Mirim (RN)	220	1,4
Estância (SE)	38	0,2
Gararu (SE)	66	0,4
General Maynard (SE)	148	1,0
Indiaroba (SE)	20	0,1
Itabaianinha (SE)	19	0,1
Itabi (SE)	32	0,2
Itaporanga d'ajuda (SE)	14	0,1
Japarutuba (SE)	358	2,3
Japoata (SE)	257	1,7
Laranjeiras (SE)	195	1,3
Macaíba (RN)	160	1,0
Maruim (SE)	36	0,2

(continua)

Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações por Município – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil
(conclusão)

Município	Valor Contratado	%
Morro do Chapéu (BA)	733	4,7
Mossoró (RN)	374	2,4
Muribeca (SE)	250	1,6
Natal (RN)	711	4,6
Nossa Senhora das Dores (SE)	157	1,0
Nossa Senhora da Glória (SE)	457	2,9
Pinhão (SE)	15	0,1
Poço Redondo (SE)	31	0,2
Porto da Folha (SE)	124	0,8
Ribeirópolis (SE)	58	0,4
Rio Real (BA)	100	0,6
Salgado (SE)	16	0,1
São Cristovão (SE)	1.270	8,1
Simão dias (SE)	5	0,0
Umbauba (SE)	3	0,0
Total	15.597	100,0

Fonte: AGN; BANESE e DESENBÁHIA.

3.4.2 Repasses do FNE ao BNB

Conforme mencionado no subitem 3.4.1, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 estabeleceu a possibilidade de repasses de recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, segundo critérios definidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Por sua vez, o Artigo 9º-A da mesma Lei definiu que os Fundos Constitucionais poderão repassar recursos aos próprios bancos administradores para que estes, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realizem operações de crédito.

Nesse contexto, em julho/2009, foi firmado contrato de Dívida Subordinada para repasses de recursos do FNE ao BNB, no montante de R\$ 600,0 milhões, destinando-se tais recursos à aplicação em operações de financiamento, na forma da legislação e das regras definidas nas programações anuais de aplicações do Fundo.

Assim, no primeiro ano de operacionalização dessa modalidade de repasses, o BNB contratou operações de financiamento no montante de R\$ 295,3 milhões, correspondendo a 3,3% do total (R\$ 9.134,1 milhões) das contratações com respaldo em recursos oriundos do FNE.

Tabela 54 – FNE – Repasse ao BNB – Desempenho Operacional – Contratações – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores e Programas	Contratações ⁽¹⁾				Valor das Propostas em Carteira
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%	
INDUSTRIAL-2 E TURISMO-2	1	1	54.428	18,4	290.367
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL-2)	-	-	-	-	290.367
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE-2)	1	1	54.428	18,4	-
INFRAESTRUTURA-2	1	1	214.279	72,6	-
Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA-2)	1	1	214.278	72,6	-
COMÉRCIO E SERVIÇOS-2	2	2	26.635	9,0	-
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS-2)	2	2	26.635	9,0	-
Total	4	4	295.342	100,0	290.367

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações", entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tais investimentos ocorreram nos setores de Infraestrutura (72,6%), Industrial e Turismo (18,4%) e Comércio e Serviços (9,0%), conforme demonstrado na Tabela 54.

No Setor Industrial e Turismo o montante financiado (R\$ 54,4 milhões) destinou-se a investimentos em atividades dedicadas à produção de bens de consumo não duráveis. (Tabela 55).

Tabela 55 – FNE – Repasse ao BNB - Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
Bens de Consumo não Duráveis	1	54.428	100,0
Total	1	54.428	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que concerne às atividades ligadas ao Setor de Comércio e Serviços, verifica-se que a totalidade dos recursos (R\$ 26,6 milhões) foi alocada no comércio atacadista, representando 9,0% do montante contratado ao amparo dessa forma de repasse, conforme Tabela 56.

Ao Setor de Infraestrutura foi destinada a maior parcela do total contratado, no valor de R\$ 214,3 milhões, representando 72,6% do montante das contratações realizadas com lastro nesses repasses. (Tabela 54).

Do valor total contratado, R\$ 295,3 milhões, 99,3% foram aplicados em áreas fora do semiárido. (Tabela 57).

De acordo com a Tabela 58, todos os financiamentos realizados com lastro nesses recursos repassados ao BNB foram destinados a empresas de grande porte, sendo 72,6% para a infraestrutura, 18,4% para o setor industrial/turismo e 9% para Comércio e Serviços. Essa concentração no setor de grande porte é explicada pela própria natureza do setor de infraestrutura, que requer maior porte em sua execução

Tabela 56 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
Comércio Atacadista	2	26.635	100,0	9,0
Total	2	26.635	100,0	9,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 57 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Área	Nº de Beneficiários	%	Valor ⁽¹⁾	%
Semi-árido	1	25,0	2.184	0,7
Fora do Semi-árido	3	75,0	293.158	99,3
Total	4	100,0	295.342	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 58 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações ⁽¹⁾ por Porte e Setor do Beneficiário – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial / Turismo	Infra - Estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro/Pequeno	-	-	-	-	-	-
Médio	-	-	-	-	-	-
Grande	-	-	54.428	214.279	26.635	295.342
Total	-	-	54.428	214.279	26.635	295.342

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Essas aplicações favoreceram quatro municípios da área de atuação do FNE: São Gonçalo, no estado do Ceará, João Pessoa, na Paraíba e, no estado do Rio Grande do Norte, Mossoró e Natal. (Tabelas 59 e 60).

Tabela 59 – FNE - Repasse ao BNB – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Exercício de 2009

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	-
Agroindustrial	-
Industrial	1
Infraestrutura	1
Comércio/Serviços	2

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Tabela 60 – FNE – Repasse ao BNB – Contratações por Município – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Município	Valor Contratado	%
João Pessoa (PB)	214.279	72,6
Mossoró (RN)	2.184	0,7
Natal (RN)	24.451	8,3
São Gonçalo (CE)	54.428	18,4
Total	295.342	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

3.5 Prioridades definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a aplicação do FNE

A Programação do FNE, construída e ajustada anualmente, ocorre de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Esse conjunto de prioridades refere-se à destinação dos recursos constantes do orçamento do programa e se subdividem em três partes: diretrizes ou prioridades gerais, prioridades setoriais e prioridades espaciais.

Atendendo demanda do Ministério da Integração Nacional, conforme parecer conjunto nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, de 02.12.2008, e incorporando alguns ajustes negociados com este Ministério, a seguir são apresentadas e contextualizadas as aplicações do FNE segundo a classificação das supracitadas prioridades, a saber: prioridades gerais, prioridades setoriais e prioridades espaciais.

3.5.1 Prioridades gerais

- i. Projetos apresentados por agricultores familiares, por míni e pequenos produtores rurais e por micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas.

Agricultores familiares

Como pode ser observado na Tabela 61, entre os financiamentos contraídos por agricultores fami-

liares no BNB, destacam-se aqueles concedidos no âmbito do Grupo B do PRONAF, que detêm 89,0% do número de contratos e 54,7% do volume de recursos aplicados na agricultura familiar. Para esse público, houve incremento de 20,8% quanto ao número de operações contratadas no ano anterior. E, em relação ao montante dos recursos, verificou-se elevação de 32,9%.

O Pronaf Grupo A utilizou 12,7% do montante de recursos aplicados, desempenho levemente inferior ao do ano de 2008, mas acima da exigência legal de destinar ao menos 10% dos recursos do FNE para atendimento aos assentados da reforma agrária, no âmbito do grupo A.

Entre as linhas complementares, embora com participação menor que no ano anterior, continuam merecendo destaque o Pronaf-Mulher e o Pronaf-Semiárido que, juntas, absorveram 3,3% dos recursos destinados aos agricultores familiares. O Pronaf-Eco, instituído no Plano-safra 2007/2008, conta com 74 contratos, contabilizando um incremento de 393% nas contratações em 2009. Já o Pronaf-Mais Alimentos, implementado em 2008, saltou de 23 operações no primeiro ano para 5.050 contratos em 2009; e, quanto ao volume de recursos financiados, de R\$1,2 milhão para R\$93,9 milhões no mesmo período.

A partir do Plano-safra 2008/2009, os Grupos C, D e E passaram a integrar o grupo denominado Pronaf-Agricultores Familiares, ou Comum. Observa-

Tabela 61 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ por Agricultores Familiares

Valores em R\$ Mil

Grupo	Nº de Operações	%	Valor	%
PRONAF-Grupo A	6.145	2,0	110.023	12,7
PRONAF-Grupo B	306.483	89,0	474.600	54,7
PRONAF-Grupo C	3.251	1,0	9.403	1,1
PRONAF-Grupo D	119	-	638	0,1
PRONAF-Grupo E	1	-	28	-
PRONAF-Grupo A/C	1.549	-	5.195	0,6
PRONAF-Semi-árido	2.656	1,0	16.606	1,9
PRONAF-Floresta	34	-	286	-
PRONAF-Mulher	1.518	-	12.019	1,4
PRONAF-Jovem	32	-	206	-
PRONAF-Agroindústria	8	-	107	-
PRONAF-Emerg./2009	3.344	1,0	6.518	0,8
PRONAF-Mais Alimento	5.005	1,0	93.919	10,8
PRONAF-Eco	74	-	812	0,1
PRONAF-Comum	15.885	5,0	137.695	15,8
Total	346.104	100,0	868.055	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 62 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Míni, Micro e Pequenos Produtores Rurais(2)/Empresas – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Rural	13.356	38,9	1.999.818	25,1
Cooperativas/Associações	3	-	1.348	-
Demais	13.353	38,9	1.998.470	25,1
Agroindustrial	273	0,8	366.950	4,6
Cooperativas/Associações	2	-	820	-
Demais	271	0,8	366.130	4,6
Industrial e Turismo	2.961	8,6	1.787.779	22,4
Cooperativas/Associações	1	-	35	-
Demais	2.960	8,6	1.787.744	22,4
Infraestrutura	18	0,1	1.704.484	21,4
Demais	18	0,1	1.704.484	21,4
COMÉRCIO E SERVIÇOS	17.705	51,6	2.111.681	26,5
Cooperativas/Associações	3	-	100	-
Demais	17.702	51,6	2.111.581	26,5
Total	34.313	100,0	7.970.712	100,0
Cooperativas/Associações	9	-	2.303	-
Demais	34.304	100,0	7.968.409	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

se, pois, o incremento do número de contratos no âmbito desta linha de crédito, em detrimento daquelas. Juntas, respondem por 6,0% do número de contratos e 17,0% do total de recursos destinados aos agricultores familiares em 2009. Esses percentuais foram, respectivamente, 10% e 28%, em 2008.

Mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e suas associações e cooperativas

Quanto aos míni e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas e respectivas associações e cooperativas, a Tabela 62 mostra, em 2009, uma situação de equilíbrio no que se refere aos investimentos absorvidos pelos diferentes setores: Comércio e Serviços, Infraestrutura, Rural e Industrial. No ano anterior, mais da metade dos recursos

foi destinada ao Setor de Comércio e Serviços, e cerca de um terço do volume de recursos foi aportado em atividades rurais.⁹

De outra forma, em 2009, no que concerne ao número de contratos efetivados, o Setor de Co-

9 Segundo a Resolução nº 006/2008 do MIN, são os seguintes os limites de renda agropecuária bruta anual que definem o porte do produtor: Mini – até R\$ 150 mil; Pequeno – acima de 150 mil até R\$ 300 mil; Médio – acima de R\$ 300 mil até R\$ 1,9 milhão; Grande – acima de R\$ 1,9 milhão. No que respeita aos demais mutuários – setores industrial, agroindustrial, comercial, de turismo e de prestação de serviços –, de acordo com os normativos do BNB, a classificação (segundo a receita operacional bruta anual) é a seguinte: Microempresa – até R\$ 240 mil; Pequena empresa – superior a R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões; Média empresa – superior a R\$ 2,4 milhões até R\$ 35 milhões; Grande empresa – superior a R\$ 35 milhões.

mércio e Serviços lidera, com mais da metade das operações, seguido pelo Setor Rural, que realizou 38,9% das contratações no período observado.

ii. Projetos localizados em áreas adequadamente indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico ou que estejam voltados para a conservação/preservação/ recuperação do meio ambiente;

Constam na Tabela 63 os subprogramas que apoiam o meio ambiente, não sendo possível, no momento, o atendimento da demanda no que concerne à identificação das “áreas indicadas por zoneamento socioeconômico e ecológico”. Nesta prioridade, o maior número de contratos foi realizado pelo FNE-Verde-Rural (50,3%), ao passo que 86% do volume de recursos foi destinado aos financiamentos no âmbito do FNE-Verde-industrial. O Pronaf Eco responde por 33,2% dos contratos formalizados.

mento, Indústria e Comércio (MDIC)¹⁰. Assim, constam da Tabela 64 os principais APLs de cada estado da área de atuação do BNB. Nesse contexto, em que se trabalha a estruturação das cadeias produtivas locais na perspectiva dos territórios, entende-se que todos os projetos financiados visam, de uma forma geral, à redução das desigualdades. Quanto ao volume de recursos aplicados, permanece em destaque a fruticultura (manga e uva) produzida em Petrolina-PE (55,9%). Em seguida, com 17,7%, observa-se o desempenho da produção de leite e derivados, em Açailândia (MA). Ainda apresentaram desempenho significativo os APLs relacionados ao setor calçadista em Juazeiro do Norte-CE (8,3%) e à fruticultura (manga e uva) em Juazeiro-BA (3,7%) e, por fim, à bovinocultura leiteira em Morada Nova-CE, que recebeu 3,8% do valor total, mediante a contratação de 20,5% das operações, no âmbito dos arranjos produtivos ora selecionados.

Tabela 63 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ para Preservação ou Recuperação do Meio Ambiente – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Programas	Nº de Operações	%	Valor	%
FNE VERDE-INDUSTRIAL	3	1,3	494.444	86,0
FNE VERDE-RURAL	112	50,3	79.337	13,9
PRONAF-FLORESTA - FNE	34	15,2	286	-
PRONAF-ECO (FNE)	74	33,2	812	0,1
Total	223	100,0	574.879	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos inseridos em arranjos produtivos locais e cadeias produtivas que tenham por objetivo explorar as potencialidades e vocações dos estados e contribuam para a redução das desigualdades regionais;

Conforme acordado com o MIN, para esta prioridade são informadas as contratações realizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) dos setores prioritários definidos pelo Ministério do Desenvolvi-

¹⁰ Referidos APLs foram priorizados pelos governos estaduais à luz de metodologia estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC) e coordenada pelo Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP APL). No âmbito do BNB, cerca de 200 Agentes de Desenvolvimento se dedicam ao fortalecimento dessas cadeias produtivas, numa estratégia que contempla formação de redes de negócios, apoio à inovação e à sustentabilidade ambiental e fortalecimento da governança em cada território. Fonte: BNB – Ambiente de Desenvolvimento Territorial.

Tabela 64 – FNE – Contratações⁽¹⁾ em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	APL	Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	30	1,3	98	0,1
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	53	2,3	81	0,1
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	243	10,5	681	0,7
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	46	2,0	3.572	3,7
	Transformação Plástica - Salvador	Transformação Plástica	-	-	-	-
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	5	0,2	148	0,2
	Sisal - Valente	Sisal	3	0,1	48	0,1
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	118	5,1	216	0,2
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	36	1,6	7.889	8,3
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	473	20,5	3.662	3,8
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	59	2,6	384	0,4
ES	Fruticultura - São Mateus	Maracujá/Goiaba	1	-	22	-
	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	6	0,3	301	0,3
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	111	4,8	16.909	17,7
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	45	1,9	1.002	1,1
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	63	2,7	297	0,3
	Turismo - São Luís	Turismo	-	-	-	-
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	9	0,4	873	0,9
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	12	0,5	727	0,8
	Laticínios - Garanhuns	Leite	320	13,9	1.184	1,2
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	176	7,6	53.353	55,9
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	2	0,1	47	-
	Apicultura - Picos	Apicultura	10	0,4	48	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	-	-	-	-
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	13	0,6	20	-
RN	Cerâmica - Assu	Olaria (Tijolo / Telha)	7	0,3	915	1,0
	Fruticultura - Assu	Todas as Frutas	34	1,5	421	0,4
	Laticínios - Caicó	Leite	190	8,2	1.112	1,2
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	11	0,5	700	0,7
SE	Petróleo e Gás - Aracaju	Petróleo e Gás	-	-	-	-
	Mandioca - Lagarto	Mandioca	30	1,3	65	0,1
	Pecuária de Leite - Nossa Senhora da Glória	Leite	203	8,8	640	0,7
Total			2.309	100,0	95.415	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iv. Projetos de modernização de empreendimentos tecnologicamente ineficientes e novos projetos que utilizem tecnologias inovadoras;

Nesta prioridade são apresentadas informações acerca dos novos projetos que utilizam tecnologia inovadora, financiados através do FNE-ProdeteC, conforme negociado com o MIN. De acordo com a Tabela 65, o Setor de Indústria e Turismo absorveu 94,6% do montante contratado em 2009, nesta prioridade.

Comparando-se com o ano anterior, observa-se redução tanto no que diz respeito ao número de contratações (-57,1%) como no que se refere ao volume de recursos absorvidos no âmbito específico desse programa (-86,6%).

Tabela 65 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Inovações Tecnológicas – PRODETEC – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Industrial e Turismo	2	66,7	194	94,6
Comércio e Serviços	1	33,3	11	5,4
Total	3	100,0	205	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

v. Projetos de empresas que ampliem as exportações regionais;

De acordo com a Tabela 66, o setor de Indústria e Turismo responde por 69,2% dos contratos nesta prioridade, assimilando 85,4% dos recursos aplicados em projetos contratados na amplitude do Programa Nordeste Exportação.

Observa-se que, comparativamente ao ano anterior (2008), o desempenho do programa manteve-se estável em relação ao número de operações contratadas, ocorrendo incremento de 57,8% no volume de recursos aplicados em 2009.

Tabela 66 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Exportação⁽²⁾ – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Industrial e Turismo	36	69,2	273.227	85,4
Comércio e Serviços	16	30,8	46.606	14,6
Total	52	100,0	319.833	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Somente projetos contratados no âmbito do Programa Nordeste Exportação.

vi. Projetos com alto grau de geração de emprego e renda e/ou da economia solidária que contribuam para a dinamização do mercado local.

As informações prestadas a seguir referem-se aos projetos contratados com míni, micro e pequenos produtores/empresas aos quais se atribui maior geração de emprego, conforme solicitação do MIN. Neste contexto, o atendimento desta prioridade efetivou-se a partir do conjunto de financiamentos realizados com micro e pequenos produtores rurais (exceto PRONAF) e com pequenas empresas, haja vista a contribuição dos financiamentos no âmbito

Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ com Míni, Micro e Pequenos⁽²⁾ – Geração de Emprego e Renda – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setor	Nº de Operações	%	Valor	%
Rural	11.442	39,0	384.788	27,8
Agroindustrial	126	0,4	16.533	1,2
Industrial e Turismo	2.222	7,5	212.196	15,4
Comércio e Serviços	15.549	53,0	770.274	55,7
Total	29.339	100,0	1.383.791	100,1

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exclusive operações com agricultores familiares.

do FNE para a criação e manutenção de postos de trabalho, bem como para o incremento da renda. Conforme Tabela 67, mais da metade dos recursos desta categoria foram aplicados no setor de Comércio e Serviços, seguido pelo Setor Rural que assimilou cerca de 27,8% do montante investido. Neste aspecto, o ano de 2009 apresentou performance 51,9% melhor que o anterior.

3.5.2 Prioridades setoriais

- i. Projetos de agricultura irrigada, em especial fruticultura, com ênfase na ampliação das áreas irrigadas com racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis;

Conforme acordado com o MIN, a Tabela 68 apresenta o montante contratado em projetos para ampliação

Tabela 68 – FNE – Projetos de Ampliação Contratados⁽¹⁾ em Fruticultura Irrigada⁽²⁾ – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Produto	Nº de Operações	%	Valor	%
Abacate	4	1,1	13	-
Abacaxi	4	1,1	53	0,2
Acerola	7	2,0	150	0,6
Ata/Pinha	1	0,3	2	-
Banana	118	33,0	5.042	18,8
Cajú	5	1,4	24	0,1
Côco	11	3,1	334	1,2
Goiaba	41	11,4	1.573	5,8
Graviola	3	0,8	66	0,3
Laranja	15	4,2	13.784	51,3
Limão	1	0,3	2	-
Macadâmia	2	0,6	4	-
Mamão	13	3,6	1.704	6,3
Manga	4	1,1	486	1,8
Maracujá	110	30,7	1.241	4,6
Uva	19	5,3	2.429	9,0
Total	358	100,0	26.907	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Considerados apenas projetos de ampliação.

ção de atividades de fruticultura irrigada, sem distinguir, contudo, aqueles que ampliam as áreas irrigadas promovendo a racionalização do uso dos recursos hídricos disponíveis. Assim, ao cultivo da laranja foram destinados 51,3% dos recursos, merecendo destaque também a bananicultura, que absorveu 18,8% do montante investido e responde por 33,0% dos contratos firmados na fruticultura irrigada.

- ii. Projetos relacionados ao desenvolvimento regional, tais como: apicultura, aquicultura, carcinicultura, ovinocaprinocultura e pesca;

De acordo com a Tabela 69, a ovinocaprinocultura¹¹ foi a atividade que consumiu o maior volume de recursos (55,6%), tendo contratado 83,9% das operações desta categoria. Destaca-se, ainda, a carcinicultura, atividade à qual foram destinados 29,2% do total financiado.

Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ Relacionados ao Desenvolvimento Regional – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Apicultura	1.780	3,4	6.125	2,8
Ovinocaprinocultura	44.213	83,9	120.505	55,6
Carcinicultura	59	0,1	63.343	29,2
Pesca	6.631	12,6	26.708	12,4
Total	52.683	100,0	216.681	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

- iii. Projetos desenvolvidos em espelhos d’água públicos;

As informações referentes a esta prioridade são relacionadas aos projetos dos perímetros públicos irrigados, conforme negociados com o MIN. Nessa perspectiva, constam da Tabela 70 todos os projetos destinados à fruticultura irrigada, bem como

¹¹ Atividade adequada a regiões semiáridas, sendo amplamente explorada no Nordeste, dado que estes animais suportam bem viver em ambientes onde as condições edafoclimáticas são as mais adversas. Disponível em: <www.nordesterrural.com.br>. Acesso em: 11 fev. 2009.

Tabela 70 – FNE – Contratações⁽¹⁾ Espelho D'Água⁽²⁾ – Exercício de 2009

(Em R\$ mil)

Estado	Perímetro Irrigado ⁽³⁾	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL	Barreiras	2	0,7	231	0,8
	CERAIMA	Guanambi	-	-	-	-
	CURAÇÁ, MANCADARU, MANIÇOBA e TOURÃO	Juazeiro	44	15,6	462	1,6
	FORMOSO "A"/FORMOSO "H"	Bom Jesus da Lapa	35	12,2	1.219	4,3
	NUPEBA e RIACHO GRANDE	Riachão das Neves	2	0,7	40	0,1
	MIRORÓS	Ibipeba	2	0,7	50	0,2
	VAZA BARRIS (BA)	Canudos	1	0,3	8	-
CE	ARARAS NORTE (CE)	Varjota	16	5,6	1.791	6,3
		Reriutaba	2	0,9	60	0,2
		Cariré	1	0,3	20	0,1
	AYRES DE SOUZA (CE)	Sobral	3	1,0	21	0,1
	BAIXO ACARAÚ (CE)	Acaraú	8	2,8	14.962	52,7
		Marco	1	0,3	73	0,3
	CURU-PENTECOSTE (CE)	Paraipaba	1	0,3	28	0,1
	JAGUARIBE-APODI (CE) e TABULEIRO DE RUSSAS	Limoeiro do Norte	6	2,1	1.019	3,6
	JAGUARUANA (CE)	Jaguaruana	3	1,0	6	-
	QUIXABINHA (CE)	Mauriti	4	1,4	67	0,2
TABULEIROS DE RUSSAS (CE)	Russas	35	12,2	1.873	6,6	
MA	BAIXADA OCIDENTAL (MA)	Pinheiro	1	0,3	99	0,3
MG	GORUTUBA	Nova Porteirinha	1	0,3	800	2,8
		Jaíba	25	8,9	509	1,8
	JÁIBA	Matias Cardoso	-	-	-	-
		Verdelândia	-	-	-	-
	LAGOA GRANDE	Janaúba	3	1,0	244	0,9
PIRAPORA	Pirapora	4	1,4	236	0,8	
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Sousa	2	0,7	141	0,5
PE	BEBEDOURO e SENADOR NILO COELHO	Petrolina	26	9,3	2.803	9,9
	IRRIGADO BOA VISTA (PE)	Salgueiro	1	0,3	20	0,1
PI	CALDEIRÃO (PI)	Piripiri	1	0,3	37	0,1
	PLATÔS DE GUADALUPE (PI)	Guadalupe	13	4,5	480	1,7
	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Parnaíba	3	1,0	596	2,2
RN	BAIXO-AÇU (RN)	Ipanguaçu	25	8,7	200	0,7
		Afonso Bezerra	15	5,2	297	1,0
		Propriá	-	-	-	-
Total			286	100,0	28.392	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Consideradas os financiamentos enquadrados no AQUIPESCA e FRUTICULTURA IRRIGADA (Projetos de implantação, expansão e ampliação). (3) Consideram-se apenas as contratações realizadas, no Exercício de 2009, nos perímetros públicos irrigados.

aqueles realizados através do AQUIPESCA, ambos em áreas de perímetros públicos irrigados. Referidas áreas abrangem oito estados dentre os 11 que compõem a jurisdição do BNB. Em 2009, o mais expressivo volume de recursos (52,7%) foi destinado ao perímetro irrigado Baixo Acaraú, principalmente no município de mesmo nome. Ressaltem-se os perímetros irrigados Bebedouro e Senador Nilo

Coelho, em Petrolina-PE, que receberam 9,9% dos investimentos realizados nessa prioridade.

iv. Projetos agroindustriais que contribuam para a agregação de valor às matérias-primas regionais;

Em acordo com o MIN, estão sendo fornecidas informações sobre os ramos de atividades financiadas no setor agroindustrial. Deste modo, a Tabela 71 apresenta os financiamentos destinados à

Tabela 71 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor Agroindustrial Matéria-prima Regional – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividades	Nº Operações	%	Valor	%
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	48	17,1	53.534	14,6
Apicultura	4	1,4	85	0,0
Avicultura	3	1,1	173	0,0
Benef. Fibras	6	2,1	21.982	6,0
Com. Atacadista	2	0,7	815	0,2
Ecológico	1	0,4	2.842	0,8
Fruticultura	7	2,5	1.805	0,5
Gramínea	3	1,1	197	0,1
Ind. Combust. Nucleares, Refino Petróleo e Álcool	7	2,5	3.351	0,9
Ind.de Transformação	3	1,1	502	0,1
Ind.Prod. Alimentícios	20	7,1	40.606	11,1
Laticínios	54	19,2	12.873	3,5
Moagem e Benef.	30	10,7	5.718	1,6
Plantas Aromáticas e Medicinais	1	0,4	2.000	0,5
Proces. Benef. Cana-de-açúcar	18	6,4	163.148	44,5
Proces. Benef. Castanha de Caju	14	5	6.026	1,6
Proces. Benef. Frutas e Hortaliças	45	16	35.047	9,5
Proces. Benef. Mel de Abelha	4	1,4	656	0,2
Proces.Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	2	0,7	5.195	1,4
Prod. e Distrib. Eletricidade, gás e água	1	0,4	284	0,1
Raízes e Tubérculos	4	1,3	10.096	2,8
Serv.Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	4	1,4	122	0,0
Total	281	100,0	367.057	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Abrange os programas AGRIN, PRONAF-Agroindustria e PRONAF-AGRINF.

agroindústria contratados através dos seguintes subprogramas: AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA E PRONAF-AGRINF. Nesta prioridade, que enfatiza a agregação de valor às matérias-primas da agroindústria regional, têm se destacado os projetos voltados para o processamento e beneficiamento da cana-de-açúcar, atividade que, em 2009, consumiu 44,5% dos recursos. Neste ano ressaltam-se, ainda, o abate, preparação e produção de carne, aves e pescado (14,6%), a indústria de produção de alimentos (11,1%) e o processamento e beneficiamento de frutas e hortaliças, cujas atividades assimilaram 9,5% do montante de recursos do período em observação.

v. Projetos de infraestrutura econômica, compreendendo: transporte, energia (com destaque para a geração e distribuição de energias alternativas: gás, biodiesel, etc), armazenagem, comunicação, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

No que concerne aos projetos destinados à infraestrutura econômica financiados pelo PROINFRA, conforme Tabela 72, destaca-se o setor de produ-

ção e distribuição de energia elétrica que participa com 41,2% do valor total financiado e metade das operações contratadas neste programa. Merece registro, contudo, que no ano de 2008 não houve financiamento relativamente à produção e distribuição de gás e água, itens constantes da rubrica em referência. Ressalte-se ainda o ramo das telecomunicações para o qual foram destinados R\$ 520,2 milhões (30,5%).

vi. Projetos da indústria extrativa de minerais metálicos e não-metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da Região;

Nesta prioridade, de acordo com a Tabela 73, o maior volume de recursos, cerca de 68,6%, foi alocado às atividades relativas à extração de minerais não-metálicos, bem como o maior número de contratos firmados (60,5%), verificando-se, assim, uma inversão quanto aos percentuais de cada atividade, registrados no ano anterior (2008), em que a performance do investimento na extração de minerais metálicos foi de 68,9%.

Tabela 72 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Setores	Nº de Operações	%	Valor	%
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	1	5,6	228.039	13,4
Atividades Auxiliares Transportes	2	11,1	30.638	1,8
Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	9	50,0	702.458	41,2
Saneamento Básico	1	5,6	43.138	2,5
Telecomunicações	4	22,2	520.211	30,5
Transp. Ferroviário	1	5,5	180.000	10,6
Total	18	100,0	1.704.484	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 73 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Indústria Extrativa de Minerais – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	15	39,5	5.533	31,4
Extração de Minerais Não Metálicos	23	60,5	12.100	68,6
Total	38	100,0	17.633	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

vii. Turismo em suas diversas modalidades;

No setor de Turismo, o financiamento de atividades relacionadas ao serviço de hospedagem corresponde a 81,7% do total de recursos e metade das operações contratadas nesta prioridade. Atividades afins ao setor, como alimentação e transporte turístico, respondem por 14,4% do montante contratado. (Tabela 74).

viii. Projetos de alto potencial de geração de empregos em setores de comércio e de serviços, especialmente os ligados à ampliação da educação e saúde;

Acordado com o MIN, o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos. Ademais, esta

prioridade não consta da programação do FNE para 2009.

3.5.3 Prioridades espaciais

i. Projetos inseridos, segundo a metodologia da PNDR, nas microrregiões de baixa renda e baixo crescimento do PIB e nas microrregiões de média renda e PIB estagnado;

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos naquelas regiões definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR é uma política de Estado, priorizada pelo Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política

Tabela 74 – FNE – Projetos Contratados ⁽¹⁾ no Setor de Turismo – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Atividade	Nº de Operações	%	Valor	%
Alimentação	49	22,8	5.817	7,3
Ativ. Aux. Transportes	45	20,9	5.715	7,1
Ecológico	1	0,5	199	0,2
Entretenimento	3	1,4	2.120	2,7
Hospedagem	107	49,8	65.297	81,7
Transporte Turismo	10	4,6	823	1,0
Total	215	100,0	79.971	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

se propõe: i) Dotar as regiões das condições necessárias infraestrutura, crédito, tecnologia etc. - ao aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) Promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) Fortalecer as organizações sócio-produtivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; iv) Estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade sócio-econômica, ambiental e cultural do país. (BRASIL, 2010).

As regiões prioritária na PNDR foram definidas levando-se em consideração o rendimento domiciliar médio (alta renda, média renda e baixa renda) e o crescimento do PIB *per capita* (dinâmica ou estagnada).

Conforme a Tabela 75, verifica-se um equilíbrio entre a quantidade de projetos financiados para ambas as tipologias – *baixa renda e média renda estagnada*¹². No entanto, no que respeita ao montante de recursos envolvidos nesses projetos, a maior soma (74,6%) foi destinada à tipologia *média renda estagnada*. Observa-se que o valor total destinado à essas categorias (R\$ 4,6 bilhões) foi 24,6% superior ao contratado em 2008 (R\$ 3,7 bilhões).

Tabela 75 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ na Tipologia PNDR – Exercício 2009

Valores em R\$ Mil

Tipologia	Nº de Operações	%	Valor	%
Baixa Renda	121.358	49,4	1.167.505	25,4
Média Renda Estagnada	124.376	50,6	3.420.236	74,6
Total	245.734	100,0	4.587.741	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹² A classificação dos municípios de acordo com a tipologia PNDR é realizada pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, do MIN. Fonte: BNB – Programação FNE 2009.

ii. Projetos localizados no semiárido;

Conforme a Tabela 76, o maior volume de contratações, cerca de 65,8%, foi destinado às áreas fora da região semiárida, a despeito dessa região contar com percentual superior de operações contratadas (61,8%).

Diante da exigência legal de aplicação de pelo menos 50% dos recursos do Fundo na região semiárida, merece registro o detalhamento da análise quanto ao comportamento das aplicações e investimentos nessas duas regiões, constantes do subitem 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido, onde podem ser encontrados informações e esclarecimentos acerca da performance de cada região, além das ações implementadas pelo BNB, tendo em vista o percentual legal estabelecido.

Tabela 76 – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Região – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Região	Nº de Operações	Valor
Semiárido	235.029	3.022.417
Fora do Semiárido	145.388	5.816.351
Total	380.417	8.838.768

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

iii. Projetos instalados nas áreas de influência de projetos públicos de irrigação, em especial os projetos agroindustriais;

Para esta prioridade foi acordado com o MIN o fornecimento de informações relacionadas aos projetos agroindustriais dos perímetros públicos irrigados. Nessa perspectiva, a Tabela 77 apresenta os financiamentos destinados a empreendimentos agroindustriais realizados através dos subprogramas AGRIN, PRONAF-AGROINDÚSTRIA, PRONAF-AGRINF, desenvolvidos nas áreas de perímetros públicos irrigados. Entre estes projetos merecem destaque o Baixo Acaraú, situado no município de Acaraú-CE, que absorveu 39,7% do montante aplicado, e o perímetro Bebedouro, em Petrolina (PE), que recebeu 25,5% do total de investimen-

Tabela 77 – FNE – Contratações de Projetos Agroindustriais ⁽¹⁾ em Perímetros Irrigados Públicos – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Perímetro Irrigado	Municípios do Perímetro	Nº de Operações	%	Valor	%
BA	BARREIRAS NORTE E S. DESIDÉRIO/B.SUL	Barreiras	7	26,9	2.067	8,2
	CURAÇÁ (BA), MANDACARÚ (BA) e MANIÇOBA (BA)	Juazeiro	1	3,8	161	0,6
CE	BAIXO ACARAÚ (CE)	Acaraú	1	3,9	9.983	39,7
	CURU-PARAIPABA (CE)	Paraipaba	1	3,8	1.024	4,0
	JAGUARIBE-APODI (CE) e TABULEIRO DE RUSSAS	Limoeiro do Norte	3	11,5	481	1,9
MG	LAGOA GRANDE	Janaúba	2	7,8	131	0,5
PB	SÃO GONÇALO (PB)	Souza	4	15,4	4.178	16,6
PE	BEBEDOURO (PE)	Petrolina	4	15,5	6.410	25,5
	CACHOEIRA (PE)	Serra Talhada	1	3,8	90	0,4
PI	TABULEIROS LITORÂNEOS DO PIAUÍ (PI)	Buriti dos Lopes	1	3,8	530	2,1
SE	PROPRIÁ (SE)	Telha	1	3,8	115	0,5
Total			26	100,0	25.170	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Operações enquadradas no AGRIN, PRONAF-Agroindústria e PRONAF-AGRINF e MPE-Agroindústria.

tos nesta categoria. Em seguida, o perímetro São Gonçalo, em Souza (PB), ao qual foram destinados 16,6% dos recursos. No que concerne ao número de operações contratadas, os perímetros irrigados de Barreiras (BA) lideram com 26,9% dos contratos firmados.

iv. Projetos que promovam diversificação da produção nas zonas de monocultura;

Acordado com o MIN, o não-atendimento desta demanda em razão da impossibilidade de identificação imediata desses projetos.

v. Projetos localizados nas mesorregiões de atuação da Secretaria de Programas Regionais (SPR), a saber: Chapada do Araripe, Xingó,

Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Estado do Tocantins, assistidos pelo FNO), Vale do Jequitinhonha/Mucuri, Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão) e Seridó.

Constam da Tabela 78 os projetos financiados segundo as áreas de atuação da Secretaria de Programas Regionais – SPR. Neste contexto, no que concerne ao volume de recursos aplicado, destacam-se a Chapada das Mangabeiras (37,2%) e a Chapada do Araripe (25,1%). A mesorregião do Xingó, que absorveu 12,0% do montante financiado, detém, em 2009, 29,1% do total de contratos formalizados nesta prioridade.

Tabela 78 – FNE – Projetos Contratados⁽¹⁾ nas Mesorregiões SPR⁽²⁾ – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Nº de Operações	%	Valor	%
BICO DO PAPAGAIO	4.361	7,3	140.022	10,6
CHAPADA DAS MANGABEIRAS	6.245	10,4	491.247	37,2
CHAPADA DO ARARIPE	14.003	23,3	332.013	25,1
JEQUITINHONHA/MUCURI	9.596	16,0	145.926	11,0
SERIDÓ	8.326	13,9	53.812	4,1
XINGO	17.563	29,1	158.799	12,0
Total	60.094	100,0	1.321.819	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Por “Contratações”, entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

4.1 Metodologia de Avaliação do FNE

A avaliação do FNE, além de fazer parte das políticas do BNB, atende a recomendação do Ministério da Integração Nacional e do Tribunal de Contas da União para avaliação dos Fundos Constitucionais FNE, FCO e FNO.

Ciente da necessidade do processo de avaliar suas ações, o BNB, através de seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos (ETENE), criou em 2004 a Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Referida célula desenvolveu, em 2005, uma metodologia para avaliar as políticas e programas do Banco, iniciando pelo FNE. Após aplicação de tal metodologia ao longo de 4 anos (2005 a 2009), esta foi revisada em 2009, incorporando melhorias identificadas ao longo do processo.

Partindo do modelo conceitual de eficiência, eficácia e efetividade constante em Holanda (2006), a Avaliação do FNE contempla os dois últimos, abordados pelos aspectos de i) análise de resultados; ii) análise de efetividade das ações; e iii) análise de resultados e impactos.

O processo de avaliação escolhido é lastreado por uma Matriz de Estrutura Lógica, onde é apresentado o relacionamento entre objetivos, instrumentos de ação, efetividade dos instrumentos e impactos e resultados, permitindo a visualização da lógica estabelecida para viabilizar o alcance dos objetivos definidos. Os quadros 1A e 2A mostram, respectivamente, a Matriz de Estrutura Lógica do FNE e os Indicadores de Execução, Efetividade e Resultados.

A Metodologia de Avaliação do FNE contempla, além da visão global do Fundo, os níveis: empreendimentos, estadual, região (semiárida e fora do semiárido), setores econômicos e porte dos empreendimentos, apresentando como produtos:

A metodologia adota a utilização de grupos de controle (não contemplado com o FNE) e grupo experimental (de tratamento), ou seja, o que recebeu financiamento do Fundo, constituindo duas situações que serão contrastadas. Nesse tipo de avaliação, quase experimental, o BNB se utiliza de dados secundários, a exemplo das informações obtidas através da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), dentre outras fontes.

Outro modelo adotado para a avaliação do FNE, é o não experimental, onde considera-se apenas a

população ou o grupo que recebeu financiamento do Fundo, reconstituindo-se a situação desse grupo antes da intervenção. Nesse modelo, é realizada pesquisa de campo, além da utilização de dados secundários.

Por fim, a metodologia de avaliação do FNE é desenvolvida por uma equipe mista, composta por membros do BNB, através do ETENE, que dispõe de uma área específica de avaliação em sua estrutura organizacional, e avaliadores externos. Esta preocupação se dá no sentido de se garantir uma maior isenção e credibilidade das avaliações efetuadas para essa importante política.

Considerando-se a abrangência do FNE, suas características de política pública, que contempla distintos programas para financiamento dos diferentes setores da economia, constata-se que uma avaliação simultânea desses programas torna-se operacionalmente inviável e tecnicamente questionável, se observadas as características específicas das atividades econômicas e suas conjunturas. Assim sendo, o Banco adotou a seguinte estratégia de trabalho:

- avaliação anual de um ou mais Programas, selecionados em decorrência da representatividade do setor, por alguma razão circunstancial, ou mesmo por orientação dos órgãos de controle;
- realização de avaliações globais do FNE, por temas específicos como por exemplo: emprego, massa salarial, evidenciando, assim, os impactos sobre a economia gerados por todos os Programas;
- elaboração de relatórios semestrais de avaliação com as informações da execução, incorporando resultados e impactos dos estudos e avaliações concluídos ou em curso no período, além de inferências gerais realizadas por meio da Matriz de Insumo Produto;
- desenvolvimento de estudos de casos quando se verifica uma situação que necessita de aprofundamento.

No ano 2009, foram concluídas as pesquisas de Avaliação do FNE Proatur e FNE Proinfra, ambas através de dados secundários. Em fase de conclusão está a pesquisa de Avaliação do FNE Rural, em específico as atividades de bovinocultura de corte,

bovinocultura de leite e soja (essas a partir de dados primários), além das atividades de cultura de algodão e uva (mediante dados secundários). A seguir é apresentado síntese dessas avaliações.

4.2 Avaliação do FNE RURAL

O FNE RURAL – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste tem como objetivos:

- 1) promover o desenvolvimento da pecuária regional através do fortalecimento e da modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos pecuários, da diversificação das atividades e do melhoramento genético dos rebanhos em áreas selecionadas;
- 2) aumentar, em áreas de sequeiro selecionadas e irrigadas, a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração, associada à preservação e conservação do meio ambiente, com o conseqüente incremento do padrão da oferta de matérias-primas agroindustriais, bem assim de alimentos à população regional e dos níveis de emprego e renda nas zonas produtoras;
- 3) apoiar a articulação dos diversos elos das cadeias produtivas agroindustriais sob o enfoque sistêmico, tendo como beneficiários produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas) e associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais.

Os recursos do Programa FNE Rural são destinados à implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos agropecuários, contemplando as atividades de agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, bovinocultura, bubalinocultura, ovinocaprino cultura, avicultura, suinocultura, apicultura, sericicultura, estruticultura e produção de sementes e mudas, mediante o financiamento de todos os investimentos fixos e semifixos.

O FNE-RURAL é o Programa que responde pelo maior volume de contratações e pela maior quantidade de clientes no âmbito do FNE. Sua avaliação contempla pesquisa de campo e documental, abrangendo as atividades da bovinocultura do leite, bovinocultura do corte e cultivo da soja, as quais representaram 42,6% das contratações do FNE Rural

no período de 1998 a 2008. As contratações dessas atividades, desde a criação do FNE, em 1989, representam 36,1% do total aplicado no período de 1989 a 2008, verificando-se a representatividade do setor. Além dessa pesquisa de campo envolvendo as três atividades acima citadas, está sendo realizada a avaliação do FNE Rural nas atividades de cultivo do algodão e cultivo da uva, a partir de dados secundários.

Esse importante trabalho é realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (Embrapa), por meio de pesquisadores dos diversos centros especializados dessa empresa, que estão avaliando os resultados e impactos nas atividades de cultivo de soja, bovinocultura de corte e leite, em empreendimentos que contam com recursos do FNE Rural, na área de atuação do BNB. No âmbito dessa parceria, a Embrapa está elaborando, ainda, uma análise econômica para as atividades de cultivo da uva e do algodão.

Participam, também, dessa avaliação do FNE Rural, um consultor externo cuja função é realizar o acompanhamento metodológico, zelando pelo cumprimento da metodologia de avaliação em todos os seus procedimentos, evitando, assim, a inserção de condicionantes exógenas à pesquisa, o que pode conduzir a resultados tendenciosos; para aplicação da pesquisa de campo junto aos empreendedores das atividades investigadas foi contratado também empresa especializada no tema.

O modelo adotado na avaliação do FNE Rural foi o “não experimental”, utilizado quando a condição não é apropriada para a utilização de “grupo de controle”. O foco do modelo “não experimental” é a comparação da situação do empreendimento “antes” com a situação “depois” do financiamento, junto aos beneficiários das intervenções.

Essa avaliação do FNE Rural tem caráter “misto”, ou seja, conjuga a avaliação de consultoria externa com a interna, com vistas a superar as dificuldades e limites de ambas, preservando-se suas vantagens e suprimindo-se, do processo avaliativo, a tendência de envolvimento entre avaliado e avaliador.

4.2.1 Cultivo de soja

4.2.1.1 Análise econômica

A revolução socioeconômica e tecnológica protagonizada pela soja no Brasil, pode ser comparada ao fenômeno ocorrido com a cana-de-açúcar no Brasil Colônia e do café no Brasil Império. A soja responde por uma receita cambial direta para o País de mais de oito bilhões de dólares anuais e muitas vezes esse valor, se considerados os benefícios que gera ao longo da sua extensa cadeia produtiva¹³.

A soja liderou a implantação de um novo povoamento no Brasil central, levando o progresso e o desenvolvimento para a região despovoada e desvalorizada, fazendo brotar cidades no Cerrado.

O explosivo crescimento da produção de soja no Brasil, de quase 30 vezes no transcorrer de apenas três décadas, determinou uma cadeia de mudanças sem precedentes na história do País.

Ela também apoiou ou foi a grande responsável pela aceleração da mecanização das lavouras brasileiras; pela modernização do sistema de transportes; pela expansão da fronteira agrícola; pela profissionalização e incremento do comércio internacional; pela modificação e enriquecimento da dieta alimentar dos brasileiros; pela aceleração da urbanização do País; pela interiorização da população brasileira (excessivamente concentrada no sul, sudeste e litoral); pela tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho); assim como, impulsionou e interiorizou a agroindústria nacional¹⁴.

A soja é uma leguminosa/oleaginosa adaptada às condições dos cerrados brasileiros, graças aos avanços da pesquisa agrícola, cuja cultura simboliza e até se confunde com a própria modernização da agricultura brasileira.

O crescimento da produção e o aumento da capacidade competitiva da soja brasileira sempre estiveram associados aos avanços científicos e a disponibilização de tecnologias ao setor produtivo. A sojicultura beneficiou-se da pesquisa intensiva no

13 Informação Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/plantas/soja/soja.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

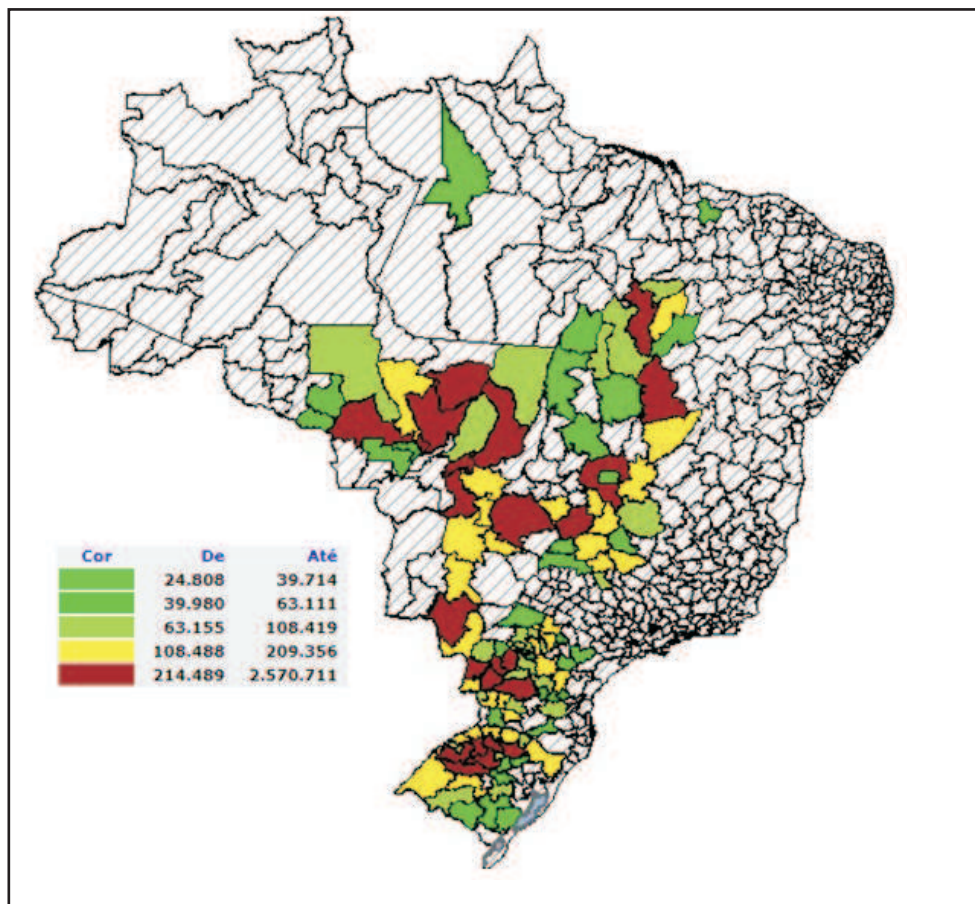
14 Informação Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/plantas/soja/soja.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

desenvolvimento destas tecnologias de produção, bem como de cultivares adaptadas às mais variadas condições edafoclimáticas em que se procurou expandir sua área de plantio, propiciando assim a obtenção de cultivares da soja (*Glycine Max* (L) Merrill) adaptados às baixas latitudes. Desta forma sua fronteira agrícola brasileira caminhou no sentido norte/nordeste do país.

O estabelecimento de parques industriais para o processamento da soja, de máquinas e de insumos agrícolas através de incentivos do governo para o incremento da produção e o estabelecimento de agroindústrias; facilidade da mecanização total da cultura; surgimento de um sistema cooperativo dinâmico e eficiente que deu forte apoio à produção,

à industrialização e à comercialização das safras; além da expansão das novas fronteiras agrícolas; melhoria nos sistemas de transportes (viário, portuário e comunicação, visando a exportação e a participação importante na balança comercial do país são também fatores importantes para a expansão da atividade no Brasil.

A soja é amplamente cultivada em vários países do mundo. Os principais produtores mundiais são os Estados Unidos, o Brasil, a Argentina e a China. No Brasil, as principais áreas produtoras estão nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do País. Os estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e de Goiás são os principais produtores de soja do Brasil.¹⁵ (Mapa 2).



Mapa 2 – Distribuição Espacial da Área de Produção de Soja no Brasil – Safra 2006/07.

Fonte: IBGE (2009).

15 Informação Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/plantas/soja/soja.htm>>. Acesso em: 1 dez. 2009.

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja. Na safra 2006/07, a cultura ocupou uma área de 20,7 milhões de hectares, o que totalizou uma produção de 58,4 milhões de toneladas. Os Estados Unidos, maior produtor mundial do grão, responderam pela produção de 86,8 milhões de toneladas de soja. A produtividade média da soja brasileira é de 2.823 kg por hectare, chegando a alcançar cerca de 3.000 kg/ha no Estado de Mato Grosso, o maior produtor nacional. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mostram que a oleaginosa tem uma importante participação nas exportações brasileiras. Em 2006 foram US\$ 9,3 bilhões, o que representou 6,8% do total exportado¹⁶.

Segundo dados da USDA, na safra 2008/2009 espera-se uma produção mundial de 210,6 milhões de toneladas em uma área plantada de 96,3 milhões de hectares; nos Estados Unidos a produção está estimada em 80,5 milhões de toneladas em 30,2 milhões de hectares e produtividade de 2.666 Kg/ha; o Brasil espera uma safra de 57,1 milhões de toneladas em uma área plantada de 21,7 milhões de hectares e produtividade de 2.629 kg/ha (CONAB)¹⁷.

A soja no Brasil é predominantemente utilizada para o processamento do grão em óleo e proteína. A proteína processada (torta ou farelo) é utilizada como suplemento protéico na ração animal. Esse farelo é torrado/aquecido a ponto de inativar os fatores anti-nutricionais naturalmente presentes na soja.

Sua produção, por ser uma atividade altamente intensiva no uso de capital e por demandar a utilização de certos padrões tecnológicos, apresenta características de uma agricultura industrial, ou seja, dentro de uma mesma região, a partir das condições agroecológicas regionais, existem poucas variações na tecnologia de produção da oleaginosa. Isso significa que a grande maioria dos sojicultores, por exemplo, da região Extremo Oeste da Bahia tende a empregar insumos modernos de maneira muito similares: sementes, fertilizantes, defensivos

etc. Dentro de uma mesma região, as variáveis que podem apresentar maiores diferenças nos sistemas de produção de soja estão associadas, sobretudo, com o tamanho da área explorada e com o tipo de agricultor (familiar ou patronal).

4.2.1.2 Síntese da execução

A atividade sojícola recebeu do BNB, entre 1989 e 2008 quase R\$ 1,3 bilhão, em mais de 1.500 operações, destinando para a soja irrigada 2,4% do total dos recursos, e para a soja de sequeiro 95,3%, além de outros 2,3% não especificados, provavelmente para sequeiro. Quanto ao porte dos clientes houve uma concentração dos recursos na categoria grande, com 93,4% dos valores contratados, sendo destinados para as categorias mini, pequeno e médio, juntas, 6,6% desse valor. (Gráfico 3).

Os estados da Bahia, Piauí e Maranhão receberam os maiores números de contratações do FNE para a atividade soja, no período de 1989 a 2008, respondendo, respectivamente, por 39,4%; 26,5% e 23,3% das operações contratadas. Quanto aos valores contratados para a atividade, representado também em termos percentuais, neste mesmo período, o Maranhão recebeu 46,6%; a Bahia 27,0% e o Piauí 25,2%, possuindo estas unidades federativas vastas áreas de cerrados propícios para o desenvolvimento da soja. (Gráfico 4).

Nos estados com maior contratação do FNE para o cultivo da soja, observa-se a concentração dos

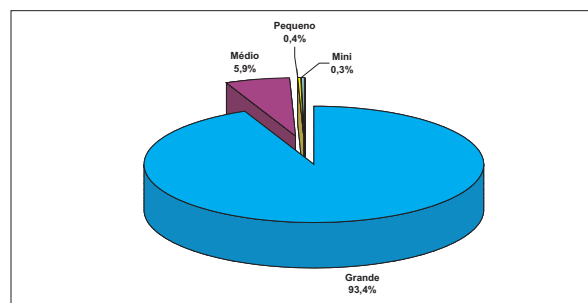


Gráfico 3 – FNE Rural – Cultivo de Soja por Porte – Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

16 Informação Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=22&cod_pai=16>. Acesso em: 1 dez. 2009.

17 Informação Disponível em: <http://www.cnpso.embrapa.br/index.php?op_page=294&cod_pai=16>. Acesso em: 1 dez. 2009.

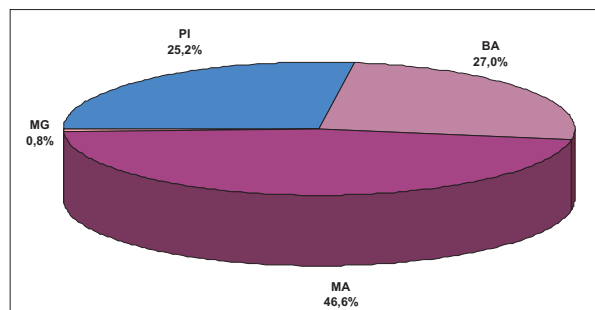
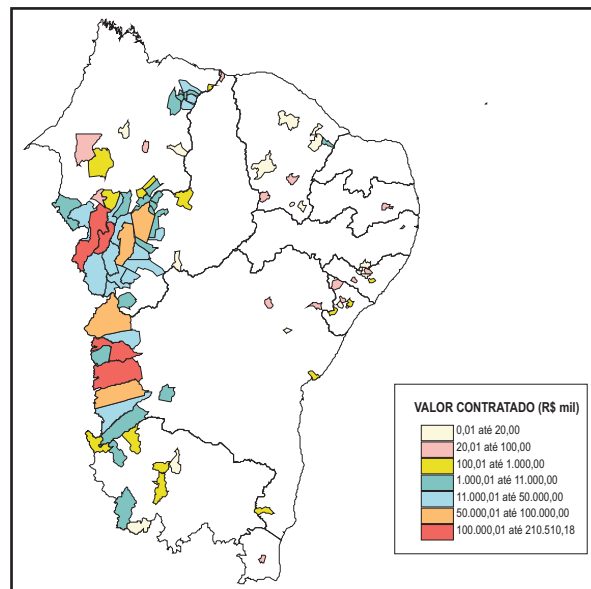


Gráfico 4 – FNE Rural – Cultivo de Soja por Estado – Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

valores aplicados em empreendimentos de grande porte, sendo que na Bahia, no Maranhão e no Piauí a participação desta categoria foi respectivamente, de 96,2%, 94,4% e 90,0% do total.

As aplicações de recursos em soja em outros estados da região Nordeste são marginais, se comparadas às realizadas nas três principais áreas produtoras. Essas aplicações, portanto, só se justificam em cultivos irrigados para produção de sementes, a exemplo do que ocorre no Distrito de Irrigação de Limoeiro do Norte. Além das três principais áreas produtoras, pode-se observar uma mancha relativamente forte de aplicações na região de Chapadinha (MA), que conta com boas áreas de cerrados, onde vem crescendo a produção da oleaginosa. (Mapa 3).



Mapa 3 – Mapa das Contratações do FNE – Cultivo de Soja – Período: 1989 a 2008

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Em relação ao volume de recursos contratados por região, no período de 1989 a 2008, observamos que o cultivo da soja teve maior concentração fora do semi-árido nordestino, sendo aplicado R\$ 1,2 bilhão, que corresponde a 93,4% do total aplicado. Quanto à região semiárida, foram aplicados R\$ 86,0 milhões, ou seja, 6,6% dos recursos. Esta concentração fora do semi-árido deve-se às caracte-

Tabela 79 – Painel Amostral dos Clientes Financiados no Cultivo da Soja, no Ano de 2006 (Com Milheto)

UF	Fora do Semi-árido					Semi-árido					Total
	Grande	Médio	Mini	Pequeno	Subtotal	Grande	Médio	Mini	Pequeno	Subtotal	
AL	—	—	—	—	—	—	—	01	01	02	02
BA	26	06	—	—	32	—	—	—	—	—	32
CE	—	—	—	—	—	—	—	07	—	07	07
MA	11	06	—	01	18	—	—	—	—	—	18
MG	—	01	—	—	01	—	—	—	—	—	01
PE	—	—	—	—	—	—	—	01	—	01	01
PI	08	03	—	—	11	02	01	—	—	03	14
SE	—	—	—	—	—	—	01	—	—	01	1
Total	45	16	—	01	62	02	02	09	01	14	76

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

terísticas edafoclimáticas propícias à exploração da atividade sojícola.

4.2.1.3 Resultados e impactos

Alguns resultados e impactos preliminares da aplicação do FNE Rural na atividade de cultivo da soja, decorrentes da análise dos dados coletados na pesquisa de campo junto aos empreendedores financiados pelo BNB, estão apresentados nesse item.

Esses resultados, que se referem à produção, produtividade, geração de emprego e aos aspectos ambientais, tecnológicos e de gestão da cultura de soja financiada, têm caráter preliminar.

A conclusão da pesquisa de campo vai possibilitar maior aprofundamento das análises dos dados relativos à soja, como também das atividades de bovinocultura de corte e de leite.

Para a definição da amostra, foi selecionado, dentro do período de 1999 a 2008, o ano de 2006, ano em que foram financiados 164 clientes na atividade de cultivo da soja. A seleção desse ano de 2006 deve-se ao fato de a atividade requerer pelo menos três anos para atingir estabilidade, ou seja, equilibrar custos e receitas.

O tamanho da amostra foi estabelecido em 76 clientes (Tabela 79), e para sua definição adotou-se um erro amostral de aproximadamente 7,0%, com nível de confiança de 90,0%, estabelecendo escore de 1,64 sob a curva normal e proporção máxima de 50,0%, o que traduz uma variância da ordem de 0,25. Para seleção dos sujeitos da amostra, foi utilizada a técnica de sorteio aleatório.

Apresenta-se, a seguir, o painel amostral dos clientes financiados no cultivo da soja, com as respectivas distribuições por unidade da federação, no âmbito da área de atuação do BNB, região climática semiárida ou fora do semiárido e porte do empreendimento.

A seguir, são efetuadas as análises comparativas das situações dos empreendimentos antes e depois do financiamento, trazendo-se, também, os dados constantes dos projetos de implantação dos empreendimentos. Essa tipologia de abordagem é foco do modelo “não-experimental” utilizado na metodologia

dessa pesquisa e equipe mista de avaliação, conjugando pesquisadores internos e externos ao BNB.

Quanto aos aspectos de produção da soja, os empreendimentos antes do financiamento apresentavam, em média, uma área total de plantio, nas condições de sequeiro, da ordem de 1.250 ha, com produtividade média de 48 sacas de 60 kg, o que resulta em uma produção total da ordem de 60.000 sacas de soja por safra agrícola.

Os dados apresentados na situação depois de implantados os projetos de financiamento revelam uma área total de plantio em torno de 1.715 ha, cuja produtividade média foi de cerca de 51 sacas de soja/ha, proporcionando uma produção total de 87.465 sacas. Diante disso, ao comparar os dados de produção antes e depois do financiamento do FNE, observa-se um aumento da ordem de 45,8% no volume dessa variável.

Registra-se, também, que os dados de produção projetados para esses empreendimentos apontavam para uma produtividade média de 51,31 sacas de 60kg/ha, sinalizando que os projetos atingiram suas principais metas. Esses dados podem indicar, ainda, que as projeções para os itens financiados, nesses empreendimentos, tais como máquinas, correção do solo, construção civil, silos, dentre outros, mostram-se adequadas.

Os ganhos de produção podem ser explicados por duas razões: 1) pela ampliação de 37,2% na área média cultivada com a oleginosa, que foi, em grande parte, decorrente do maior aporte de capital, proveniente de importantes fontes financiadoras, em que se destaca o FNE Rural; e 2) pelos incrementos ao redor de 6,3% na produtividade média dos empreendimentos financiados.

Especialmente, em relação aos ganhos de produtividade, é importante ressaltar que eles se devem, sobretudo, a investimentos em tecnologia de produção, notadamente as tecnologias de plantio direto, correção do solo e fertilização, que possibilitam, dentre outras coisas, minimizar problemas de erosão do solo, ampliar a oferta de nutrientes essenciais para o desenvolvimento das plantas e contribuir para a conservação do solo, que pode ser considerado o recurso produtivo fundamental

para a exploração de atividades agrícolas. Como esses investimentos tecnológicos tendem a requerer, também, expressivo aporte de capital, pode-se destacar a importância dos financiamentos do FNE Rural para a atividade sojícola.

Com base na análise dos dados coletados junto aos estabelecimentos financiados pelo FNE, é possível inferir que outros aspectos contribuíram para o aumento da produtividade da soja. Dentre eles, podem ser destacadas as melhorias no processo de tratamento das sementes e a maior preocupação com o controle de pragas e doenças, confirmando, assim, o que aponta a pesquisa de campo com relação ao quesito melhoria nas tecnologias de produção.

Sob os mesmos parâmetros de antes e depois da implantação dos projetos de cultivo da soja, a partir de financiamentos do FNE, pode-se fazer alguns comentários acerca do emprego de mão-de-obra.

Antes do projeto, a área total média das propriedades era de 3.045 ha, com uma média de 16,1 empregados, o que totaliza cerca de 0,5 emprego para cada 100 hectares. A situação pós-financiamento revela que as propriedades tiveram sua área média ampliada em 18,7%, pois passou para 3.613 ha, e um total médio de empregados da ordem de 46,9, que corresponde a cerca de 1,3 emprego para cada 100 hectares. Esses dados demonstram que, embora a sojicultura seja uma atividade altamente capital intensiva, após a implantação dos projetos em foco houve ampliação da ordem de 160,0% no nível de emprego, nesses empreendimentos financiados.

O nível médio de emprego apresentado nos projetos de financiamento foi de 1,36 para cada 100 hectares, expressando significativa contribuição do Programa FNE-Rural para o aumento da oferta de emprego na atividade.

Esse crescimento no nível médio de emprego pode, em grande parte, ser explicado pela tendência crescente de cultivo da soja de conformidade com os princípios da denominada agricultura de precisão. Nesse tipo de agricultura, dentre outras coisas, busca-se utilizar insumos nas quantidades adequadas, sem carências ou desperdícios, existindo, assim, maiores exigências em termos de monitoramento da lavoura, por parte dos trabalhadores, em

frequência quase diária, com o objetivo de otimizar os processos agrícolas, em que se incluem os controles de pragas e doenças.

O BNB, atento aos potenciais impactos que a cultura da soja pode ocasionar ao meio ambiente, incentiva, também, a adoção de medidas preventivas e avalia os empreendimentos financiados quanto a distintos aspectos. Dentre eles, estão os relacionados às práticas de proteção e conservação do solo, à utilização de produtos químicos, à condição de possuir licenciamento ambiental atualizado e outorga d'água, à preservação das nascentes, matas ciliares e encostas, ao estado de conservação das fontes hídricas (lagoas, açudes, rios e riachos), à prática de queimadas, às formas de obtenção de energia e à recomposição das áreas desmatadas.

Observou-se, preliminarmente, que, de uma maneira geral, os empreendedores depois dos financiamentos do FNE Rural estão, notadamente, atendendo à legislação ambiental para obter o licenciamento ambiental de suas propriedades, averbar as áreas de reserva legal e obter outorgas para o direito ao uso das fontes hídricas. Com relação à conservação do solo, observou-se, ainda, que os empreendedores estão, com maior frequência, preservando as nascentes dos cursos d'água e adotando práticas de adubação verde e de pousio das terras produtivas.

No âmbito dos cuidados com o uso de agrotóxicos, os dados indicam que os empreendedores da soja estão mais frequentemente realizando a tripla lavagem das embalagens, calibrando os pulverizadores e limpando-os após o uso, empregando os equipamentos de proteção individual, bem como reservando um local específico para armazenamento desses produtos.

Para o BNB, a melhoria nas tecnologias de produção e de gestão dos empreendimentos financiados representa um compromisso a ser alcançado e, para isso, o Banco estimula seus clientes a buscar os avanços técnicos e gerenciais incluindo, no acompanhamento sistemático desses empreendimentos e, também, nessa pesquisa de campo, a observação de aspectos relacionados ao planejamento da produção, controle de custos, treinamento de empregados, à adoção de formas de associação, à

análise e correção do solo, ao tratamento de sementes, ao controle de pragas e doenças, ao uso da técnica de plantio direto, à rotação de cultura, ao uso de curvas de nível, ao uso de irrigação, e ao sistema de armazenagem de grãos.

Os dados preliminares da pesquisa apontam para uma maior atenção, por parte dos empreendedores, com a qualidade das sementes utilizadas no plantio, adotando, mais freqüentemente, técnicas para tratamento dessas sementes, bem como o controle de pragas e doenças e a utilização de sistema adequado para armazenagem dos grãos.

Quanto aos aspectos gerenciais, os empreendedores, em maior número, afirmam que, após o financiamento, passaram a realizar o planejamento prévio da produção, a utilizar sistemas de informação de mercados, a adotar alguma ferramenta para controle dos custos de produção e a treinar seus funcionários.

Ressalta-se que, embora preliminares, os dados da pesquisa apontam para uma melhoria, de maneira geral, da tecnologia de produção e de gestão na

atividade da soja. Esses primeiros resultados vêm ao encontro do objetivo do FNE Rural de aumentar a produção e a produtividade dos empreendimentos agrícolas, com base na melhoria das tecnologias de exploração e com o incremento dos níveis de emprego e renda.

Sabe-se que muito mais se tem a avançar nesse processo contínuo de aperfeiçoamento e de desenvolvimento de um modelo social, econômica e ambientalmente sustentável de produção da soja.

A conclusão das etapas de trabalho da pesquisa, o aprofundamento das análises e a síntese das conclusões vão proporcionar significativos subsídios para orientar as políticas de aplicação do FNE Rural nessa atividade, como objetivo principal de um processo avaliativo.

A cadeia produtiva da soja apresenta um intensivo uso de capital e uma pouca ocupação relativa de mão-de-obra na produção agrícola, em consequência dos avanços tecnológicos da atividade, mas ao longo de sua forte e longa cadeia há uma interco-

Tabela 80 – Cultivo de soja – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1990-2008⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	0,31	0,76	0,45	26	0,10	0,11
Bahia	349,39	974,36	594,71	36.670	132,77	136,26
Ceará	1,26	3,31	2,17	124	0,47	0,48
Espírito Santo	0,05	0,13	0,08	5	0,02	0,02
Maranhão	603,45	1260,82	915,40	55.281	187,07	168,97
Minas Gerais	10,71	29,86	18,23	1.124	4,07	4,18
Paraíba	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Pernambuco	2,50	6,42	3,97	266	0,83	0,90
Piauí	326,79	785,19	499,65	30.046	117,65	117,65
Rio Grande Norte	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Sergipe	0,63	1,27	0,84	42	0,18	0,18
Fora do semi-árido	1209,09	2.858,78	1.900,33	115.378	413,72	400,26
Semi-árido	86,00	203,33	135,16	8.206	29,43	28,47
Total	1.295,09	3.062,11	2.035,49	123.584	443,14	428,73

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Notas: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

nexão com uma variada gama de outras atividades, quais sejam: óleos vegetais, margarinas, sorvetarias, confeitarias, fábricas de rações, avicultura e suinocultura, biodiesel, bebidas lácteas, mercado de máquinas e insumos agrícolas etc, com forte capacidade de geração de renda, arrecadação tributária, divisas e empregos (direto e indiretos).

Dados preliminares da Matriz Insumo Produto do Nordeste apontam os reais impactos da sojicultura (Tabela 80), dentre os quais pode-se destacar:

Geração e incorporação de R\$ 3,0 Bilhões de Renda Bruta (VBP), à produção regional (MIP);

Geração de R\$ 2,0 bilhões de renda – valor adicionado (MIP);

Geração de mais de 123 mil empregos – formais ou não (MIP);

Impacto de R\$ 443 milhões na massa salarial (MIP);

Incremento da ordem de R\$ 428 milhões (MIP).

O BNB, por intermédio dos recursos do FNE, teve papel relevante no financiamento direto e na alavancagem de outras fontes de recursos, que ensejou esse processo de crescimento, não apenas pelo crédito em si, mas pelas ações integradas e esforços de articulação e organização dos agentes produtivos.

Cabe salientar que os efeitos multiplicadores e impactos dos investimentos em soja não se limitam aos empregos e à renda gerada nessa cadeia agroindustrial, mas se ampliam e se estendem a outras importantes cadeias produtivas de grãos, fibras e carnes. Como tal, fazer uma análise dos impactos apenas da soja nos cerrados nordestinos pode gerar resultados infinitamente inferiores aos reais impactos, se considerada a integração das cadeias produtivas e seus respectivos impactos à montante e à jusante da produção.

Por fim, registre-se que a soja, a despeito de ser capital intensivo na produção de grãos e, portanto, ser cada vez menor a densidade de mão-de-obra necessária por unidade de área em função dos avanços tecnológicos, é a atividade-chave das áreas de cerrados, que tem forte impacto sobre emprego, renda e geração de divisas.

4.2.2 Bovinocultura de corte

4.2.2.1 Análise econômica

A pecuária bovina é uma atividade econômica de grande expressão, ocupando, ao longo do planeta, uma área ao redor de 3 bilhões de hectares de pastagens. (SILVA; CARVALHO, 2005). No Brasil são 176 milhões de hectares, em sua maioria pastagens cultivadas, com exceção de regiões específicas como o Pantanal e a Campanha gaúcha. No mundo todo, as pastagens abrigam ao redor de 980 milhões de bovinos e o Brasil possui o segundo maior rebanho, com 170 milhões de cabeças, o que representa 17% do efetivo mundial.

A produção global de carne alcança ao redor de 57 milhões de toneladas de equivalente-carcaça, e o Brasil, responsável por 13% desse total, ocupa a segunda posição entre os países produtores com 7,6 milhões de toneladas. Esse volume de produto movimenta bilhões de dólares por ano, fruto da comercialização anual de mais de sete milhões de toneladas de equivalente-carcaça. O Brasil é o principal exportador, sendo responsável por quase 25% das exportações mundiais.

Quanto ao consumo de carne bovina, o Brasil apresenta um número bastante elevado, da ordem de 39,7kg de equivalente-carcaça/habitante/ano, sendo superado por poucos países, dentre eles Argentina (65,6kg) e Estados Unidos (40,6kg). A dimensão da população brasileira, aliada ao alto consumo *per capita*, revela a importância do mercado interno.

A pecuária brasileira vem sofrendo ameaças de natureza econômica, social e ambiental. Do ponto de vista econômico, tem-se o aumento dos custos, a pressão das atividades concorrentes pela terra, o crescimento do consumo dos produtos substitutos a base de frango e suíno, e o baixo retorno do capital investido na atividade. No lado social, a atividade, no âmbito da fazenda, gera poucos empregos, e em termos ambientais, o desmatamento da Amazônia e as exigências quanto às áreas de reserva legal tendem a forçar maior eficiência no uso da terra.

A produtividade dos rebanhos bovinos tem como um dos principais indicadores a respectiva taxa de abate, que é a razão entre o número de animais aba-

tidos e o efetivo total do rebanho. O Brasil obteve a segunda menor taxa de abate mundial, passando de 22,7% em 1998 para 23,3% em 2008. Isto representa um aumento de apenas 3%, situando-o abaixo da média mundial, que foi de 25%.

A pecuária de corte brasileira também mostra desempenho baixo quando este é expresso em termos de produção de equivalente-carcaça por animal do rebanho. Esta produção aumentou de 42,7kg para 43,8kg entre 1998 e 2008, ou seja, apenas 1,1kg em uma década, ficando somente acima da média mundial (31,3kg em 1998 e 37,4kg em 2008) e da Índia. No mesmo período, a China elevou sua produção de 38,6 para 58,4kg de equivalente-carcaça por animal do rebanho. Já os Estados Unidos produziram 119,1kg de equivalente-carcaça por animal do rebanho em 1998, aumentando tal número para 127,1kg em 2008. Quanto à União Européia, esta obteve pouco progresso no período, aumentando em apenas 1,4kg a produção de equivalente-carcaça por animal do seu rebanho, ou seja, passou de 92,0kg em 1998 para 93,4kg em 2008. (Gráfico 5).

Dentre as regiões brasileiras, a região Norte aumentou em 66% o seu efetivo, passando de 20,3 milhões de cabeças em 1998 para 33,6 milhões em 2008. Este crescimento foi o mais expressivo den-

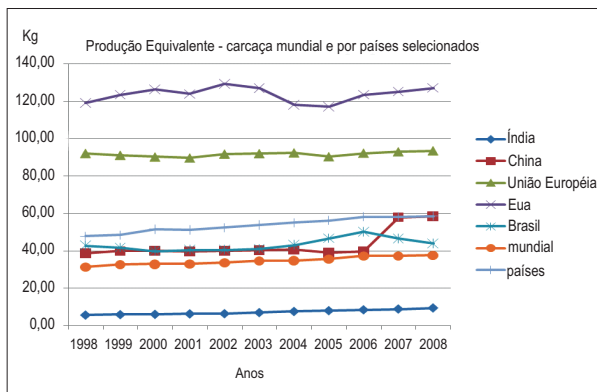


Gráfico 5 – Produção de Carne em Equivalente-carcaça por Animal do Rebanho, Considerando a Totalidade do Rebanho – Mundo e Países/Regiões Selecionadas, 1998-2008

Fonte: Elaborado a partir de Dados do Agrafnp Pesquisas (2009).

tre as regiões brasileiras sendo, no entanto, caracterizado por uma produção extensiva resultante da abertura de novas fronteiras agrícolas, a custo de desmatamentos.

O segundo maior crescimento do rebanho verificou-se no Nordeste brasileiro, com um aumento de 24% no período 1998-2008, passando de 21,9 milhões para 27,1 milhões. As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste sofreram, respectivamente, reduções de 4%, 3% e 3% em seus efetivos, no mesmo período. (Gráfico 6).

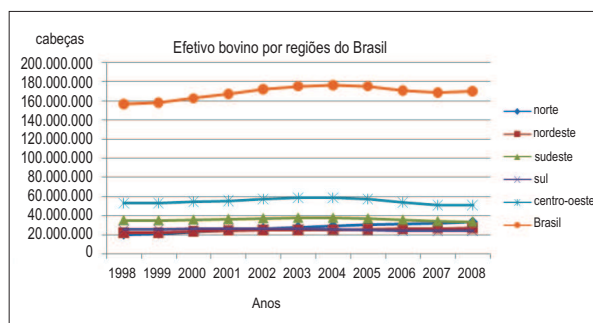


Gráfico 6 – Efetivo Bovino por Regiões do Brasil, 1998-2008

Fonte: Elaborado a partir de Dados do Agrafnp Pesquisas (2009).

Quanto à evolução do número de estabelecimentos entre 1996 e 2006, tem-se o seguinte: na região Norte aumentou em 21,4%, e o rebanho médio em 48,4%; na região Nordeste, o número de estabelecimentos aumentou em apenas 1,6%, e o rebanho médio em 12,5%; o número de estabelecimentos na região Sudeste reduziu-se em 5,7%, e o rebanho médio aumentou em 3,2%; na região Sul, entre os anos censitários, ocorreu uma redução de 13,1% no número de estabelecimentos e um aumento no tamanho do rebanho médio de 6,1%; e na região Centro-Oeste, o número de estabelecimentos aumentou em 16% e o rebanho médio reduziu em 8,5%. Em 2006, a região com o maior número de estabelecimentos e menor rebanho médio foi a Nordeste, que apresentou também a menor densidade em UA/ha. (Tabela 81).

O Brasil aumentou expressivamente sua participação no comércio mundial de carne bovina na

Tabela 81 – Densidade Média Prevalente nos Estabelecimentos com Pecuária (em UA/ha), nas Diversas Regiões Brasileiras

Região	N° Estabelecimentos		Variação (%)	Rebanho médio por estabelecimento		Variação (%)	UA/ha		Variação (%)
	1996	2006		1996	2006		1996	2006	
Norte	185.976	225.840	21,44	93	138	48,39	0,60	0,81	35,11
Nordeste	953.821	969.230	1,62	24	27	12,50	0,61	0,68	11,97
Sudeste	566.686	534.565	-5,67	63	65	3,17	0,81	0,93	14,95
Sul	787.252	683.789	-13,14	33	35	6,06	1,08	1,12	3,92
Centro- Oeste	204.462	237.172	16,00	248	227	-8,47	0,69	0,80	16,92
Brasil	2.698.197	2.650.596	-1,76	57	64	12,28	0,73	0,84	14,52

Fonte: Elaborado a partir de Dados do Agrafnp Pesquisas (2008).

última década. A quantidade de equivalente-carcaça exportada passou de 370 mil toneladas em 1998 para 1.829 mil toneladas em 2008, significando um aumento de 394% no período. A Austrália, maior exportador até 2003 e hoje posicionada em segundo lugar, atrás do Brasil, aumentou suas exportações em apenas 9% nesse período, passando de 1.268 mil para 1.386 mil toneladas. A Índia aumentou consideravelmente suas exportações na última década, passando de 245 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 810 mil toneladas em 2008, o que corresponde a um aumento de 231%. A Nova Zelândia apresentou uma evolução de 488 mil toneladas em 1998 para 515 mil toneladas em 2008, e os Estados Unidos reduziram suas exportações de 985 mil para 851 mil toneladas nesse mesmo período.

Com relação às importações, os Estados Unidos são líderes, embora tenham reduzido suas compras em 5,7% na última década, passando de 1.199 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 1.131 mil toneladas em 2008. A Rússia, importante mercado para o Brasil, aumentou em 31,2% as suas importações, passando de 770 mil toneladas de equivalente-carcaça em 1998 para 1.010 mil toneladas em 2008. O México também aumentou suas importações, de 307 mil toneladas para 440 mil toneladas nesse mesmo período, um aumento de 43,3%. A União Européia passou de auto-suficiente em 1998 a importadora de 400 mil toneladas de equivalente-carcaça em 2008. Do grupo de países relevantes quanto às importações de carne bo-

vina, apenas o Japão reduziu as suas importações na última década, passando de 989 mil toneladas em equivalente-carcaça em 1998 para 675 mil toneladas em 2008, uma redução de 31,7%.

O diferencial do preço da arroba pago ao produtor nos Estados Unidos e na América do Sul, em valores nominais, é expressivo, evidenciando uma remuneração muito baixa para o produto na América Latina, incompatível com a adoção de tecnologias necessárias à obtenção de ganhos de produtividade elevados. O aumento da taxa de natalidade, da taxa de desmama e da capacidade de suporte das pastagens, assim como uma produção maior de equivalente-carcaça por animal abatido, dependem da qualidade das pastagens, que para ser obtida, requer correção do solo e adubação, cujos insumos têm custos elevados.

Verifica-se que, no período analisado, os preços pagos pela arroba do boi gordo nos Estados Unidos aumentaram em 14,2%, enquanto no Brasil, Paraguai e Uruguai os aumentos foram, respectivamente, de 49,1, 45,2 e 12,9%. A Argentina, por seu turno, teve o preço da arroba do boi gordo reduzido em 35,5%. O preço da arroba do boi gordo no Brasil, em dólares americanos, a preços de 2008 (IPC/USA) passou de US\$31,36 em 1998 para US\$46,75 em 2008, enquanto nos Estados Unidos esse preço passou de US\$57,05 para US\$65,13 no período. Atualmente, é possível inferir que a adoção das tecnologias disponíveis, bem como de novas tecnologias, só se viabilizarão na pecuária de corte brasileira se o preço da arroba alcançar, no mer-

cado brasileiro, cotação semelhante à do mercado americano.

A produtividade da pecuária de corte brasileira é baixa, decorrente da predominância de sistemas de produção extensivos em que as pastagens apresentam baixa capacidade de suporte. Em função disso, a pecuária brasileira é um negócio pouco lucrativo e gerador de pouquíssimos empregos no campo. Contudo, sua grande dimensão no País implica uma oferta significativa de animais para abate, o que impossibilita a obtenção de melhor remuneração ao produtor para a arroba do boi vendida. Mesmo nos anos caracterizados pelo abate de fêmeas, alternativa encontrada pelo produtor para fazer frente à necessidade de capital de giro, não se obtém uma boa remuneração para a arroba do boi, uma vez que as fêmeas complementam a oferta, conforme se explica pelo chamado “ciclo do gado”. Cabe ainda ressaltar os desequilíbrios existentes na cadeia produtiva onde persiste o conflito histórico entre produtores e frigoríficos, revelado pela discrepância entre o preço recebido pelo produtor e o preço praticado no varejo.

A utilização da tecnologia “integração lavoura-pecuária” tem sido recomendada como alternativa à produção extensiva, contudo, faltam, ainda, estudos conclusivos sobre a sua utilização. Neste cenário, torna-se evidente que a intensificação da produção de bovinos de corte passa, também, por políticas de preço para insumos e produto capazes de viabilizar o emprego de tecnologias indutoras de ganhos de produtividade.

4.2.2.2 Síntese da execução

No período de 1998 a 2008, foram aplicados na Bovinocultura de Corte R\$ 1,4 bilhão com recursos do FNE-RURAL por meio de 24.895 operações. Neste período, a bovinocultura de corte representa 15,9% dos valores contratados e 12,8% do número de contratações do FNE-RURAL. Em relação à atividade de criação de bovinos, sua participação é de 56,2% dos valores contratos e 35,5% do número de operações.

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE – RURAL na atividade

de de bovinocultura de corte, percebe-se que 55,8% do volume de recursos foram aplicados com clientes de empreendimentos de grande e médio portes e 44,2% nos mini e pequenos empreendimentos, embora estes dois últimos concentrem 88,8% do número de operações. (Gráfico 7).

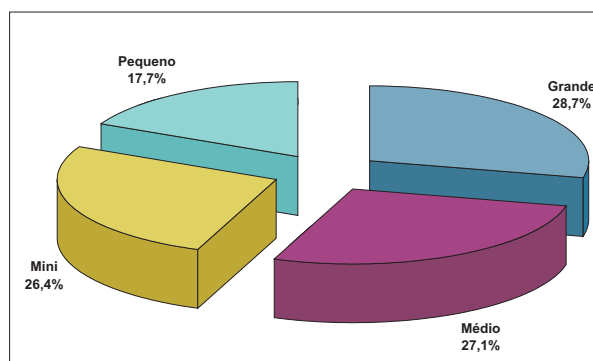


Gráfico 7 – Contratações Bovinocultura de Corte por Porte – Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados da Base do Ativo.

A distribuição dos valores contratados por porte dos empreendimentos foi a seguinte: grande 399,2 milhões (28,7%), médio 377,2 milhões (27,1%), mini 366,8 milhões (26,5%) e pequeno 246,5 milhões (17,7%). Em relação ao número de operações contratadas, os empreendimentos de porte mini representam 64,7% (16.118 contratos) do total das operações, os pequenos 24,1% (5.987 operações), médio 8,9% (2.207 contratos) e grande 2,3% (584 contratos).

No período de 1998 a 2008, os Estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Maranhão, com R\$ 488,9 milhões, representando 35,2% do valor total financiado; Bahia, com cerca de R\$ 373,4 milhões (26,9%) e Minas Gerais, R\$ 164,8 milhões (11,9%). Juntos, estes Estados totalizaram R\$ 1,0 bilhão, ou seja, 73,9% dos recursos totais aplicados das contratações no período em questão. (Gráfico 8).

Quanto ao número de operações realizadas no período de 1998 a 2008, os Estados que se destacam são: Maranhão com 28,7% (7.142) das operações; seguido pela Bahia, 28,4% (7.061); Piauí, 10,8% (2.679) e Minas Gerais, 9,9% (2.473). Por

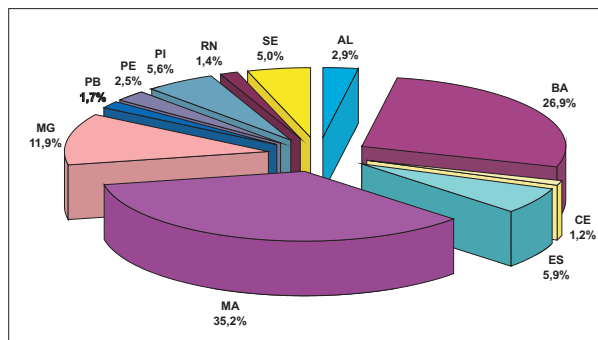


Gráfico 8 – Contratações Bovinocultura de Corte por Estado – Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados da Base do Ativo.

outro lado, os de menor destaque são: Espírito Santo com 0,6% (138) do número de contratações, logo atrás de Alagoas 2,5% (623) e Rio Grande do Norte com 2,6% (638). (Tabela 82).

A distribuição dos valores contratados por porte, nos estados, apresenta-se diferente da observada no conjunto dos estados da área de atuação do BNB que se concentra nos empreendimentos de grande

e médio portes. Somente nos estados da Bahia e Espírito Santo as aplicações concentraram-se nestes portes: no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe as maiores contratações foram em clientes de pequeno e mini portes; no Maranhão, nos portes mini e grande, e em Alagoas, nos portes médio e pequeno. (Tabela 83).

As agências do Banco do Nordeste que apresentaram maior volume de contratações foram: Açailândia, que contratou cerca de R\$ 112,6 milhões, seguida pelas agências de Imperatriz (MA) (R\$ 99,1 milhões) e Teixeira de Freitas (BA) (R\$ 74,7 milhões).

Na aplicação por município, os que mais receberam financiamentos na atividade de Bovinocultura de Corte foram Açailândia (MA) com R\$ 75,8 milhões, Imperatriz (MA) com R\$ 21,1 milhões, Medeiros Neto (BA) com R\$ 19,6 milhões, Santa Luzia (MA) com R\$ 19,5 milhões e Mucuri (ES) com R\$ 18,6 milhões.

Foram destinados para a Região do Semi-árido brasileiro, por meio de 11.884 operações na atividade, 35,1% dos recursos do FNE RURAL, no pe-

Tabela 82 – FNE Rural Contratações Bovinocultura Corte por Estado – Período: 1998 a 2008

Estado	Nº de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	623	2,5	39.929	2,9
Bahia	7.061	28,4	373.352	26,9
Ceará	653	2,6	16.762	1,2
Espírito Santo	138	0,6	81.530	5,9
Maranhão	7.142	28,7	488.930	35,2
Minas Gerais	2.473	9,9	164.817	11,9
Paraíba	934	3,8	24.259	1,7
Pernambuco	856	3,4	34.056	2,5
Piauí	2.679	10,8	77.331	5,6
Rio Grande do Norte	638	2,6	19.743	1,4
Sergipe	1.697	6,8	68.907	5,0
Total	24.895	100,0	1.389.617	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de Dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).



Tabela 83 – FNE Rural Contratações⁽¹⁾ Bovinocultura de Corte por Estado e Porte – Período: 1998 a 2008

Valores em R\$ Mil

Estado	Porte								Total	%
	Grande	%	Médio	%	Pequeno	%	Mini	%		
Alagoas	7.190	1,8	16.061	4,3	9.083	3,7	7.595	2,1	39.929	2,9
Bahia	108.191	27,1	112.914	29,9	63.887	25,9	88.360	24,1	373.352	26,9
Ceará	2.722	0,7	2.894	0,8	4.393	1,8	6.753	1,8	16.762	1,2
Espírito Santo	61.751	15,5	18.589	4,9	981	0,4	209	0,1	81.530	5,9
Maranhão	163.313	40,9	125.375	33,2	74.721	30,3	125.521	34,2	488.930	35,2
Minas Gerais	44.718	11,2	52.288	13,9	34.876	14,2	32.936	9,0	164.817	11,9
Paraíba	35	0,0	4.962	1,3	7.632	3,1	11.630	3,2	24.259	1,7
Pernambuco	3.779	0,9	4.524	1,2	9.069	3,7	16.684	4,5	34.056	2,5
Piauí	4.020	1,0	13.250	3,5	11.149	4,5	48.913	13,3	77.331	5,6
Rio Grande do Norte	1.618	0,4	3.521	0,9	10.881	4,4	3.723	1,0	19.743	1,4
Sergipe	1.828	0,5	22.773	6,0	19.788	8,0	24.518	6,7	68.907	5,0
Total	399.165	100,0	377.150	100,0	246.460	100,0	366.842	100,0	1.389.617	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

período de 1998 a 2008, o que representa cerca de R\$ 487,6 milhões. Na região fora do semi-árido, foram contratados 64,9% (R\$ 902,0 milhões) em 13.011 operações no período.

Nas contratações por porte de cliente nas regiões, observa-se que as aplicações na região do Semiárido concentraram-se nos empreendimentos de porte mini, e fora do semi-árido os valores contratados têm maior representatividade nos clientes de grande porte.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste (Tabela 84), estima-se que o total de R\$ 1,4 bilhão contratado no período 1998-2008, sendo 35% no semi-árido, implicará, por efeitos diretos ou indiretos, geração de R\$ 3,4 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 2,0 bilhões ao valor adicionado na economia da Região.

No que se refere ao mercado de trabalho da Região Nordeste, estima-se que os investimentos, nesta atividade, tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais

de 398 mil ocupações, o que representa um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 594 milhões. Na geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 493 milhões.

4.2.3 Bovinocultura de leite

4.2.3.1 Análise econômica

A pecuária de leite tem passado por transformações importantes em todo o mundo. Os preços internacionais de produtos lácteos atingiram níveis recordes em 2007 e recuaram no ano seguinte, o que gerou uma grande volatilidade nos preços internacionais e domésticos. No âmbito da oferta global, os países asiáticos e latino-americanos têm ganhado espaço no cenário mundial, enquanto a Europa vem reduzindo sua participação.

A produção mundial de leite em 2007 foi de 671 bilhões de litros, considerando todos os tipos. (FOOD..., 2009). A produção de leite de vaca foi de

Tabela 84 – Criação de Bovinos de Corte – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	39,93	94,49	54,09	9.458	15,17	13,58
Bahia	373,35	1005,84	577,20	104.173	179,21	153,07
Ceará	16,76	45,17	24,75	4.202	7,04	6,54
Espírito Santo	81,53	219,65	126,04	22.749	39,13	33,43
Maranhão	488,93	1073,08	699,59	152.543	185,79	141,79
Minas Gerais	164,82	444,03	254,80	45.987	79,11	67,57
Paraíba	24,26	56,54	34,03	5.782	9,22	8,01
Pernambuco	34,06	89,81	46,67	8.688	12,60	12,94
Piauí	77,33	199,91	120,92	19.505	33,25	28,61
Rio Grande Norte	19,74	47,44	28,55	4.744	7,11	6,52
Sergipe	68,91	152,97	96,10	20.883	26,87	21,36
Fora do semi-árido	902,04	2.225,81	1.338,99	258.817	385,92	320,29
Semi-árido	487,58	1.203,12	723,76	139.899	208,60	173,13
Total	1.389,62	3.428,94	2.062,75	398.716	594,52	493,42

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Nota: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

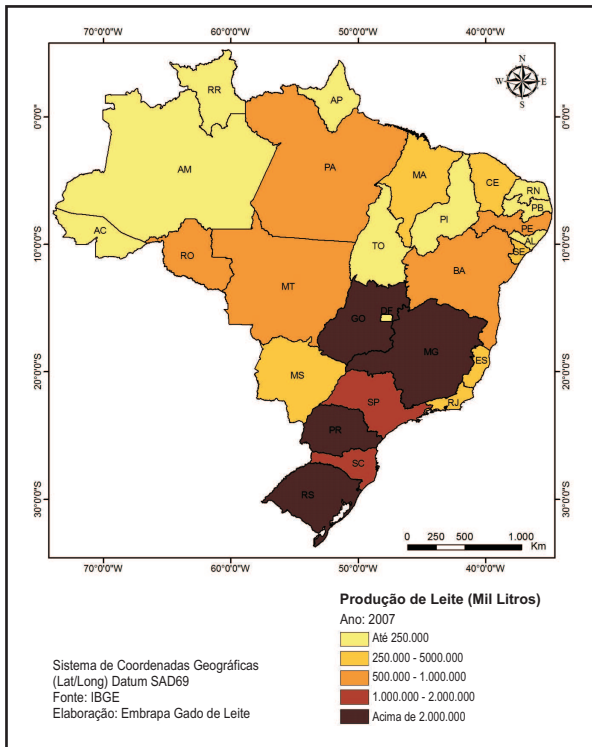
560,6 bilhões de litros ou 83,5% do total. No período de 1997 a 2007 a produção mundial de leite cresceu cerca de 22% (2,0% a.a.), enquanto a produção de leite de vaca aumentou 20% (1,8% a.a.). Crescimento superior foi verificado no leite de búfala, com a produção aumentando 48%, graças ao desempenho da Índia e Paquistão.

A produção brasileira cresce acima da média mundial e o País possui alguns diferenciais como grande mercado consumidor, custo competitivo, disponibilidade de terra, água e tecnologia para produção em qualquer região. Entre 1990 e 2007 a produção brasileira passou de 14,48 bilhões de litros para 26,13 bilhões de litros, um aumento de 80,5% (3,5% a.a.). Neste mesmo período, a produção na Região Nordeste cresceu 63,2% (2,9% a.a.), passando de 2,04 bilhões de litros para 3,33 bilhões de litros. No entanto, o movimento de expansão regional foi maior nos últimos setes anos.

No caso das exportações, o comércio de lácteos ainda é pequeno, sendo que a maioria dos países possui sua produção destinada ao atendimento do próprio mercado doméstico. Os países da Oceania e da União Européia respondem pelo maior fluxo mundial de comércio de leite e derivados.

O setor lácteo brasileiro passou por inúmeras transformações nas últimas duas décadas e a produção de leite vem crescendo substancialmente nos últimos anos. A Região Nordeste também vem se destacando, com participação crescente na produção nacional, sobretudo no período mais recente. O principal estado produtor é a Bahia com 966 milhões de litros anuais, seguido de Pernambuco, com 662 milhões. (Gráfico 9).

Enquanto a produção nordestina se expandiu a uma taxa média anual de 2,9% entre 1990 e 2007, no período de 2000 para 2007 a taxa foi de 6,4%. Os estados com maior expansão percentual na pro-



Mapa 4 – Distribuição da Produção de Leite no Brasil em 2007 (Mil Litros)

Fonte: IBGE – Elaboração Embrapa Gado de Leite.

dução regional foram Pernambuco, Maranhão e Sergipe, todos com a produção duplicando no período mais recente.

Vale ressaltar que a produção regional cresceu tanto devido ao aumento no número de vacas ordenhadas, quanto ao ganho de produtividade. No entanto, apesar de crescente, a produtividade média por vaca na Região ainda é muito baixa, sendo quase a metade da verificada no Brasil. Apenas Alagoas, Pernambuco e Sergipe possuem produtividade no patamar brasileiro, que, aliás, é pequeno em relação ao padrão mundial.

A Região Nordeste vem expandindo a produção e o consumo de lácteos nos últimos anos, com diversos investimentos e programas de incentivo à atividade leiteira. Os programas sociais e a melhoria, ainda que modesta, da renda da população está impulsionando a demanda na Região, que é importadora de leite e derivados. Existem muitas oportunidades

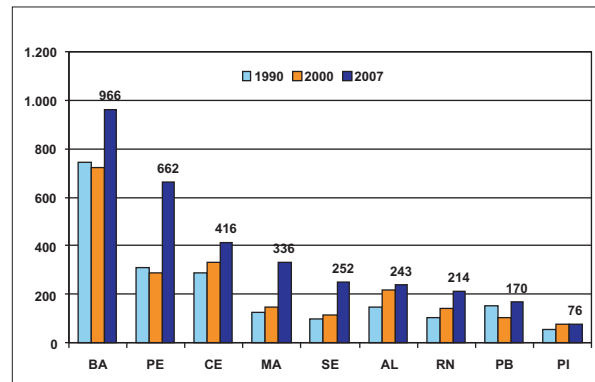


Gráfico 9 – Produção de Leite por Estado do Nordeste (milhões de litros)

Fonte: IBGE (2008a). Elaboração Embrapa Gado de Leite.

a serem exploradas, considerando inclusive a baixa produtividade do rebanho. A possibilidade de expansão da oferta é um fator estratégico e de grande potencial para toda a Região Nordeste. Só assim, será possível que os produtores e laticínios se apropriem mais dos benefícios econômicos oriundos do leite e de seus derivados, aumentando a importância que o leite tem para a economia da Região.

4.2.3.2 Síntese da Execução

O BNB, através do programa FNE-RURAL, vem apoiando a atividade de bovinocultura de leite. Assim, é que foi aplicado na atividade, no período de 1998 a 2008, R\$ 1,0 bilhão com recursos do Programa, através de 45.173 operações. Neste período, a bovinocultura de leite representa 12,4% dos valores contratados e 23,3% das contratações do FNE-RURAL, em relação à atividade de criação de bovinos sua participação é de 43,8% dos valores contratos e 64,5% do número de operações. (Gráfico 10).

Na análise por porte dos empreendimentos financiados pelo Programa FNE – RURAL, percebe-se que o volume de recursos concentra-se nos de mini e pequeno portes representando 86,4 % (R\$ 934,7 milhões) dos recursos. É nesses portes que está o maior número de operações representando 98,0% do número de operações (44.290 contratos). (Gráfico 11). Os demais empreendimentos representam apenas 13,6% (R\$ 147,2 milhões) dos valores con-

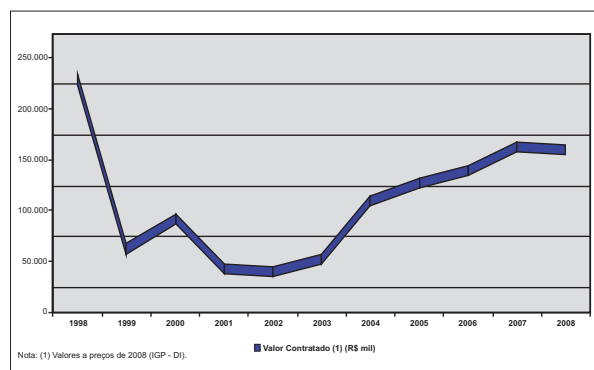


Gráfico 10 – FNE Rural – Bovinocultura de Leite – Contratações – 1998 a 2008

Fonte: Elaboração Própria a partir de Dados da Base do Ativo.

tratados e 2,0 % (881 contratos) do número de operações. Este resultado pode ser atribuído a alguns fatores como a tradição regional na atividade, o produtor ter o animal como reserva de valor e gerador de alimento básico para a unidade familiar.

No período de 1998 a 2008, os Estados contemplados com os maiores volumes de recursos foram Bahia, com R\$ 210,7 milhões, representando 19,5% do valor total financiado, Ceará, com cerca de R\$ 141,8 milhões (13,1%) Pernambuco, R\$ 122,7 milhões (11,3%), e Sergipe, com R\$ 97,6 milhões (9,0%). Juntos, estes Estados totalizaram R\$ 572,9 milhões, ou seja, 52,9% dos recursos totais

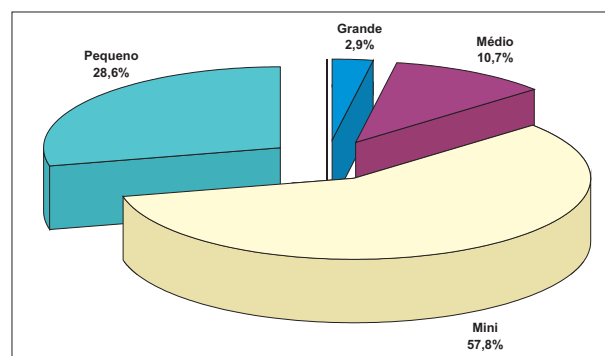


Gráfico 11 – FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Porte – Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

aplicados das contratações no período em questão. (Gráfico 12). No âmbito da produção de leite sob inspeção, estes Estados representam cerca de 70% da produção do Nordeste.

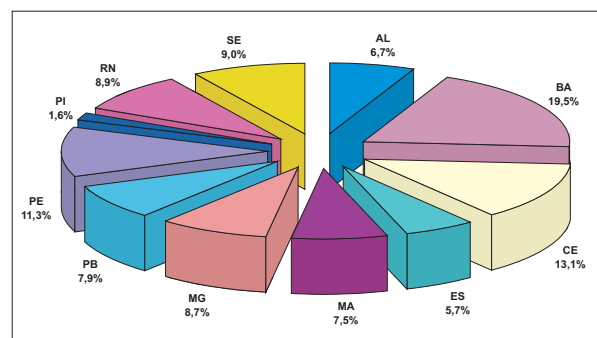


Gráfico 12 – FNE Rural Contratações da Bovinocultura de Leite por Estado – Período 1998 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Os Estados com menor representatividade, foram Piauí 1,6% (R\$ 17,0 milhões), Espírito Santo 5,7% (R\$ 61,5 milhões) e Alagoas 6,7% (R\$ 72,8 milhões). Estes Estados totalizaram R\$ 151,4 milhões, ou seja, 14,0% dos recursos totais aplicados.

Na análise por Região, 68,7% dos recursos do FNE RURAL destinados a atividade, no período de 1998 a 2008, cerca de R\$ 743,4 milhões, foram aplicados na Região do Semiárido brasileiro através de 36.298 operações. Já a região fora do Semiárido obteve 31,3% (R\$ 338,5 milhões) do valor contratado e apenas 19,6% (8.875 operações) no período.

Conforme pode ser observado na Tabela 85, estima-se que o total de R\$ 1,1 bilhão contratado no período 1998-2008, sendo 68% no semiárido, implicará, seja através dos efeitos diretos, seja pelos indiretos, a geração de R\$ 2,7 bilhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 1,6 bilhão no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

Quanto ao mercado de trabalho da Região, estima-se que os investimentos nesta atividade tenham sido responsáveis pela geração, entre empregos formais e informais, de mais de 289 mil ocupações no Nordeste, o que representa um impacto sobre o

Tabela 85 – Criação de Bovinos de leite – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1998-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	72,90	172,51	98,76	17.268	27,70	24,79
Bahia	210,73	567,73	325,79	58.799	101,15	86,40
Ceará	141,84	382,23	209,47	35.560	59,57	55,32
Espírito Santo	61,48	165,65	95,05	17.156	29,51	25,21
Maranhão	81,45	178,76	116,54	25.411	30,95	23,62
Minas Gerais	94,19	253,75	145,61	26.281	45,21	38,62
Paraíba	85,85	200,09	120,44	20.462	32,62	28,33
Pernambuco	122,73	323,66	168,19	31.312	45,41	46,64
Piauí	17,06	44,11	26,68	4.304	7,34	6,31
Rio Grande do Norte	96,15	231,03	139,05	23.104	34,61	31,73
Sergipe	97,55	216,57	136,05	29.565	38,05	30,24
Fora do semi-árido	338,52	856,06	494,86	90.491	141,46	124,28
Semi-árido	743,43	1.880,03	1.086,78	198.731	310,67	272,93
Total	1.081,94	2.736,09	1.581,64	289.222	452,13	397,20

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Notas: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de / (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

pagamento de remunerações, de aproximadamente R\$ 452 milhões. No tocante a geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 397 milhões.

4.2.4 Cultivo de algodão

4.2.4.1 Análise econômica

A cotonicultura, a despeito de historicamente ser uma atividade praticada em moldes tradicionais em pequena escala, desempenhou importante papel no âmbito da economia regional, quanto à auto-suficiência no suprimento de matéria prima ao parque têxtil, sobretudo, quanto à capacidade de geração de emprego e renda.

Não obstante sua importância, essa atividade enfrentou nas duas últimas décadas sérios problemas – grande dispersão da produção e falta de organização dos produtores, problemas fitossanitários (praga do bicudo) e problemas de mercado com a

abertura comercial, criando sérios obstáculos à atividade e redução substancial na produção.

Os obstáculos à produção foram superados pela pesquisa – medidas de monitoramento e controle do bicudo, e pela mudança do padrão da produção agrícola a partir do ano 2000, passando de uma agricultura tradicional para uma agricultura empresarial em escala vigente nos cerrados, constituída de agentes conscientes desse padrão de exploração, de suas oportunidades e riscos. Não obstante, mesmo com pequena participação em área e produção e com maior exposição aos citados riscos, há ainda uma parcela de agricultores que operam no modelo tradicional, nos vários estados do Nordeste dedicada ao plantio de algodão.

O Brasil se posiciona como o quinto maior produtor de algodão (Gráfico 13) e está firmemente destacado no mercado internacional, sendo o quarto maior exportador de fibras de algodão do mundo, ficando atrás de EUA, Índia e o Uzbequistão. As difi-

culdades climáticas em 2003 na Austrália, o avanço do algodão no cerrado e a alta qualidade do algodão brasileiro têm aberto um mercado crescente para a exportação. Assim, o País superou a Austrália e caminha para a disputa da terceira posição mundial na exportação com o Uzbequistão. Nesse contexto, a vitória do Brasil na OMC contra os subsídios do algodão nos EUA tende a impulsionar a produção interna e abrir mais mercados para sua fibra no exterior. As crescentes exportações brasileiras tendem a ser um impulso importante para a manutenção ou mesmo um ligeiro aumento da área plantada com algodão no País.

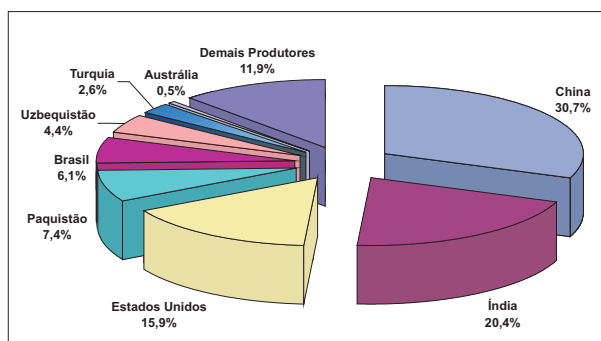


Gráfico 13 – Principais Países Produtores de Algodão – Safra 2007/2008 (Em Milhões de Toneladas)

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir dos Dados de 2009 do Cotton World Markets and Trade.

Quanto aos estoques, na safra 2007/2008, o País encontra-se bem posicionado em quarto lugar, atrás de China, Estados Unidos, Índia, e à frente do Paquistão, os quais responderam em conjunto, por 78,0% dos estoques mundiais da fibra.

China, Estados Unidos, Índia e Paquistão, são países que têm peso relevante na governança da cotonicultura mundial, decisivos quanto ao direcionamento e mudanças do setor. Entretanto, ante as novas tendências de produção de energia limpa, a exemplo do etanol americano, o Brasil é o país que dispõe das melhores condições para se apropriar das oportunidades, pela disponibilidade de recursos naturais e tradição na atividade, e, sobretudo, pelo consistente processo de aprendizagem e conheci-

mento acumulado, associado a uma elite produtora de alto padrão gerencial, com visão de mercado.

Aspecto relevante do programa do etanol americano para os produtores brasileiros, além de reduzir sua participação na produção de soja e de algodão, permitindo a expansão da produção agrícola interna, diz respeito à redução dos desperdícios e distorções de mercado, com a redução nos subsídios agrícolas, criando dificuldades aos europeus e asiáticos em manter seus programas agrícolas com elevados subsídios. Esse é um fato bastante positivo não apenas para os cotonicultores, mas para toda a agricultura brasileira.

4.2.4.2 Síntese da execução

A falta de acesso ao crédito - um dos problemas do passado comumente reclamado pelos agentes produtivos, foi superado¹⁸ com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), instituído pela Constituição de 1989.

No caso particular da cotonicultura, a despeito das adversidades já citadas, as aplicações foram sempre crescentes no período de vigência do Fundo, sobretudo a partir de 2003, quando o Banco adotou uma política mais agressiva de aplicações do FNE, reduzindo restrições de financiamento para essa e outras culturas que demandam volumes expressivos de recursos.

A cotonicultura regional hoje ganha novos contornos em termos de inovações tecnológicas em todos os elos da cadeia produtiva, gerando sinergias e fortes impactos na quantidade e na qualidade do produto, abrindo e disputando de forma competitiva, oportunidade de mercado com os concorrentes internos e externos. Assim, além de atender ao parque têxtil regional, a cotonicultura regional gera fortes impactos à economia regional na geração de divisas, de renda e de empregos.

¹⁸ Superada significa dizer que agora existe a disponibilidade do crédito, mas continua a restrição ao acesso por outras razões (dificuldade de aquisição de máquinas pelos mini e pequenos, dada a escala da produção e indivisibilidade dos bens, além da falta de organização que poderia superar esses obstáculos; insuficiência de garantias e a própria aversão a riscos por esse segmento de produtores).

Observa-se que a substituição de modelos de exploração ou, dito de outra forma, a prevalência do modelo empresarial, embora tenha suprimido considerável parcela da mão-de-obra empregada no campo por ser capital intensivo, como o boom de crescimento não se limitou à produção, parte dessa mão-de-obra migrou para outros segmentos do sistema agroindustrial¹⁹.

As contratações do FNE – Rural destinadas à atividade de cultivo de algodão apresentam operações desde a criação do FNE, em 1989. No início do período, os valores anuais contratados quando atualizados pelo IGP-DI a preços de 2008, foram pequenos, não chegando a R\$ 1 mil. Em 1990 foram contratadas 124 operações envolvendo R\$ 1,0 mil; em 1993 foram realizadas 184 operações para um volume de recursos da ordem de R\$ 7 mil. A partir de 1994 é que realmente as contratações para o cultivo de algodão apresentam valores significativos, tendo contratado neste ano R\$ 27,3 milhões. Nos anos seguintes, o ano de 2001 foi o que apresentou menor valor de aplicações (R\$ 3,7 milhões). O ano de 2005 apresentou forte crescimento atingindo o volume de recursos da ordem de R\$ 253,4 mil, seguido de forte retração em 2006 para o nível de R\$ 138,4 mil, atingindo o maior volume de aplicações em 2008 (R\$ 329,7 mil). (Gráfico 14).

No período 1989 a 2008, foram contratadas 5.894 operações e aplicados algo em torno de R\$ 1,4 bilhão de reais, representando cerca de 9,9% das aplicações do FNE – Rural²⁰ e cerca de 3,2% do FNE total²¹.

No que tange à distribuição dos recursos, 85,1% das operações destinaram-se aos mini e pequenos produtores, mas 90,3% dos valores contratados destinaram-se aos grandes produtores. (Gráfico 15).

19 Hoje a maioria das fazendas dispõe de unidade agroindustriais para separação da pluma, enfardamento e padronização, para atender os mercados mais exigentes. Ademais, exceto a parcela de agricultores familiares, os produtores que não dispõem de unidades de beneficiamento não vendem o algodão *in natura*, mas apenas terceirizam os serviços de separação da pluma do caroço, limpeza e enfardamento.

20 No âmbito do FNE – Rural foram contratados R\$ 13.792,4 milhões de reais, a preços de 2008.

21 No âmbito do FNE Total, foram aplicados R\$ 42.599,4 milhões de reais, a preços de 2008.

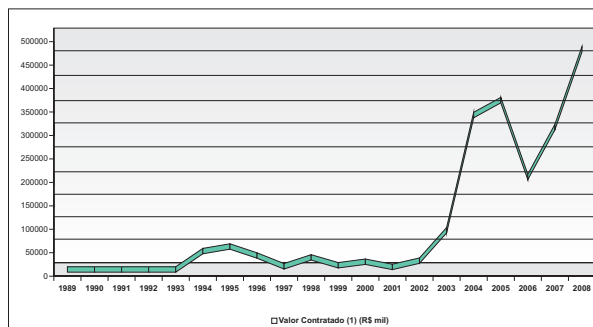
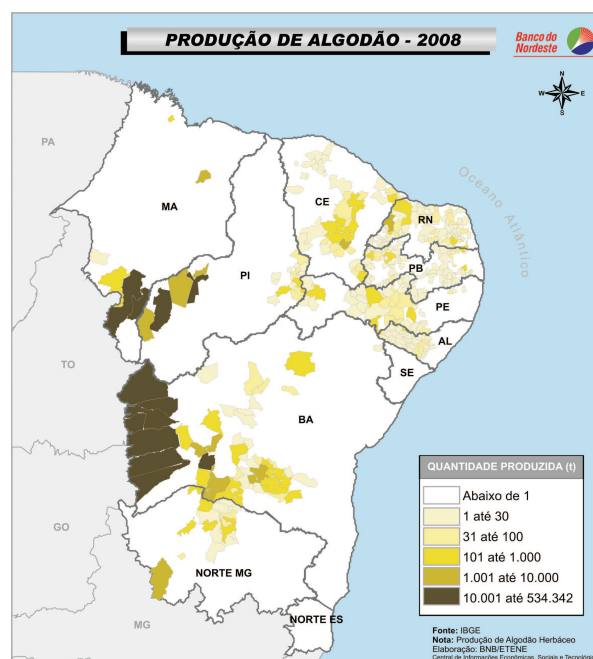


Gráfico 14 – FNE Rural – Evolução dos Financiamentos à Cotonicultura – Período 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a Preços de 2008.



Mapa 5 – Área de Atuação do BNB com Destaque para os Estados e Áreas Produtoras de Algodão em 2008 – Quantidade Produzida

Fonte: Elaboração do BNB/ETENE - Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE Baseada nos Dados do IBGE.

Nota: Produção de algodão herbáceo.

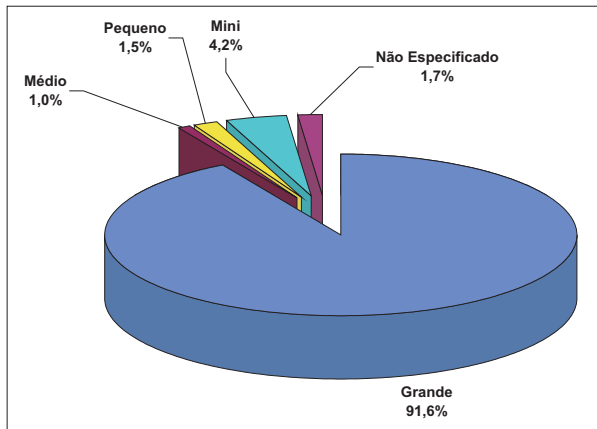


Gráfico 15 – Contratações Cultivo de Algodão por Porte – 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Os Estados com maiores participações são Bahia (75%), Maranhão (10%) e Piauí (5,8%), exatamente aqueles que têm áreas de cerrados, onde se concentram as grandes explorações da malvacea em apreço, razão porque, embora 85,3% das operações se concentrem na região semiárida, 87,3% dos recursos concentraram-se fora da região semiárida. (Gráfico 16).

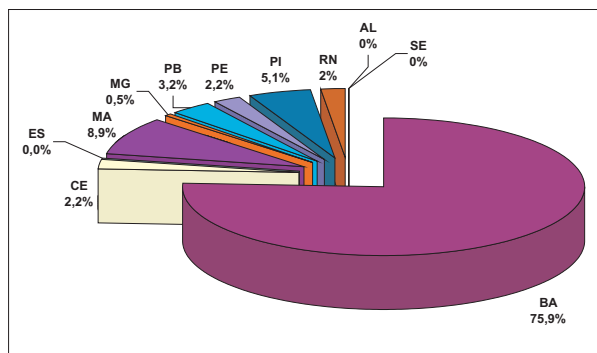


Gráfico 16 – Contratações Cultivo de Algodão por Estado – 1989 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Em princípio são evidentes os impactos – a quase extinção da produção regional foi exatamente a falta de capacidade de competir no mercado interno e hoje a Região compete no mercado externo com os maiores exportadores mundiais, mas o desafio

agora, e que esse trabalho buscou responder, diz respeito aos reais impactos da cotonicultura no Nordeste (Tabela 86), dentre os quais destacam-se:

- Geração e incorporação de R\$ 3,64 bilhões de renda bruta (VBP), à produção regional (MIP);
- Geração de R\$ 2,27 bilhões de renda - valor adicionado (MIP);
- Geração de 139 mil empregos – formais ou não (MIP);
- Impacto de R\$ 501,71 milhões na massa salarial (MIP);
- Incremento da ordem de R\$ 510,37 milhões (MIP)

4.2.5 Cultivo de uva

4.2.5.1 Análise econômica

A maior concentração da produção de uva no mundo ocorre na Europa, embora com tendência decrescente, tendo em vista o crescimento apresentado por outros continentes como Ásia, América, África e Oceania. Os maiores produtores de uva (média 2005/2007) são Itália, França, Estados Unidos, China e Espanha. O Brasil figura no ranking como o décimo nono país tanto em produção de uvas como em área, participando apenas com 2,0% da produção mundial e 1,1% da área cultivada.

Entretanto, a produção brasileira de uvas evoluiu substancialmente de 2000 a 2008, com crescimento de 39,2%, passando de 1,02 milhão para 1,42 milhão de toneladas, cuja distribuição por região está apresentada no Gráfico 17.

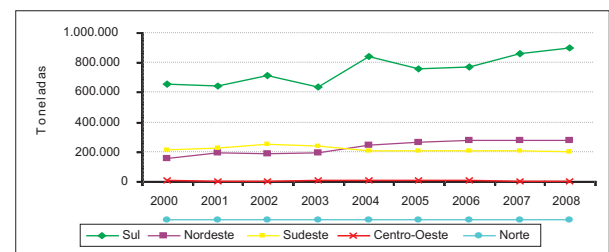


Gráfico 17 – Produção Nacional de Uvas, por Região Geográfica – 2000-2008

Fonte: Carneiro e Coelho (2008).

A produção, segundo o IBGE, concentra-se no Rio Grande do Sul, responsável por 54,6% da produção nacional, destinada à elaboração de vinhos, sucos e derivados. São Paulo (13,6%), Pernambuco (11,9%), Paraná (5,1%) e Bahia (7,0%), figuram entre os grandes produtores nacionais, com a produção destinada, em sua maioria, ao consumo *in natura*.

A Região Nordeste apresentou um grande incremento no cultivo de uva entre os anos de 1985 e 1995, passando de 964 ha (1,7% da área total do País) para 4.838 ha (7,96% da área total do País), em apenas uma década. A Região é responsável por cerca de 98% das exportações brasileiras, e em 2008 ocupou 10.284 ha de videiras, 12,8% da área total cultivada no País e respondeu por cerca de 18,8% da produção brasileira de 1.421.431 toneladas. Os principais produtores são os estados de Pernambuco e Bahia, mais especificamente em Petrolina e Juazeiro, regiões que possuem grande potencialidade de recursos naturais e possuindo

grandes projetos de irrigação, fruto de investimentos públicos e privados.

Em 2008, o Pólo de Petrolina-Juazeiro foi responsável por 65,5% da produção nordestina. A viticultura nessa região semi-árida se destaca no cenário nacional, não apenas pela expansão da área cultivada e do volume de produção, mas principalmente pelos altos rendimentos alcançados e pela qualidade da uva produzida, que alcança altos preços no mercado internacional. Seguindo as tendências de consumo do mercado mundial de suprimento de frutas frescas, a região inclina-se, atualmente, para produção de uvas sem sementes, assim como para a adoção de normas de controle de segurança alimentar conforme sistemas definidos pelas legislações nacional e internacional.

4.2.5.2 Análise da execução

Consoante a base do ativo do BNB, a cultura da uva vem se destacando desde 2004, quando as apli-

Tabela 86 – Cultivo de Algodão – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 1989 a 2008

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Valor Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributação
Alagoas	0,35	0,87	0,51	30	0,12	0,12
Bahia	1.035,98	2.889,05	1.763,35	108.730	393,67	404,03
Ceará	26,84	78,18	51,31	2.935	11,04	11,34
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Maranhão	122,02	254,95	185,10	11.179	37,83	34,17
Minas Gerais	6,17	17,22	10,51	648	2,35	2,41
Paraíba	43,61	95,58	67,29	3.667	13,52	13,95
Pernambuco	30,28	77,71	48,12	3.218	9,99	10,90
Piauí	70,14	168,53	107,24	6.449	25,25	25,25
Rio Grande do Norte	26,20	58,28	34,80	2.068	7,86	8,12
Sergipe	0,29	0,59	0,39	19	0,08	0,08
Fora do Semiárido	1.191,73	3.179,04	1.980,81	121.315	438,06	445,63
Semiárido	173,16	461,91	287,81	17.627	63,65	64,75
Total	1.364,89	3.640,96	2.268,62	138.942	501,71	510,37

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Notas: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (2) Em número de pessoas.

cações aumentaram sobremaneira, conservando, porém o caráter irregular em sua distribuição. No período 2004-2008, o montante aplicado foi de R\$ 183,6 milhões, representando cerca de 84% das aplicações efetuadas na cultura desde 1989. Esse aumento pode ser reflexo da elevação de quase 50% na produção do estado de Pernambuco no ano de 2004.

As contratações por porte dos empreendimentos apresentaram concentração na categoria de grande porte, tendo sido esta responsável por 63,3% do total de recursos aplicados no cultivo de uva entre 1989 e 2008 pelo FNE. As categorias de mini, pequeno e médio portes, responderam juntas por 35,6% das contratações. É importante salientar que os estados de Pernambuco e Bahia abrigam, principalmente, empreendimentos de grande porte. Dentre os empreendimentos de grande porte financiados, somente Pernambuco concentrou 70,2% das aplicações da Região, seguido da Bahia, com 28,9%.

As contratações por estado (Tabela 87) no período 1989 a 2008 constatam a participação de Pernambuco e Bahia com 67,1% e 12,4% da quantidade de operações contratadas, respectivamente. No que tange aos valores contratados, os mesmos estados participaram com 71,3%; 23,1% dos recursos aplicados.

Dentre as agências do Banco do Nordeste, a que apresentou maior volume de contratações para o cultivo da uva foi a agência de Petrolina no estado de Pernambuco que contratou cerca de R\$ 95,4 milhões, seguida pelas agências de Juazeiro, na Bahia, e Recife, em Pernambuco, que juntas foram responsáveis por 86,2% dos recursos contratados pelo FNE – Rural nesta atividade.

Na região do semiárido nordestino foram contratados R\$ 208,8 milhões que correspondeu a 95,8% do total aplicado, tendo em vista as características propícias para a exploração nessa região. Do total de recursos, 66% foram destinados a empreendimentos de grande porte enquanto 21% foram destinados para médio porte, perfazendo um total de 87%, donde se depreende a pequena participação de pequenos produtores.

4.2.5.3 Resultados e impactos

Na análise de resultados e impactos do cultivo da uva utilizaram-se dados secundários e inferências com base em coeficientes técnicos e na Matriz de Insumo-Produto, não sendo utilizada pesquisa de campo.

Em relação à oferta de uva, a região Nordeste respondia por 0,4% da produção nacional em 1975,

Tabela 87 – FNE Rural – Contratações Cultivo de Uva por Estado – Período: 1989 a 2008

Estado	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	0	0,0	0	0,0
Bahia	103	12,4	50.387	23,1
Ceará	33	4,0	1.982	0,9
Espirito Santo	1	0,1	20	0,0
Maranhão	1	0,1	0	0,0
Minas Gerais	80	9,6	8.607	3,9
Paraíba	22	2,6	192	0,1
Pernambuco	558	67,1	155.301	71,3
Piauí	28	3,4	1.426	0,7
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0
Sergipe	5	0,6	5	0,0
Total	832	100,0	217.920	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Tabela 88 – Produção de Uva no Brasil por Região(em ton)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
1975	580.586	0	2.097	142.362	436.102	25
1985	712.182	0	8.766	104.015	599.401	0
1995	836.545	0	118.321	146.258	571.805	161
2005	1.232.564	300	262.776	205.553	759.092	4.843
2006	1.257.064	314	277.096	208.197	766.590	4.867
2007	1.371.555	296	294.296	211.162	857.959	7.842

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

quando as regiões Sudeste e Sul detinham 99,0% da produção nacional. Essa situação começou a se alterar a partir dos anos 1990, com a região Nordeste aumentando progressivamente sua produção, alcançando 294.296 toneladas em 2007, correspondente a 21,5% da produção nacional. Enquanto a produção nacional cresceu 136,2%, entre 1975 e 2007, a produção do Nordeste cresceu 13.934,1%. (Tabela 88).

Entre 1975 e 2007, a área colhida com uva no Brasil cresceu 36%, enquanto na região Nordeste a área colhida cresceu 1.791,8%, passando de 527 ha para 9.970 ha. A área colhida no Nordeste passou, nesse período, de 0,9% para 12,7% da área colhida no Brasil.

Quando confrontada com as contratações dos financiamentos do FNE para cultura da uva, identifica-se que o crescimento de área e produção dessa atividade no Nordeste coincide com a concentração dos valores financiados. Os R\$ 217,9 milhões contratados pelas operações de crédito do FNE para a cultura da uva até 2008, incidem praticamente na sua totalidade, no período entre 1994 e 2008, quando houve o grande crescimento da produção na região. (Tabela 89).

Quando examinadas as operações de crédito por Estado, verifica-se também que os maiores produtores, Pernambuco e Bahia absorveram 94,4% dos valores contratado, ressaltando novamente a correlação entre os avanços dessa cultura com os financiamentos do FNE para a mesma. (Tabela 90).

Com o desenvolvimento da pesquisa, adaptando as variedades e melhorando as técnicas de produção, o surgimento de uma produção irrigada de for-

ma mais profissional e uma disponibilidade maior de crédito, a produtividade e produção de uva no Nordeste cresceu de forma substancial, passando de 4 ton/ha/ano, em 1975, para 25,7 ton/ha/ano, em 2007, o que representa um crescimento de 542,5%,

Tabela 89 – Contratações do FNE para Cultura da Uva

Ano	Qtde. de Operações	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)
1989	20	0
1990	35	0
1991	17	0
1992	21	0
1993	33	1
1994	9	506
1995	12	3.351
1996	20	4.459
1997	19	4.287
1998	52	10.434
1999	27	2.157
2000	31	3.778
2001	15	400
2002	12	740
2003	35	4.146
2004	58	42.113
2005	83	24.024
2006	124	35.971
2007	104	21.082
2008	105	60.471
Total	832	217.920

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de Dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Tabela 90 – Contratações do FNE para Cultura da Uva por Estado

Estado	Qtde. de Operações	%	Valor Contratado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	%
Alagoas	0	0,0	0	0,0
Bahia	103	12,4	50.387	23,1
Ceará	33	4,0	1.982	0,9
Espirito Santo	1	0,1	20	0,0
Maranhão	1	0,1	0	0,0
Minas Gerais	80	9,6	8.607	3,9
Paraíba	22	2,6	192	0,1
Pernambuco	558	67,1	155.301	71,3
Piauí	28	3,4	1.426	0,7
Rio Grande do Norte	0	0,0	0	0,0
Sergipe	5	0,6	5	0,0
Total	832	100,0	217.920	100,0

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de Dados da Base do Ativo

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

superando em 45,2% a produtividade média nacional que foi de 17,7 ton/ha/ano.

Observa-se nas contratações do FNE que 93,0% dos seus financiamentos foram dirigidos para a exploração da cultura da uva irrigada, fato este responsável pelas altas produtividades e pela viabilização dessa atividade no semi-árido nordestino.

As exportações nacionais de uva apresentam tendência crescente desde 1990 e, a partir de 2002, a região Nordeste passou a responder por praticamente a totalidade das exportações nacionais com participação acima de 98,0%. Enquanto que o volume de uva exportada nacional cresceu 43 vezes, no Nordeste, cresceu 191 vezes.

Esta situação está relacionada com o fato da produção do Nordeste ser de uva de mesa, boa parte de uva sem caroço, destinada à exportação, aliada ao fato de que as condições climáticas da Região permitem a obtenção de produção em épocas de entressafra na Europa, o que facilita a exportação e permite a obtenção de melhores preços.

A exemplo do comportamento da produção e da produtividade, os aumentos das exportações de uva do Nordeste têm uma razoável coincidência com o

período em que se deram as contratações do FNE para essa cultura, reforçando que o Fundo proporcionou uma importante contribuição para esses resultados com a oferta de crédito oportuno e em condições favoráveis à essa atividade econômica.

Em termos de valor da produção, o crescimento na Região também foi bem superior ao nacional passando de R\$ 242,7 milhões em 1990 para R\$ 733,1 milhões em 2007, significando um crescimento de 202,1%. O valor da produção do Nordeste representava 15% do valor total da produção nacional de uva em 1990, e em 2007, representou 38,6%.

As inferências obtidas através da Matriz Insumo-Produto do Banco do Nordeste estimam que o total de R\$ 218 milhões contratados pelo FNE para a cultura da uva no período 1989-2008, proporcionou a geração, entre empregos formais e informais, de mais de 114 mil ocupações no Nordeste, o que representou um impacto sobre o pagamento de remunerações de aproximadamente R\$ 91 milhões. (Tabela 91).

As projeções indicam também, por seus efeitos diretos e indiretos, a geração de R\$ 557 milhões em termos de produção bruta regional e cerca de R\$ 353 milhões no que tange ao valor adicionado na economia da Região.

No tocante à geração de receitas de tributação, estima-se que tenham sido arrecadados cerca de R\$ 80 milhões em taxas e impostos.

O cultivo de uva no Nordeste está praticamente restrito aos Estados da Bahia e Pernambuco, com destaque para este último, o qual responde sozinho por mais de 65% do total apurado em quaisquer dos efeitos observados (cerca de 94,0% da produção total, 94,1% do total do valor adicionado, 93,6% das ocupações, 93,5% dos salários e 69,16% dos tributos).

4.3 Avaliação do FNE – PROATUR

O FNE Proatur é um dos programas no âmbito do FNE, lançado em 1994, cujo objetivo geral é integrar e fortalecer, de forma competitiva, a cadeia produtiva do turismo local e regional, a partir do reconhecimento das especificidades locais, ensejando o aumento da oferta de empregos, a melhoria do perfil de distribuição de renda e a indução ao uso

Tabela 91 – Cultivo de Uva – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste, 1989-2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributos
Alagoas	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Bahia	50,39	140,46	86,96	32.497	25,19	20,15
Ceará	1,98	5,25	3,49	939	0,87	0,75
Espírito Santo	0,02	0,06	0,04	13	0,01	0,01
Maranhão	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Minas Gerais	8,61	23,99	14,85	5.551	4,30	3,44
Paraíba	0,19	0,43	0,31	89	0,08	0,06
Pernambuco	155,30	383,59	246,03	74.462	60,57	55,91
Piauí	1,43	3,42	2,20	746	0,67	0,51
Rio Grande do Norte	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Sergipe	0,01	0,01	0,01	2	0,00	0,00
Fora do semiárido	9,11	23,29	14,79	4.777	3,83	3,38
Semiárido	208,81	533,92	339,10	109.523	87,86	77,46
TOTAL	217,92	557,21	353,89	114.300	91,70	80,84

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Notas: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI).

(3) Em número de pessoas.

racional e sustentável das potencialidades turísticas da Região.

Os objetivos específicos do Proatur são:

- dotar a Região de empreendimentos turísticos que atendam aos requisitos e padrões de qualidade internacional visando atrair maior fluxo de turistas doméstico e estrangeiro;
- utilizar o potencial ecológico de vocação turística do Nordeste como fator de desenvolvimento econômico e social, preservando e valorizando o meio ambiente, os recursos naturais, culturais e históricos;
- apoiar empreendimentos integrantes da cadeia produtiva do turismo, em complementação à atuação do Banco, enquanto articulador e financiador do processo de consolidação do Nordeste como destino turístico.

Em novembro de 2009 foi concluída uma avaliação de resultados e impactos desse Programa. A metodologia adotada utilizou o modelo “não experimental”, comparando-se a situação do empreendimento “antes do financiamento” com a situação “depois do financiamento”, junto aos empreendedores das principais atividades, classificadas em cinco grupos que melhor representam a tipologia das atividades financiadas: alojamento, alimentação, transportes, agências de viagens e outros.

Essa avaliação do FNE Proatur teve caráter “misto”, uma vez que conjugou a participação de consultoria externa e de funcionários do Banco, com o propósito de ganhar sinergia e superar as dificuldades e limites de ambos os perfis profissionais.

Foram analisados dados primários e secundários, sendo as principais fontes de informações:

- a) pesquisa direta com empresas do setor, financiadas pelo Proatur no período de 1998 a 2005;
- b) base de dados do BNB para levantamento sobre a execução do Programa;
- c) pesquisa de emprego formal com base nos dados da RAIS e CAGED, do Ministério do Trabalho;
- d) estudo do comportamento de setores dinâmicos da economia do Nordeste;
- e) estatísticas dos órgãos oficiais de pesquisa, tal como o IBGE.

A pesquisa direta envolveu 246 empresas do Setor do Turismo que contrataram financiamento com recursos do FNE durante o período de 1998 a 2005, observando-se o período de maturação dos empreendimentos, estimado, em média, em quatro anos.

Responderam ao questionário 90 empreendimentos financiados, o que corresponde a um nível de confiança de 95% e ao erro corrigido de 4,1%, conforme Tabela 92.

Observa-se que em todos os estados da área de atuação do Banco, exceto o Estado do Espírito Santo, existiram empreendimentos turísticos financiados que fizeram parte da amostra pesquisada e que a maioria dos empreendimentos, cerca de 82,2%, está nas atividades de alojamento e alimentação. (Tabelas 93 e 94).

Os indicadores de avaliação têm como referência a Matriz de Avaliação do FNE para a área do turismo, que compõe a metodologia de avaliação do

Proatur, e têm como escopo dois tipos de análise: a da eficácia e a da efetividade. A análise da eficácia verifica os resultados da aplicação dos recursos, de acordo com as variáveis definidas na metodologia, quais sejam: oferta de produtos e serviços turísticos; empregos gerados; receita bruta dos empreendimentos financiados; patrimônio dos empreendimentos turísticos; modernização das técnicas de gestão; e melhoramento do nível de preservação e conservação ambiental.

Na análise de efetividade, verificam-se os impactos dos financiamentos do Proatur junto à sociedade, por meio das seguintes variáveis: oferta de emprego do setor e das principais atividades, PIB do setor, fluxo turístico, valorização do patrimônio histórico e cultural da Região, diversificação e aumento da oferta de produtos e serviços turísticos.

4.3.1 Análise econômica do turismo no Nordeste

O fluxo turístico para as capitais e estados do Nordeste mais do que dobrou no período 1998 a 2008, registrando um crescimento médio anual de 5,4%, no conjunto das capitais, passando de 7.130 mil turistas em 1998 para 12.052 mil turistas em 2008. O fluxo turístico receptivo dos estados saltou de 11.474 mil turistas para 20.485 mil turistas, revelando uma taxa média anual de crescimento de 6,0%, nesse mesmo período.

Tabela 92 – Desenho da Amostra em Função do Erro para uma População Finita

E(i)	n	(%)	fcf	n(c)	(%)	e(c)
4,0	175	71,1	0,538327	95	38,6	2,2
5,0	151	61,4	0,622700	94	38,2	3,1
6,0	129	52,4	0,691051	90	36,6	4,1
7,0	110	44,7	0,745052	82	33,3	5,2
8,0	94	38,2	0,787660	75	30,5	6,3
9,0	81	32,9	0,820652	67	27,2	7,4
10,0	70	28,5	0,847566	60	24,4	8,5

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

Obs: a) Dados: N (população) = 246; t = 1,96 (nível de significância = 95%);

b) Variáveis: e(i) = erro inicial; n = amostra inicial; fcf = fator de correção final, quando n é acima de 5% da população; e(c) = erro com fcf; e n(c) = amostra com fcf; sendo $n = \frac{(t^2) \cdot (S^2) \cdot (N)}{((t^2) \cdot (S^2)) + ((e^2) \cdot (N-1))}$, onde: t = 1,96; S^2 = 0,5 e e = 5%.

Tabela 93 – Composição da Amostra por Unidade da Federação

Estados	Universo Definido		Amostra Pesquisada		Relação (%)
	Contrato	(%)	Contrato	(%)	
Nordeste	268	97,1	85	94,4	31,7
Alagoas	16	5,8	7	7,8	43,8
Bahia	68	24,6	19	21,1	27,9
Ceará	44	15,9	16	17,8	36,4
Maranhão	25	9,1	6	6,7	24,0
Paraíba	10	3,6	4	4,4	40,0
Pernambuco	16	5,8	5	5,6	31,3
Piauí	21	7,6	11	12,2	52,4
Rio Grande do Norte	39	14,1	9	10,0	23,1
Sergipe	29	10,5	8	8,9	27,6
Sudeste	8	2,9	5	5,6	62,5
Espírito Santo	1	0,4	-	-	-
Minas Gerais	7	2,5	5	5,6	71,4
Total	276	100,0	90	100,0	32,6

Fonte: Pesquisa Direta (Agosto de 2009) Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Tabela 94 – Composição da Amostra por Tipo de Atividade Turística

Estados	Universo Definido (1998/2005)		Amostra Pesquisada		Relação (%)
	Contrato	(%)	Contrato	(%)	
Alojamento	183	66,3	67	74,4	36,6
Alimentação	23	8,3	7	7,8	30,4
Transportes	17	6,2	8	8,9	47,1
Agências	18	6,5	7	7,8	38,9
Outros	35	12,7	1	1,1	2,9
Total	276	100,0	90	100,0	32,6

Fonte: Pesquisa Direta (Agosto de 2009) Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Uma das peculiaridades do fluxo turístico, inerente a qualquer destino turístico, diz respeito à sua sazonalidade, ou seja, variações de intensidade da demanda turística que caracterizam determinadas épocas do ano, daí a ocorrência da alta e da baixa estação turística.

No caso específico do Nordeste, confrontando-se os extremos do período 1996/2008, observa-se que o desenho da curva de sazonalidade modificou-se em relação a 1996, revelando um maior índice de ocupação da capacidade instalada. (Gráfico 18).

O crescimento do número de estabelecimentos nas atividades características do turismo no Nordeste, no período 1994/2008, foi superior ao verificado para o Brasil, com exceção do ramo de transporte rodoviário. (Tabela 95).

O crescimento no total de estabelecimentos das atividades relacionadas, no Brasil, foi de 263,6%, enquanto que no Nordeste o aumento foi de 369,8%. Os segmentos que mais cresceram em número de estabelecimentos foram os de transporte rodoviário, atividades recreativas, locadoras de veículos e

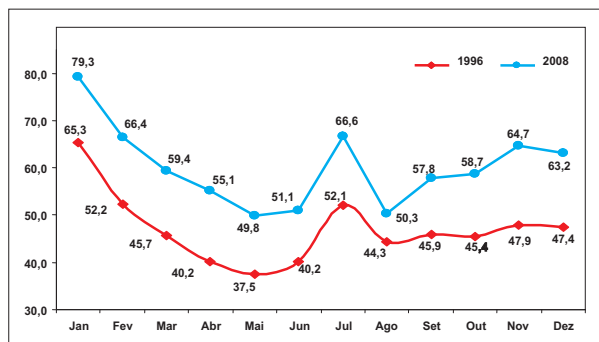


Gráfico 18 – Índice de Sazonalidade da Taxa de Ocupação (%) – Hoteleira de Fortaleza – 1996/2008

Fonte: Secretaria do Turismo do Ceará (SETUR).

agências de viagem. As atividades com menores crescimentos foram as de transporte aéreo e de alojamento.

Considerando-se que um dos indicadores relevantes na avaliação da evolução da atividade turística consiste na análise da rede hoteleira instalada em determinado destino, observam-se, para o período de 1996 a 2008, variações positivas de 5% ou mais para todas as capitais do Nordeste, exceto para a capital do Estado da Paraíba. (Tabela 96).

A determinação do nível de emprego gerado pelo turismo é uma tarefa bastante complexa. Além da informalidade, que não está contemplada nas

Tabela 95 – Número de Estabelecimentos nas Principais Atividades Características do Turismo no Nordeste

Segmentos	Nordeste		Var(%)	Brasil		Var(%)
	1994	2008		1994	2008	
Alojamento	1.935	5.403	179,2	12.646	25.110	98,6
Alimentação	4.944	17.259	249,1	61.381	141.648	130,8
Agências	580	3.374	481,7	5.068	19.142	277,7
Transporte aéreo	90	164	82,2	918	947	3,2
Transporte Rodoviário	589	7.914	1.243,60	4.219	85.995	1.938,30
Atividade recreativa	1.853	12.449	571,8	17.673	96.354	445,2
Locadora de Veículos	193	1.282	564,2	1.000	4.925	392,5
Total	10.184	47.845	369,8	102.905	374.121	263,6

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 2008.

Tabela 96 – Oferta Hoteleira das Capitais do Nordeste

Capitais	Unidades Habitacionais				Variações(%)	
	1996		2008		Total	Anual
	Uhs	(%)	Uhs	(%)		
Salvador (BA)	8.427	27,2	15.841	26,4	88,0	6,5
Recife (PE)	3.806	12,3	6.841	11,4	79,7	6
Fortaleza (CE)	5.945	19,2	10.365	17,3	74,3	5,7
Natal (RN)	4.894	15,8	9.021	15,1	84,3	6,3
Maceió (AL)	1.558	5	5.642	9,4	262,1	13,7
São Luís (MA)	774	2,5	3.443	5,7	344,8	16,1
Aracaju (SE)	2.329	7,5	4.225	7,1	81,4	6,1
João Pessoa (PB)	2.259	7,3	2.960	4,9	31	2,7
Teresina (PI)	950	3,1	1.554	2,6	63,6	5
Total	30.942	100	59.892	100	93,6	6,8

Fontes: Dados de 2008 de GTP/CTI-NE e PDITS e Órgãos Oficiais dos Estados do Nordeste.

Obs: Natal inclui municípios da sua Região Metropolitana.

estatísticas oficiais, pelo menos dois outros fatores interferem em sua mensuração: a sazonalidade da demanda turística (alta e baixa estações) e a inexistência de um setor exclusivamente turístico, uma vez que as atividades econômicas não são segmentadas entre as que produzem para os turistas e as que produzem para os não turistas.

Assim, consideraram-se os níveis de empregos formais nas atividades características do turismo, observando-se um crescimento de 151,2% para o Nordeste, superior ao observado no Brasil (127,0%), para o período de 1994/2008.

4.3.2 Síntese da execução

Em síntese, o Banco do Nordeste, no âmbito do PROATUR, no período 1998/2008, contratou 741 operações de crédito, no valor total de R\$ 678,0 milhões, com média de R\$ 915,0 mil por contrato. (Tabela 97).

A atividade mais financiada foi alojamento, com recursos da ordem de R\$ 602,8 milhões, através

de 400 contratos, o que corresponde a 95,2% dos recursos e a 55,8% dos contratos. (Tabela 98).

A evolução dos financiamentos, segundo o porte dos beneficiários, revela que 81,1% dos contratos estão dirigidos para os micros e pequenos empreendedores e que 87,6% dos recursos foram destinados aos médios e grandes.

Os projetos localizados em áreas fora do semi-árido estão com 75,8% dos contratos e 92,7% dos recursos alocados, no período 1998/2008. A distribuição dos recursos por estado, no mesmo período, apresenta-se assim: Bahia (35,4%), Ceará (14,0%), Pernambuco (11,6%), Sergipe (10,9%), Maranhão (9,6%) e Rio Grande do Norte (8,7%). Os estados da Região Sudeste, incluídos como pertencentes à área do Semiárido, absorveram apenas 1,1% no período. Analisando-se a distribuição dos financiamentos por estado e por atividade, verifica-se que a atividade de alojamento absorveu, em média, 88,9% dos recursos alocados no âmbito dos estados.

Tabela 97 – Evolução dos Financiamentos do PROATUR – 1998/2008

Período	Contratos			Valores			Valor Médio (R\$ mil)
	Absoluto	(%)	Índice(%)	R\$ milhões	(%)	Índice(%)	
1998	28	3,8	100,0	19,0	2,8	100,0	680,1
1999	24	3,2	85,7	32,2	4,8	169,3	1.343,2
2000	40	5,4	142,9	30,2	4,5	158,7	755,4
2001	10	1,3	35,7	3,5	0,5	18,4	351,1
2002	27	3,6	96,4	18,7	2,8	98,3	693,5
2003	36	4,9	128,6	66,4	9,8	348,6	1.844,1
2004	40	5,4	142,9	40,7	6,0	214,0	1.018,7
2005	71	9,6	253,6	111,8	16,5	587,2	1.574,9
2006	124	16,7	442,9	102,2	15,1	536,9	824,5
2007	168	22,7	600,0	51,7	7,6	271,5	307,8
2008	173	23,3	617,9	201,4	29,7	1.057,5	1.164,1
Total	741	100,0	-	678,0	100,0	-	915,0

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Valores a preços de 2008.

Tabela 98 – Evolução dos Financiamentos por Atividade – 1998/2008

Período	Alojamento		Alimentação		Transporte		Agências		Locadoras		Outros		Total			
	Abs.	R\$ milhões	Abs.	R\$ milhões	Abs.	R\$ milhões	Abs.	R\$ milhões	Abs.	R\$ milhões	Abs.	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)	
1998	15	12,7	2	0,2	2	0,2	2	1,3	-	-	7	4,7	28	3,8	19,0	2,8
1999	15	29,3	2	0,2	-	-	4	0,4	-	-	3	2,3	24	3,2	32,2	4,8
2000	23	21,9	6	1,5	2	0,3	2	2,9	-	-	7	3,6	40	5,4	30,2	4,5
2001	5	2,8	-	-	1	0,0	-	-	-	-	4	0,7	10	1,3	3,5	0,5
2002	18	13,0	2	0,3	3	0,2	3	0,6	-	-	1	4,6	27	3,6	18,7	2,8
2003	29	64,3	1	0	2	0,9	-	-	-	-	4	1,2	36	4,9	66,4	9,8
2004	26	33,0	6	0,3	1	0,1	2	0,4	2	0,8	3	6,2	40	5,4	40,7	6,0
2005	52	105,6	4	1,8	6	0,7	5	1	1	0,2	3	2,5	71	9,6	111,8	16,5
2006	70	90,1	17	3,2	7	0,4	9	1,5	5	0,9	16	6,2	124	16,7	102,2	15,1
2007	65	39,3	21	2,6	16	2,5	15	1,6	33	3,8	18	1,8	168	22,7	51,7	7,6
2008	82	190,9	15	1,3	18	3,7	18	1,5	26	2,8	14	1,3	173	23,3	201,4	29,7
Total	400	602,8	76	11,4	58	9,1	60	11,2	67	8,4	80	35,2	741	100,0	678,0	100,0
Par (%)	54	95,2	10,3	1,8	7,8	1,4	8,1	1,8	9,0	1,3	10,8	5,6	100,0	-	107,1	-
Desvio	26,2	55,8	7,3	1,1	6,2	1,2	6,0	0,9	11,8	1,3	5,9	2,0	-	-	57,6	-
CV (%)	-	101,8	-	109,3	-	145,7	-	84,3	-	169,0	-	62,3	-	-	93,4	-

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Valores a preços de dezembro de 2008.

4.3.3 Síntese dos resultados e impactos

No segmento alojamento, foram financiados 400 empreendimentos, com capacidade média de 57 UHs e de 117 leitos por estabelecimento, que demandaram um total de recursos do Programa de R\$ 602,9 milhões. As estimativas apontam para a manutenção de 23.615 empregos e geração de receita de R\$ 677,4 milhões, que corresponde a 70,8% da receita gerada em 2008 pelos empreendimentos beneficiados pelo PROATUR, no período 1998/2008.

Nesse mesmo período, o segmento de alojamento absorveu um fluxo de 920.800 hóspedes e a oferta dos estabelecimentos financiados pelo Proatur, no mercado hoteleiro, era de 22.800 UHs e de 45.600 leitos.

Os 741 empreendimentos financiados pelo Programa permitiram a geração e a manutenção de 33.345 empregos diretos em 2008 (Tabela 99), correspondendo a 7,9% do nível de empregos formais, existente, nesse mesmo ano, nas atividades características do turismo no Nordeste. O valor unitário (expresso pela relação entre receita bruta dos estabelecimentos financiados e o total dos postos de trabalho) está estimado em R\$ 37.778,00.

A receita bruta dos empreendimentos financiados pelo Programa, no exercício de 2008, foi de R\$ 1.259,7 milhões e a renda gerada na economia regional pelo fluxo de hóspedes no setor de alojamento foi estimada em R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 0,55% do PIB do Nordeste de 2007 (no valor de R\$ 347,8 bilhões, segundo o IBGE).

Tabela 99 – Distribuição dos Impactos do PROATUR (Emprego e Renda) por Unidade da Federação

Estados	Universo (1998/2008)		Relações por estabelecimento em 2008 ⁽¹⁾		Variáveis auxiliares ⁽²⁾				Expansão ⁽³⁾	
	Qtd.	(%)	Emprego	Receita	Empregos		Receitas		Empregos (2008)	Receita em 2008 (R\$ milhões)
					Qtd.	(%)	R\$ milhões	(%)		
A	B	C	D	D=C*A	E	F=F*A	G	H	I	
Nordeste	706	95,3	32	1,15	23.565	97,6	776,44	97,8	32.533	1.232,4
Alagoas	33	4,5	46	2,77	1.503	6,2	91,48	11,5	2.076	145,2
Bahia	173	23,3	24	1,10	4.077	16,9	189,81	23,9	5.628	301,3
Ceará	113	15,2	86	1,54	9.764	40,4	174,40	22,0	13.479	276,8
Maranhão	62	8,4	20	0,91	1.266	5,2	56,23	7,1	1.748	89,3
Paraíba	75	10,1	22	0,91	1.650	6,8	68,57	8,6	2.277	108,8
Pernambuco	38	5,1	32	0,79	1.224	5,1	30,02	3,8	1.690	47,6
Piauí	44	5,9	24	0,69	1.037	4,3	30,25	3,8	1.431	48,0
Rio G. Norte	110	14,8	16	0,79	1.814	7,5	86,89	10,9	2.505	137,9
Sergipe	58	7,8	21	0,84	1.230	5,1	48,79	6,1	1.698	77,4
Sudeste	35	4,7	20	0,61	588	2,4	17,21	2,2	812	27,3
Espírito Santo	6	0,8	26	0,78	156	0,6	4,70	0,6	215	7,5
Minas Gerais	29	3,9	15	0,43	433	1,8	12,51	1,6	598	19,9
Total	741	100,0	33	1,07	24.153	100,0	793,65	100,0	33.345	1.259,7

Fonte: Pesquisa Direta (Agosto de 2009) Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Obs: a) valores a preços de 2008; b) para o Estado do Espírito Santo foram utilizadas as relações técnicas médias gerais (emprego e renda).

Notas: (1) valores definidos com base nos resultados da pesquisa; (2) Valores obtidos com base nas relações setoriais visando definir a distribuição percentual para rateio dos totais expandidos para as variáveis de emprego e de receita, a partir das respectivas relações para o conjunto dos segmentos; e (3) A expansão dos resultados foi obtida pelo produto da relação média e com o total de empreendimentos e o rateio respectivo com base na distribuição relativa definida no item anterior (2).

Na dimensão ambiental, de acordo com os resultados da pesquisa, cerca de 46,5% dos empreendimentos declararam adotar programas de preservação ambiental e apenas 5,8% declararam possuir certificação da ISO 14.000.

4.4 Avaliação do FNE – PROINFRA

O Proinfra foi implementado a partir da Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001, a qual estabelece que os Fundos Constitucionais de Financiamento poderão financiar empreendimentos não-governamentais de infraestrutura econômica até o limite de 10% dos recursos previstos, em cada ano, para os respectivos Fundos. Em 2007, a Lei Complementar nº 125, de 03.01.2007 eliminou a limitação de 10% dos recursos para empreendimentos de infraestrutura econômica.

Embora as primeiras contratações só tenham ocorrido em 2004, a partir de 2003, o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA) passou a ser incluído na Programação do FNE, tendo com objetivo promover a ampliação dos serviços de infraestrutura econômica, dando sustentação às atividades produtivas da Região. Seus financiamentos têm por finalidade a implantação, expansão, modernização e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com a geração e/ ou distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás, por meio do financiamento a investimentos fixos e/ ou capital de giro associado aos investimentos. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009a).

As atividades ou itens financiáveis no âmbito do Proinfra são: geração e distribuição de energia gerada por fontes convencionais; obras de expansão da rede de distribuição de energia elétrica; saneamento básico; oferta de água de boa qualidade para uso múltiplo (consumos urbano, rural, turístico, ecológico, geração de energia etc.); infraestrutura de transportes para facilitar o escoamento da produção local; meios de comunicação; sistemas telefônicos

fixos ou móveis em comunidades; e exploração do gás natural.

A avaliação de execução do Proinfra foi realizada em 2009, à luz da Metodologia de Avaliação do FNE desenvolvida pelo BNB-Etene com a participação de consultoria externa.

No que diz respeito à base conceitual, a metodologia adota o modelo quase experimental, desenvolvida de forma mista, ou seja, com a equipe do BNB-Etene em parceria com consultores externos, com vistas a assegurar isenção e legitimidade ao processo avaliativo do FNE.

Desse modo, especificamente no caso do Proinfra, o objetivo do estudo é avaliar o Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste (PROINFRA), visando obter respostas quanto ao cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do Programa e o alcance de seus resultados e impactos, desde o início de sua implementação, em 2004, até 2009, bem como realizar inferências sobre seus impactos a partir de dados secundários. Para tanto, foram utilizados os seguintes dados internos ou externos: 1) o banco de dados da base do ativo operacional do Banco; 2) dados secundários de várias fontes, a exemplo da ANPEC, BNDES, MME e PAC; 3) a Matriz de Insumo Produto – Região Nordeste, atualizada para 2004. Além disso, consta da avaliação a análise dos aspectos macroeconômicos das atividades financiadas no âmbito do FNE-PROINFRA.

4.4.1 Análise econômica

A partir da década de 80, a América Latina passou por profundas mudanças de reestruturação econômica, dadas as condições desfavoráveis do cenário econômico vigente, relacionadas aos déficits de balança de pagamentos, elevados índices de inflação e desemprego, reduzidas taxas de crescimento econômico, constatado em grande parte dos países que a compõem.

Nesse mesmo contexto, a fim de minimizar o impacto de tal cenário, o Brasil, através do Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado no começo dos anos 90, deu início ao processo de pri-

vatizações no Setor de Infraestrutura, principalmente em atividades ligadas à telefonia, energia elétrica, rodovias, ferrovias e outras atividades pertinentes ao Setor, com o objetivo de melhorar a sua eficiência e prover receitas para os cofres públicos.

Após a intensificação do processo de privatização que culminou com a redução da participação estatal na economia, os investimentos diretos do Estado foram substituídos, em grande parte, pela concessão de crédito ao setor privado, via parcerias público-privadas.

Contudo, a eficiência dos projetos em infraestrutura, pelas suas características, com custos irrecuperáveis, elevada relação capital-produto e de longa maturação, depende do acompanhamento e do apoio financeiro do Governo.

No que concerne ao desenvolvimento regional, vale ressaltar a importância da necessidade de ampliação e melhoria da infraestrutura no sentido de apoiar iniciativas que propiciem melhores condições de vida à população. Assim, o BNB, por intermédio do Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região do Nordeste – PROINFRA, passou a ter um papel fundamental na implantação, expansão e modernização do setor na sua área de atuação.

Os financiamentos destinados à melhoria da infraestrutura econômica e social do Nordeste brasileiro realizados através do PROINFRA somam R\$ 4 bilhões, no período de 2004 a 2008. Em se tratando de um setor que, pela própria natureza, lida com vultosos volumes de investimento, o montante aplicado em 49 empresas pode ser incipiente diante das necessidades e disparidades inter e intrarregionais. Todavia, estes recursos representam 14,5% do total aplicado pelo FNE nos 14 programas operacionalizados pelo Banco no mesmo período.

Referidos recursos, aplicados predominantemente nos setores de energia elétrica de fontes convencionais e telecomunicações, encontram-se espacialmente distribuídos em toda área de atuação do BNB, exceto no estado do Espírito Santo. O estado da Bahia tem concentrado a destinação dos recursos do PROINFRA, em parte explicada pelo efeito atrativo de sua economia. Como nas demais

áreas, tais investimentos foram destinados quase que totalmente a empresas de grande porte e aproximadamente 2/3 do montante foi aplicado fora da região semiárida.

4.4.2 Análise da execução

Analisando-se a programação de recursos do PROINFRA anualmente, verifica-se que, de 2004 a Julho de 2008, somaram R\$ 2,1 bilhões, ou seja, 7,5% do total de recursos orçados para o FNE, nesse período, foram destinados ao Setor de Infraestrutura. As contratações realizadas no mesmo período foram da ordem de R\$ 4 bilhões, o que corresponde a 14,5% do valor total contratado pelo FNE. O total contratado nesse Setor foi distribuído por 49 operações de crédito, correspondendo a um valor médio de R\$ 81,1 milhões por operação. Ressalte-se que os valores contratados nesse período superaram os valores orçados, em aproximadamente 85%. (Gráfico 19).

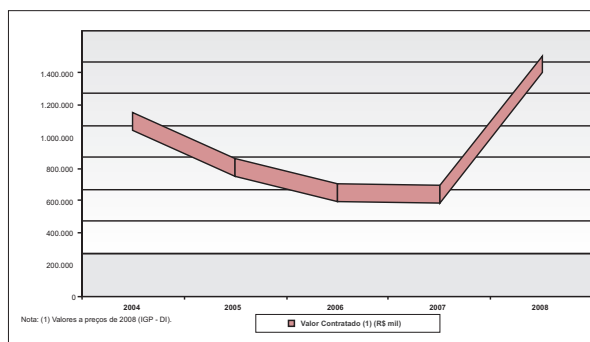


Gráfico 19 – FNE PROINFRA – Contratações – Período: 2004 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Em relação às aplicações por estado, observa-se que quase todos apresentaram contratações de recursos do FNE para o Setor de Infraestrutura, exceto o estado de Espírito Santo. Entre os maiores receptores dos recursos do PROINFRA, no período de 2004 a 2008, destaca-se a Bahia, responsável por 46,2% do total contratado através do Programa. Em seguida, aparecem Ceará (14,6%) e Pernambuco (11,8%). Conjuntamente, esses três estados

foram responsáveis por 72,6% do valor total contratado no Setor de Infraestrutura, nesse período. (Gráfico 20).

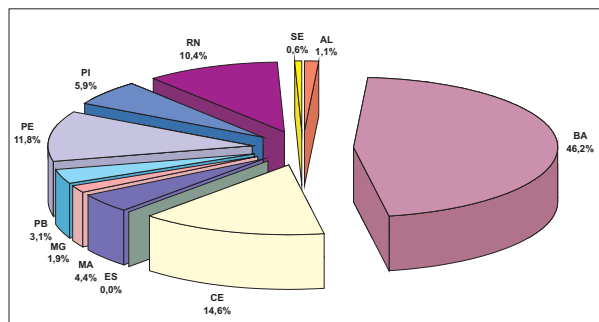


Gráfico 20 – FNE PROINFRA – Contratações por Estado – Período: 2004 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Considerando-se as contratações do PROINFRA de acordo com o município, verifica-se que as cidades de Salvador-BA e Fortaleza-CE receberam, respectivamente, R\$ 489,3 milhões (12,3%) e R\$ 445 milhões (11,2%) dos recursos contratados através do Programa, no período observado.

As empresas de grande porte, pela natureza dos investimentos, foram responsáveis por 96,9% do total contratado através do PROINFRA, totalizando R\$ 3,9 bilhões, considerando-se o acumulado de 2004 a 2008.

De acordo com a região climática, constata-se que, 63,2% do total de recursos foram aplicados fora da região semiárida, totalizando R\$ 2,5 bilhões. Seus efeitos, porém, tendem a se disseminar por

toda a economia regional, dada a característica estruturante do setor. No que tange à quantidade de operações, as contratações mostram-se relativamente mais concentradas, sendo essa região responsável por 69,4% do total de operações contratadas. (Gráfico 21).

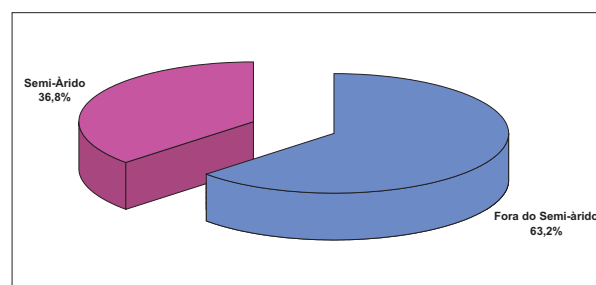


Gráfico 21 – FNE PROINFRA – Contratações por Região Período: 2004 a 2008

Fonte: Elaboração Própria dos Autores a partir de Dados da Base do Ativo.

Examinando-se as contratações do PROINFRA por porte do estabelecimento e por região, constata-se que 62% do montante financiado a empresas de grande porte encontram-se em áreas fora do semiárido, assim como a totalidade dos recursos destinados a empresas de médio porte. (Tabela 100).

No que concerne à distribuição territorial dos recursos do PROINFRA, observa-se, conforme Mapa 6, que a despeito do curto espaço de tempo decorrido desde a implantação do Programa, em 2004, os financiamentos contemplaram toda a área abrangência da Sudene, com exceção do estado do Espírito Santo. (Mapa 6).

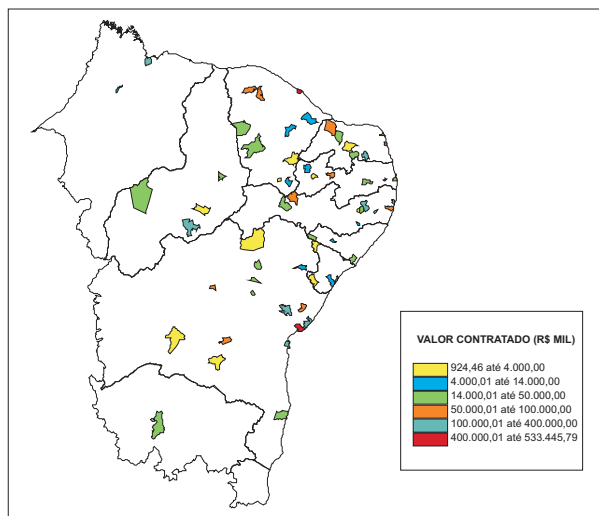
Tabela 100 – FNE PROINFRA – Contratações⁽¹⁾ por Região e Porte – Período: 2004 a 2008

Valores em R\$ Mil

Região	Porte				Total	%
	Grande	%	Médio	%		
Fora do Semiárido	2.387.071	62,0	124.079	100,0	2.511.150	63,16
Semiárido	1.464.601	38,0	0	0,0	1.464.601	36,84
Total	3.851.672	100,0	124.079	100,0	3.975.751	100,00

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: ⁽¹⁾ Valores a preços de 2008 (IGP-DI).



Mapa 6 – Mapa das Contratações do FNE – PROINFRA – Período: 2004 a 2008

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

4.4.3 Resultados e impactos

A demanda de infraestrutura na Região, conforme pode ser visto na análise do setor, é muito grande mas ainda muito dependente do setor público. As oportunidades de parcerias público-privadas, as chamadas PPPs, bem como a tendente ampliação do setor privado na geração de energia, podem resultar em maior participação do setor privado na oferta desses investimentos.

Nesse sentido, considerando a ampliação da demanda de recursos para produção de energia através de parques eólicos, deve ser examinado se a limitação do PROINFRA em financiar somente produção de energia pelos meios convencionais deve ser revista.

Por outro lado, percebe-se que a demanda de recursos para infraestrutura é elevada e caracterizada pela predominância de grandes empreendimentos. O PROINFRA aplicou recursos do FNE somente a partir de 2004 e já absorveu 9,3% de tudo que o FNE contratou de 1989 a 2008 (R\$ 42,6 bilhões a preços de 2008).

Nesse período (2004 a 2008), o FNE programou 7,6% de seus recursos para o PROINFRA e terminou por contratar 14,5%, o que demonstra essa demanda. Na comparação entre os valores programados e contratados pelo PROINFRA, observa-se que, excetuando o ano de 2007, o Programa extrapolou sua programação, aplicando, em média, quase o dobro do que foi projetado. (Tabela 101).

Com a perspectiva de contratações das PPPs, essa demanda tende a aumentar e haverá uma tendência dos investimentos em infraestrutura aumentar sua participação nas contratações do FNE.

Tendo em vista a opção de fazer uma avaliação com dados secundários, sem pesquisa de campo, a inferência sobre os resultados do Programa foram feitas a partir de simulações da Matriz de Insumo-

Tabela 101 – Valores Programados e Contratados para o FNE e PROINFRA – 2004 a 2008

Valores em R\$ Mil

Ano	FNE			FNE PROINFRA			% PROINFRA / FNE	
	Programado	Contratado	%	Programado	Contratado	%	Programado	Contratado
2004	5.534.900	4.090.936	73,9	164.900	964.764	585,1	3,0	23,6
2005	6.012.200	5.101.190	84,8	468.900	670.968	143,1	7,8	13,2
2006	4.596.400	5.503.770	119,7	459.400	513.093	111,7	10,0	9,3
2007	5.834.400	4.840.541	83,0	582.900	504.317	86,5	10,0	10,4
2008	6.339.000	7.809.996	123,2	475.000	1.322.609	278,4	7,5	16,9
Total	28.316.900	27.346.433	96,6	2.151.100	3.975.751	184,8	7,6	14,5

Fonte: Central de Informações Econômicas do BNB/ETENE, a partir de dados da Base do Ativo.

Nota: (1) Valores a preços de 2008 (IGP - DI).

Tabela 102 – FNE/PROINFRA – Repercussões Econômicas das Contratações no Nordeste – 2004 a 2008 ⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões ⁽²⁾

Estado	Val. Contratado	Produção	Valor Adicionado (Renda)	Emprego	Salário	Tributação
Alagoas	41,96	124,36	68,58	4.563	15,94	16,78
Bahia	1834,99	6352,26	3502,19	241.061	770,69	880,79
Ceará	581,09	1954,70	1045,77	73.494	244,06	278,92
Espírito Santo	0,00	0,00	0,00	0	0,00	0,00
Maranhão	176,88	464,34	269,09	17.547	60,14	63,68
Minas Gerais	75,37	260,91	143,85	9.901	31,66	36,18
Paraíba	125,03	369,91	201,84	14.219	47,51	52,51
Pernambuco	467,74	1508,06	828,92	63.788	177,74	219,84
Piauí	233,06	787,13	447,59	31.220	100,22	109,54
Rio G. Norte	415,07	1214,25	623,77	46.103	145,28	166,03
Sergipe	24,56	59,89	35,54	1.976	8,60	8,84
Fora do semiárido	2511,15	8.271,52	4.526,87	318.255	1.011,74	1.157,83
Semiárido	1464,60	4.824,28	2.640,25	185.619	590,09	675,29
Total	3.975,75	13.095,80	7.167,11	503.874	1.601,83	1.833,12

Fontes: BNB-ETENE e Central de Informações Econômicas Sociais e Tecnológicas.

Notas: (1) Cálculos preliminares realizados com a Matriz de Insumo-Produto do Nordeste - 2004. Efeitos diretos, indiretos e de renda, que serão alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região, ou seja, a partir de 2008 e podendo prolongar-se pelos anos seguintes. (2) Valores a preços de dezembro de 2008 (IGP-DI). (3) Em número de pessoas.

Produto do BNB²². Essa matriz é uma das ferramentas que o BNB tem utilizado para mensurar os impactos socioeconômicos do FNE. Cabe salientar que suas projeções ainda são preliminares, já que a MIP do Nordeste encontra-se em processo de construção.

Considerando-se os valores totais contratados no Setor de Infraestrutura através do PROINFRA, de

²² A Matriz de Insumo-Produto é um instrumento de análise econômica construído a partir da observação dos **fluxos comerciais** entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Com a MIP, é possível **identificar setores-chave** para a geração de **produção, emprego e renda**, de forma a direcionar a atuação do Banco do Nordeste, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional. A Matriz de Insumo-Produto é como uma **fotografia econômica**, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços e quais setores compram de quais. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar como cada setor se torna mais ou menos dependente de quais.

2004 a 2008, que foram da ordem de R\$ 4 bilhões, estimou-se através da Matriz que referidos financiamentos devem proporcionar, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda (os chamados impactos do tipo 2)²³, acréscimos de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 13,1 bilhões, em decorrência dos investimentos já realizados neste setor e aqueles por realizar. O valor adicionado (renda) à economia nordestina é estimado em R\$ 7,2 bilhões. Desta soma, 36,8% agrega-se à região semiárida. (Tabela 102).

No que tange à geração de empregos, estima-se que cerca 503,9 mil ocupações (formais e informais) devem ser geradas a partir dos investimentos realizados, no período acumulado de 2004 a 2008 proporcionando um montante de R\$ 1,6 bilhão em salários. Destacam-se ainda os impactos sobre os tributos,

²³ O chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos.

em que as simulações indicam uma arrecadação entre taxas e impostos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

4.5 Matriz de Insumo: Produto do Nordeste: Impacto socioeconômico das Contratações Realizadas pelo FNE no Ano de 2009

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos utilizados para se medir os impactos dessa importante fonte de recursos.

4.5.1 Considerações sobre a matriz de insumo-produto

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar seu interrelacionamento.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País são adquiridos tais insumos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim,

torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como tabela de insumo-produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da região Nordeste, e entre estes e o restante do País, além de utilizar-se de dados de estoque de empregos, exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do BNB, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo na dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital e nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, consumo da administração pública, formação bruta de capital fixo, variação de estoques e exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devi-

do às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador, devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido, é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerça influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto, os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste, foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, emprego, importações, impostos, salários e valor adicionado. A partir dos coeficientes diretos e da matriz inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado, direta e indiretamente, de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender à demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas deste setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final; nos anos posteriores, os impactos são residuais.

4.5.2 Impactos socioeconômicos do FNE: contratações do ano 2009

Os valores totais contratados pelo FNE no ano de 2009 alcançaram aproximadamente R\$ 8,8 bilhões,

distribuídos entre os setores Rural (32,4% dos recursos), Comercial e Serviços (23,9%), Industrial e Turismo (20,2%), Infraestrutura (19,3%) e Agroindustrial (4,2%). Caso se considere apenas os efeitos no âmbito da Região, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2²⁴, acréscimos no Valor Bruto da Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 20,7 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados em 2009²⁵. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção é o rural, com 32,9% do total.

O valor agregado à economia do Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação ao que é agregado ao PIB da Região) é estimado em R\$ 11,8 bilhões, com expressiva representação do setor rural, R\$ 4,0 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços, Indústria e Turismo e Infraestrutura, também são expressivos. (Tabela 103).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 1,1 milhão de ocupações (formais e informais) deverão ser geradas na região Nordeste, a partir dos investimentos realizados no ano de 2009. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 479 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 44,2% dos empregos gerados na Região. Vale destacar que, com base nos dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), estima-se que, do total de oportunidades de trabalho criadas no Setor Rural, aproximadamente 2% corresponderão a empregos formais, enquanto que os 98% restantes serão constituídos de empregos informais e demais ocupações. Na verda-

24 Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas.

25 A nossa suposição é que as contratações de 2009 geraram investimentos realizados no ano de 2009, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

de, o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comercial e Serviços e Indústria e Turismo deverão gerar em torno de 210 mil e 190 mil ocupações, respectivamente, representando 19,4% e 17,5%. Juntos, participarão com 81,1% dos empregos. Os setores Agroindustrial e Infraestrutura deverão responder por 39 mil e 164 mil ocupações, respectivamente. (Tabela 103).

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 3,2 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 1,1 bilhão, representando 33,4% dos salários a serem pagos. Em seguida,

apresenta-se o Setor de Comércio e Serviços, com 23,9% de participação nos salários.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, com destaque para os setores Rural e de Comércio e Serviços.

Cabe ainda comentar sobre o custo da geração de emprego. O menor custo de geração de empregos encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra. A contratação de R\$ 5.103,38 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 7.430,39 no setor Agroindustrial, R\$ 7.490,53 em Indústria e Turismo, R\$ 7.896,17

Tabela 103 – FNE 2009 – Repercussões Econômicas das Contratações

Variáveis	Resultados por Setor					Total
	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comercial e Serviços	
Valor Contratado (R\$ milhões)	2.867,87	366,95	1.787,78	1.704,48	2.111,68	8.838,77
NORDESTE						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	6.815,68	857,15	4.167,02	3.953,14	4.909,83	20.702,83
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	4.025,51	488,12	2.385,96	2.128,87	2.733,74	11.762,20
Empregos (em número de pessoas)	478.511	39.391	189.759	163.783	210.077	1.081.522
Salários (em R\$ milhões)	1.093,23	139,02	669,51	586,87	782,86	3.271,50
Tributos (em R\$ milhões)	968,30	124,58	601,19	596,51	731,48	3.022,06
Resultados por Setor – Resto do BR						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	4.810,43	597,72	2.912,24	2.799,39	3.453,09	14.572,88
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	1.989,54	247,47	1.206,29	1.155,63	1.428,43	6.027,36
Empregos (em número de pessoas)	83.444	9.994	48.913	45.842	57.353	245.546
Salários (em R\$ milhões)	612,92	77,0	375,05	360,0	444,6	1.869,56
Tributos (em R\$ milhões)	910,86	113,5	553,48	531,8	655,3	2.764,92
Resultados por Setor – TOTAL						
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	11.626,02	1.454,87	7.079,26	6.752,53	8.362,93	35.275,71
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	6.014,90	735,59	3.592,26	3.284,49	4.162,17	17.789,56
Empregos (em número de pessoas)	561.955	49.385	238.672	209.625	267.431	1.327.068
Salários (em R\$ milhões)	1.706,15	216,00	1.044,57	946,87	1.227,47	5.141,05
Tributos (em R\$ milhões)	1.879,16	238,10	1.154,67	1.128,29	1.386,75	5.786,98

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota (1): Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram dentro do ano da aplicação dos recursos (2009).

em Comércio, R\$ 8.131,09 em Infraestrutura, e R\$ 6.660,37 na média das contratações. A maior relação é no Setor de Infraestrutura, denotando que é um setor mais intensivo em capital.

4.5.2.1 Os efeitos transbordamento do FNE

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE na área de abrangência do Banco do Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a área de abrangência do BNB, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras, os chamados vazamentos que ocorrem na produção, contabilizando as repercussões totais em todo o País.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de 35,2 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 14,6 bilhões, ou 41,3%, ocorrem fora da região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 1,3 milhão de novas ocupações, a serem gerados pelo FNE em todo o País em 2009, 18,5% desses são gerados para fora da região de abrangência do Banco. (Tabela 103). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento na Região beneficia conjuntamente o restante do País, mas também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

4.5.2.2 Impactos das atividades selecionadas dos estados

A Tabela 104 discrimina os impactos do FNE na área de abrangência do BNB, a partir de atividades selecionadas da economia de cada um desses estados, sendo consideradas as duas atividades com maiores montantes de contratações. Cabe ressaltar que algumas atividades com contratações de relevo, no primeiro semestre de 2009, terminaram o ano sendo superadas por outras atividades. No

primeiro semestre, o segmento telecomunicações estava entre os dois setores de maiores contratações em Alagoas, Bahia e Pernambuco. Com o ano fechado, essa atividade não mais se apresenta entre as duas maiores nesses estados. O total de recursos contratados pelas duas maiores atividades de cada estado, representaram 36,4% do FNE de 2009, equivalente a R\$ 3,2 bilhões.

A atividade produção e distribuição de eletricidade, gás e água é a principal em valor contratado, observando todos os estados. Representa 29,0% dos R\$ 3,2 bilhões, sendo uma das principais atividades em quatro estados da área de abrangência do Banco. As contratações dessa atividade são de maior monta nos setores de Infraestrutura, R\$ 458 milhões e Industrial e Turismo, R\$ 250 milhões. Ela é a principal atividade em valor de contratações do estado do Maranhão, R\$ 347,7 milhões, com repercussões de R\$ 688,9 milhões no valor bruto da produção e R\$ 387,3 milhões no valor agregado (renda). Os impactos nos salários, tributos e novas ocupações foram R\$ 100,2 milhões, R\$ 100,4 milhões e 28 mil.

No segmento industrial, por exemplo, merece destaque a indústria de fibras e têxteis no Estado da Bahia, com valores contratados de R\$ 252,4 milhões, gerando impactos na Região de R\$ 680 milhões no valor bruto da produção e no valor agregado (renda) de R\$ 403,8 milhões. Vale observar, ainda, os impactos nos salários e nos tributos, de R\$ 97,3 milhões e R\$ 1.119,3 milhões, respectivamente, além de 29 mil novas ocupações estimadas no ano.

No segmento agropecuário, destaque para a bovinocultura dos estados do Maranhão, Minas Gerais e Espírito Santo, com valores contratados no montante total de R\$ 339,6 milhões, provocando impactos de produção e renda, na Região, nos valores de R\$ 789,6 milhões e 486,7 milhões, respectivamente. Os impactos em termos de empregos, salários e tributos foram de aproximadamente 63 mil novas ocupações, dentro do conceito de equivalente/homem/ano do IBGE, R\$ 115,2 milhões e R\$ 142 milhões. O setor de grãos é a atividade de maior volume de contratações no estado do Piauí, R\$ 108,4 milhões. Esses investimentos geram impactos estimados de 15,2 mil novas ocupações, em

Tabela 104 – FNE 2009 – Impactos na Área de Atuação do BNB, por Atividades Seleccionadas⁽¹⁾

Valores em R\$ Milhões

Estado	Atividades ¹	Valor Contratado	Produção	Renda	Empregos*	Tributos	Salários
AL	Proces. Benef. Cana-de-açúcar	189,14	434,26	241,55	18.052	72,10	63,00
	Com. Varejista	58,11	132,06	73,52	5.187	21,42	19,09
BA	Fibras e Têxteis	252,41	679,95	403,80	28.898	119,31	97,27
	Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	188,23	484,76	261,81	18.150	73,31	74,53
CE	Telecomunicações	318,14	824,93	446,53	33.859	126,28	126,02
	Com. Varejista	192,77	502,23	282,29	20.819	81,13	75,70
ES	Bebidas e Fumo	37,29	103,62	59,99	6.480	16,14	14,58
	Bovinocultura	26,32	70,85	40,58	4.828	12,66	10,78
MA	Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	347,69	679,88	388,28	28.632	94,98	91,35
	Bovinocultura	213,69	450,71	292,59	39.958	81,46	63,61
MG	Bovinocultura	99,57	268,05	153,53	18.265	47,88	40,77
	Com. Varejista	42,85	112,10	62,42	4.372	17,76	16,69
PB	Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	70,79	159,50	87,57	6.805	24,21	23,42
	Com. Varejista	43,59	99,14	56,47	4.169	16,42	14,89
PE	Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	247,06	620,95	350,39	30.501	89,24	86,97
	Adm. Pública, Defesa e Seguridade	228,04	899,91	575,89	25.543	163,17	87,44
PI	Grãos	108,43	267,74	156,49	15.223	56,36	39,77
	Com. Varejista	84,04	207,16	117,56	8.516	35,20	31,38
RN	Prod. e Distrib. Eletricidade, Gás e Água	326,17	711,62	396,37	31.132	99,66	98,70
	Com. Varejista	55,24	123,60	69,20	5.199	19,18	17,89
SE	Ind. Prod. Alimentícios	46,52	90,21	53,90	3.572	15,15	12,33
	Ind. Têxtil	40,59	79,84	51,91	3.376	16,07	11,02

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (*) Número de Pessoas; (1) Atividades com maiores montantes de contratações no estado; (2) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram dentro do ano da aplicação dos recursos (2009).

R\$ 318,1 milhões, e impactos na produção, renda, salários e tributos, nos valores de R\$ 824,9 milhões, R\$ 446,5 milhões, R\$ 126,0 milhões e R\$ 126,3 milhões, respectivamente. A matriz de insumo-produto também estima que deverão ser criados em 2009, 34 mil empregos.

O comércio varejista é a atividade básica, em valor de contratações no Setor Comércio e Serviços. Dos nove estados do Nordeste mais as regiões norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, que compõem a área de abrangência do Ban-

co, seis têm no comércio varejista uma das duas principais atividades com contratações do FNE. O valor das contratações monta a R\$ 476,6 milhões, onde 40,4% desse valor é no estado do Ceará. Os impactos na Região, estimados pela matriz de insumo-produto, são: R\$ 1,2 bilhões na produção, R\$ 661,5 milhões no valor agregado (renda), R\$ 175,6 milhões na massa salarial e R\$ 191,1 milhões em tributos. Cabe ainda ressaltar os impactos estimados em 48,3 mil novas ocupações, pelo conceito equivalente/homem/ano do IBGE.

4.5.2.3 Impactos socioeconômicos previstos com os financiamentos de valores mais elevados

Os valores contratados pelo FNE dirigidos a operações com valores superiores a R\$ 10 milhões alcançaram aproximadamente R\$ 3,8 bilhões no ano de 2009, como mostra a Tabela 105, com destaque para o Setor de Infraestrutura, que contratou o montante de R\$ 1,7 bilhões, ou 44,1% do total dos recursos. Em seguida, figura o Setor Industrial, com

27,2% e o Agrícola, com 10,7% de participação. O setor com menor participação foi a Pecuária, com 0,7% dos recursos. Cabe novamente ressaltar que o Setor de Infraestrutura é o menos intensivo em mão de obra, mas, em contrapartida é o que mais gera externalidades positivas, como os benefícios gerados para novos investimentos econômicos que serão atraídos pela maior e melhor oferta dos serviços de energia elétrica, telecomunicações e transportes na Região, e a melhoria da saúde das comunidades com os investimentos em saneamento básico.

Tabela 105 – FNE 2009 – Impactos das Contratações com Valores Superiores a R\$ 10 milhões

Resultados por Setor								
Indicador	Agrícola	Pecuária	Agro Industrial	Industrial	Comercial	Serviços	Infraestrutura	Total
Valor Contratado (em R\$ milhões)	412,6	27,9	225,0	1.045,4	266,3	173,3	1.694,0	3.844,7
Resultados por Setor-NE								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	980,4	66,3	526,7	2.444,1	618,9	403,5	3.928,9	8.968,7
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	585,6	38,6	301,9	1.373,5	350,3	217,7	2.115,8	4.983,6
Empregos (em número de pessoas)	69.523	4.594	27.452	105.634	26.535	16.331	159.914	409.983
Salários (em R\$ milhões)	155,4	10,7	83,1	389,7	99,1	63,9	583,3	1.385,1
Tributos (em R\$ milhões)	138,2	9,5	75,7	362,7	91,7	60,8	592,8	1.331,4
Resultados por Setor – Resto do BR								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	679,2	47,9	369,0	1.701,8	434,9	284,3	2.782,2	6.299,2
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	280,9	19,8	152,9	703,7	180,1	117,3	1.148,5	2.603,3
Empregos (em número de pessoas)	11.816	827	6.259	27.892	7.143	4.582	44.759	103.277
Salários (em R\$ milhões)	86,3	6,1	47,4	218,9	56,0	36,6	357,8	809,1
Tributos (em R\$ milhões)	128,6	9,1	70,0	323,4	82,5	54,0	528,5	1.196,1
Resultados por Setor – TOTAL								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	1.659,6	114,1	895,7	4.145,9	1.053,8	687,7	6.711,1	15.267,9
Valor Agregado/Renda (em R\$ milhões)	866,5	58,4	454,8	2.077,3	530,4	334,9	3.264,4	7.586,7
Empregos (em número de pessoas)	81.339	5.421	33.711	133.526	33.678	20.910	204.674	513.258
Salários (em R\$ milhões)	241,7	16,8	130,5	608,5	155,1	97,3	941,1	2.190,9
Tributos (em R\$ milhões)	266,8	18,6	145,8	686,1	174,2	114,7	1.121,4	2.527,5

Fontes: BNB-ETENE e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Impactos estimados a partir da matriz de insumo-produto do Nordeste de 2004, efeitos diretos, indiretos e de renda (induzidos), tipo II, que se realizaram dentro do ano da aplicação dos recursos (2009).

Calcula-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2. Os esperados acréscimos na produção bruta regional são de aproximadamente R\$ 9,0 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de 6,3 bilhões. O número de empregos gerados na Região, em 2009, em decorrência das contratações, foram estimados em 410 mil, e 103 mil empregos gerados fora da Região. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 5,0 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 2,6 bilhões para as demais regiões brasileiras.

5. GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

5.1 Inadimplemento das Operações

A inadimplência das operações, no âmbito do FNE, registrada no ano de 2009 foi de 3,6%, assinalando redução de 23,4% em comparação com a verificada ao final de 2008, que foi de 4,7%. (Tabela 106).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (14,0%) que apresentou redução de 11,4% em relação ao ano de 2008, cujo índice foi de 15,8%. Quanto aos demais índices de

inadimplência, observaram-se também redução em relação a 2008 em todas as categorias; os beneficiários de micro e mini passaram de 8,3% no mesmo período de 2008 a 7,2% no ano de 2009, com redução de 12,0%; a categoria pequeno passou de 6,7% a 4,7% (redução de 29,9%), a de médio porte estava com 4,2% em 2008 e reduziu para 2,8% (redução de 35,7%) e a categoria grande que reduziu de 2,0% para 1,2%, representando uma queda de 30%.

Considerando-se os saldos em atraso por porte de beneficiários em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que as associações/cooperativas apresentaram redução do referido índice em 50%, passando de 0,4% no ano de 2008 para 0,2% em 2009. Os valores em atraso da categoria de mini/micro também sofreram redução de 2,9% para 2,0%; a categoria de pequenos apresentou queda no índice de 0,6% para 0,5%; os clientes de médio porte tiveram redução, passando de 0,5% para 0,4%, e finalmente a categoria de grande porte, que passou de 0,9% para 0,5% ao final de 2009.

A adoção dos procedimentos instituídos pela Lei nº 11.775/2008, bem como, o contínuo trabalho desenvolvido pelo Banco em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, contribuíram fortemente para a redução da inadimplência no ano de 2009.

Tabela 106 – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Porte de Beneficiários – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ Mil

Porte	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Cooperativas/Associações	418.700	1,6	58.685	0,2	14,0
Micro e Mini	7.368.590	28,0	531.630	2,0	7,2
Pequeno	2.671.103	10,1	125.471	0,5	4,7
Médio	3.692.482	14,0	102.438	0,4	2,8
Grande	12.198.338	46,3	141.998	0,5	1,2
Total	26.349.213	100,0	960.222	3,6	3,6

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentuais em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas vencidas e não pagas. (3) Percentuais do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo de aplicações do respectivo segmento.

Em se tratando dos setores beneficiados, o Setor Rural continua apresentando um maior índice de inadimplência em relação aos demais setores, embora tenha ocorrido uma redução em relação ao ano de 2008, que passou de 7,6% para 6,1%. No Setor Agroindustrial, a inadimplência caiu de 3,0% para 2,5% e nos setores Industrial e Turismo a redução foi de 2,6% para 1,8%, comparando-se o ano de 2008 com 2009. O Setor de Comércio e Serviços igualmente aos demais, apresentou redução em seu índice de inadimplência, passando de 1,7% no fim de 2008, para 1,2% ao final do mesmo período de 2009, enquanto que os setores de Infraestrutura e Financiamento à Exportação permanecem sem valores em atraso. (Tabela 107).

Considerando-se os saldos em atraso por setor em relação ao saldo total das aplicações, observa-se que os setores Agroindustrial e Comércio e Serviços mantiveram-se constantes ao final de 2009 comparado com o mesmo período de 2008. Os setores que apresentaram variação com redução do referido índice, foram principalmente o Setor Rural que passou de 4,6% para 3,1% com expressiva redução em 32,6%, os setores Industrial e de Turismo que também tiveram melhora nesse índice que diminuiu

de 0,5% para 0,2%, ou seja, 60% de redução nessa relação comparativa; e finalmente os setores de Infraestrutura e de Financiamento à Exportação que continuaram sem apresentar saldos em atraso.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se que a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998 apresentou-se em 7,8% ao final de 2009, representando uma redução em 28,4% em relação ao ano de 2008 quando referido índice fechou em 10,9%. Já quanto às operações contratadas após 30.11.1998, o percentual de inadimplência de 2009 foi de apenas 2,5%, (Tabela 108) ou seja, foi reduzido em 32,4% do índice de 3,7% apresentado em 2008. Conforme pode ser observado, a inadimplência das operações contratadas em tais períodos foi reduzida significativamente em relação à posição de 2008.

5.2 Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste renegociou 447,9 mil operações de crédito no ano de 2009, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 1.039,7 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de

Tabela 107 – FNE – Saldos em Atraso por Setor – Posição: 31.12.2009

Setor	Saldo Aplicações	Aplicações (%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Valores em R\$ Mil	
					Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾	
Rural	13.270.748	50,4	808.036	3,1		6,10
Agroindustrial	1.101.272	4,2	27.363	0,1		2,50
Industrial/Turismo	4.730.032	18,0	86.595	0,2		1,80
Infraestrutura	3.575.506	13,5	-	-		-
Comércio e Serviços	3.147.365	11,9	38.228	0,1		1,20
Financ. à Exportação	524.290	2,0	-	-		-
Total	26.349.213	100,0	960.222	3,5		3,6

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentuais do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso de cada segmento em relação ao saldo de aplicações do respectivo segmento.

Tabela 108 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ Mil

Data Contratação	Saldo Aplicações	(%) ⁽¹⁾	Saldo em Atraso ⁽²⁾	Inadimplência (%) ⁽³⁾	Inadimplência do Segmento (%) ⁽⁴⁾
Até 30.11.1998 ⁽⁵⁾	5.816.422	22,1	453.719	1,7	7,8
Após 30.11.1998 ⁽⁶⁾	20.532.791	77,9	506.503	1,9	2,5
Total	26.349.213	100	960.222	3,6	3,6

Fontes: BNB – Ambiente de Controle das Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (2) Total das parcelas em atraso do segmento. (3) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (5) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (6) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.

R\$ 365,8 milhões, ou seja, 35,1% do total regularizado. (Tabela 109).

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, destacando-se a criação das Unidades de Recuperação de Crédito (URCs), que desenvolveram trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente, os valores mais ex-

pressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos que estavam passíveis desse procedimento, como por exemplo a criação de Grupo de Trabalho com atividades exclusivas de remessa dos processos para cobrança judicial; e o desenvolvimento de campanha de divulgação da Lei nº 11.775, para identificação das operações enquadráveis no referido instrumento de renegociação e

Tabela 109 – FNE – Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

Estado	Quantidade	Valor em Espécie	Valor Renegociado	Total Recuperado
Alagoas	26.401	13.186	43.497	56.683
Bahia	74.272	114.749	152.806	267.555
Ceará	79.317	40.235	76.156	116.391
Espírito Santo	1.405	6.270	3.744	10.014
Maranhão	45.948	46.250	39.923	86.173
Minas Gerais	22.575	18.732	46.264	64.996
Paraíba	29.012	18.307	25.085	43.392
Pernambuco	67.956	32.746	141.673	174.419
Piauí	39.440	28.102	73.078	101.180
Rio Grande do Norte	32.581	22.732	45.271	68.003
Sergipe	29.055	24.577	26.396	50.973
Total	447.962	365.886	673.893	1.039.779

Fonte: BNB - Ambiente de Controle das Operações de Crédito.

Nota: (1) Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

orientação às agências no sentido de formalizar o máximo de regularizações possíveis. Com a implementação da Lei nº 11.775/2008, em 17/09/2008, houve um expressivo número de liquidação e regularização de dívidas que resultaram na redução da inadimplência.

A implementação de novas estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas, viabilizaram melhores condições para regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de importantes resultados para o Banco no 2009.

Ainda como importante fator de contribuição para a melhoria do desempenho na recuperação de créditos e conseqüentemente na redução dos índices de inadimplência, pode-se atribuir à admissão de mais de dois mil funcionários no período entre 2003 e 2008, que tem refletido nos resultados atuais. Além disso, a área jurídica do Banco teve sua estrutura melhorada com o objetivo de reforçar o monitoramento dos processos judiciais e assim, proporcionar a recuperação de créditos em cobrança judicial.

5.2.1 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989.

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-B, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentamos o quantitativo e valor de operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, a qual está em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

Tais operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e respectivos garantes. (Tabela 110).

Tabela 110 – FNE – Operações Renegociadas – Exercício de 2009

Valores em R\$ Mil

	Qtde. Ops	Atualiz. Com base nos Encargos sem inadimplimento	Vr Recebido para liquidação
	344	57.968.807,92	24.553.885,04
Total	344	57.968.807,92	24.553.885,04

Fonte: BNB - Ambiente de Recuperação de Crédito.

6. RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos de fiscalização de operações:

Fase de desembolso

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do PRONAF Grupo B.
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

Fase pós-implantação

- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 5% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

O BNB possuía, em 31.12.2009, 1,79 milhão de operações “em ser” no âmbito do FNE (incluindo as operações do PRONAF). O Banco do Nordeste realizou 96.468 atividades de campo em operações do FNE em 2009, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens. Destas atividades, 64.494 se referem à vistorias, sendo 16.787 de rotinas e 47.707 de desembolso.

6.1 Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Exercício de 2009

O Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos, onde são registrados os relatórios das vistorias realizadas, possui na sua estruturação um conjunto de pesos que pondera os resultados auferidos nas visitas *in loco*, atribuindo uma classificação ao empreendimento, num esquema de conceitos com as seguintes gradações: Ótimo, Bom, Regular, Satisfatório, Insatisfatório, Ruim e Péssimo. Estes conceitos levam em consideração: a correta aplicação do crédito, inclusive dos recursos próprios; os indicadores técnicos previstos no

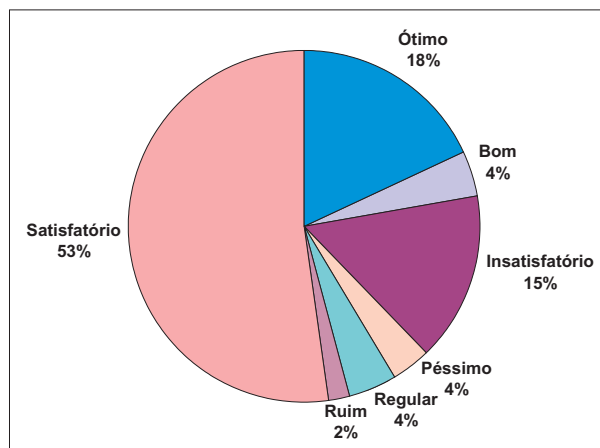


Gráfico 22 – Situação dos Empreendimentos Financiados pelo FNE no Exercício de 2009

Fonte: BNB – Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

projeto; a execução dos serviços; planejamento do projeto; perspectivas de receitas; e conservação das garantias, dentre outros aspectos.

A situação dos empreendimentos foi considerada como: satisfatório, ótimo e bom para 48,0%, 25,0% e 6,0%, respectivamente, das vistorias realizadas em 2008. Os conceitos insatisfatório, regular, péssimo e ruim totalizaram 18,0%. (Gráfico 22).

6.2 Ações Realizadas

O Banco, durante o ano de 2009, programou ações com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis para maximização dos resultados no tocante à análise e acompanhamento das operações de crédito. A seguir, destacam-se as principais ações ocorridas no período acima citado:

Revisão da Estrutura Operacional das Centrais de Apoio Operacional

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foram aprovadas pela Diretoria as seguintes alterações no quadro de pessoal:

1. Alteração da estrutura organizacional das CENOP de Montes Claros, Recife e São Luís, com a criação da Célula de Análise de LRC e incremento de funções em comissão.
2. Ajuste na estrutura organizacional da CENOP de Aracaju, João Pessoa, Natal, Salvador e Teresina, compreendendo o incremento de funções em comissão de Analista de Negócios.

Curso de Formação de Análise em Projetos Econômicos

Com o objetivo de melhorar o processo de análise, foi realizado junto aos analistas e técnicos de campo das Centrais de Apoio Operacionais, o Curso de Formação de Analistas com carga horária de 160 horas/aula.

Ademais, melhorias nos Sistemas de Avaliação Técnica de Empreendimentos (SIAT) estão sendo implementadas, como forma de dar mais agilidade ao processo de análise.

6.3 Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no ano de 2009 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ótimo e bom (75%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto.
- Os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto.
- Os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- A execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas.
- A orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente.
- O planejamento técnico do projeto foi adequado.
- Os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais.
- Não houve ocorrência de fatores adversos.
- O empreendimento é competitivo.
- As perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto.
- A gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória.
- O rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado.
- As exigências ambientais do projeto foram atendidas.
- As cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de

um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

7. RECOMENDAÇÕES DOS OFÍCIOS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

O presente relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações dos ofícios recebidos do referido Ministério. Merecem destaque as considerações listadas a seguir.

OFÍCIO Nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009

a) Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos

Vide Tabela 39A

b) Financiamentos concedidos por setor/atividade nas Mesorregiões

Vide Tabelas 15A a 20A

c) Número de operações e valores contratados por Estado e por porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez

Vide Tabela 21A

d) Relação dos financiamentos acima de R\$ 10 milhões

Vide Tabela 22A e Tabela 82 contida no item 4.5.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados, do presente relatório.

e) Comentar e exemplificar o apoio a projetos que prevêm a utilização de tecnologias inovadoras

O FNE tem contribuído para o desenvolvimento tecnológico e gerencial do Nordeste e das demais áreas de sua atuação, permitindo a melhoria da competitividade das empresas financiadas. Referida ação tem se materializado através do financiamento de máquinas, equipamentos, instalações, veículos, sistemas de informática e processos produtivos modernos em projetos nos diferentes setores econômicos.

Seguem-se alguns exemplos de projetos financiados pelo Banco, em 2009, que utilizarão tecnologias modernas.

PROJETO/ATIVIDADE	TECNOLOGIAS
Agroindústria	<p>Valor financiado: R\$ 244.393.932,66 Atividade financiada: Abate, Proces. Benef. Carnes de Aves Objetivo ou finalidade do crédito: Implantação/Expansão.</p> <p>O projeto utilizará a tecnologia de ponta em <i>hardware e software</i> no mapeamento dos riscos operacionais, certificação internacional, proporcionando ganho de eficiência e redução de custos.</p>
Agroindústria	<p>Valor financiado: 8.323.583,32 Atividade Financiada: Grãos Objetivo ou finalidade do crédito: Melhoria da Armazenagem dos grãos</p> <p>Será utilizada técnica preconizada pela EMBRAPA no que tange ao uso de plantio direto, proporcionando maior produtividade.</p>
Telecomunicações	<p>Atividade: Comunicações / Telecomunicações Valor: R\$ 1.793.933,60 Objetivo ou finalidade do crédito: Modernização</p> <p>O financiamento se destinará a atualização tecnológica do sistema de transmissão de TV, visando adequação do atual sistema analógico para o digital. Será adotado o padrão de sinais oferecido pelo Japão e possibilitará transmissão digital em alta definição (HDTV).</p>

Quadro 1 – Projetos com utilização de Tecnologias Inovadoras – Segundo Semestre de 2009

Fontes: BNB – Ambiente de Análise e Acompanhamento de Operações de Crédito.

f) Valores repassados a outras instituições financeiras e acordos com cooperativas para realização de operações com recursos do FNE

Vide Tabela 23A

g) Ações desenvolvidas para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas (o texto abaixo atende tanto à solicitação do ofício acima referido, quanto à recomendação contida na letra “b” do parecer conjunto nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, de 02/12/2008, além das letras b e c do parecer conjunto nº 03/SDR/SUDENE/MI, de 27/03/2009).

Agricultores Familiares

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Banco do Nordeste, através da Área de Agricultura Familiar e Microfinança Rural, implementou em 2009 diversas ações objetivando o aperfeiçoamento do processo de crédito do PRONAF e progra-

mas de Crédito Fundiário, especialmente a melhoria da adimplência e o bom atendimento de clientes, dentre as quais destacamos:

- a) Lançamento de campanha promocional do custeio agrícola PRONAF, com a divulgação em rádios, televisão e realização de eventos em vários municípios;
- b) Promoção do PRONAF Mais Alimentos com evento de videoconferência, abrangendo todas as Superintendências Estaduais do Banco, ao qual compareceram representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, autoridades, lideranças locais e representantes do segmento da Agricultura Familiar;
- c) Alteração das regras internas, possibilitando a dispensa da apresentação de dois orçamentos em cartas-proposta, para aquisição de tratores, máquinas e outros equipamentos financiáveis pelo Programa PRONAF Mais Alimentos;
- d) Realização de campanha de atualização cadastral de agricultores, possibilitando maior contato com os mutuários, contribuindo para melhorar os índices de adimplência do Programa;

- e) Implantação, em parceria com a Área de Desenvolvimento Territorial, da “Campanha Recuperar para Atuar”, visando melhorar os índices de adimplência do PRONAF;
- f) Implementação de plano de ação para regularização de dívidas de agricultores familiares inadimplentes, com base na Lei 11.775/2008;
- g) Articulação com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para prorrogação da Lei 11.322, nos artigos relacionados ao PRONAF;
- h) Articulação com as Superintendências Estaduais para fomentar a prerrogativa prevista na Lei nº 11.947, de 16/06/2009, em que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar;
- i) Criação, pela diretoria do Banco, dos segmentos de Agricultura Familiar e Microcrédito Rural, permitindo o gerenciamento por meio de carteiras específicas;
- j) Criação da função de Gerente de Negócios Pronaf para gerenciamento das carteiras de clientes Pronaf e mini e pequenos produtores rurais;
- k) Realização de reunião com as Superintendências Regionais do INCRA no Nordeste para elaboração de plano de ação para contratação de financiamentos do Pronaf Grupo “A”;
- l) Parceria com o INCRA para operacionalização do Programa Reabilitação do Crédito de Produção para liquidação de operações PROCERA, com as vantagens da Lei 11.775/2008;
- m) Definição de política de coordenação e acompanhamento da parceria com as EMATERs para prestação de assistência técnica aos agricultores familiares;
- n) Articulação com os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com vistas à captação dos recursos a eles destinados pelo MDA para prestação desses serviços;
- o) Renovação de contrato com o Tesouro Nacional para contratação de operações PRONAF com recursos da STN;
- p) Participação na elaboração do Plano Safra 2009/2010, conjuntamente com o Ministério de Desenvolvimento Agrário;
- q) Implementação da linha de crédito emergencial PRONAF nos estados em que ocorreram inundações, regulamentado pela Resolução CMN nº 3.724 de 15 de maio de 2009;
- r) Renovação dos contratos com o Ministério de Desenvolvimento Agrário para operacionalização dos Programas de Crédito Fundiário.

Em 2009 foram contratadas 356.827 operações no âmbito do PRONAF, com um volume de recursos de R\$ 890,1 milhões, dos quais, R\$ 868 milhões foram através dos recursos do FNE, correspondendo a 97,5 % dos recursos aplicados no PRONAF. O grupo com maior volume de contratações (R\$ 490,6 milhões) e com o maior número de operações (316.244) foi o PRONAF B, como se pode ver na Tabela 111.

Tabela 111 – Aplicações por Grupos e Linhas do PRONAF no Primeiro Semestre de 2009

Valores em R\$ 1,00

Modalidade	Quantidade de Operações	Valor Contratado
AGROINDUSTRIA	8	107.030,30
COMUM	15.885	137.695.306,63
EMERGENCIAL	3.344	6.517.855,50
FLORESTA	34	285.814,91
JOVEM	38	246.018,49
MULHER	1.518	12.018.490,68
PRONAF A	6.145	110.022.698,73
PRONAF B	316.244	490.623.067,82
PRONAF C	3.251	9.403.259,15
PRONAF A/C	1.549	5.195.030,70
PRONAF D	119	638.305,35
PRONAF E	1	27.586,90
PRONAF-ECO	74	812.322,65
PRONAF-MAIS ALIMENTO	5.005	93.919.352,89
SEMI-ÁRIDO	3.612	22.553.339,59
Total	356.827	890.065.480,29

Fontes: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programa de Crédito Fundiário.

O volume de contratações em 2009 – R\$ 890,1 milhões – corresponde a uma elevação de 20 % em relação ao montante aplicado em 2008, bem como a um valor médio por operação de R\$ 2.494,40.

Visando estimular a autonomia econômica da mulher no campo o Banco do Nordeste financia as atividades de seu interesse.

Cabe ressaltar que no âmbito do PRONAF em 2009 as mulheres foram responsáveis por 44 % de todas as operações realizadas nesse programa, como pode ser visto na Tabela 112.

Tabela 112 – PRONAF – Contratações PRONAF por Gênero

Valores em R\$ 1,00

Gênero	Quantidade de operações	Valor Contratado	% Quantidade
Feminino	156.468	312.412.983	43,85%
Masculino	200.359	577.652.497	56,15%
Total	356.827	890.065.480	100,00%

Fonte: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programa de Crédito Fundiário.

Os jovens que receberam capacitação técnica para o segmento de produção agropecuária são financiados no âmbito do PRONAF Jovem pelo Banco do Nordeste sem a exigência de garantias, contribuindo para o processo de sucessão no campo de forma qualificada e sustentável.

Os projetos do Programa Nacional de Reforma Agrária e de Crédito Fundiário recebem o apoio creditício para o financiamento da produção nos assentamentos e nas associações que compraram terras financiadas pelo Banco através do PRONAF Grupo A. Esses financiamentos permitem a estruturação do imóvel, o desenvolvimento das atividades produtivas e a geração de trabalho e renda das famílias financiadas. Em 2009 foram financiadas 6.145 operações no valor de R\$ 110.022,7 mil.

Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste (AgroAMIGO)

O AgroAMIGO é o programa de microcrédito rural produtivo e orientado do Banco do Nordeste, que visa à concessão de financiamento para agricul-

tores familiares com enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), classificados no Grupo B, que obtenham renda bruta anual de até R\$ 6 mil. Eles são agricultores familiares que vivem em situação de extrema pobreza e que jamais tiveram acesso a crédito, especialmente crédito bancário.

O programa adota metodologia própria de atendimento dos produtores na sua própria comunidade através dos assessores de microcrédito rural, cuja premissa consiste no crédito orientado e acompanhado.

A seguir são apresentadas as principais ações implementadas em 2009 visando o aperfeiçoamento administrativo, a ampliação do atendimento do público-alvo e o fortalecimento da imagem institucional do AgroAMIGO:

- Criação de célula no Ambiente de Gerenciamento do Pronaf para gerenciamento do AgroAMIGO;
- Articulação com as coordenações estaduais do Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), objetivando a ampliação do atendimento creditício pelo AgroAMIGO a esse público;
- Ampliação do atendimento do público-alvo do Programa, onde os municípios da região Nordeste e Norte de Minas Gerais atendidos passaram de 1.260 em 2008 para 1.574 em 2009;
- Recebimento de Prêmio internacional da *Asociacion Latino Americana de Instituciones Financieras para el Desarrollo* (ALIDE), em reconhecimento pelas boas práticas nas instituições financeiras de desenvolvimento e como produto inovador de crédito;
- Copatrocínio do III Seminário Internacional sobre Finanças Rurais do Fórum Latino-americano e do Caribe de Finanças Rurais (FOROLACFR), realizado nos dias 7, 8 e 9 de dezembro de 2009 em Fortaleza, Ceará;
- Intercâmbio com outras instituições financeiras nacionais e internacionais por ocasião da participação na *Ruta de Aprendizaje* (metodologia de capacitação de caráter vivencial) para apresentação do processo metodológico do AgroAMIGO. Nesse evento estiveram presentes oito países.

Do montante de recursos aplicados no PRONAF Grupo B em 2009, o AgroAMIGO foi responsável por 286 mil operações no valor de R\$ 443,5 milhões, que representa 90,4 % dos recursos aplicados para esse público.

Em função da vocação natural e da afinidade cultural da população na região Nordeste, o AgroAMIGO financia diversas atividades na forma do gráfico abaixo, com destaque para a pecuária. De acordo com as potencialidades locais, o programa incentiva outras atividades econômicas, inclusive não agropecuárias, buscando a diversificação e a estabilidade da carteira. (Gráfico 23).

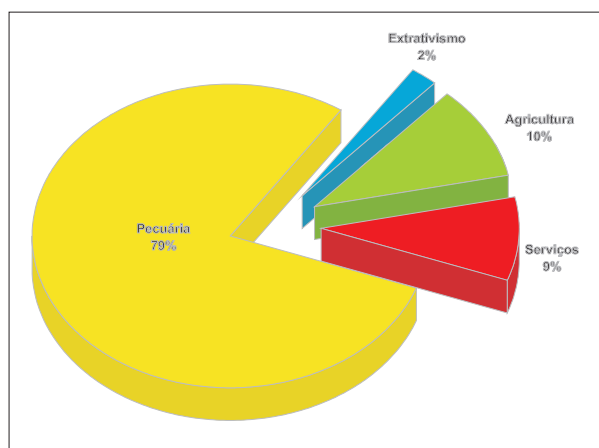


Gráfico 23 – Contratações AgroAmigo por Setor.

Fontes: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programa de Crédito Fundiário.

Dentre as atividades econômicas, no agrupamento pecuário, a bovinocultura apresenta o maior percentual de operações financiadas em função das afinidades culturais da população, muito embora sejam financiadas diversas outras atividades adequadas ao perfil dos produtores. O AgroAMIGO também estimula o financiamento de outras atividades vocacionadas, objetivando conferir menor vulnerabilidade às adversidades climáticas e maior estabilidade de renda. (Gráfico 24).

A metodologia do AgroAMIGO preconiza o valor financiado de acordo com a necessidade do Cliente com enfoque na concessão do crédito gradual e seqüencial, objetivando a educação financeira do produtor, evidenciado no Gráfico 25.

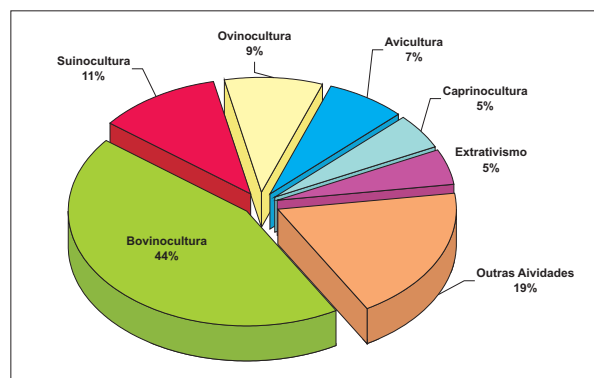


Gráfico 24 – Contratações AgroAmigo por Atividade.

Fontes: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programa de Crédito Fundiário.

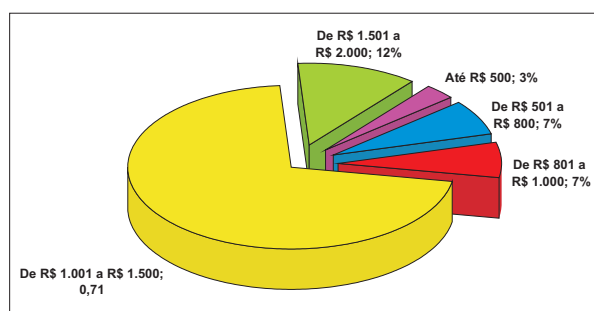


Gráfico 25 – Contratações AgroAmigo por Faixa de Valor Financiado

Fontes: Ambiente de Gerenciamento do PRONAF e Programa de Crédito Fundiário.

Programas de Crédito Fundiário

Os Programas de Crédito Fundiário operacionalizados pelo Banco do Nordeste contribuem para o acesso à terra da população rural sem terra ou com acesso precário a esse fator de produção.

O Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT) financia a aquisição de imóveis rurais a trabalhadores rurais, pequenos produtores e proprietários de minifúndios com o objetivo de reduzir a pobreza rural. Em 2009 contratou 44 operações no valor de R\$ 6,4 milhões.

O Subprojeto de Investimentos Complementares (SIC), que faz parte do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural financia, de forma

não-reembolsável, os investimentos comunitários complementares (produtivos, de infraestrutura e sociais) para os imóveis adquiridos com o Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT). Foram contratadas 55 operações do SIC, no valor de R\$ 19,8 milhões.

O Programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) financia, com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, a aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, bem como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva. Foram contratadas 1.328 operações no valor de R\$ 51,2 milhões.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

O Banco do Nordeste, com o intuito de apoiar as atividades desenvolvidas pelos mini e pequenos produtores rurais e promover a inclusão social e a melhoria de renda na Região, atua integrando e ampliando o alcance das políticas públicas nas diferentes esferas governamentais.

O Ambiente de Negócios com Mini e Pequenos Produtores Rurais tem como foco a sustentabilidade do crédito, o controle e o suporte às agências. Além disso, adota constantemente ações de acompanhamento da evolução do Ativo com esse segmento e medidas mitigadoras de risco, visando qualificar o crédito e à melhoria do volume de negócios formalizados com mini e pequenos produtores rurais.

Associado à integração das políticas públicas para aplicação dos recursos, o Banco formata projetos e pactua ações para a efetividade de um projeto regional que objetiva o fortalecimento da produtividade, por meio do apoio creditício, técnico e à comercialização.

Como forma de maximizar e qualificar suas ações para o processo de operacionalização dos programas do FNE direcionados a mini e pequenos produtores rurais, o Banco desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, sindicatos e órgãos de assistência técnica. Como resultado desse trabalho temos, na posição de dezembro/2009, a carteira de mini e pequenos produtores rurais com aplicação de recursos no montante de R\$ 5.831 milhões, distribuídos em 223 mil operações de crédito, formalizadas com 118 mil clientes.

Desse volume de recursos aplicados com a fonte FNE, R\$ 5.503,2 milhões foram destinados para investimento rural, R\$ 323,4 milhões para custeio agrícola e/ou pecuário e R\$ 4,7 milhões para outras finalidades.

As aplicações globais com mini e pequenos produtores rurais são expressivas, atingindo, na posição de dezembro/2009, cerca de 20% das aplicações totais do Banco no crédito rural.

No período de janeiro a dezembro de 2009, foram contratadas 10.412 operações, correspondente ao valor de R\$ 369,4 milhões. Desse montante, R\$ 208,5 milhões foi aplicado no semiárido, em 6.525 operações de crédito. Ao mesmo tempo, foram renegociadas 29.307 operações, regularizando um total de R\$ 266 milhões, e recuperado, em espécie, um montante de R\$ 63 milhões.

Visando atualizar os endereços e contatos telefônicos dos clientes produtores rurais, com foco no número de telefone e endereços para contatos, como forma de elevar o grau de proximidade com os clientes desse segmento, o Ambiente de Negócios com Mini e Pequenos Produtores Rurais, em parceria com a Área de Cadastro e Gerenciamento Estratégico lançou, em 01.06.2009, a Campanha de Atualização Cadastral.

O principal objetivo da Campanha é manter contato direto com clientes por intermédio dos serviços de *telemarketing* ativo, realizado pelo Cliente Consulta direcionado a comunicação prévia de avisos de reembolso. No segundo semestre de 2009, foram atualizados 98 mil cadastros do segmento dos mini e pequenos.

Em 11/08/2009, a diretoria aprovou a criação da Carteira de Negócios da Agricultura Familiar, que contempla o gerenciamento dos clientes dos segmentos Microempreendedor Rural e Agricultura Familiar (clientes do PRONAF, exceto o B, e Mini e Pequenos Produtores Rurais). Dessa forma, os clientes mini e pequenos produtores rurais foram incorporados nas carteiras existentes.

Como consequência dessa incorporação, os clientes do segmento de Mini e Pequenos Produtores Rurais passaram a ser diretamente acompanhados pelos Gerentes de Suporte a Negócios (GSN)

PRONAF, com apoio de 01 Analista Bancário por Agência.

Posteriormente, seguindo essa diretriz, a Diretoria aprovou, por meio da PAA 2009/956-102, o incremento de 63 (sessenta e três) funções em comissão de Gerente de Suporte a Negócios/PRONAF, para viabilizar o atendimento aos clientes do PRONAF e do segmento de Mini e Pequenos Produtores Rurais. Como resultado, o quadro total subiu para 320 (trezentas e vinte) funções de GSN/PRONAF.

Em 03/11/2009, por meio da PAA 2009/617/220, a Diretoria aprovou a adequação da função de Gerente de Suporte a Negócios/PRONAF para Gerente de Negócios, a exemplo do que ocorre na gestão das demais carteiras de negócios do Banco. Dentre outros benefícios, a medida teve como objetivo melhorar a rentabilidade e os indicadores de performance da carteira, sobretudo do segmento de Mini e Pequenos Produtores Rurais.

Outra ação relevante de iniciativa do Ambiente foi a realização da Pesquisa de Satisfação, encomendada à Área de Gerenciamento Estratégico e realizada pelo Ambiente de *Marketing*. O trabalho teve como objetivo conhecer o perfil de consumo dos mini e pequenos produtores rurais de toda a área de atuação do Banco, no intuito de obter indicativos que pudessem orientar as ações dos gestores, principalmente das agências, junto àquele público.

Dentre os resultados da pesquisa, merece destaque o fato de que apenas 23,7% dos entrevistados dedicam-se exclusivamente à atividade rural. Ou seja, cerca de 76% atuam também em outros ramos, com destaque para aposentados e comerciantes, representando 22,9% e 22,4%, respectivamente, do universo dos clientes da pesquisa.

Esses números vêm demonstrar que o segmento de Mini e Pequenos Produtores é constituído de clientes potenciais para operar com o Banco em várias modalidades de produtos e serviços, além do longo prazo, possibilitando ao Ambiente desenvolver produto específico para esse público, bem como estimular o consumo de produtos já disponíveis, permitindo, assim, rentabilizar a carteira.

Micro e Pequena Empresa (MPE)

O atendimento prioritário ao segmento de Micro e Pequena Empresa (MPE) está preconizado na Diretriz Estratégica do Banco do Nordeste para o período de 2008 a 2011, materializando-se na realização de negócios com clientes desse segmento, envolvendo a concessão de créditos de curto e longo prazos e a disponibilização de produtos e serviços bancários.

Para o exercício dessa responsabilidade, o Banco do Nordeste criou o Ambiente de Micro e Pequena Empresa, que tem por objetivo desenvolver estratégias para ampliação dos negócios com as MPEs, bem como gerenciar os negócios realizados, visando aferir a quantidade, a distribuição setorial dos recursos e os índices de adimplência das operações contratadas.

A ampliação do volume de negócios está prescrita também entre os Objetivos Estratégicos do Banco do Nordeste, a saber: “Consolidar o Banco do Nordeste como o Banco da Micro e Pequena Empresa na Região, ofertar 15% do volume de recursos do FNE – percentual ajustado para 20% em 2010 – e elevar a base de clientes em 40%”. Esse propósito reforça o papel do Ambiente de Micro e Pequena Empresa com vistas ao atendimento desse objetivo.

Para o ano de 2009, foi estabelecida a meta de contratação de R\$ 1.650,0 milhões em operações de crédito de curto e longo prazos com as MPEs, sendo R\$ 950 milhões com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e R\$ 700 milhões com recursos internos do Banco.

Ao final, na posição de 31/12/2009, foram contratados R\$ 1.785,6 milhões em negócios com 68.739 clientes MPE, por meio de 82.312 operações de crédito, sendo R\$ 979,3 milhões com FNE e R\$ 806,3 milhões com recursos internos. Esses números representam um alcance de 108,2% da meta global e de 103,1% e 115,2% das metas de FNE e de recursos internos, respectivamente.

Em comparação com o exercício de 2008, os resultados de 2009 mostraram uma evolução de 43,7% no volume de recursos contratados com FNE, conforme Gráfico 26:

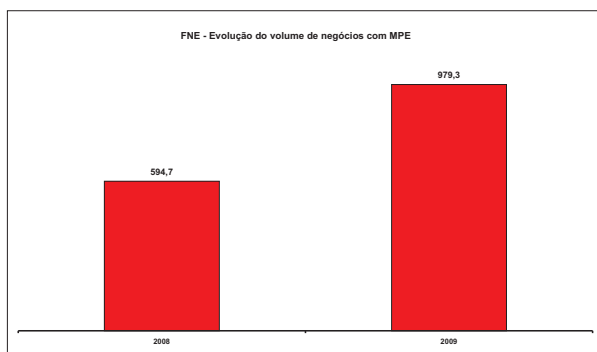


Gráfico 26 – Evolução do volume de negócios com MPE

Fonte: Ambiente de Micro e Pequena Empresa.

Em relação à quantidade de operações contratadas com Micro e Pequenas Empresas com recursos do FNE, a evolução dos negócios foi de 16,1%, na comparação entre o período de janeiro a dezembro de 2008 e o mesmo período de 2009, conforme Gráfico 27:

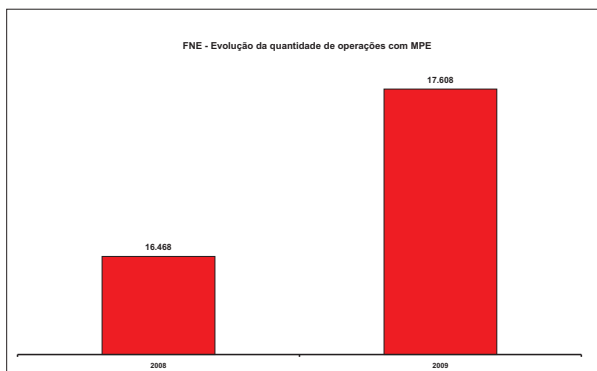


Gráfico 27 – Evolução da quantidade de operações com MPE

Fonte: Ambiente de Micro e Pequena Empresa.

Do total de recursos do FNE aplicados aos negócios realizados, 48% foram destinados a empreendimentos localizados na região semi-árida, com os demais 52% investidos fora do semi-árido. (Gráfico 28).

Em 2009, dos R\$ 979,3 milhões aplicados com FNE, R\$ 217,9 mil, ou 22,3%, foram destinados a empreendimentos situados nas capitais dos estados nordestinos, enquanto R\$ 761,3 mil, ou 77,7% do total, foram investidos no interior, nos diversos setores da economia. (Tabela 113 e Gráfico 29).

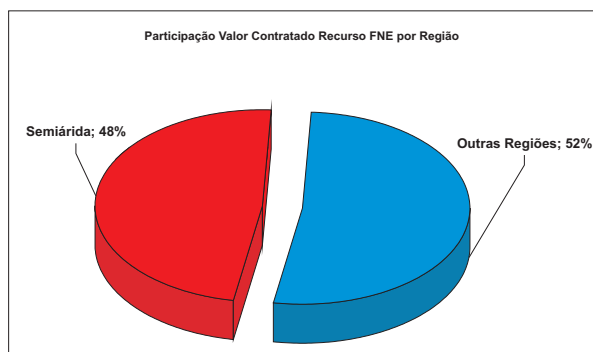


Gráfico 28 – Participação por Região.

Fonte: Ambiente de Micro e Pequena Empresa e Ambiente de Negócios Empresariais.

Tabela 113 – Recursos Aplicados na Capital e no Interior

Valores em R\$ / Posição: 31.12.09

Região	FNE	% Valor Contratado - FNE
Capital	217.943,7	22,3%
Interior	761.306,4	77,7%
Total	979.250,0	100,0%

Fonte: Ambiente de Micro e Pequena Empresa e Ambiente de Negócios Empresariais.

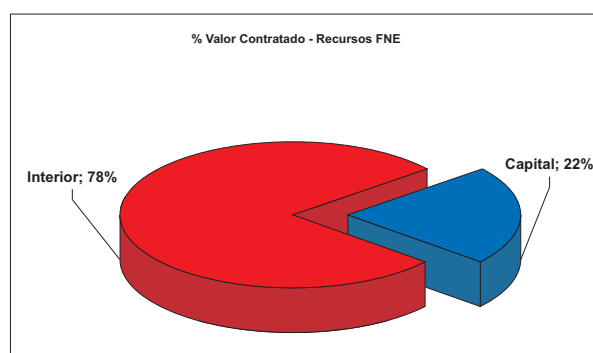


Gráfico 29 – Participação do Recursos na Capital e no Interior

Fonte: Ambiente de Micro e Pequena Empresa e Ambiente de Negócios Empresariais.

Relativamente aos setores econômicos, as aplicações com FNE tiveram a distribuição descrita na Tabela 114 e Gráfico 30:

Tabela 114 – Contratações por Setores Econômicos

Atividade	Comércio	Indústria	Serviços	Total
Contratado	493.082,4	149.619,5	336.548,2	979.250,0

Fontes: Ambiente de Micro e Pequena Empresa e Ambiente de Negócios Empresariais.

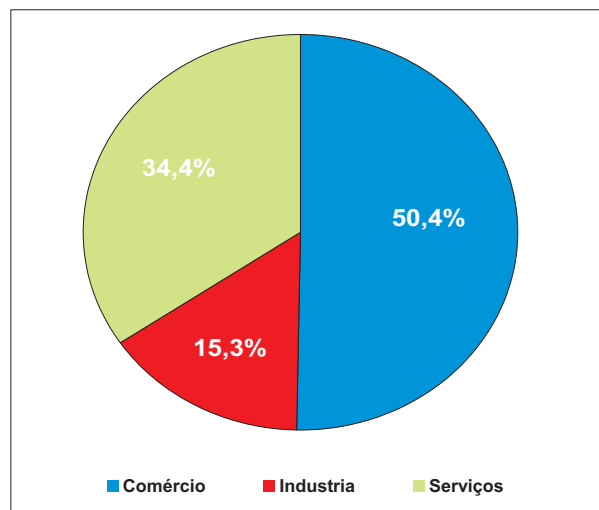


Gráfico 30 – Participação dos Setores Econômicos

Fontes: Ambiente de Micro e Pequena Empresa e Ambiente de Negócios Empresariais.

Ações Realizadas em 2009

Em 2009, as ações do Ambiente de Micro e Pequena Empresa foram direcionadas para consolidar as estratégias traçadas no ano anterior, mas buscaram identificar novas oportunidades de negócios, dando sequência ao processo de ampliação do volume de crédito concedido e da base de clientes ativos do Banco, visando o cumprimento do objetivo estratégico estabelecido. Dentre as principais ações, podem ser destacadas:

Apoio ao Segmento de Franquias

O mercado de franquias faturou R\$ 55 bilhões, em 2008, superando em 19,5% o faturamento de 2007, conforme dados da Associação Brasileira de Franchising (ABF). Ainda de acordo com a ABF, o crescimento continuou positivo em 2009, nada obstante o cenário de crise financeira mundial que mar-

cou o período. Atualmente, operam no Brasil cerca de 1.379 redes de franquias, responsáveis por 650 mil postos de trabalho diretos e 2.592.000 indiretos.

A expressividade que o segmento de franquias adquiriu nos últimos anos, a tendência de desconcentração do setor do eixo Sudeste-Sul – regiões que detêm juntas cerca de 52% dos negócios com franquias do país – e o redirecionamento dos planos de expansão das empresas para o Nordeste, tornam evidente a necessidade de se estabelecer uma estratégia específica para atendimento ao segmento de *franchising* no Banco do Nordeste.

Visando ampliar a participação do Banco do Nordeste no mercado de franquias, tornando-o referência para o segmento na Região, algumas ações foram viabilizadas pelo Ambiente de Micro e Pequena Empresa em 2009, a exemplo de:

- Participação na Franchising Nordeste 2009, realizada em Recife/PE, de 22 a 25 de abril de 2009, a primeira feira de franquias realizada na Região. O Banco do Nordeste esteve presente com um estande montado na feira, onde gestores das agências de Pernambuco e do Ambiente de Micro e Pequena Empresa deram atendimento a franqueadores e franqueados interessados em financiar seus empreendimentos.
- Participação na ABF *Franchising* Expo 2009, realizada em São Paulo/SP, de 17 a 20 de junho, com estande e equipe para atender os franqueadores e franqueados com planos de expansão dos negócios para o Nordeste.
- Formalização de Acordos de Cooperação com a Associação Brasileira de Franchising (ABF) e com as consultorias Cherto, Netplan, Global e HM Consultoria, especializadas nos negócios com o segmento de franquias.
- Implementação do Programa Nordeste Franquias, estratégia de apoio do Banco do Nordeste às franquias, mediante estabelecimento de critérios e procedimentos próprios para o atendimento às empresas do segmento.
- Renovação da parceria Banco do Nordeste/O Boticário, com ampliação do prazo inicial do acordo e alterações na sistemática de garantias, que desoneram e simplificam os negócios.

Interação do Ambiente MPE com as equipes de Agências

Nos meses de fevereiro e março de 2009, gestores do Ambiente de Micro e Pequena Empresa estiveram reunidos com os gerentes de negócios das Carteiras de Clientes MPE e Atendimento MPE, de todas as unidades do Banco.

Os encontros aconteceram nas sedes das Superintendências Estaduais e possibilitaram a troca de informações com as equipes das agências, visando elevar o conhecimento dos gerentes acerca da estratégia do Banco para o segmento MPE, além de prestar orientações sobre ações e procedimentos necessários à melhoria de desempenho das agências no Programa de Ação 2009.

Programa de Atualização de Gerentes de Negócios – Carteiras MPE 2009

O Ambiente de Micro e Pequena Empresa e o Ambiente de Educação Corporativa buscaram a parceria do Sebrae Nacional, para ministrar capacitação específica sobre o segmento MPE aos gerentes de negócios do Banco do Nordeste.

O curso “Perspectivas, Gestão e Análise de Crédito em MPE” reuniu 70 gerentes de negócios de agências, Superintendências Estaduais e Direção Geral, em três eventos realizados em maio e novembro de 2009.

O curso, além de levar informações sobre o funcionamento e as formas de relacionamento com as micro e pequenas empresas, teve ainda o objetivo de formar multiplicadores, dentre os participantes, para repasse do conteúdo a todos os demais gestores do Banco, atuantes no segmento.

Está em fase de elaboração o Módulo II, que complementarmente a capacitação dos gerentes de negócios, mediante conteúdos específicos sobre a operacionalização dos negócios com as MPEs, no âmbito interno do Banco do Nordeste.

Programa FNE - MPE

Visando aperfeiçoar a atuação do Banco do Nordeste junto às Micro e Pequenas Empresas, foi concebido o Programa de Financiamento às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FNE-MPE),

que proporciona tratamento diferenciado às MPEs, no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, direcionado aos clientes desse segmento de mercado, em atendimento ao preconizado na Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

Referido dispositivo legal, em seu art. 58, prevê que “os bancos comerciais públicos e os bancos múltiplos públicos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgadas”.

A instituição do Programa FNE-MPE permitiu reunir em um único texto normativo todas as orientações referentes ao apoio creditício do Banco, com recursos do FNE, dirigido às MPEs, contemplando os mais diversos setores de atividade.

Programas específicos para financiamento de Capital de Giro às MPEs

Na esteira da elaboração de instrumentos normativos especificamente voltados para o segmento MPE, foram instituídas normas próprias para as operações de curto prazo, as quais amparam os programas “Cheque MPE Especial”, “MPE Capital de Giro”, “MPE Desconto de Duplicatas”, “MPE Desconto de Cheques”, “Giro MPE 13^o” e “MPE Antecipação de Recebíveis”.

A ação teve por objetivo proporcionar tratamento diferenciado e favorecido às micro e pequenas empresas, através da família Capital de Giro, atendendo ao disposto no art. 58, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Da mesma maneira que nos programas para investimento, as linhas de crédito para capital de giro, normatizadas exclusivamente para o segmento MPE, permitirão maior facilidade em sua aplicação e melhor dinâmica na realização de eventuais alterações do texto normativo, quando necessárias e provenientes das instâncias decisórias superiores, em benefício das micro e pequenas empresas, uma vez que estão desvinculadas dos dispositivos que

regem os negócios com médias e grandes empresas, notadamente de caráter mais complexo.

Ampliação da estrutura de atendimento às Micro e Pequenas Empresas

Foi procedida a ampliação da estrutura de atendimento às Micro e Pequenas Empresas, com a criação de 72 novas Carteiras MPE, totalizando 131 Carteiras, para atendimento exclusivo às MPEs em todo o Banco.

As novas Carteiras permitirão que as agências sejam dotadas de melhor estrutura para atendimento, podendo focar a sua atuação nesse segmento de público, facilitando a expansão de negócios e base de clientes.

Ampliação do teto para análise dos pleitos de crédito na própria agência (de R\$ 50.000,00 para R\$ 200.000,00)

Aprovada pela Diretoria do Banco do Nordeste, em 07/11/2008, a medida teve reflexos no primeiro semestre de 2009, com o acatamento, análise e deliberação de propostas de investimento, de valor até R\$ 200 mil, com a correspondente contratação da operação, ficando todo o processo de crédito circunscrito no âmbito exclusivo da agência, sem necessidade de submissão do pleito às instâncias técnicas e decisórias superiores.

Essa ação teve por objetivo dar maior respaldo e autonomia às agências, para a realização de negócios até R\$ 200 mil, abrangendo predominantemente o segmento das micro e pequenas empresas, dando maior celeridade ao processo de concessão de créditos.

Redução das taxas de juros para as linhas de crédito de capital de giro

Por decisão da Diretoria do Banco do Nordeste, os encargos cobrados nas operações de curto prazo, notadamente aquelas destinadas à composição de capital de giro das empresas, foram ajustados para patamares inferiores aos praticados pelo mercado das instituições financeiras.

A medida visou atender determinação do Governo Federal de estimular a concessão de créditos às

empresas, sobretudo àquelas de micro e pequeno portes, numa resposta da Equipe Econômica aos efeitos da crise financeira internacional.

O Banco do Nordeste, que já pratica habitualmente encargos diferenciados nos negócios com empresas, inclusive quando utiliza *funding* de recursos próprios (recin), reduziu seus encargos, apoiando especialmente as MPEs no momento de dificuldades provocado pela crise.

Realização do 4º Encontro de Trabalho Banco do Nordeste – Sebrae

Realizado em 08/05/2009, na sala de reuniões do Gabinete da Presidência do Banco do Nordeste, o IV Encontro de Trabalho Banco do Nordeste – Sebrae teve por objetivo avaliar as ações desenvolvidas pela parceria e construir agenda de trabalho comum, voltada para fortalecer a capacidade empresarial e a competitividade das Micro e Pequenas Empresas, ao amparo do Acordo de Cooperação BNB – Sebrae, formalizado em 2007.

Participaram do encontro diretores, superintendentes, consultores, assessores e gestores do Sebrae Nacional e também dos estados, além de diretores, superintendentes estaduais, gerentes de ambiente e gerentes executivos da Direção Geral e Superintendências Estaduais do Banco do Nordeste.

Ao final, foi elaborada agenda de compromissos dos parceiros, cabendo a animação e supervisão de seu cumprimento ao Ambiente de Micro e Pequena Empresa.

Do universo de ações agendadas, destacam-se alguns encaminhamentos e resultados alcançados:

Campanha Publicitária para MPE

Numa ação inédita do Banco do Nordeste, foi produzida e veiculada, em 2009, campanha publicitária voltada especialmente para o público formado por microempresas e empresas de pequeno porte, visando estimular os negócios com o segmento em toda a área de atuação do Banco.

Composta de *folders*, publicação em jornais e revistas, além de inserções no rádio e televisão, a campanha, que foi ao ar no dia 24 de maio, mostra,

Encaminhamento	Resultado
Fortalecimento da cadeia produtiva do setor gráfico no estado do Piauí.	Concedidos créditos de R\$ 7,7 milhões para atividades do setor gráfico, atendendo a 18 empresas em Teresina.
Desenvolvimento das agroindústrias da região metropolitana de Fortaleza.	Financiamentos no valor de R\$ 390 mil; consultorias e capacitações gerenciais e tecnológicas; participação de empresários em feiras e eventos do setor.
Fortalecimento do setor de petróleo e gás no Rio Grande do Norte.	Parceria entre Banco do Nordeste, Sebrae e Petrobras visando certificar e promover eventos com a participação de empresas do segmento petróleo e gás. Foram concedidos créditos de R\$ 96,8 milhões em 2009.
Apoio à cadeia produtiva da fruticultura no Agreste Paraibano, fomentando a produção e o beneficiamento de frutas.	Eventos de capacitação e estruturação da cadeia produtiva de uva e banana, visando preparar os empreendedores para bem gerir seus empreendimentos e os créditos a eles concedidos.
Organização e apoio creditício ao setor de autopeças em Sergipe.	Criação do “Peçabem”, 1ª rede de autopeças do Estado; realização de rodadas de negócios e capacitação para empregados do setor.

Quadro 2 – Universo de Ações Agendadas: Encaminhamentos e Resultados Alcançados

Fonte: Elaboração Própria dos Autores.

de forma objetiva e bastante criativa, as vantagens dos produtos de crédito do Banco do Nordeste, tanto para investimento como para capital de giro, permitindo aos empresários compará-los com o que oferece a concorrência.

A campanha, de muito boa qualidade, teve o reconhecimento do mercado, com a premiação com o Ouro, no 34º Prêmio Colunistas Norte-Nordeste 2009.

Além das peças publicitárias, foi elaborado *hot site* contendo informações sobre as condições do crédito disponibilizado pelo Banco para as MPEs, em acordo com a campanha veiculada. Também foram desenvolvidos outros itens de comunicação, tais como vídeo institucional MPE, *jingles*, anúncios em revistas e jornais, *outdoor*, brindes, *banners*, folder genérico, folder franquias, cartaz público, vídeo interno, *broadside* e camisas promocionais.

Ainda como estratégia de fortalecimento da marca Banco do Nordeste e consolidação de sua imagem como o “banco das micro e pequenas empresas”, o Ambiente de Micro e Pequena Empresa participou do XVII Congresso Brasileiro de Micro e Pequena Empresa e do X Encontro Estadual de Micro e Pequenas Empresas, em Olinda-PE, expondo os produtos e serviços financeiros direcionados às MPEs. O Ban-

co esteve presente também no III Congresso Internacional de Odontologia, realizado em Fortaleza-CE, divulgando seus produtos de crédito, passíveis de utilização pelos profissionais da área de saúde.

Fornecedores e prestadores de serviços às empresas âncoras.

Em 2009, os fornecedores e prestadores de serviços às empresas de médio ou de grande porte que adquirem produtos e serviços das MPEs foram objeto da atenção do Banco do Nordeste, habitual adquirente de produtos e serviços fornecidos por micro e pequenas empresas, atendendo ao que preceitua a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Numa parceria com o Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística, o Ambiente MPE envia às agências listagem com empresas que celebraram contratos de fornecimento com o Banco do Nordeste, orientando-as a agilizar a abertura das contas-correntes dessas empresas, sejam elas iniciantes ou que já prestam serviços regularmente ao Banco, intensificando os negócios.

O objetivo é ensejar uma maior aproximação dos fornecedores MPE com a área negocial do Banco, concedendo crédito e demais produtos financeiros,

além de proporcionar-lhes elevação de receitas de faturamento.

Apoio ao Sistema de Transporte Complementar

Em junho de 2008, foi iniciada a estratégia comercial denominada Credi Coletivo, tendo como parceiros os permissionários dos sistemas de transporte complementar das cidades de Fortaleza e Recife, visando a concessão de financiamentos destinados à aquisição de veículos para uso no transporte público de passageiros daquelas capitais.

Os acordos de cooperação formalizados com os sindicatos e cooperativas representantes dos permissionários estabeleceram as condições operacionais para financiamento dos micro-ônibus, com destaque para as garantias das operações, por meio da alienação fiduciária dos veículos financiados, fiança de terceiros e vinculação dos recebíveis provenientes da bilhetagem eletrônica (vales transportes eletrônicos).

Foram financiados, desde o início do Credi Coletivo até dezembro de 2009, 74 ônibus nas duas capitais (Fortaleza e Recife), com volume de negócios da ordem de R\$ 8,5 milhões. Há perspectivas de inserção, para breve, da estratégia comercial nas demais capitais do Nordeste.

Fórum Permanente das MPE e Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Em 2009, o Banco do Nordeste participou dos diversos espaços instituídos pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), voltados ao debate e conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às MPEs, notadamente o Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e o Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

O Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, coordenado pelo MDIC, foi instituído em 2000, com o objetivo de ser o espaço de debates e de conjugação de esforços entre o governo e o setor privado para a consecução de ações e de políticas públicas orientadas às microempresas e empresas de pequeno porte.

É composto por entidades de apoio e de representação das Micro e Pequenas Empresas, órgãos governamentais, fóruns regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O Fórum Permanente está estruturado pelos Comitês Temáticos de Desoneração e Desburocratização, Comércio Exterior, Tecnologia e Inovação, Investimento e Financiamento, Rede de Disseminação, Informação e Capacitação e Compras Governamentais, responsáveis pela articulação desenvolvimento de estudos, elaboração de propostas e encaminhamento dos temas específicos que deverão compor a agenda de trabalho e a formulação de políticas públicas.

O Banco do Nordeste vem participando sistematicamente nos Comitês Temáticos do Fórum, em especial o que versa sobre os temas Investimento e Financiamento e Comércio Exterior, propondo a adoção de uma série de melhorias que visem facilitar o acesso às Micro e Pequenas Empresas ao crédito bancário, dentre as quais a criação de produtos específicos para as MPEs, guardando dessa forma conformidade com o que preconiza a Lei Complementar 123/06, de 14 de dezembro de 2006.

Os Comitês Informação e Capacitação e Compras Governamentais também vem merecendo especial atenção do Banco, valendo destacar a parceria existente com o Sebrae no sentido de elevar a qualificação das Micro e Pequenas Empresas e permitir seu acesso as linhas de crédito do Banco, como também de iniciativas originárias do poder público, como é o caso das compras governamentais.

Também o Banco vem participando efetivamente dos encontros promovidos pelo Comitê Executivo da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), inclusive com o acompanhamento de metas de atuação visem ao aperfeiçoamento de trabalho realizado em benefício das MPEs. Em relação aos trabalhos realizados pelo Banco e constantes no PDP, merece destaque a ênfase atribuída à concessão de créditos de longo e curto prazos às MPEs, a ampliação da estrutura do Banco para o atendimento à referido público, bem como os esforços realizados no sentido de qualificar os profissionais do próprio

Banco para a melhoria do atendimento às Micro e Pequenas Empresas.

Parceria com o Cliente-Consulta

Com vistas a tornar efetivo o acompanhamento dos negócios realizados com os clientes classificados como micro e pequenas empresas, bem como estreitar o relacionamento com os clientes atendidos, objetivando a realização de novos negócios, o Ambiente de Micro e Pequena Empresa fez parceria com o serviço Cliente Consulta, atendimento virtual aos clientes do Banco do Nordeste, criando mais um canal de atendimento às MPEs.

h) Número de operações e valores contratados em cada prioridade estabelecida pelo MIN

Vide item 3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE, deste relatório.

i) Número de operações e os valores contratados para custeio isolado

Vide Tabela 24A

j) Ações desenvolvidas para incremento das aplicações no semiárido

Vide item 3.3.2.1, Ações Desenvolvidas para o incremento das aplicações no Semiárido. Este item também atende á letra e do parecer conjunto nº03/SDR/SUDENE/MI, de 27/03/2009.

k) Contratações por município

Vide Tabela 25A, 26A, 27A e 28A

l) Saldo das operações e inadimplência por município

Vide Tabela 11A

m) Detalhamento das operações de acordo com os encargos pactuados

Tabela 115 – FNE – Detalhamento das Operações de Acordo com os Encargos Pactuados – Em 31.12.2009

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	SALDO ⁽²⁾	
a) Total das operações que permanece com os encargos que vigoravam anteriormente ao da TJLP, com rebate sobre os encargos totais.		
b) Montante dos contratos que permanecem com os encargos da TJLP mais juros de 6,0% a.a, com rebate sobre os encargos totais.	123.210	
c) Valor global dos contratos que permanecem com encargos de IGP-DI mais juros de 8% a.a, com rebate sobre a taxa de juros.	32.468	
d) Montante das operações contratadas de acordo com as taxas de juros estabelecidas pela Lei nº. 10.177, de 12.01.2001 (Saldo Líquido).	5,00%	896.984
	6,75%	896.695
	7,25%	805.226
	8,00%	46
	8,25%	1.243.097
	8,50%	2.919.041
	9,25%	2.083.826
	10,00%	8.907.310
e) Valor total dos financiamentos com outros encargos financeiros (Saldo Líquido).	3.952.218	
f) PRONAF / PROGRAMA DA TERRA	4.486.092	
Total⁽¹⁾	26.346.213	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Notas: (1) Exclusive PROAGRO a Receber, no valor de R\$ 5.115 mil, e Repasses a Outras Instituições no montante de R\$ 223.896 mil.

(2) O "Saldo" não considera Rendas a Apropriar.

n) Resultados dos acompanhamentos e fiscalizações dos projetos financiados, e estimativa dos impactos sociais e econômicos

Vide Capítulo 6 – Resultados dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados e em relação aos Impactos Sociais e Econômicos, vide item 4.5 Matriz de Insumo Produto, do presente relatório.

o) Informações a respeito dos saldos dos financiamentos, da inadimplência, das operações renegociadas, das ações de cobranças judiciais, e dos ressarcimentos efetuados ao Fundo pelo Banco

Vide Tabelas 7A a 12A, 31A a 34A – Saldos das aplicações e inadimplência

Vide Tabelas 35A e 36A – Operações Renegociadas

Vide Tabelas 37A e 38A – Cobrança Judicial e Ressarcimentos ao Fundo

PARECER CONJUNTO Nº 002/2008/SDR/SUDENE/MI, DE 02/12/2008

b) Informar, no relatório das atividades desenvolvidas referentes ao exercício de 2008, o resultado das providências adotadas para se incrementar as aplicações com os agricultores familiares, os mini e pequenos produtores rurais e as micro e pequenas empresas.

Vide letra “g” do OFÍCIO Nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009, acima discriminado.

f) fornecer, nos próximos relatórios, dados relacionados com os saldos devedores das operações, bem como os níveis de inadimplência dos empréstimos concedidos por Outras Instituições Financeiras com recursos do FNE

Vide Tabelas 45 e 49.

i) Inserir nos próximos relatórios:

- **informações sobre os impactos sociais e econômicos previstos com os financiamentos contratados de valor superior a R\$ 10 milhões, especialmente sobre a geração de empregos.**

Vide item 4.5.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos com os Financiamentos de Valores mais Elevados

- **informações (quantidade de contratos e valores financiados) sobre o atendimento de cada uma das prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, apresentando comentários e considerações a respeito daquelas que deixaram de ser atendidas.**

Vide item 3.5 Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE

PARECER CONJUNTO Nº 03//SDR/SUDENE/MI, DE 23/03/2009

Letras b e c: vide letra g do Ofício nº04 DFD/SDR/MI, 15/01/2009

Letra e: vide 3.3.2.1 Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

As demais recomendações constantes deste parecer se referem à continuidade ou manutenção de ações já desenvolvidas pelo Banco, as quais continuam sendo realizadas.

PARECER CONJUNTO Nº 04/2009/SDR/SUDENE/MI, DE 13/11/2009

- a) manter e ampliar as ações que vem desenvolvendo no sentido de assegurar o atendimento da demanda de recursos de FNE. Nesse sentido, sugere-se que o Banco se articule com os agentes produtivos e com os Governos Estaduais, objetivando buscar alternativas para otimizar a utilização dos recursos;**

O processo de elaboração da Programação do FNE tem aperfeiçoado a interlocução com os diversos segmentos representativos e as esferas governamentais dos onze Estados de abrangência do referido Fundo, objetivando conciliar as demandas com as disponibilidades de recursos, sob o princípio de priorização e qualificação dos financiamentos.

O acompanhamento quantitativo e qualitativo mensal do programado versus aplicações realizadas, bem como articulações específicas com as

Unidades do Banco e as entidades externas participantes da elaboração da Programação, constituem-se em um processo contínuo de otimização da utilização dos recursos.

b) intensificar sua atuação junto ao INCRA e ao MDA, objetivando o incremento dos financiamentos aos colonos/assentados da reforma agrária (Grupo A do PRONAF);

A redução de ingresso no Banco de propostas de financiamento para o Pronaf Grupo “A” tem levado o Banco do Nordeste a estreitar os contatos com o INCRA Nacional, além de realizar reuniões com representantes das Superintendências Regionais do INCRA, com vistas a buscar superação dos gargalos que estão reduzindo a elaboração desses projetos.

Os gargalos identificados estão nas ações antecedentes à elaboração dos projetos, portanto, antecedentes à sua apresentação ao Banco, a exemplo de demarcação dos lotes, da concessão e correta aplicação do crédito de instalação, da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), demarcação de área de reserva legal, dentre outros, atribuições essas desenvolvidas pelo INCRA.

Registre-se que existe determinação do Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão 2633/2007, que determinou ao INCRA abster-se de criar projetos de assentamentos sem a existência de licença prévia, de instalação e de operação como condição para a implantação e operação destes projetos. Essa decisão contribuiu decididamente para a redução em questão.

Visando superar esses gargalos, criando condições para ampliar as contratações de financiamentos da espécie, o Banco do Nordeste tem mantido estreito contato com o INCRA e o MDA. Registre-se que nos dias 2 a 4 de março de 2009, o Banco participou do evento “Oficinas Regionais de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – PRONAF”, que aconteceu em Recife (PE), onde apresentou a meta do PRONAF A que o BNB definiu para cada estado de sua área de atuação, bem como informou os problemas que estão retardando a entrega dos projetos de financiamento, objetivando contribuir para a agilização do processo operacional do referido programa.

Além disso, em 26/05/2009, foi enviado ofício ao Presidente do INCRA solicitando apoio no sentido de garantir celeridade por parte daquela Instituição, para viabilizar todas as ações que fazem parte dos requisitos para a concretização da concessão do crédito do PRONAF Grupo A. Também foram enviados ofícios, no mês de junho/09, para os Superintendentes Regionais do INCRA solicitando o mesmo apoio.

Ainda como forma de garantirmos o incremento das contratações decorrentes das ações em andamento, nossas Superintendências Estaduais estão acompanhando mensalmente a evolução de elaboração das propostas de crédito para os assentamentos que foram priorizados para contratação neste ano, pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

c) incrementar as operações com os agricultores familiares, com os mini e pequenos produtores rurais e com as micro e pequenas empresas.

Vide letra g do Ofício Nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009

d) desenvolver ações para se incrementar os empréstimos com o setor turístico, que no 1º semestre de 2009 recebeu apenas 0,9% dos recursos totais aplicados;

O montante de R\$ 87,4 milhões de contratações no Turismo em 2009, nos programas Proatur e MPE Turismo, reflete a redução da demanda por financiamentos apresentada pelo setor privado, impactada pelos efeitos da crise econômica internacional. Para 2010, a expectativa é de aumento da demanda, a partir do arrefecimento da crise, bem como das ações de promoção da atividade realizadas pelos governos e pelo BNB, impulsionadas pelos compromissos do País em dispor da infraestrutura turística necessária para a realização da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014.

e) adotar medidas para se destinar 50% dos recursos do Fundo para o semiárido nordestino, na forma estabelecida pela Constituição Federal;

Vide item 3.3.2.1, Ações Desenvolvidas para o incremento das aplicações no Semiárido. Este item também atende a letra “j” do ofício nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009.

Além dessas ações, podemos destacar:

- ⇒ Intensificar atuação conjunta com governos estaduais e municipais no sentido de identificar demandas por crédito e as principais dificuldades para acesso a esse crédito;
- ⇒ Potencializar o uso de instrumentos para atendimento às demandas locais por crédito, a exemplo das agências itinerantes com destinação específica para os municípios do semiárido que não dispõem de agência do BNB;
- ⇒ Aprimorar, em parceria com os estados e órgãos técnicos de planejamento federal e estadual, sistemática de atração de novos empreendimentos a serem localizados no semiárido;
- ⇒ Envolver os Agentes de Desenvolvimento para intensificar a atração de novos empreendimentos, especialmente para aquelas cadeias produtivas priorizadas pela Estratégia Nordeste Territorial;
- ⇒ Intensificar campanha publicitária específica para a região do semiárido

f) desenvolver ações com o objetivo de reduzir a inadimplência das operações do PROCERA e das operações de risco integral do FNE, cujos índices, de 27,2% e de 7,9%, respectivamente, se acham bastante elevados;

São diversas as ações implementadas pelo BNB objetivando o incremento dos resultados na Recuperação de Créditos e por consequência, na redução dos índices de inadimplência das operações. Dentre as quais, podemos destacar:

- Criação de Unidades de Recuperação de Crédito (URC's) cujas atividades são exclusivamente focadas na regularização de operações irregulares;
- Implementação de instrumentos corporativos com a finalidade de flexibilizar condições para renegociações e/ou liquidações de operações irregulares;
- Estabelecimento de METAS no Programa de Ação do Banco para a Recuperação de Créditos;
- Criação nas unidades operadoras da Carteira "Recuperação de Crédito", onde os clientes responsáveis por operações irregulares são acom-

panhados de forma mais intensa pelos gerentes;

- Desenvolvimento contínuo de campanhas para divulgação e disseminação de Instrumentos Governamentais direcionados à regularização de créditos inadimplentes e/ou adimplentes mas cujos empreendimentos estejam com dificuldades financeiras;
- Implementação de equipes multidisciplinares para realização exclusiva de atividades focadas em renegociação de operações ao amparo de Instrumentos Legais;
- Implementação de equipes multidisciplinares para realização exclusiva de atividades focadas na cobrança judicial de operações irregulares sem sucesso quanto à alternativa de renegociação;
- A utilização do mecanismo da Recuperação Judicial conforme a Lei nº 11.101 de 09.02.2005, tem contribuído de forma significativa na melhoria dos resultados da Recuperação de Créditos;
- Articulações estão sendo realizadas no sentido de prorrogar a Lei nº 11.775 com o objetivo de regularizar o maior número possível de operações que ainda estão pendentes de regularização;
- Criação na estrutura organizacional relacionada a Recuperação de Créditos, de uma célula voltada para atividades direcionadas ao acompanhamento das operações irregulares de pequeno valor;
- Criação na estrutura organizacional das Superintendências Estaduais, de uma função gerencial para acompanhamento da atividade de Administração de Créditos nas unidades operadoras das respectivas jurisdições.

As operações PROCERA-FNE, cujo programa interno é Programa da Terra, tem por dispositivo legal garantia de um fundo intitulado FUNDO CONTÁBIL PROCERA, criado pelo INCRA, gerido pelo Banco do Brasil, cujo objetivo é cobrir operações do PROCERA em caso de falecimento do assentado ou insolvência do empreendimento.

Em processo de liquidação do citado Fundo, o INCRA criou um programa chamado "Reabilitação de Crédito de Produção" por meio do qual os assentados podem liquidar seu financiamento PROCERA,

passando o INCRA a ser credor do valor liquidado (refinanciamento).

Na liquidação das operações PROCERA pelo Programa do INCRA, são observadas as benesses previstas para o PROCERA na Lei 11.775/2008, concedendo bônus próprio. A liquidação começou no ano de 2008 e continuará por todo este ano. Nesse processo, nossas Superintendências Estaduais/agências participam ativamente conjuntamente com as Superintendências Regionais do INCRA. Por conta da citada Lei, considerando as liquidações feitas pelo INCRA e pelos próprios assentados, o banco já recebeu R\$ 18,1 milhões, o que equivale a ao saldo de R\$ 160 milhões, considerando os bônus concedidos por conta do citado diploma legal.

Como o processo de liquidação continuará por todo este ano, estamos trabalhando no sentido de liquidar todas as operações.

g) estender a assistência do FNE à totalidade dos municípios beneficiados com recursos do Fundo;

Como desdobramento das ações do BNB para execução da Programação do FNE, do total de 1989 municípios, em 2009 deixaram de ser atendidos apenas 11 municípios da área de financiamento do FNE, representando uma cobertura de 99,5%, resultado que se objetiva seja incrementado até a totalidade dos municípios beneficiados com recursos do Fundo, com o desenvolvimento das ações de monitoramento e gestão da Programação.

h) examinar a conveniência de se manter o Programa PRODETEC ao amparo do qual foi realizada apenas uma operação e o Programa PROCULTURA, que não registrou nenhum empréstimo no 1º semestre de 2009;

No âmbito da Programação FNE 2010, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (FNE PRODETEC) foi atualizado, com a definição de novos objetivos, finalidades e condições de apoio e a alteração do seu nome, passando a ser intitulado: **Programa de Financiamento à Inovação (FNE Inovação)**.

A atualização aprovada para o FNE PRODETEC pretende contribuir para transformar essa situação e reforçar a imagem do Banco do Nordeste como instituição que prioriza a promoção de atividades e empreendimentos inovadores, inclusive aqueles relacionados ao segmento de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), e que busca, por meio da sua atuação, apoiar a melhoria contínua da competitividade e estimular a abertura de novas oportunidades de mercado para empreendedores e empresas da Região.

O conteúdo aprovado encontra-se em consonância, inclusive, com as diretrizes do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Condel/Sudene²⁶ para a aplicação dos recursos do FNE em 2010 e com as diretrizes da ação financiadora do Banco do Nordeste, em especial: A difusão da inovação nos diversos segmentos da economia do Nordeste e a instalação de uma base produtiva calcada em setores/atividades portadoras de futuro, sobretudo aquelas baseadas na informação e no conhecimento.

São listados, a seguir, os principais avanços e aprimoramentos da proposta do FNE Inovação:

- Ampliação do prazo máximo de financiamento para 15 (quinze) anos, com carência de até 5 (cinco) anos, como forma de diferenciar o programa e promover empreendimentos inovadores na região. Essa alteração permitirá aumentar a competitividade do BNB em relação aos demais bancos, como o BNDES, por exemplo, que oferece um prazo de até 14 anos em suas linhas para a inovação;
- Atualização das inversões passíveis de financiamento, inclusive com a inserção de novos itens, notadamente relacionados à transferência e absorção de novas tecnologias, desenvolvimento de *software*, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), avaliação e certificação de produtos, processos e serviços, contratação de treinamen-

²⁶ Proposição Sudene nº 021/2009, referente às Diretrizes e Prioridades para Elaboração da Proposta de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o Exercício de 2010, aprovada pela Resolução Condel (Sudene) nº 022/2009.

tos, consultorias e outros serviços especializados, propriedade intelectual e marketing;

- Definição de segmentos cujos projetos somente poderão ser financiados no âmbito do FNE Inovação, a saber: Tecnologia da Informação e Comunicação, Biotecnologia, Nanotecnologia, Novos Materiais, Microeletrônica, Semicondutores, Complexo Industrial da Saúde, Química Fina, Novos Fármacos e Medicamentos, Telecomunicação Digital, Mecânica de Precisão e Automação Industrial, inclusive Robótica;
- Vinculação do programa proposto com os objetivos principais da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Governo Federal.

A partir da implementação dessa proposta, esperam-se os seguintes resultados:

- Incremento das contratações com recursos do FNE para financiamento à inovação;
- Estímulo ao setor privado para reforçar suas atividades relacionadas à incorporação e transferência de tecnologias;
- Estímulo à melhoria da qualidade dos produtos e serviços disponibilizados pelo segmento regional de software, com o fomento à avaliação e à certificação de produto, serviços e processos;
- Melhoria no desempenho inovativo regional e no nível de competitividade dos empreendimentos, por meio do apoio financeiro à geração e à incorporação de progresso tecnológico.

i) ampliar as análises, enfocando não só o caráter descritivo dos resultados alcançados, mas também as razões de ordem conjuntural ou estrutural que influenciaram, positivamente ou não, o desempenho dos objetivos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

A cada Relatório as análises dos dados e resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) têm sido aprofundadas, de modo a exprimir aspectos estruturais e conjunturais importantes que possam ter influenciado no desempenho dessa política pública e de cada um de seus pro-

gramas, expressando um caráter mais qualitativo à análise.

OFICIO Nº120/SDR/MI, de 21.12.2009

a) Confronto entre ingressos e desembolsos de recursos

Vide Tabela 39A

b) Contratações por município

Vide Anexo B

c) Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município

Vide Anexo C

d) Distribuição dos financiamentos, por programa e faixa de valores

Vide Tabelas 29A e 30A

e) Saldo das operações e inadimplência

Vide Item “e”

f) Saldo das operações e inadimplência por município

Vide Anexo E

g) Perfil do setor produtivo na área de abrangência do FNE

Vide Anexo VI, gravado no CD-ROM

h) Número de operações e valores contratados por Estado e por porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez

Ver Tabela 21A

i) Relação dos financiamentos acima de R\$ 10 milhões

Vide “item i”

j) Número de operações e valores contratados em cada prioridade estabelecida pelo Conselho Deliberativo da SUDENE

Vide item “3.5 – Prioridades Definidas pelo Ministério da Integração Nacional para a Aplicação do FNE”, deste relatório.

k) Valores repassados a outras instituições financeiras para a realização de operações com recursos do FNE

Vide item “3.4.1 – Repasses do FNE a outras Instituições”, deste relatório e em específico Tabela 23A

l) Número de operações e financiamentos contratados para custeio isolado

Vide Tabela 24A

m) Comentar e exemplificar o apoio a projetos que prevêem a utilização de tecnologias inovadoras

Vide item “e – Comentar e exemplificar o apoio a projetos que prevêem a utilização de tecnologias inovadoras”, Ofício nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009, deste relatório.

n) Ações desenvolvidas para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas

Vide item “g – Ações desenvolvidas para divulgar as oportunidades de financiamentos aos agricultores familiares, aos mini e pequenos produtores rurais e às micro e pequenas empresas”, Ofício nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009, deste relatório.

o) Ações desenvolvidas pelo Banco do Nordeste para o incremento das aplicações no semiárido

Vide item “3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das aplicações no Semiárido”, deste relatório.

p) Valores desembolsados

Vide Anexo G, gravado no CD-ROM

q) Quadro demonstrativo dos financiamentos concedidos sob risco integral do BNB com base nos valores repassados ao Banco pelo FNE (art.9-A da Lei nº 7.827/1989)

Vide item “3.4.2 – Repasses do FNE ao BNB”, deste relatório

r) Detalhamento das operações de acordo com os impactos pactuados

Vide item “m – Detalhamento das operações de acordo com, os encargos pactuados”, Ofício nº 04/DFD/SDR/MI, de 15.01.2009.

s) Quantidade e o valor das operações liquidadas pelo equivalente financeiro

Vide item “5.2.1 Operações renegociadas com base no art. 15-B da Lei nº 7.827 de 27.09.1989”, deste relatório

t) Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao BNB

Vide Anexo H, gravado no CD-ROM

u) Estudo com utilização da metodologia *propensity score*

Vide publicação: Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB nº6 - “Avaliação de Impactos do FNE: emprego, massa salarial e salário Médio”.

v) Previsões dos impactos econômicos e sociais decorrentes dos empréstimos contratados, baseadas na metodologia da Matriz de Insumo Produto

Vide item “4.5 - Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no Ano 2009”, deste relatório

x) Avaliação do PROINFRA – Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar do Nordeste

Vide item “4.4 – Proinfra”, deste relatório

w) Decisão normativa TCU nº 100, de 07.10.2009 (Anexo II-A)

Vide item “6 - RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS” deste relatório, bem como o Anexo II-A, gravado no CD-ROM.

y) Decisão normativa TCU nº 100, de 07.10.2009 (Anexo B-C)

Vide Tabelas 31A, 32A, 35A, 36A, 37A e 38A.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. C. de. **Nordeste**: sugestões para uma estratégia de desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002.

ALVES. **Transferência de recursos provocada pela intermediação financeira**: o caso do Nordeste. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

AGRAFNP PESQUISAS. **Anualpec 2008**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2008.

_____. **Anualpec 2009**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo, 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Análise dos impactos das contratações do FNE no Nordeste**,

sob a ótica da matriz de insumo-produto. [S.I.], 2008a. Mimeografado.

_____. **Documento referencial das atividades do agronegócio:** UVA. [S.I.], 2008b. Mimeografado.

_____. **Programação FNE/2009:** Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. [S.I.], 2008c.

BRASIL. Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008. Dispõe sobre os encargos financeiros das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10177.htm>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7827.htm>. Acesso em: 16 mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio Exterior. **Balança comercial por unidade da federação.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste:** desafios e possibilidades para o Nordeste no século XXI. Brasília, DF, 2006.

_____. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.** Brasília, DF, 2005.

_____. **Nova delimitação do semiárido brasileiro.** Brasília, DF, 2004.

_____. **Plano Nacional de Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <<http://www.mi.gov.br>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

CARNEIRO, W. M. A.; COELHO, M. C. S. G. **Análise setorial:** a vitivinicultura no nordeste brasileiro. [S.I.]: Banco do Nordeste, 2008. Circulação interna.

CARVALHO, O. de; EGLER, C. A. G. **Alternativas de desenvolvimento para o nordeste semiárido.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

CARVALHO, O. de. **A economia política do nordeste:** secas, irrigação e desenvolvimento. Brasília, DF: Campus, 1988.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAOSTAT database.** Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/569/default.aspx#ancor>>. Acesso em: 5 abr. 2009

FURTADO, C. Sem ciência social, economia é pura álgebra. **Nossa História**, p. 58-63, out. 2004. Entrevista.

HOLANDA, A. N. C. **Avaliação de programas:** conceitos básicos sobre a avaliação “ex-post” de programas e projetos. Rio de Janeiro: ABC Editora, 2006.

IBGE. **Censo agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2009.

_____. **Censo demográfico:** características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Contagem da população.** [S.I.], 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>.

Acesso em: 1 ago. 2009.

_____. **Economia do turismo:** análise das atividades características de turismo. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2006.** [S.I.], [200-].

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 16 mar. 2010.

_____. **Produção agrícola municipal.** [S.I.], 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2008b.

INSTITUTO FNP. **Agrianual**: anuário da agricultura brasileira. São Paulo, 2008.

LEMOS, J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

OLIVEIRA, C. M. S. **O Nordeste e a ação do setor público**: 1991-2005. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

PIRES, I. J. B. P. **Conceitos e indicadores do mercado de trabalho**: uma visão estatística. Fortaleza: RTM, 2003.

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

SERRA; MIRANDA. Entraves ao desenvolvimento regional: uma análise a partir dos fluxos comerciais da região nordeste do Brasil. **BNB Conjuntura Econômica**, Fortaleza, n. 21, p. , abr./jun. 2009.

SILVA, S. C. da; CARVALHO, P. C. F. Foraging behaviour and herbage intake in the favourable tropics/subtropics. In: INTERNATIONAL GRASSLAND CONGRESS, 20., 2005, Ireland. **Anais...** Ireland, 2005. p. 81-95.

SOUZA, J. M. G. **Sistema agroindustrial da banana no Ceará**: um estudo comparativo entre as regiões do Baixo Jaguaribe e Maciço de Baturité sob o enfoque do agronegócio. Fortaleza, 1999.

STEVENSON, W. G. **Estatística aplicada à administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. V. 1.

UNICEF. **Municípios brasileiros**: crianças e suas condições de sobrevivência. Brasília, DF, 1994.

ANEXOS

Objetivo	Ações	Produtos	Resultados	Impactos
<p>Contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.</p>	<p>Programas de Crédito a) FNE – RURAL b) AQUIPESCA c) FNE PROFROTA PESQUEIRA d) FNE – INDUSTRIAL e) PROATUR f) AGRIN g) PRODETEC h) FNE – COMÉRCIO E SERVIÇOS i) PROINFRA j) PROMAF k) PROCULTURA l) FNE VERDE m) FNE PRO- RECUPERAÇÃO AMBIENTAL n) FNE MICRO E PEQUENA EMPRESA</p>	<p>a) Empreendimentos Implantados b) Empreendimentos Relocalizados c) Empreendimentos Ampliados d) Empreendimentos Modernizados</p>	<p>a) Aumento da produção dos empreendimentos financiados b) Aumento dos empregos nos empreendimentos financiados c) Aumento do faturamento das empresas financiadas d) Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados e) Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas empresas financiadas f) Ampliação de mercado das empresas financiadas nos setores</p>	<p>a) Aumento do PIB Regional b) Aumento da produção dos setores financiados c) Aumento da Oferta de Emprego Regional d) Aumento das Exportações Regionais e) Redução das desigualdades entre a região Nordeste e a demais regiões do País.</p>

Quadro 1A – Matriz de Estrutura Lógica do FNE

Fonte: Metodologia de Avaliação do FNE.

Indicadores de Execução	
Ação / Indicador	Forma de Obtenção
a) Financiamentos	
Nº Total de Operações Contratadas	Base do Ativo
Valor Financiado para Investimentos	
Valor Financiado para Custeio / Capital de Giro	
Valor Total Financiado	
Nº Total de Operações Contratadas por Porte	
Valor Total Financiado por Porte	
Nº Total de Operações Contratadas na Região Semi-árida	
Valor Total Financiado na Região Semiárida	
Nº Total de Operações Contratadas por Setor	
Valor Total Financiado por Setor	
Nº Total de Operações Contratadas por Estado	
Valor Total Financiado por Estado	
Nº de Empreendimentos Financiados com Implantação	
Nº de Empreendimentos Financiados com Ampliação	
Nº de Empreendimentos Financiados com Relocalização	
Nº de Empreendimentos Financiados com Modernização	
Valor Total Financiado para Implantação	
Valor Total Financiado para Relocalização	
Valor Total Financiado para Ampliação	
Valor Total Financiado para Custeio	
b) Produtos	
a) Nº de Empreendimentos Implantados (total, por porte, por região e por Estado)	SIAT/ Pesquisa de Campo
b) Nº de Empreendimentos Ampliados (total, por porte, por região e por Estado)	
c) Nº de Empreendimentos Modernizados (total, por porte, por região e por Estado)	
d) Nº de Empreendimentos Financiados Mantidos (total, por porte, por região e por Estado)	
e) Nº de Empreendimentos Expandidos (total, por porte, por região e por Estado)	
Indicadores de Resultados	
Resultado / Indicador	Forma de Obtenção
a) Aumento de Produção dos empreendimentos financiados	
% de aumento do valor bruto da produção dos empreendimentos financiados - Total, por porte, por região, e por estado	Pesquisa de campo / MIP
% de aumento da produção dos empreendimentos financiados - Total, por porte, por região, e por estado	
b) Empregos Gerados nos empreendimentos financiados	
Número de empregos médio por empreendimento (antes, projetado e obtido) Total, por porte, por região, e por estado	Pesquisa de campo / MIP
Empregos Diretos Gerados (Com carteira, sem carteira e temporário) Total, por porte, por região, e por estado	
Custo do Emprego Gerado (Número de empregos gerados por Valor Total dos Projetos) Total, por setor, por porte, por região, e por estado	

(continua)

Quadro 2A – Indicadores de Avaliação do FNE

(conclusão)

c) Aumento do faturamento dos Empreendimentos Financiados	
Receita bruta média (antes, projetada e obtida) Total, por porte, por região e por estado	Pesquisa de campo
% de aumento da Receita bruta - Total, por porte, por região e por estado	Pesquisa de campo
d) Melhoria nos indicadores de preservação ambiental para os projetos financiados	
% de redução da prática de queimadas na agricultura	Pesquisa de campo
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
% de empreendimentos que dão destino adequado aos resíduos sólidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam efluentes líquidos (antes e depois)	
% de empreendimentos que tratam e controlam emissões atmosféricas (antes e depois)	
% de empreendimentos com licença ambiental atualizada (antes e depois)	
e) Aumento da proporção de empreendimentos que adotam as práticas gerenciais modernas e tecnologias competitivas empresas financiadas	
% de empreendimentos que fazem controle de qualidade, seleção, classificação e/ou padronização de produtos	Pesquisa de campo
% de empreendimentos que capacitam empregados	
% de empreendimentos que fazem controle contábil de receitas e despesas	
% de empreendimentos que fazem controle informatizado da produção	
f) Ampliação de Mercado	
% da produção destinada ao mercado local média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por região, e por estado	Pesquisa de campo
% da produção destinada ao mercado estadual média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por região, e por estado	
% da produção destinada ao mercado regional/nacional média dos empreendimentos (antes e atual) Total, por porte, por região, e por estado	
Indicadores de Impactos	
Resultado / Indicador	Forma de Obtenção
a) Aumento do PIB Regional	
% de crescimento do PIB Regional - Total, por setor, por porte, por região, e por estado	IBGE
b) Aumento da Produção dos Setores financiados	
% de crescimento da produção dos principais setores financiados - Total, por porte, por região, e por estado	IBGE e Estatística setoriais
c) Aumento da Oferta de Emprego Regional	
% de Aumento estoque de emprego regional - Total, por setor, por porte, por região, e por estado	RAIS, CAGED e MIP
d) Aumento das Exportações Regionais	
% de aumento das exportações Regionais - Total, por setor, por porte, por região, e por estado	Estatísticas Oficiais de Exportações
e) Redução das desigualdades entre a região Nordeste e a demais regiões do País	
% de aumento da relação Renda per capita do Nordeste / renda per capita nacional	IBGE
% de aumento da relação PIB Nordeste / PIB nacional	

Quadro 2A – Indicadores de Avaliação do FNE

Fonte: Metodologia de Avaliação do FNE.

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
I – RURAL E AQUICULTURA/PESCA		
1. FNE RURAL		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da agropecuária regional com observância à preservação e conservação do meio ambiente e o conseqüente incremento da oferta de matérias-primas agroindustriais através de: fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva dos estabelecimentos agropecuários; diversificação das atividades e melhoramento genético dos rebanhos e culturas agrícolas com áreas selecionadas.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, diversificação e modernização de empreendimentos agropecuários, contemplando as atividades de agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, bovinocultura, bubalinocultura, ovinocaprino-cultura, avicultura, suinocultura, apicultura, sericicultura, estruturo-cultura e produção de sementes e mudas, mediante o financiamento de todos os investimentos fixos e semifixos.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produtores rurais (pessoas físicas ou jurídicas); Associações formalmente constituídas e cooperativas de produtores rurais; Incorporadores, pessoas jurídicas (projetos enquadrados como distritos privados de irrigação). <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009</p>
2. FNE AQUIPESCA		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA NO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da aquicultura e pesca através do fortalecimento e modernização da infraestrutura produtiva, uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente.</p> <p>FINALIDADE: Fortalecer e modernizar a infraestrutura produtiva dos setores de aquicultura e pesca, estimulando a sua competitividade e sustentabilidade, mediante o financiamento de todos os itens necessários à viabilização econômica dos empreendimentos, inclusive os destinados à produção de insumos, beneficiamento, preparação, comercialização e armazenamento da produção.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas e associações de produtores, que desenvolvam, ou pretendam desenvolver, atividades de aquicultura e pesca. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
3. FNE PROFROTA PESQUEIRA		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA FROTA PESQUEIRA NACIONAL 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento da frota pesqueira nacional, estimulando a competitividade do setor, o compromisso do uso sustentável de recursos pesqueiros e a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda.</p> <p>FINALIDADE: Os financiamentos concedidos no âmbito do PROFROTA pesqueira destinam-se à construção e simultânea equipagem de embarcações, à aquisição de embarcações construídas há, no máximo, 5 anos, novas ou usadas, equipadas ou não, e à modernização de embarcações.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Empresas pesqueiras industriais; Pessoas físicas equiparadas a pessoas jurídicas; Cooperativas que se dediquem à atividade pesqueira. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>

(continua)

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(continuação)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
II – INDUSTRIAL, AGROINDUSTRIAL E TURISMO		
1. FNE INDUSTRIAL		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO SETOR INDUSTRIAL DO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento do setor industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, ampliação da capacidade produtiva e inserção internacional.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, modernização e realocação com modernização de empreendimentos do setor industrial, inclusive mineração, mediante o financiamento de investimentos e capital de giro.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Empresas industriais privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), inclusive de mineração, constituídas sob as leis brasileiras. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
2. FNE AGROINDUSTRIAL		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento do segmento agroindustrial por meio da expansão, diversificação e aumento de competitividade das empresas, contribuindo para agregar valor às matérias-primas locais.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, modernização e realocação com modernização de empreendimentos agroindustriais, mediante o financiamento de investimentos.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Empresas agroindustriais (firmas individuais e pessoas jurídicas), cooperativas e associações formais de produtores que se dediquem às atividades de transformação ou beneficiamento de matérias-primas agropecuárias. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
3. FNE PROATUR		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO REGIONAL 	<p>OBJETIVO: Integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis</p> <p>FINALIDADE: Implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico, mediante o financiamento de investimentos e capital de giro</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas) as quais tenham como objetivo econômico principalmente a atividade turística desenvolvida pelos segmentos indicados a seguir: <ul style="list-style-type: none"> a) Agências de viagens e turismo e operadoras turísticas; b) Meios de hospedagem (<i>resorts</i>, hotéis, hotéis-históricos, hotéis-fazendas, barcos-hotel, pousadas, hospedarias de turismo ecológico ou ambiental, pousos rurais e alojamentos de selva); c) Transportadoras turísticas; d) Organizadoras de feiras; e) Organizadoras de congressos; f) Empresas prestadoras de serviços especializados que sejam terceirizadas e prestem serviços exclusivamente a eventos;

(continua)

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(continuação)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>g) Empresas que atuem com parques temáticos; h) Empresas que atuem com áreas de <i>camping</i>; i) Serviços de alimentação: restaurantes e lanchonetes localizados nos corredores turísticos; j) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo náutico (a exemplo de marinas); k) Empreendimentos destinados a proporcionar a prática de turismo cultural (a exemplo de museus); l) Empreendimentos destinados à realização de eventos de negócios (a exemplo de centros de convenções); m) Empreendimentos que promovam atividades de animação (a exemplo de casas de espetáculos); n) Empreendimentos destinados a proporcionar prática de ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura e de esportes; o) Empreendimentos destinados à promoção turística; p) Empresas de planejamento e consultoria turística; q) Locadoras de veículos; r) Restauração de edifícios históricos para fins turísticos.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
III – COMERCIAL E SERVIÇOS		
1. FNE COMÉRCIO & SERVIÇOS		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO PARA OS SETORES COMERCIAL E DE SERVIÇOS</p>	<p>OBJETIVO: Contribuir para o desenvolvimento e ampliação dos setores de comércio e serviços, apoiando a integração, estruturação e aumento da competitividade, especialmente de micro e pequenas empresas.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, modernização, reforma e realocização com modernização de empreendimentos do setor comercial e do setor de prestação de serviços, mediante o financiamento de investimentos e capital de giro associado.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas comerciais e prestadoras de serviço (inclusive empresários), constituídas sob leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma da lei. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(continua)

(continuação)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
IV – INFRAESTRUTURA		
1. FNE PROINFRA		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DA REGIÃO NORDESTE 	<p>OBJETIVO: Promover a ampliação dos serviços de infraestrutura econômica, dando sustentação às atividades produtivas da região.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, modernização, reforma e realocação de empreendimentos de fornecimento de serviços de infraestrutura econômica não-governamental, relacionados com a geração e distribuição de energia de fontes convencionais, recursos hídricos, saneamento básico, transportes e logística, telecomunicações, instalação de gasodutos e produção de gás, mediante financiamento de investimentos e capital de giro associado.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Pessoas jurídicas e firmas individuais; Consórcios de empresas constituídas para a finalidade de conduzir o empreendimento financiado; Empresas públicas não-dependentes de transferências financeiras do poder público, nos empreendimentos considerados prioritários para a economia, em decisão do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
V – PROGRAMAS ESPECIAIS		
1. FNE PRODETEC		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO 	<p>OBJETIVO: Acelerar o processo de desenvolvimento, com ênfase na difusão, geração e incorporação de inovações tecnológicas e na promoção da eficiência e competitividade de empreendimentos urbanos e rurais.</p> <p>FINALIDADE: Acelerar o processo de desenvolvimento tecnológico, com ênfase na difusão tecnológica, na geração e incorporação de inovações tecnológicas e na promoção da eficiência e da competitividade das empresas e dos produtores rurais nordestinos, por meio do financiamento de inversões.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Empresas privadas (firmas individuais e pessoas jurídicas), constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País, na forma da lei, bem como os produtores rurais, atendidos individualmente ou por meio de suas entidades associativas. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
2. FNE-VERDE		
<ul style="list-style-type: none"> PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À CONSERVAÇÃO E CONTROLE DO MEIO AMBIENTE 	<p>OBJETIVO: Promover o desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação e/ou recuperação do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e competitividade das empresas e das cadeias produtivas.</p> <p>FINALIDADE: Financiar itens de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem ou estimulem a preservação, conservação e/ou o controle do meio ambiente, com foco na sustentabilidade e contribuindo para a competitividade das empresas e das cadeias produtivas.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> Produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam em linhas gerais: <ol style="list-style-type: none"> Projetos de fabricação e/ou comercialização de produtos ou serviços direcionados ao controle da poluição ambiental em quaisquer de suas formas (hídrica, do solo, do ar, sonora, radioativa, etc.) Ou para utilização eficiente de recursos naturais e energia;

(continua)

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(continuação)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>b) Projetos cujos produtos e serviços apresentam um diferencial de ganho ambiental dentro dos setores dos quais fazem parte;</p> <p>c) Projetos de uso racional de recursos naturais e energia, de disposição e tratamento de resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), de controle da geração de ruídos, de construção civil com eficiência ecológica e semelhantes;</p> <p>d) Projetos de recuperação da qualidade ambiental em espaços territoriais;</p> <p>e) Projetos de manejo florestal e de reflorestamento, inclusive para fins econômicos (produtos e serviços florestais);</p> <p>f) Projetos para implantação de melhorias ambientais em seus processos produtivos ou que precisam atender requisitos legais para regularização de suas atividades.</p> <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
3. FNE PROCULTURA		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO DA CULTURA</p>	<p>OBJETIVO: Estruturar e desenvolver a economia da cultura, integrando e induzindo a produção, circulação e comercialização de produtos culturais, em reconhecimento às especificidades locais e regionais, contribuindo para o aumento da oferta de empregos na Região.</p> <p>FINALIDADE: Proporcionar apoio creditício à economia da cultura regional, a qual abriga os setores que envolvem criação artística ou intelectual, assim como os produtos e serviços ligados à fruição e difusão da cultura.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (empresários registrados na junta comercial e pessoas jurídicas), exclusive fundações, conforme a seguir: <ul style="list-style-type: none"> a) Produtoras de espetáculos de artes cênicas; b) Produtoras de espetáculos de música; c) Produtoras, gravadoras, editoras e distribuidoras de discos (CDs, DVDs) e outras mídias; d) Produtoras de audiovisual; e) Produtoras de artes visuais; f) Editoras de livros e outras publicações, excluindo jornais e revistas; g) Salas de exibição, casas de espetáculos, teatros, galerias de arte; h) Museus, bibliotecas, centros culturais; i) Comerciantes atacadistas e varejistas de produtos culturais, excluindo bancas de revistas; j) Fabricantes de instrumentos e acessórios musicais; k) Escolas de artes cênicas, de música, de audiovisual, de artes visuais, de literatura e de restauração de patrimônio histórico.

(continua)

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(continuação)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
		<p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
4. FNE PRÓ-RECUPERAÇÃO AMBIENTAL		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À REGULARI- ZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE RESER- VA LEGAL E DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS</p>	<p>OBJETIVO: regularizar e recuperar áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, em atendimento às seguintes diretrizes:</p> <p>a) Promoção do desenvolvimento de atividades produtivas que propiciem ou estimulem a recuperação de reserva legal ou área de preservação ambiental;</p> <p>b) Incentivo ao produtor rural para se ajustar à legislação ambiental vigente;</p> <p>c) Estímulo à implantação de sistemas produtivos sustentáveis, priorizando a recuperação de áreas degradadas;</p> <p>d) Disseminação do conceito de agronegócio responsável e sustentável, agregando características de eficiência, boas práticas de produção, responsabilidade social e preservação ambiental.</p> <p>FINALIDADE: Financiar investimentos, compreendendo a aquisição e realização de bens e serviços necessários à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, além dos gastos necessários ao atendimento dos requisitos básicos</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtores rurais e empresas rurais, industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, cooperativas e associações legalmente constituídas que desenvolvam projetos de regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>
5. FNE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS		
<p>▪ PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS MPES</p>	<p>OBJETIVO: Fomentar o desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MPes), contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade do segmento.</p> <p>FINALIDADE: Implantação, expansão, modernização e realocação com modernização de empreendimentos de microempresas e de empresas de pequeno porte dos setores industrial, inclusive mineração, agroindustrial, de turismo, comercial e de prestação de serviços, inclusive empreendimentos culturais e a produção, circulação, divulgação e comercialização de produtos e serviços culturais, mediante o financiamento de investimentos e capital de giro</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresas privadas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial), classificadas como micro-empresa ou empresa de pequeno porte, segundo os critérios da lei geral das MPes. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Todos os bens e serviços necessários à viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 5.3, (restrições do FNE), que consta na programação do FNE 2009.</p>

(continua)

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

(conclusão)

PROGRAMAS	OBJETIVO/ FINALIDADE	BENEFICIÁRIOS/ITENS FINANCIÁVEIS
6. PRONAF ¹		
<p>▪ PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</p>	<p>OBJETIVO: Destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, observadas as condições estabelecidas, entendendo-se por atividades não- agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.</p> <p>FINALIDADE: Os créditos do PRONAF podem destinar-se a custeio, investimento ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção.</p>	<p>BENEFICIÁRIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • São beneficiárias do PRONAF, as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovarem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF-DAP. <p>ITENS FINANCIÁVEIS: Investimento e Custeio.</p>

Quadro 3.A – FNE – Programas Passíveis de Financiamento

Fonte: Elaboração Própria do Autor a partir da Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). 2009 (Objetivos e Beneficiários/Itens Financiáveis), do Manual Básico de Operações de Crédito do BNB (Finalidade) e do Manual de Crédito Rural do Banco Central (MCR) – (PRONAF).

Tabela 1A – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Semi-árida – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	33.444	3.950	3.680	49.686	25.780	116.540	3,9
Bahia	257.833	1.374	92.949	-	131.830	483.986	16,0
Ceará	249.379	784	279.406	-	195.034	724.603	24,0
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	0,0
Maranhão	-	-	-	-	-	-	0,0
Minas Gerais	121.531	880	6.962	-	24.109	153.482	5,1
Paraíba	56.556	4.646	30.068	8.000	65.222	164.492	5,4
Pernambuco	168.483	14.534	52.414	234.410	116.789	586.630	19,4
Piauí	88.620	3.351	2.151	-	21.393	115.515	3,8
Rio Grande do Norte	113.275	9.960	289.687	76.171	103.994	593.087	19,6
Sergipe	55.515	3.177	13.163	-	12.227	84.082	2,8
Total	1.144.636	42.656	770.480	368.267	696.378	3.022.417	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

¹ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) segue regras específicas, estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), podendo sobrepor-se às condições estabelecidas neste documento para os programas do FNE.

Tabela 2A – FNE – Contratações ⁽¹⁾ por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial/ Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/ Total (%)
Alagoas	69.921	155.376	24.897	-	106.359	356.553	6,1
Bahia	580.783	8.507	154.624	290.157	273.420	1.307.491	22,5
Ceará	81.186	15.190	192.429	314.189	237.185	840.179	14,5
Espírito Santo	66.822	18.086	4.352	-	21.600	110.860	1,9
Maranhão	528.409	47.581	99.032	364.480	302.334	1.341.836	23,1
Minas Gerais	91.321	-	2.982	-	38.043	132.346	2,3
Paraíba	30.816	3.194	26.332	59.010	49.872	169.224	2,9
Pernambuco	42.409	9.432	353.066	285.029	107.313	797.249	13,7
Piauí	178.254	1.878	20.304	-	143.773	344.209	5,9
Rio Grande do Norte	5.711	1.451	13.174	-	43.274	63.610	1,1
Sergipe	47.605	63.599	126.107	23.352	92.131	352.794	6,1
Total	1.723.237	324.294	1.017.299	1.336.217	1.415.304	5.816.351	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratação” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Tabela 3A – FNE – Contratações por Estado e Zona Climática – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Estado	Semi-árido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%)
Alagoas	116.540	356.553	473.093	5,4
Bahia	483.986	1.307.491	1.791.477	20,3
Ceará	724.603	840.179	1.564.782	17,7
Espírito Santo	0	110.860	110.860	1,3
Maranhão	0	1.341.836	1.341.836	15,2
Minas Gerais	153.482	132.346	285.828	3,2
Paraíba	164.492	169.224	333.716	3,8
Pernambuco	586.630	797.249	1.383.879	15,7
Piauí	115.515	344.209	459.724	5,2
Rio Grande do Norte	593.087	63.610	656.697	7,4
Sergipe	84.082	352.794	436.876	4,9
Total	3.022.417	5.816.351	8.838.768	100,0

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 4A – FNE – Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática – Posição: 31.12.2009
Valores em R\$ mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%) de (A)
Ativo Total (A)	14.727.464	14.727.464	29.454.928	100,0
Recursos Comprometidos (B)	11.512.957	17.667.667	29.180.624	99,1
Recursos Aplicados	10.469.009	15.435.091	25.904.100	87,9
Operações de Crédito	10.984.075	15.365.138	26.349.213	89,5
Provisão para Operações de Crédito	(875.724)	(424.625)	(1.300.349)	(4,4)
Relações Interfinanceiras	358.924	492.151	851.075	2,9
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	693	970	1.663	-
Outros Créditos	1.041	1.457	2.498	-
Recursos Comprometidas c/Op. Crédito	1.043.948	2.232.576	3.276.524	11,1
Disponibilidade a Comprometer (C) = (A - B)	3.214.507	(2.940.203)	274.304	0,9
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	167.700	358.640	526.340	1,8
Demanda nas Agências (E)	2.005.925	2.980.575	4.986.500	16,9
Disponibilidade Livre (F) = (C - D - E)	1.040.882	(6.279.418)	(5.238.536)	(17,8)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Tabela 5A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Estados	Contratações Setor Rural (A)	PIB Setor Primário (B) ²	A / B (%)
Alagoas	103.365	1.246.470	8,3
Bahia	838.616	9.401.207	8,9
Ceará	330.565	3.128.242	10,6
Espírito Santo ⁽¹⁾	66.822	2.928.508	2,3
Maranhão	528.409	6.027.297	8,8
Minas Gerais ⁽¹⁾	212.852	2.481.817	8,6
Paraíba	87.372	1.278.715	6,8
Pernambuco	210.893	2.908.493	7,3
Piauí	266.874	1.183.936	22,5
Rio Grande do Norte	118.986	1.174.302	10,1
Sergipe	103.120	800.571	12,9
Total	2.867.874	32.559.559	8,8

Fonte: BNB/ETENE/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, a partir dos dados das Contas Regionais 2003-2007 (IBGE), no caso do PIB, e BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito, no que se refere às contratações.

Nota: (1) Para efeito de cálculo do PIB, os valores para estes estados representam os somatórios do PIB Setorial dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo pertencentes à área de atuação do BNB, conforme dados municipais disponibilizados pelo IBGE. (2) O PIB de 2007 foi atualizado para 2008 pelo deflator implícito do Brasil, último disponibilizado pelo IBGE. Sendo o deflator implícito do PIB um índice, a atualização de 2008 para 2009 foi feita pelo INPC de 2009.

Tabela 6A – FNE – Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Estado	Contratações Setor Industrial/ Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B) ²	A / B (%)
Alagoas	28.577	4.477.390	0,6
Bahia	247.574	30.638.014	0,8
Ceará	471.835	11.902.842	4,0
Espirito Santo ⁽¹⁾	4.352	2.148.497	0,2
Maranhão	99.032	5.784.853	1,7
Minas Gerais ⁽¹⁾	9.943	3.300.595	0,3
Paraíba	56.400	5.104.372	1,1
Pernambuco	405.480	13.381.622	3,0
Piauí	22.454	2.440.519	0,9
Rio Grande do Norte	302.861	5.567.948	5,4
Sergipe	139.271	5.306.251	2,6
Total	1.787.779	90.052.902	2,0

Fonte: BNB/ETENE/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas, a partir dos dados das Contas Regionais 2003-2007 (IBGE), no caso do PIB, e BNB/Ambiente de Controle de Operações de Crédito, no que se refere às contratações.

Nota: (1) Para efeito de cálculo do PIB, os valores para estes estados representam os somatórios do PIB Setorial dos municípios do Norte de Minas Gerais e do Norte do Espírito Santo pertencentes à área de atuação do BNB, conforme dados municipais disponibilizados pelo IBGE. (2) O PIB de 2007 foi atualizado para 2008 pelo deflator implícito do Brasil, último disponibilizado pelo IBGE. Sendo o deflator implícito do PIB um índice, a atualização de 2008 para 2009 foi feita pelo INPC de 2009.

Tabela 7A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil

Risco	Aplicações	Inadimplência	%
Exclusivo FNE	5.814.167	453.396	7,8
Compartilhado FNE / BNB	20.134.532	427.222	2,1
PROCERA	243.430	77.073	31,7
Integral BNB	157.084	2531	-
TOTAL	26.349.213	960.222	3,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 8A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa e Programa – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil

Estado	Rural	Industrial	Agroindustrial	Turismo	Programas Especiais			Comércio /Serviços	Comércio e Serviços	Infraestrutura	Financ. à Exportação	Total
					Programa da Terra	Outros-Rural	Industrial					
Alagoas	399.822	313.132	226.555	31.814	31.380	222.615	332	-	121.604	-	66.927	1.414.181
Bahia	2.201.736	917.395	68.259	113.528	44.522	976.447	13	-	447.814	1.236.378	58.618	6.064.710
Ceará	1.087.846	1.137.405	181.215	84.739	19.389	626.964	450	-	718.176	790.281	208.616	4.855.081
Espírito Santo	139.614	17.942	63.264	391	-	28.105	-	-	43.865	-	19.214	312.395
Maranhão	1.071.670	396.852	222.207	35.914	30.143	623.968	370	-	320.427	273.164	81.204	3.055.919
Minas Gerais	888.518	66.038	9.105	1.772	4.227	294.278	1.275	-	92.320	12.494	-	1.370.027
Paraíba	287.326	307.626	23.895	3.904	27.646	230.034	189	-	231.862	97.164	3.375	1.213.021
Pernambuco	862.987	777.211	59.007	20.041	37.744	582.633	724	-	543.948	865.419	58.294	3.808.008
Piauí	667.457	68.240	13.807	9.072	1.130	440.905	291	-	213.204	-	2.529	1.416.635
Rio de Janeiro ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99.074	-	99.074
Rio Grande do Norte	410.541	142.031	31.082	33.197	21.627	313.156	619	-	224.685	201.532	15.738	1.394.208
Sergipe	432.470	202.319	202.876	43.529	25.624	238.224	1.677	-	189.460	-	9.775	1.345.954
Total	8.449.987	4.346.191	1.101.272	377.901	243.432	4.577.329	5.940	0	3.147.365	3.575.506	524.290	26.349.213

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Nota: (1) Valor contratado na Agência Rio de Janeiro, mas o desembolso efetuado no município de São Luís-MA.

Tabela 9A – FNE – Saldos de Aplicações por Unidade Federativa e Porte de Tomadores – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil

Estado	Cooperativas/ Associações	Micro e Mini	Pequeno	Médio	Grande	Total
Alagoas	67.725	418.005	117.687	166.954	643.810	1.414.181
Bahia	62.630	1.543.978	530.698	731.922	3.195.482	6.064.710
Ceará	63.929	1.138.513	486.317	806.154	2.360.193	4.855.106
Espírito Santo	-	57.925	33.065	68.965	152.440	312.395
Maranhão	21.651	818.887	222.541	321.577	1.671.241	3.055.897
Minas Gerais	28.454	514.933	251.730	192.244	382.660	1.370.021
Paraíba	23.787	420.888	155.671	204.012	408.663	1.213.021
Pernambuco	38.726	908.939	265.104	524.260	2.070.979	3.808.008
Piauí	41.127	634.004	186.666	145.806	409.036	1.416.639
Rio de Janeiro ⁽¹⁾	-	-	-	-	99.074	99.074
Rio Grande do Norte	65.076	452.825	214.657	221.332	440.317	1.394.207
Sergipe	5.595	459.693	206.967	309.256	364.443	1.345.954
Total	418.700	7.368.590	2.671.103	3.692.482	12.198.338	26.349.213

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Valor contratado na Agência Rio de Janeiro, mas o desembolso efetuado no município de São Luís-MA.

Tabela 10A – FNE – Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil

Porte	Rural	Industrial	Agroindustrial	Turismo	Programas Especiais			Outros Com/Serv	Comércio e Serviços	Infraestrutura	Financ. à Exportação	Total
					Programa da Terra	Outros-Rural	Outros Industrial					
Cooperativas/ Assoc	263.306	7.685	31.271	-	55.501	53.749	2.466	-	4.175	-	547	418.700
Mini/Micro	2.311.835	147.366	2.526	10.666	136.009	4.508.986	3.113	-	248.089	-	-	7.368.590
Pequeno	1.363.477	663.401	42.109	75.280	51.922	14.594	361	-	458.496	-	1.463	2.671.103
Médio	1.127.789	830.231	256.155	271.896	-	-	-	-	1.098.941	89.870	17.600	3.692.482
Grande	3.383.580	2.697.508	769.211	20.059	-	-	-	-	1.337.664	3.485.636	504.680	12.198.338
Total	8.449.987	4.346.191	1.101.272	377.901	243.432	4.577.329	5.940	0	3.147.365	3.575.506	524.290	26.349.213

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
AL	AGUA BRANCA	DINÂMICA	4.502	509	0,1
	ANADIA	BAIXA RENDA	1.533	60	0,0
	ARAPIRACA	BAIXA RENDA	100.004	1.281	0,1
	ATALAIA	BAIXA RENDA	2.955	457	0,1
	BARRA DE SANTO ANTONIO	ALTA RENDA	803	68	0,0
	BARRA DE SAO MIGUEL	ALTA RENDA	4.747	94	0,0
	BATALHA	DINÂMICA	19.244	2.455	0,3
	BELEM	BAIXA RENDA	688	20	0,0
	BELO MONTE	DINÂMICA	6.314	559	0,1
	BOCA DA MATA	BAIXA RENDA	16.139	116	0,0
	BRANQUINHA	BAIXA RENDA	13.261	1.475	0,2
	CACIMBINHAS	BAIXA RENDA	13.110	451	0,1
	CAJUEIRO	BAIXA RENDA	545	127	0,0
	CAMPESTRE	BAIXA RENDA	1	1	0,0
	CAMPO ALEGRE	BAIXA RENDA	849	0	0,0
	CAMPO GRANDE	BAIXA RENDA	1.424	205	0,0
	CANAPI	DINÂMICA	18.867	2.347	0,2
	CAPELA	BAIXA RENDA	2.264	395	0,0
	CARNEIROS	DINÂMICA	2.456	167	0,0
	CHA PRETA	DINÂMICA	7.644	394	0,0
	COITE DO NOIA	BAIXA RENDA	1.409	65	0,0
	COLONIA LEOPOLDINA	BAIXA RENDA	434	29	0,0
	COQUEIRO SECO	ALTA RENDA	27	7	0,0
	CORURIBE	BAIXA RENDA	127.352	1.418	0,2
	CRAIBAS	BAIXA RENDA	8.870	650	0,1
	DELMIRO GOUVEIA	BAIXA RENDA	40.045	1.004	0,1
	DOIS RIACHOS	DINÂMICA	2.536	271	0,0
	ESTRELA DE ALAGOAS	BAIXA RENDA	5.887	363	0,0
	FEIRA GRANDE	BAIXA RENDA	5.704	351	0,0
	FELIZ DESERTO	BAIXA RENDA	768	5	0,0
	FLEXEIRAS	BAIXA RENDA	988	64	0,0
	GIRAU DO PONCIANO	BAIXA RENDA	16.488	2.233	0,2
	IBATEGUARA	DINÂMICA	3.682	173	0,0
	IGACI	BAIXA RENDA	5.488	173	0,0
IGREJA NOVA	BAIXA RENDA	13.611	948	0,1	
INHAPI	DINÂMICA	8.235	618	0,1	

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	JACARE DOS HOMENS	DINÂMICA	6.230	474	0,1
	JACUIPE	BAIXA RENDA	3.762	684	0,1
	JAPARATINGA	BAIXA RENDA	804	77	0,0
	JARAMATAIA	DINÂMICA	2.925	335	0,0
	JEQUIA DA PRAIA	BAIXA RENDA	247	15	0,0
	JOAQUIM GOMES	BAIXA RENDA	3.987	384	0,0
	JUNDIA	BAIXA RENDA	286	32	0,0
	JUNQUEIRO	BAIXA RENDA	10.324	240	0,0
	LAGOA DA CANOA	BAIXA RENDA	1.864	86	0,0
	LIMOEIRO DE ANADIA	BAIXA RENDA	2.673	154	0,0
	MACEIO	ALTA RENDA	394.015	1.641	0,2
	MAJOR ISIDORO	DINÂMICA	10.493	659	0,1
	MAR VERMELHO	BAIXA RENDA	1.584	13	0,0
	MARAGOGI	BAIXA RENDA	9.004	1.406	0,2
	MARAVILHA	DINÂMICA	5.804	667	0,1
	MARECHAL DEODORO	ALTA RENDA	130.060	1.858	0,2
	MARIBONDO	BAIXA RENDA	1.800	46	0,0
	MATA GRANDE	DINÂMICA	11.216	938	0,1
	MATRIZ DE CAMARAGIBE	BAIXA RENDA	1.921	405	0,0
	MESSIAS	BAIXA RENDA	84	4	0,0
	MINADOR DO NEGRAO	BAIXA RENDA	7.656	465	0,1
	MONTEIROPOLIS	DINÂMICA	2.418	188	0,0
	MURICI	BAIXA RENDA	7.551	424	0,0
	NOVO LINO	BAIXA RENDA	331	22	0,0
	OLHO D'AGUA DAS FLORES	DINÂMICA	11.195	305	0,0
	OLHO D'AGUA DO CASADO	BAIXA RENDA	6.684	612	0,1
	OLHO D'AGUA GRANDE	DINÂMICA	4.025	273	0,0
	OLIVENCA	DINÂMICA	7.165	672	0,1
	OURO BRANCO	DINÂMICA	5.788	381	0,0
	PALESTINA	DINÂMICA	148	3	0,0
	PALMEIRA DOS INDIOS	BAIXA RENDA	22.632	803	0,1
	PAO DE ACUCAR	DINÂMICA	14.861	1.519	0,2
	PARICONHA	DINÂMICA	1.311	274	0,0
	PARIPUEIRA	ALTA RENDA	83	1	0,0
	PASSO DE CAMARAGIBE	BAIXA RENDA	863	87	0,0
	PAULO JACINTO	BAIXA RENDA	1.537	34	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PENEDO	BAIXA RENDA	40.434	1.044	0,1
	PIACABUCU	BAIXA RENDA	3.204	206	0,0
	PILAR	ALTA RENDA	1.110	131	0,0
	PINDOBA	DINÂMICA	725	16	0,0
	PIRANHAS	BAIXA RENDA	8.847	590	0,1
	POCO DAS TRINCHEIRAS	DINÂMICA	7.216	618	0,1
	PORTO CALVO	BAIXA RENDA	12.021	7.144	0,7
	PORTO DE PEDRAS	BAIXA RENDA	2.141	105	0,0
	PORTO REAL DO COLEGIO	BAIXA RENDA	9.245	596	0,1
	QUEBRANGULO	BAIXA RENDA	5.082	179	0,0
	RIO LARGO	ALTA RENDA	161	1	0,0
	ROTEIRO	BAIXA RENDA	669	8	0,0
	SANTA LUZIA DO NORTE	ALTA RENDA	142	3	0,0
	SANTANA DO IPANEMA	DINÂMICA	23.483	2.917	0,3
	SANTANA DO MUNDAU	DINÂMICA	11.643	799	0,1
	SAO BRAS	DINÂMICA	2.372	110	0,0
	SAO JOSE DA LAJE	DINÂMICA	12.473	1.270	0,1
	SAO JOSE DA TAPERA	DINÂMICA	21.573	2.639	0,3
	SAO LUIS DO QUITUNDE	BAIXA RENDA	4.224	836	0,1
	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	BAIXA RENDA	16.715	330	0,0
	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	BAIXA RENDA	1.044	66	0,0
	SAO SEBASTIAO	BAIXA RENDA	21.988	1.154	0,1
	SATUBA	ALTA RENDA	218	6	0,0
	SENADOR RUI PALMEIRA	DINÂMICA	7.483	835	0,1
	TANQUE D'ARCA	BAIXA RENDA	1.027	423	0,0
	TAQUARANA	BAIXA RENDA	2.225	205	0,0
	TEOTONIO VILELA	BAIXA RENDA	3.330	58	0,0
	TRAIPU	DINÂMICA	17.946	2.335	0,2
	UNIAO DOS PALMARES	DINÂMICA	101.849	8.838	0,9
	VICOSA	DINÂMICA	9.168	759	0,1
BA	ABAIRA	DINÂMICA	12.470	48	0,0
	ABARE	DINÂMICA	14.164	1.547	0,2
	ACAJUTIBA	ESTAGNADA	3.609	59	0,0
	ADUSTINA	BAIXA RENDA	21.151	693	0,1
	AGUA FRIA	ESTAGNADA	1.428	101	0,0
	AIQUARA	ESTAGNADA	998	140	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	ALAGOINHAS	ESTAGNADA	57.987	412	0,0
	ALCOBACA	ESTAGNADA	6.980	293	0,0
	ALMADINA	ESTAGNADA	2.400	105	0,0
	AMARGOSA	ESTAGNADA	4.729	232	0,0
	AMELIA RODRIGUES	ESTAGNADA	396	9	0,0
	AMERICA DOURADA	ESTAGNADA	7.754	822	0,1
	ANAGE	ESTAGNADA	3.577	221	0,0
	ANDARAI	DINÂMICA	12.589	1.803	0,2
	ANDORINHA	ESTAGNADA	3.545	161	0,0
	ANGICAL	DINÂMICA	14.890	2.507	0,3
	ANGUERA	ESTAGNADA	727	65	0,0
	ANTAS	BAIXA RENDA	4.078	128	0,0
	ANTONIO CARDOSO	ESTAGNADA	1.072	23	0,0
	ANTONIO GONCALVES	ESTAGNADA	1.306	59	0,0
	APORA	ESTAGNADA	4.107	350	0,0
	APUAREMA	ESTAGNADA	698	101	0,0
	ARACAS	ESTAGNADA	2.051	140	0,0
	ARACATU	ESTAGNADA	2.555	106	0,0
	ARACI	ESTAGNADA	7.651	461	0,1
	ARAMARI	ESTAGNADA	504	69	0,0
	ARATAÇA	ESTAGNADA	8.365	1.210	0,1
	ARATUIPE	ESTAGNADA	814	48	0,0
	AURELINO LEAL	ESTAGNADA	3.050	275	0,0
	BAIANOPOLIS	DINÂMICA	9.668	482	0,1
	BAIXA GRANDE	BAIXA RENDA	6.813	195	0,0
	BANZAE	BAIXA RENDA	3.724	173	0,0
	BARRA	DINÂMICA	10.301	2.862	0,3
	BARRA DA ESTIVA	DINÂMICA	11.367	777	0,1
	BARRA DO CHOCA	ESTAGNADA	11.709	502	0,1
	BARRA DO MENDES	ESTAGNADA	891	27	0,0
	BARRA DO ROCHA	ESTAGNADA	2.450	41	0,0
	BARREIRAS	DINÂMICA	149.374	1.896	0,2
	BARRO ALTO	ESTAGNADA	1.755	68	0,0
	BARRO PRETO	ESTAGNADA	1.073	98	0,0
	BARROCAS	ESTAGNADA	668	55	0,0
	BELMONTE	ESTAGNADA	5.567	305	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BELO CAMPO	ESTAGNADA	1.207	66	0,0
	BIRITINGA	ESTAGNADA	2.814	397	0,0
	BOA NOVA	ESTAGNADA	2.274	156	0,0
	BOA VISTA DO TUPIM	BAIXA RENDA	21.938	1.580	0,2
	BOM JESUS DA LAPA	BAIXA RENDA	55.639	4.236	0,4
	BOM JESUS DA SERRA	ESTAGNADA	1.922	35	0,0
	BONINAL	DINÂMICA	973	33	0,0
	BONITO	DINÂMICA	29.968	749	0,1
	BOQUIRA	DINÂMICA	1.969	25	0,0
	BOTUPORA	DINÂMICA	552	13	0,0
	BREJOES	ESTAGNADA	6.070	487	0,1
	BREJOLANDIA	DINÂMICA	17.320	1.748	0,2
	BROTAS DE MACAUBAS	DINÂMICA	4.962	455	0,1
	BRUMADO	ESTAGNADA	6.978	287	0,0
	BUERAREMA	ESTAGNADA	3.920	317	0,0
	BURITIRAMA	DINÂMICA	5.395	550	0,1
	CAATIBA	ESTAGNADA	2.532	108	0,0
	CABACEIRAS DO PARAGUACU	ESTAGNADA	2.351	88	0,0
	CACHOEIRA	ESTAGNADA	1.588	280	0,0
	CACULE	ESTAGNADA	4.673	216	0,0
	CAEM	ESTAGNADA	3.347	160	0,0
	CAETANOS	ESTAGNADA	3.218	176	0,0
	CAETITE	ESTAGNADA	6.518	378	0,0
	CAFARNAUM	ESTAGNADA	5.876	455	0,1
	CAIRU	ESTAGNADA	170.735	64	0,0
	CALDEIRAO GRANDE	ESTAGNADA	1.509	124	0,0
	CAMACAN	ESTAGNADA	6.126	561	0,1
	CAMACARI	ALTA RENDA	491.885	885	0,1
	CAMAMU	ESTAGNADA	9.322	1.013	0,1
	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	ESTAGNADA	11.158	966	0,1
	CAMPO FORMOSO	ESTAGNADA	17.698	1.945	0,2
	CANAPOLIS	DINÂMICA	3.277	118	0,0
	CANARANA	ESTAGNADA	4.910	322	0,0
	CANAVIEIRAS	ESTAGNADA	20.893	2.490	0,3
	CANDEAL	ESTAGNADA	844	43	0,0
	CANDEIAS	ALTA RENDA	25.484	156	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	CANDIBA	ESTAGNADA	2.483	179	0,0
	CANDIDO SALES	ESTAGNADA	3.399	139	0,0
	CANSANCAO	BAIXA RENDA	5.834	470	0,1
	CANUDOS	BAIXA RENDA	3.381	371	0,0
	CAPELA DO ALTO ALEGRE	ESTAGNADA	1.063	47	0,0
	CAPIM GROSSO	ESTAGNADA	2.207	169	0,0
	CARAIBAS	ESTAGNADA	2.063	71	0,0
	CARAVELAS	ESTAGNADA	6.600	234	0,0
	CARDEAL DA SILVA	BAIXA RENDA	1.061	5	0,0
	CARINHANHA	BAIXA RENDA	24.782	1.977	0,2
	CASA NOVA	ESTAGNADA	71.500	3.871	0,4
	CASTRO ALVES	ESTAGNADA	5.128	82	0,0
	CATOLANDIA	DINÂMICA	5.876	238	0,0
	CATU	ESTAGNADA	1.613	130	0,0
	CATURAMA	DINÂMICA	1.265	67	0,0
	CENTRAL	ESTAGNADA	3.864	372	0,0
	CHORROCHO	DINÂMICA	20.576	2.202	0,2
	CICERO DANTAS	BAIXA RENDA	16.912	643	0,1
	CIPO	BAIXA RENDA	1.521	82	0,0
	COARACI	ESTAGNADA	2.393	201	0,0
	COCOS	DINÂMICA	23.582	3.493	0,4
	CONCEICAO DA FEIRA	ESTAGNADA	11.933	62	0,0
	CONCEICAO DO ALMEIDA	ESTAGNADA	1.305	65	0,0
	CONCEICAO DO COITE	ESTAGNADA	5.277	247	0,0
	CONCEICAO DO JACUIPE	ESTAGNADA	802	64	0,0
	CONDE	BAIXA RENDA	4.893	753	0,1
	CONDEUBA	ESTAGNADA	2.491	88	0,0
	CONTENDAS DO SINCORA	DINÂMICA	4.890	125	0,0
	CORACAO DE MARIA	ESTAGNADA	1.298	74	0,0
	CORDEIROS	ESTAGNADA	1.108	31	0,0
	CORIBE	DINÂMICA	30.302	1.686	0,2
	CORONEL JOAO SA	DINÂMICA	11.851	430	0,0
	CORRENTINA	DINÂMICA	95.174	2.025	0,2
	COTEGIPE	DINÂMICA	14.020	678	0,1
	CRAVOLANDIA	ESTAGNADA	13.183	339	0,0
	CRISOPOLIS	ESTAGNADA	9.399	529	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	CRISTOPOLIS	DINÂMICA	2.736	168	0,0
	CRUZ DAS ALMAS	ESTAGNADA	2.902	79	0,0
	CURACA	ESTAGNADA	20.298	1.339	0,1
	DARIO MEIRA	ESTAGNADA	1.202	133	0,0
	DIAS D'AVILA	ALTA RENDA	3.416	139	0,0
	DOM BASILIO	DINÂMICA	4.500	200	0,0
	DOM MACEDO COSTA	ESTAGNADA	364	9	0,0
	ELISIO MEDRADO	ESTAGNADA	1.361	40	0,0
	ENCRUZILHADA	ESTAGNADA	14.425	638	0,1
	ENTRE RIOS	BAIXA RENDA	3.921	440	0,1
	ERICO CARDOSO	DINÂMICA	662	2	0,0
	ESPLANADA	BAIXA RENDA	6.914	653	0,1
	EUCLIDES DA CUNHA	BAIXA RENDA	14.871	3.798	0,4
	EUNAPOLIS	ESTAGNADA	22.221	739	0,1
	FATIMA	BAIXA RENDA	3.818	206	0,0
	FEIRA DA MATA	BAIXA RENDA	9.435	635	0,1
	FEIRA DE SANTANA	ESTAGNADA	342.483	4.873	0,5
	FILADELFIA	ESTAGNADA	3.678	128	0,0
	FIRMINO ALVES	ESTAGNADA	1.305	21	0,0
	FLORESTA AZUL	ESTAGNADA	1.711	213	0,0
	FORMOSA DO RIO PRETO	DINÂMICA	100.857	1.481	0,2
	GANDU	ESTAGNADA	2.297	125	0,0
	GAVIAO	ESTAGNADA	1.938	107	0,0
	GENTIO DO OURO	ESTAGNADA	981	89	0,0
	GLORIA	DINÂMICA	10.127	994	0,1
	GONGOGI	ESTAGNADA	363	26	0,0
	GOVERNADOR MANGABEIRA	ESTAGNADA	1.899	40	0,0
	GUAJERU	ESTAGNADA	1.340	38	0,0
	GUANAMBI	ESTAGNADA	10.672	209	0,0
	GUARATINGA	ESTAGNADA	12.019	183	0,0
	HELIOPOLIS	BAIXA RENDA	5.128	311	0,0
	IACU	BAIXA RENDA	14.261	432	0,0
	IBIASSUCE	ESTAGNADA	2.896	92	0,0
	IBICARAI	ESTAGNADA	4.001	286	0,0
	IBICOARA	DINÂMICA	58.402	462	0,1
	IBICUI	ESTAGNADA	17.558	159	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	IBIPEBA	ESTAGNADA	7.417	732	0,1
	IBIPITANGA	DINÂMICA	1.051	66	0,0
	IBIQUERA	BAIXA RENDA	3.142	382	0,0
	IBIRAPITANGA	ESTAGNADA	3.244	178	0,0
	IBIRAPUA	ESTAGNADA	11.169	140	0,0
	IBIRATAIA	ESTAGNADA	2.835	89	0,0
	IBITIARA	DINÂMICA	1.852	148	0,0
	IBITITA	ESTAGNADA	7.573	737	0,1
	IBOTIRAMA	DINÂMICA	6.696	810	0,1
	ICHU	ESTAGNADA	565	45	0,0
	IGAPORA	ESTAGNADA	3.146	197	0,0
	IGRAPIUNA	ESTAGNADA	7.906	378	0,0
	IGUAI	ESTAGNADA	6.831	390	0,0
	ILHEUS	ESTAGNADA	21.833	1.838	0,2
	INHAMBUPE	ESTAGNADA	15.547	1.175	0,1
	IPECAETA	ESTAGNADA	1.360	64	0,0
	IPIAU	ESTAGNADA	2.729	73	0,0
	IPIRA	ESTAGNADA	16.654	1.060	0,1
	IPIUPIARA	DINÂMICA	2.950	415	0,0
	IRAJUBA	ESTAGNADA	1.789	31	0,0
	IRAMAIA	ESTAGNADA	4.297	360	0,0
	IRAQUARA	ESTAGNADA	2.789	221	0,0
	IRARA	ESTAGNADA	2.655	341	0,0
	IRECE	ESTAGNADA	45.253	365	0,0
	ITABELA	ESTAGNADA	7.064	236	0,0
	ITABERABA	BAIXA RENDA	25.101	2.267	0,3
	ITABUNA	ESTAGNADA	29.664	837	0,1
	ITACARE	ESTAGNADA	12.154	760	0,1
	ITAETE	DINÂMICA	9.115	1.524	0,2
	ITAGI	ESTAGNADA	675	54	0,0
	ITAGIBA	ESTAGNADA	4.282	56	0,0
	ITAGIMIRIM	ESTAGNADA	2.977	66	0,0
	ITAGUACU DA BAHIA	DINÂMICA	6.595	1.901	0,2
	ITAJU DO COLONIA	ESTAGNADA	7.063	571	0,1
	ITAJUIPE	ESTAGNADA	5.058	341	0,0
	ITAMARAJU	ESTAGNADA	19.955	960	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	ITAMARI	ESTAGNADA	1.281	216	0,0
	ITAMBE	ESTAGNADA	9.218	283	0,0
	ITANAGRA	ESTAGNADA	432	31	0,0
	ITANHEM	ESTAGNADA	16.206	457	0,1
	ITAPARICA	ALTA RENDA	243	17	0,0
	ITAPE	ESTAGNADA	3.857	48	0,0
	ITAPEBI	ESTAGNADA	6.365	435	0,1
	ITAPETINGA	ESTAGNADA	89.469	160	0,0
	ITAPICURU	BAIXA RENDA	27.797	1.549	0,2
	ITAPITANGA	ESTAGNADA	9.722	72	0,0
	ITAQUARA	ESTAGNADA	1.804	85	0,0
	ITARANTIM	ESTAGNADA	14.078	263	0,0
	ITATIM	ESTAGNADA	2.336	238	0,0
	ITIRUCU	ESTAGNADA	3.576	342	0,0
	ITIUBA	ESTAGNADA	6.307	245	0,0
	ITORORO	ESTAGNADA	9.088	517	0,1
	ITUACU	ESTAGNADA	4.703	176	0,0
	ITUBERA	ESTAGNADA	4.306	113	0,0
	IUIU	ESTAGNADA	11.795	198	0,0
	JABORANDI	DINÂMICA	47.207	305	0,0
	JACARACI	ESTAGNADA	2.269	125	0,0
	JACOBINA	ESTAGNADA	18.621	1.652	0,2
	JAGUAQUARA	ESTAGNADA	7.428	333	0,0
	JAGUARARI	ESTAGNADA	2.975	408	0,0
	JAGUARIPE	ESTAGNADA	1.466	84	0,0
	JANDAIRA	BAIXA RENDA	48.631	157	0,0
	JEQUIE	ESTAGNADA	26.188	1.139	0,1
	JEREMOABO	DINÂMICA	20.789	1.316	0,1
	JQUIRICA	ESTAGNADA	1.319	122	0,0
	JITAUNA	ESTAGNADA	776	53	0,0
	JOAO DOURADO	ESTAGNADA	6.556	673	0,1
	JUAZEIRO	ESTAGNADA	93.915	4.658	0,5
	JUCURUCU	ESTAGNADA	6.439	367	0,0
	JUSSARA	ESTAGNADA	14.596	1.493	0,2
	JUSSARI	ESTAGNADA	1.460	115	0,0
	JUSSIAPE	DINÂMICA	968	55	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	LAFAIETE COUTINHO	ESTAGNADA	2.844	126	0,0
	LAGEDO DO TABOCAL	ESTAGNADA	3.277	193	0,0
	LAGOA REAL	ESTAGNADA	5.215	229	0,0
	LAJE	ESTAGNADA	2.186	79	0,0
	LAJEDAO	ESTAGNADA	11.414	133	0,0
	LAJEDINHO	BAIXA RENDA	1.758	65	0,0
	LAMARAO	ESTAGNADA	213	15	0,0
	LAPAO	ESTAGNADA	10.072	902	0,1
	LAURO DE FREITAS	ALTA RENDA	44.745	895	0,1
	LENCOIS	DINÂMICA	10.905	538	0,1
	LICINIO DE ALMEIDA	ESTAGNADA	2.820	79	0,0
	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	DINÂMICA	11.138	727	0,1
	LUIS EDUARDO MAGALHAES	DINÂMICA	53.516	2.013	0,2
	MACAJUBA	BAIXA RENDA	5.670	105	0,0
	MACARANI	ESTAGNADA	4.395	21	0,0
	MACAUBAS	DINÂMICA	3.135	130	0,0
	MACURURE	DINÂMICA	8.772	921	0,1
	MADRE DE DEUS	ALTA RENDA	674	100	0,0
	MAETINGA	ESTAGNADA	1.004	46	0,0
	MAIQUINIQUE	ESTAGNADA	5.436	115	0,0
	MAIRI	BAIXA RENDA	8.588	104	0,0
	MALHADA	ESTAGNADA	7.391	130	0,0
	MALHADA DE PEDRAS	ESTAGNADA	1.469	87	0,0
	MANOEL VITORINO	ESTAGNADA	11.739	550	0,1
	MANSIDAO	DINÂMICA	8.218	995	0,1
	MARACAS	ESTAGNADA	9.750	364	0,0
	MARAGOGIPE	ESTAGNADA	834	181	0,0
	MARAU	ESTAGNADA	12.285	584	0,1
	MARCIONILIO SOUZA	ESTAGNADA	5.936	446	0,1
	MASCOTE	ESTAGNADA	4.013	160	0,0
	MATA DE SAO JOAO	ESTAGNADA	5.341	143	0,0
	MATINA	ESTAGNADA	2.700	98	0,0
	MEDEIROS NETO	ESTAGNADA	29.679	387	0,0
	MIGUEL CALMON	ESTAGNADA	7.318	201	0,0
	MILAGRES	ESTAGNADA	685	102	0,0
	MIRANGABA	ESTAGNADA	6.061	477	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	MIRANTE	ESTAGNADA	4.023	180	0,0
	MONTE SANTO	BAIXA RENDA	10.504	580	0,1
	MORPARA	DINÂMICA	6.461	527	0,1
	MORRO DO CHAPEU	ESTAGNADA	37.554	4.185	0,4
	MORTUGABA	ESTAGNADA	1.047	21	0,0
	MUCUGE	DINÂMICA	5.407	467	0,1
	MUCURI	ESTAGNADA	186.769	846	0,1
	MULUNGU DO MORRO	ESTAGNADA	3.494	321	0,0
	MUNDO NOVO	BAIXA RENDA	18.348	712	0,1
	MUNIZ FERREIRA	ESTAGNADA	5.516	673	0,1
	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	DINÂMICA	5.581	915	0,1
	MURITIBA	ESTAGNADA	677	59	0,0
	MUTUIPE	ESTAGNADA	2.188	109	0,0
	NAZARE	ESTAGNADA	2.240	377	0,0
	NILO PECANHA	ESTAGNADA	2.454	217	0,0
	NORDESTINA	BAIXA RENDA	458	13	0,0
	NOVA CANAA	ESTAGNADA	5.315	83	0,0
	NOVA FATIMA	ESTAGNADA	640	26	0,0
	NOVA IBIA	ESTAGNADA	521	20	0,0
	NOVA ITARANA	ESTAGNADA	2.148	183	0,0
	NOVA REDENCAO	DINÂMICA	4.750	418	0,0
	NOVA SOURE	BAIXA RENDA	7.015	528	0,1
	NOVA VICOSA	ESTAGNADA	5.028	124	0,0
	NOVO HORIZONTE	DINÂMICA	456	28	0,0
	NOVO TRIUNFO	BAIXA RENDA	2.298	106	0,0
	OLINDINA	BAIXA RENDA	8.492	472	0,1
	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	DINÂMICA	4.736	380	0,0
	OURICANGAS	ESTAGNADA	501	80	0,0
	OUROLANDIA	ESTAGNADA	19.912	4.102	0,5
	PALMAS DE MONTE ALTO	ESTAGNADA	8.965	228	0,0
	PALMEIRAS	DINÂMICA	719	69	0,0
	PARAMIRIM	DINÂMICA	2.816	101	0,0
	PARATINGA	BAIXA RENDA	16.405	970	0,1
	PARIPIRANGA	BAIXA RENDA	13.291	797	0,1
	PAU BRASIL	ESTAGNADA	2.774	145	0,0
	PAULO AFONSO	DINÂMICA	40.382	4.589	0,5

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PE DE SERRA	ESTAGNADA	1.235	66	0,0
	PEDRAO	ESTAGNADA	900	14	0,0
	PEDRO ALEXANDRE	DINÂMICA	16.779	878	0,1
	PIATA	DINÂMICA	5.866	480	0,1
	PILAO ARCADO	ESTAGNADA	5.801	427	0,0
	PINDAI	ESTAGNADA	4.462	123	0,0
	PINDOBACU	ESTAGNADA	1.373	23	0,0
	PINTADAS	ESTAGNADA	1.567	21	0,0
	PIRAI DO NORTE	ESTAGNADA	848	56	0,0
	PIRIPA	ESTAGNADA	854	19	0,0
	PIRITIBA	ESTAGNADA	8.741	249	0,0
	PLANALTINO	ESTAGNADA	5.745	490	0,1
	PLANALTO	ESTAGNADA	5.732	235	0,0
	POCOES	ESTAGNADA	4.824	193	0,0
	POJUCA	ESTAGNADA	4.942	66	0,0
	PONTO NOVO	ESTAGNADA	4.178	721	0,1
	PORTO SEGURO	ESTAGNADA	51.244	1.335	0,1
	POTIRAGUA	ESTAGNADA	4.029	40	0,0
	PRADO	ESTAGNADA	20.361	4.198	0,4
	PRESIDENTE DUTRA	ESTAGNADA	3.124	258	0,0
	PRESIDENTE JANIO QUADROS	ESTAGNADA	5.425	430	0,0
	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	ESTAGNADA	3.947	604	0,1
	QUEIMADAS	BAIXA RENDA	5.079	283	0,0
	QUIJINGUE	BAIXA RENDA	5.840	402	0,0
	QUIXABEIRA	ESTAGNADA	2.594	271	0,0
	RAFAEL JAMBEIRO	ESTAGNADA	1.551	76	0,0
	REMANSO	ESTAGNADA	8.274	849	0,1
	RETIROLANDIA	ESTAGNADA	3.594	99	0,0
	RIACHAO DAS NEVES	DINÂMICA	58.008	1.839	0,2
	RIACHAO DO JACUIPE	ESTAGNADA	2.961	91	0,0
	RIACHO DE SANTANA	ESTAGNADA	13.699	241	0,0
	RIBEIRA DO AMPARO	BAIXA RENDA	3.828	161	0,0
	RIBEIRA DO POMBAL	BAIXA RENDA	14.724	682	0,1
	RIBEIRAO DO LARGO	ESTAGNADA	5.965	140	0,0
	RIO DE CONTAS	DINÂMICA	2.197	88	0,0
	RIO DO ANTONIO	ESTAGNADA	1.246	53	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	RIO DO PIRES	DINÂMICA	1.397	105	0,0
	RIO REAL	ESTAGNADA	18.081	1.191	0,1
	RODELAS	DINÂMICA	7.585	630	0,1
	RUY BARBOSA	BAIXA RENDA	10.022	1.018	0,1
	SALINAS DA MARGARIDA	ESTAGNADA	1.608	424	0,0
	SALVADOR	ALTA RENDA	1.038.644	6.009	0,6
	SANTA BARBARA	ESTAGNADA	1.705	77	0,0
	SANTA BRIGIDA	DINÂMICA	12.709	1.019	0,1
	SANTA CRUZ CABRALIA	ESTAGNADA	39.309	473	0,1
	SANTA CRUZ DA VITORIA	ESTAGNADA	1.382	28	0,0
	SANTA INES	ESTAGNADA	1.130	55	0,0
	SANTA LUZIA	ESTAGNADA	4.781	406	0,0
	SANTA MARIA DA VITORIA	DINÂMICA	19.902	703	0,1
	SANTA RITA DE CASSIA	DINÂMICA	15.101	1.873	0,2
	SANTA TERESINHA	ESTAGNADA	5.090	249	0,0
	SANTALUZ	ESTAGNADA	6.944	409	0,0
	SANTANA	DINÂMICA	12.937	759	0,1
	SANTANOPOLIS	ESTAGNADA	1.955	151	0,0
	SANTO AMARO	ESTAGNADA	10.529	1.046	0,1
	SANTO ANTONIO DE JESUS	ESTAGNADA	8.962	220	0,0
	SANTO ESTEVAO	ESTAGNADA	1.651	36	0,0
	SAO DESIDERIO	DINÂMICA	303.321	9.892	1,0
	SAO DOMINGOS	ESTAGNADA	2.234	111	0,0
	SAO FELIPE	ESTAGNADA	1.744	43	0,0
	SAO FELIX	ESTAGNADA	355	25	0,0
	SAO FELIX DO CORIBE	DINÂMICA	14.979	1.021	0,1
	SAO FRANCISCO DO CONDE	ALTA RENDA	1.578	171	0,0
	SAO GABRIEL	ESTAGNADA	9.389	2.261	0,2
	SAO GONCALO DOS CAMPOS	ESTAGNADA	7.794	105	0,0
	SAO JOSE DA VITORIA	ESTAGNADA	560	31	0,0
	SAO JOSE DO JACUIPE	ESTAGNADA	2.299	95	0,0
	SAO MIGUEL DAS MATAS	ESTAGNADA	1.344	50	0,0
	SAO SEBASTIAO DO PASSE	ESTAGNADA	5.171	220	0,0
	SAPEACU	ESTAGNADA	1.249	17	0,0
	SATIRO DIAS	ESTAGNADA	13.704	1.653	0,2
	SAUBARA	ESTAGNADA	43	4	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAUDE	ESTAGNADA	1.334	88	0,0
	SEABRA	DINÂMICA	10.503	1.157	0,1
	SEBASTIAO LARANJEIRAS	ESTAGNADA	8.793	545	0,1
	SENHOR DO BONFIM	ESTAGNADA	19.470	210	0,0
	SENTO SE	ESTAGNADA	12.208	1.625	0,2
	SERRA DO RAMALHO	BAIXA RENDA	25.212	4.007	0,4
	SERRA DOURADA	DINÂMICA	15.615	709	0,1
	SERRA PRETA	ESTAGNADA	3.322	93	0,0
	SERRINHA	ESTAGNADA	1.932	122	0,0
	SERROLANDIA	ESTAGNADA	4.659	419	0,0
	SIMOES FILHO	ALTA RENDA	109.919	4.262	0,4
	SITIO DO MATO	BAIXA RENDA	11.799	596	0,1
	SITIO DO QUINTO	DINÂMICA	5.539	588	0,1
	SOBRADINHO	ESTAGNADA	2.222	173	0,0
	SOUTO SOARES	ESTAGNADA	2.322	339	0,0
	TABOCAS DO BREJO VELHO	DINÂMICA	6.423	168	0,0
	TANHACU	ESTAGNADA	4.275	159	0,0
	TANQUE NOVO	DINÂMICA	901	10	0,0
	TANQUINHO	ESTAGNADA	746	36	0,0
	TAPEROA	ESTAGNADA	2.880	173	0,0
	TAPIRAMUTA	BAIXA RENDA	7.877	342	0,0
	TEIXEIRA DE FREITAS	ESTAGNADA	143.234	292	0,0
	TEODORO SAMPAIO	ESTAGNADA	723	111	0,0
	TEOFILANDIA	ESTAGNADA	855	55	0,0
	TEOLANDIA	ESTAGNADA	3.109	305	0,0
	TERRA NOVA	ESTAGNADA	2.772	180	0,0
	TREMEDAL	ESTAGNADA	2.202	122	0,0
	TUCANO	BAIXA RENDA	10.789	620	0,1
	UAUA	BAIXA RENDA	14.578	1.991	0,2
	UBAIRA	ESTAGNADA	5.110	386	0,0
	UBAITABA	ESTAGNADA	2.095	402	0,0
	UBATA	ESTAGNADA	1.253	43	0,0
	UIBAI	ESTAGNADA	3.286	282	0,0
	UMBURANAS	ESTAGNADA	8.253	1.596	0,2
	UNA	ESTAGNADA	9.500	684	0,1
	URANDI	ESTAGNADA	4.498	287	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	URUCUCA	ESTAGNADA	3.271	237	0,0
	UTINGA	DINÂMICA	4.944	522	0,1
	VALENCA	ESTAGNADA	7.488	328	0,0
	VALENTE	ESTAGNADA	11.722	1.236	0,1
	VARZEA DA ROCA	BAIXA RENDA	4.185	147	0,0
	VARZEA DO POÇO	ESTAGNADA	27.123	66	0,0
	VARZEA NOVA	ESTAGNADA	4.394	632	0,1
	VARZEDO	ESTAGNADA	844	16	0,0
	VERA CRUZ	ALTA RENDA	342	76	0,0
	VEREDA	ESTAGNADA	6.193	233	0,0
	VITORIA DA CONQUISTA	ESTAGNADA	69.474	3.605	0,4
	WAGNER	DINÂMICA	5.016	483	0,1
	WANDERLEY	DINÂMICA	5.996	215	0,0
	WENCESLAU GUIMARAES	ESTAGNADA	11.873	1.095	0,1
	XIQUE-XIQUE	DINÂMICA	6.782	686	0,1
CE	ABAIARA	BAIXA RENDA	3.037	39	0,0
	ACARAPE	BAIXA RENDA	833	66	0,0
	ACARAU	BAIXA RENDA	78.802	4.063	0,4
	ACOPIARA	BAIXA RENDA	6.815	171	0,0
	AIUABA	BAIXA RENDA	6.380	396	0,0
	ALCANTARAS	BAIXA RENDA	684	36	0,0
	ALTANEIRA	BAIXA RENDA	619	11	0,0
	ALTO SANTO	ESTAGNADA	15.671	907	0,1
	AMONTADA	BAIXA RENDA	59.959	1.418	0,2
	ANTONINA DO NORTE	BAIXA RENDA	831	14	0,0
	APUIARES	BAIXA RENDA	4.263	287	0,0
	AQUIRAZ	ALTA RENDA	85.579	431	0,0
	ARACATI	ESTAGNADA	159.737	1.903	0,2
	ARACOIABA	BAIXA RENDA	13.025	679	0,1
	ARARENDA	BAIXA RENDA	4.277	226	0,0
	ARARIPE	BAIXA RENDA	1.769	101	0,0
	ARATUBA	BAIXA RENDA	3.504	209	0,0
	ARNEIROZ	BAIXA RENDA	4.017	45	0,0
	ASSARE	BAIXA RENDA	3.014	99	0,0
	AURORA	BAIXA RENDA	10.049	691	0,1
	BAIXIO	BAIXA RENDA	4.405	238	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BANABUIU	DINÂMICA	13.704	427	0,0
	BARBALHA	ESTAGNADA	42.367	1.342	0,1
	BARREIRA	DINÂMICA	3.348	153	0,0
	BARRO	BAIXA RENDA	4.838	240	0,0
	BARROQUINHA	BAIXA RENDA	918	45	0,0
	BATURITE	BAIXA RENDA	11.907	963	0,1
	BEBERIBE	DINÂMICA	60.746	282	0,0
	BELA CRUZ	BAIXA RENDA	2.485	133	0,0
	BOA VIAGEM	DINÂMICA	37.396	2.378	0,3
	BREJO SANTO	BAIXA RENDA	17.703	538	0,1
	CAMOCIM	BAIXA RENDA	18.442	303	0,0
	CAMPOS SALES	BAIXA RENDA	5.692	114	0,0
	CANINDE	DINÂMICA	44.858	2.673	0,3
	CAPISTRANO	BAIXA RENDA	7.044	258	0,0
	CARIDADE	DINÂMICA	5.274	406	0,0
	CARIRE	ESTAGNADA	5.806	190	0,0
	CARIRIACU	BAIXA RENDA	3.604	46	0,0
	CARIUS	BAIXA RENDA	3.776	54	0,0
	CARNAUBAL	BAIXA RENDA	2.687	47	0,0
	CASCAVEL	DINÂMICA	8.750	1.142	0,1
	CATARINA	BAIXA RENDA	3.201	177	0,0
	CATUNDA	DINÂMICA	7.507	276	0,0
	CAUCAIA	ALTA RENDA	58.638	1.196	0,1
	CEDRO	DINÂMICA	10.538	403	0,0
	CHAVAL	BAIXA RENDA	916	5	0,0
	CHORO	DINÂMICA	8.929	799	0,1
	CHOROZINHO	DINÂMICA	5.831	221	0,0
	COREAU	BAIXA RENDA	2.264	39	0,0
	CRATEUS	BAIXA RENDA	55.702	756	0,1
	CRATO	ESTAGNADA	34.239	506	0,1
	CROATA	BAIXA RENDA	2.165	27	0,0
	CRUZ	BAIXA RENDA	880	76	0,0
	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	BAIXA RENDA	4.222	63	0,0
	ERERE	BAIXA RENDA	5.177	446	0,1
	EUSEBIO	ALTA RENDA	52.143	718	0,1
	FARIAS BRITO	BAIXA RENDA	3.067	106	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	FORQUILHA	ESTAGNADA	3.783	133	0,0
	FORTALEZA	ALTA RENDA	1.159.948	12.375	1,3
	FORTIM	ESTAGNADA	1.531	31	0,0
	FRECHEIRINHA	BAIXA RENDA	862	19	0,0
	GENERAL SAMPAIO	BAIXA RENDA	3.563	326	0,0
	GRACA	ESTAGNADA	695	29	0,0
	GRANJA	BAIXA RENDA	20.723	234	0,0
	GRANJEIRO	BAIXA RENDA	1.671	147	0,0
	GROAIRAS	ESTAGNADA	1.694	72	0,0
	GUAIUBA	ALTA RENDA	10.375	244	0,0
	GUARACIABA DO NORTE	BAIXA RENDA	10.002	357	0,0
	GUARAMIRANGA	BAIXA RENDA	2.153	285	0,0
	HIDROLANDIA	DINÂMICA	4.234	228	0,0
	HORIZONTE	DINÂMICA	97.066	1.026	0,1
	IBARETAMA	DINÂMICA	12.553	685	0,1
	IBIAPINA	BAIXA RENDA	4.250	132	0,0
	IBICUITINGA	ESTAGNADA	8.876	305	0,0
	ICAPUI	ESTAGNADA	12.209	286	0,0
	ICO	DINÂMICA	13.137	441	0,1
	IGUATU	DINÂMICA	54.738	654	0,1
	INDEPENDENCIA	BAIXA RENDA	23.092	2.744	0,3
	IPAPORANGA	BAIXA RENDA	1.906	136	0,0
	IPAUMIRIM	BAIXA RENDA	4.915	160	0,0
	IPU	BAIXA RENDA	10.236	328	0,0
	IPUEIRAS	BAIXA RENDA	12.581	493	0,1
	IRACEMA	BAIXA RENDA	21.316	1.237	0,1
	IRAUCUBA	ESTAGNADA	9.017	755	0,1
	ITAICABA	ESTAGNADA	3.300	21	0,0
	ITAITINGA	ALTA RENDA	2.798	71	0,0
	ITAPAGE	BAIXA RENDA	65.732	334	0,0
	ITAPIOCA	BAIXA RENDA	15.546	684	0,1
	ITAPIUNA	BAIXA RENDA	11.185	964	0,1
	ITAREMA	BAIXA RENDA	24.138	1.169	0,1
	ITATIRA	DINÂMICA	17.479	934	0,1
	JAGUARETAMA	ESTAGNADA	15.228	493	0,1
	JAGUARIBARA	ESTAGNADA	5.633	166	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	JAGUARIBE	ESTAGNADA	65.259	674	0,1
	JAGUARUANA	ESTAGNADA	17.594	285	0,0
	JARDIM	ESTAGNADA	7.511	346	0,0
	JATI	BAIXA RENDA	2.778	145	0,0
	JIJOCA DE JERICOACOARA	BAIXA RENDA	3.163	19	0,0
	JUAZEIRO DO NORTE	ESTAGNADA	133.972	775	0,1
	JUCAS	BAIXA RENDA	4.328	117	0,0
	LAVRAS DA MANGABEIRA	BAIXA RENDA	16.778	705	0,1
	LIMOEIRO DO NORTE	ESTAGNADA	38.429	1.655	0,2
	MADALENA	DINÂMICA	14.159	908	0,1
	MARACANAU	ALTA RENDA	119.501	8.012	0,8
	MARANGUAPE	ALTA RENDA	47.117	220	0,0
	MARCO	BAIXA RENDA	9.643	783	0,1
	MARTINOPOLE	BAIXA RENDA	1.902	31	0,0
	MASSAPE	ESTAGNADA	4.435	225	0,0
	MAURITI	BAIXA RENDA	26.719	1.602	0,2
	MERUOCA	BAIXA RENDA	1.194	72	0,0
	MILAGRES	BAIXA RENDA	10.345	283	0,0
	MILHA	BAIXA RENDA	7.084	100	0,0
	MIRAIMA	ESTAGNADA	1.779	165	0,0
	MISSAO VELHA	ESTAGNADA	99.606	199	0,0
	MOMBACA	BAIXA RENDA	19.131	658	0,1
	MONSENHOR TABOSA	BAIXA RENDA	16.205	1.383	0,1
	MORADA NOVA	ESTAGNADA	47.504	5.751	0,6
	MORAUJO	BAIXA RENDA	711	14	0,0
	MORRINHOS	BAIXA RENDA	2.263	91	0,0
	MUCAMBO	ESTAGNADA	2.973	50	0,0
	MULUNGU	BAIXA RENDA	3.135	183	0,0
	NOVA OLINDA	ESTAGNADA	4.259	105	0,0
	NOVA RUSSAS	BAIXA RENDA	12.253	394	0,0
	NOVO ORIENTE	BAIXA RENDA	5.724	197	0,0
	OCARA	DINÂMICA	8.022	503	0,1
	OROS	DINÂMICA	4.109	306	0,0
	PACAJUS	DINÂMICA	11.523	1.161	0,1
	PACATUBA	ALTA RENDA	17.374	34	0,0
	PACOTI	BAIXA RENDA	2.446	96	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PACUJA	ESTAGNADA	852	26	0,0
	PALHANO	ESTAGNADA	2.430	17	0,0
	PALMACIA	BAIXA RENDA	6.549	108	0,0
	PARACURU	BAIXA RENDA	19.449	356	0,0
	PARAIPABA	BAIXA RENDA	4.497	45	0,0
	PARAMBU	BAIXA RENDA	12.203	840	0,1
	PARAMOTI	DINÂMICA	7.237	414	0,0
	PEDRA BRANCA	BAIXA RENDA	24.456	1.426	0,2
	PENAFORTE	BAIXA RENDA	2.988	94	0,0
	PENTECOSTE	BAIXA RENDA	7.255	345	0,0
	PEREIRO	BAIXA RENDA	4.538	295	0,0
	PINDORETAMA	DINÂMICA	3.045	375	0,0
	PIQUET CARNEIRO	BAIXA RENDA	4.869	213	0,0
	PIRES FERREIRA	BAIXA RENDA	972	51	0,0
	PORANGA	BAIXA RENDA	1.368	96	0,0
	PORTEIRAS	ESTAGNADA	4.809	187	0,0
	POTENGI	BAIXA RENDA	404	8	0,0
	POTIRETAMA	BAIXA RENDA	7.861	212	0,0
	QUITERIANOPOLIS	BAIXA RENDA	3.552	95	0,0
	QUIXADA	DINÂMICA	47.696	2.718	0,3
	QUIXELO	DINÂMICA	6.414	168	0,0
	QUIXERAMOBIM	DINÂMICA	56.696	2.834	0,3
	QUIXERE	ESTAGNADA	16.528	970	0,1
	REDENCAO	BAIXA RENDA	9.360	96	0,0
	RERIUTABA	BAIXA RENDA	3.508	111	0,0
	RUSSAS	ESTAGNADA	33.193	1.982	0,2
	SABOIRO	BAIXA RENDA	6.046	300	0,0
	SALITRE	BAIXA RENDA	2.153	191	0,0
	SANTA QUITERIA	DINÂMICA	32.765	2.021	0,2
	SANTANA DO ACARAU	ESTAGNADA	9.047	440	0,1
	SANTANA DO CARIRI	ESTAGNADA	9.431	617	0,1
	SAO BENEDITO	BAIXA RENDA	20.279	230	0,0
	SAO GONCALO DO AMARANTE	BAIXA RENDA	150.253	524	0,1
	SAO JOAO DO JAGUARIBE	ESTAGNADA	8.686	463	0,1
	SAO LUIS DO CURU	BAIXA RENDA	2.276	423	0,0
	SENADOR POMPEU	BAIXA RENDA	6.932	200	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SENADOR SA	ESTAGNADA	1.489	105	0,0
	SOBRAL	ESTAGNADA	209.895	2.652	0,3
	SOLONOPOLE	BAIXA RENDA	9.993	324	0,0
	TABULEIRO DO NORTE	ESTAGNADA	34.369	1.489	0,2
	TAMBORIL	BAIXA RENDA	14.011	739	0,1
	TARRAFAS	BAIXA RENDA	760	21	0,0
	TAUA	BAIXA RENDA	48.404	1.524	0,2
	TEJUCUOCA	BAIXA RENDA	8.828	476	0,1
	TIANGUA	BAIXA RENDA	19.599	587	0,1
	TRAIRI	BAIXA RENDA	17.517	538	0,1
	TURURU	BAIXA RENDA	3.025	130	0,0
	UBAJARA	BAIXA RENDA	20.641	395	0,0
	UMARI	BAIXA RENDA	4.354	178	0,0
	UMIRIM	BAIXA RENDA	1.571	61	0,0
	URUBURETAMA	BAIXA RENDA	3.578	34	0,0
	URUOCA	BAIXA RENDA	3.619	87	0,0
	VARJOTA	BAIXA RENDA	7.831	107	0,0
	VARZEA ALEGRE	BAIXA RENDA	14.639	194	0,0
	VICOSA DO CEARA	BAIXA RENDA	9.695	521	0,1
ES	AGUA DOCE DO NORTE	ESTAGNADA	3.473	51	0,0
	AGUIA BRANCA	ESTAGNADA	1.361	38	0,0
	ALTO RIO NOVO	ESTAGNADA	1.246	29	0,0
	BAIXO GUANDU	ESTAGNADA	7.600	698	0,1
	BARRA DE SAO FRANCISCO	ESTAGNADA	12.100	59	0,0
	BOA ESPERANCA	ESTAGNADA	2.987	51	0,0
	COLATINA	ESTAGNADA	48.845	2.308	0,2
	CONCEICAO DA BARRA	ESTAGNADA	11.714	40	0,0
	ECOPORANGA	ESTAGNADA	22.304	564	0,1
	GOVERNADOR LINDENBERG	ESTAGNADA	2.627	39	0,0
	JAGUARE	ESTAGNADA	6.871	240	0,0
	LINHARES	ESTAGNADA	76.527	187	0,0
	MANTENOPOLIS	ESTAGNADA	4.707	16	0,0
	MARILANDIA	ESTAGNADA	4.607	8	0,0
	MONTANHA	ESTAGNADA	12.619	0	0,0
	MUCURICI	ESTAGNADA	12.406	22	0,0
	NOVA VENECIA	ESTAGNADA	10.613	130	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PANCAS	ESTAGNADA	4.106	91	0,0
	PEDRO CANARIO	ESTAGNADA	1.831	32	0,0
	PINHEIROS	ESTAGNADA	22.052	5	0,0
	PONTO BELO	ESTAGNADA	1.644	10	0,0
	RIO BANANAL	ESTAGNADA	4.224	27	0,0
	SAO DOMINGOS DO NORTE	ESTAGNADA	4.233	93	0,0
	SAO GABRIEL DA PALHA	ESTAGNADA	5.636	37	0,0
	SAO MATEUS	ESTAGNADA	56.352	3.205	0,3
	SOORETAMA	ESTAGNADA	1.179	40	0,0
	VILA PAVAO	ESTAGNADA	3.816	4	0,0
	VILA VALERIO	ESTAGNADA	5.546	214	0,0
MA	ACAILANDIA	ESTAGNADA	293.271	2.725	0,3
	AFONSO CUNHA	BAIXA RENDA	277	190	0,0
	AGUA DOCE DO MARANHAO	BAIXA RENDA	1.269	114	0,0
	ALCANTARA	BAIXA RENDA	1.864	583	0,1
	ALDEIAS ALTAS	BAIXA RENDA	16.189	530	0,1
	ALTAMIRA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	3.868	375	0,0
	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	BAIXA RENDA	2.060	105	0,0
	ALTO ALEGRE DO PINDARE	BAIXA RENDA	29.162	1.216	0,1
	ALTO PARNAIBA	DINÂMICA	42.989	1.398	0,2
	AMAPA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	6.588	451	0,1
	AMARANTE DO MARANHAO	ESTAGNADA	32.528	1.037	0,1
	ANAJATUBA	BAIXA RENDA	2.024	48	0,0
	ANAPURUS	BAIXA RENDA	18.717	126	0,0
	APICUM-ACU	BAIXA RENDA	659	226	0,0
	ARAGUANA	BAIXA RENDA	2.430	81	0,0
	ARAIOSES	BAIXA RENDA	3.629	286	0,0
	ARAME	BAIXA RENDA	12.132	381	0,0
	ARARI	BAIXA RENDA	5.382	319	0,0
	AXIXA	BAIXA RENDA	1.421	87	0,0
	BACABAL	BAIXA RENDA	15.582	647	0,1
	BACABEIRA	BAIXA RENDA	8.206	39	0,0
	BACURI	BAIXA RENDA	1.495	75	0,0
	BACURITUBA	BAIXA RENDA	508	38	0,0
	BALSAS	DINÂMICA	233.669	3.992	0,4
	BARAO DE GRAJAU	BAIXA RENDA	7.006	39	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BARRA DO CORDA	BAIXA RENDA	59.279	3.579	0,4
	BARREIRINHAS	BAIXA RENDA	6.154	360	0,0
	BELA VISTA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	1.074	47	0,0
	BELAGUA	BAIXA RENDA	349	122	0,0
	BENEDITO LEITE	DINÂMICA	5.256	71	0,0
	BEQUIMAO	BAIXA RENDA	2.000	115	0,0
	BERNARDO DO MEARIM	BAIXA RENDA	2.643	120	0,0
	BOA VISTA DO GURUPI	BAIXA RENDA	373	91	0,0
	BOM JARDIM	BAIXA RENDA	36.926	1.800	0,2
	BOM JESUS DAS SELVAS	BAIXA RENDA	50.146	4.940	0,5
	BOM LUGAR	BAIXA RENDA	2.067	66	0,0
	BREJO	BAIXA RENDA	15.927	395	0,0
	BREJO DE AREIA	BAIXA RENDA	5.821	571	0,1
	BURITI	BAIXA RENDA	7.236	105	0,0
	BURITI BRAVO	BAIXA RENDA	6.028	251	0,0
	BURITICUPU	BAIXA RENDA	52.873	2.999	0,3
	BURITIRANA	ESTAGNADA	5.182	61	0,0
	CACHOEIRA GRANDE	BAIXA RENDA	1.036	62	0,0
	CAJAPIO	BAIXA RENDA	199	87	0,0
	CAJARI	BAIXA RENDA	1.070	195	0,0
	CAMPESTRE DO MARANHAO	ESTAGNADA	2.421	25	0,0
	CANDIDO MENDES	BAIXA RENDA	2.764	444	0,1
	CANTANHEDE	BAIXA RENDA	4.491	581	0,1
	CAPINZAL DO NORTE	BAIXA RENDA	1.026	15	0,0
	CAROLINA	ESTAGNADA	7.600	119	0,0
	CARUTAPERA	BAIXA RENDA	27.406	495	0,1
	CAXIAS	BAIXA RENDA	50.293	3.905	0,4
	CEDRAL	BAIXA RENDA	1.170	77	0,0
	CENTRAL DO MARANHAO	BAIXA RENDA	1.056	116	0,0
	CENTRO DO GUILHERME	BAIXA RENDA	3.405	302	0,0
	CENTRO NOVO DO MARANHAO	BAIXA RENDA	3.585	50	0,0
	CHAPADINHA	BAIXA RENDA	9.207	333	0,0
	CIDELANDIA	ESTAGNADA	6.759	229	0,0
	CODO	BAIXA RENDA	47.719	1.204	0,1
	COELHO NETO	BAIXA RENDA	1.777	289	0,0
	COLINAS	BAIXA RENDA	16.446	1.079	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	CONCEICAO DO LAGO-ACU	BAIXA RENDA	8.979	812	0,1
	COROATA	BAIXA RENDA	11.344	309	0,0
	CURURUPU	BAIXA RENDA	1.570	183	0,0
	DAVINOPOLIS	ESTAGNADA	2.683	58	0,0
	DOM PEDRO	BAIXA RENDA	1.533	105	0,0
	DUQUE BACELAR	BAIXA RENDA	1.716	245	0,0
	ESPERANTINOPOLIS	BAIXA RENDA	4.306	197	0,0
	ESTREITO	ESTAGNADA	17.579	263	0,0
	FEIRA NOVA DO MARANHAO	DINÂMICA	2.210	122	0,0
	FERNANDO FALCAO	BAIXA RENDA	3.463	168	0,0
	FORMOSA DA SERRA NEGRA	BAIXA RENDA	3.181	74	0,0
	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	DINÂMICA	5.187	249	0,0
	FORTUNA	BAIXA RENDA	11.945	287	0,0
	GODOFREDO VIANA	BAIXA RENDA	4.160	751	0,1
	GONCALVES DIAS	BAIXA RENDA	4.812	203	0,0
	GOVERNADOR ARCHER	BAIXA RENDA	1.883	87	0,0
	GOVERNADOR EDISON LOBAO	ESTAGNADA	3.708	126	0,0
	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	BAIXA RENDA	3.588	246	0,0
	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	BAIXA RENDA	2.678	108	0,0
	GOVERNADOR NEWTON BELLO	BAIXA RENDA	6.071	67	0,0
	GOVERNADOR NUNES FREIRE	BAIXA RENDA	3.805	288	0,0
	GRACA ARANHA	BAIXA RENDA	1.336	67	0,0
	GRAJAU	BAIXA RENDA	27.453	483	0,1
	GUIMARAES	BAIXA RENDA	674	96	0,0
	HUMBERTO DE CAMPOS	BAIXA RENDA	1.318	104	0,0
	ICATU	BAIXA RENDA	1.693	173	0,0
	IGARAPE DO MEIO	BAIXA RENDA	50.199	655	0,1
	IGARAPE GRANDE	BAIXA RENDA	2.392	114	0,0
	IMPERATRIZ	ESTAGNADA	90.091	1.798	0,2
	ITAIPAVA DO GRAJAU	BAIXA RENDA	17.809	1.890	0,2
	ITAPECURU MIRIM	BAIXA RENDA	12.592	476	0,1
	ITINGA DO MARANHAO	ESTAGNADA	20.629	1.896	0,2
	JATOBA	BAIXA RENDA	1.331	181	0,0
	JENIPAPO DOS VIEIRAS	BAIXA RENDA	23.077	2.556	0,3
	JOAO LISBOA	ESTAGNADA	14.131	278	0,0
	JOSELANDIA	BAIXA RENDA	9.003	771	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	JUNCO DO MARANHÃO	BAIXA RENDA	3.548	113	0,0
	LAGO DA PEDRA	BAIXA RENDA	12.613	977	0,1
	LAGO DO JUNCO	BAIXA RENDA	2.626	127	0,0
	LAGO DOS RODRIGUES	BAIXA RENDA	1.412	87	0,0
	LAGO VERDE	BAIXA RENDA	17.201	504	0,1
	LAGOA DO MATO	BAIXA RENDA	1.891	52	0,0
	LAGOA GRANDE DO MARANHÃO	BAIXA RENDA	5.532	235	0,0
	LAJEADO NOVO	ESTAGNADA	3.171	65	0,0
	LIMA CAMPOS	BAIXA RENDA	2.371	119	0,0
	LORETO	DINÂMICA	5.386	246	0,0
	LUIS DOMINGUES	BAIXA RENDA	2.358	42	0,0
	MAGALHAES DE ALMEIDA	BAIXA RENDA	2.460	289	0,0
	MARACACUME	BAIXA RENDA	3.135	192	0,0
	MARAJA DO SENA	BAIXA RENDA	3.246	217	0,0
	MARANHAOZINHO	BAIXA RENDA	3.013	43	0,0
	MATA ROMA	BAIXA RENDA	3.359	73	0,0
	MATINHA	BAIXA RENDA	1.791	205	0,0
	MATOES	BAIXA RENDA	3.294	356	0,0
	MATOES DO NORTE	BAIXA RENDA	2.865	309	0,0
	MILAGRES DO MARANHÃO	BAIXA RENDA	2.757	96	0,0
	MIRADOR	BAIXA RENDA	5.422	615	0,1
	MIRANDA DO NORTE	BAIXA RENDA	11.516	95	0,0
	MIRINZAL	BAIXA RENDA	941	162	0,0
	MONCAO	BAIXA RENDA	2.182	97	0,0
	MONTES ALTOS	ESTAGNADA	8.498	135	0,0
	MORROS	BAIXA RENDA	1.928	138	0,0
	NINA RODRIGUES	BAIXA RENDA	1.329	182	0,0
	NOVA COLINAS	DINÂMICA	1.178	18	0,0
	NOVA IORQUE	BAIXA RENDA	645	7	0,0
	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	BAIXA RENDA	9.440	260	0,0
	OLHO D'ÁGUA DAS CUNHAS	BAIXA RENDA	6.053	117	0,0
	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	BAIXA RENDA	1.092	137	0,0
	PACO DO LUMIAR	ESTAGNADA	7.601	293	0,0
	PALMEIRANDIA	BAIXA RENDA	1.881	134	0,0
	PARAIBANO	BAIXA RENDA	2.728	118	0,0
	PARNARAMA	BAIXA RENDA	17.327	427	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PASSAGEM FRANCA	BAIXA RENDA	5.285	345	0,0
	PASTOS BONS	BAIXA RENDA	3.280	39	0,0
	PAULINO NEVES	BAIXA RENDA	898	116	0,0
	PAULO RAMOS	BAIXA RENDA	15.542	1.060	0,1
	PEDREIRAS	BAIXA RENDA	5.479	223	0,0
	PEDRO DO ROSARIO	BAIXA RENDA	4.086	202	0,0
	PENALVA	BAIXA RENDA	3.137	215	0,0
	PERI MIRIM	BAIXA RENDA	1.765	108	0,0
	PERITORO	BAIXA RENDA	8.855	390	0,0
	PINDARE MIRIM	BAIXA RENDA	21.683	121	0,0
	PINHEIRO	BAIXA RENDA	8.595	497	0,1
	PIO XII	BAIXA RENDA	2.626	296	0,0
	PIRAPEMAS	BAIXA RENDA	4.146	400	0,0
	POCAO DE PEDRAS	BAIXA RENDA	7.815	129	0,0
	PORTO FRANCO	ESTAGNADA	130.962	355	0,0
	PORTO RICO DO MARANHAO	BAIXA RENDA	490	65	0,0
	PRESIDENTE DUTRA	BAIXA RENDA	11.862	401	0,0
	PRESIDENTE JUSCELINO	BAIXA RENDA	516	105	0,0
	PRESIDENTE MEDICI	BAIXA RENDA	3.691	57	0,0
	PRESIDENTE SARNEY	BAIXA RENDA	2.356	318	0,0
	PRESIDENTE VARGAS	BAIXA RENDA	1.468	443	0,1
	PRIMEIRA CRUZ	BAIXA RENDA	333	56	0,0
	RAPOSA	ESTAGNADA	3.438	428	0,0
	RIACHAO	DINÂMICA	9.993	653	0,1
	RIBAMAR FIQUENE	ESTAGNADA	6.184	187	0,0
	ROSARIO	BAIXA RENDA	5.145	188	0,0
	SAMBAIBA	DINÂMICA	28.591	97	0,0
	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	1.836	225	0,0
	SANTA HELENA	BAIXA RENDA	3.592	222	0,0
	SANTA INES	BAIXA RENDA	8.461	364	0,0
	SANTA LUZIA	BAIXA RENDA	52.868	1.488	0,2
	SANTA LUZIA DO PARUA	BAIXA RENDA	13.492	287	0,0
	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	34.672	209	0,0
	SANTA RITA	BAIXA RENDA	4.571	341	0,0
	SANTANA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	151	39	0,0
	SANTO AMARO DO MARANHAO	BAIXA RENDA	327	4	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SANTO ANTONIO DOS LOPES	BAIXA RENDA	5.049	249	0,0
	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	BAIXA RENDA	812	64	0,0
	SAO BENTO	BAIXA RENDA	1.576	56	0,0
	SAO BERNARDO	BAIXA RENDA	1.949	201	0,0
	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	DINÂMICA	2.233	48	0,0
	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	BAIXA RENDA	8.171	1.034	0,1
	SAO FELIX DE BALSAS	DINÂMICA	1.486	126	0,0
	SAO FRANCISCO DO BREJAO	ESTAGNADA	3.800	93	0,0
	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	BAIXA RENDA	3.263	157	0,0
	SAO JOAO BATISTA	BAIXA RENDA	514	65	0,0
	SAO JOAO DO CARU	BAIXA RENDA	508	10	0,0
	SAO JOAO DO PARAISO	ESTAGNADA	4.854	122	0,0
	SAO JOAO DO SOTER	BAIXA RENDA	5.647	524	0,1
	SAO JOAO DOS PATOS	BAIXA RENDA	3.310	54	0,0
	SAO JOSE DE RIBAMAR	ESTAGNADA	14.827	1.558	0,2
	SAO JOSE DOS BASILIOS	BAIXA RENDA	1.885	99	0,0
	SAO LUIS	ESTAGNADA	788.098	4.408	0,5
	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	BAIXA RENDA	9.423	419	0,0
	SAO MATEUS DO MARANHAO	BAIXA RENDA	2.919	151	0,0
	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	ESTAGNADA	10.817	14	0,0
	SAO PEDRO DOS CRENTES	ESTAGNADA	4.052	65	0,0
	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	DINÂMICA	5.088	167	0,0
	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	BAIXA RENDA	2.322	109	0,0
	SAO ROBERTO	BAIXA RENDA	1.563	97	0,0
	SAO VICENTE FERRER	BAIXA RENDA	1.101	69	0,0
	SATUBINHA	BAIXA RENDA	493	8	0,0
	SENADOR ALEXANDRE COSTA	BAIXA RENDA	388	38	0,0
	SENADOR LA ROCQUE	ESTAGNADA	8.253	340	0,0
	SERRANO DO MARANHAO	BAIXA RENDA	822	251	0,0
	SITIO NOVO	BAIXA RENDA	14.796	290	0,0
	SUCUPIRA DO NORTE	BAIXA RENDA	4.317	48	0,0
	SUCUPIRA DO RIACHAO	BAIXA RENDA	727	28	0,0
	TASSO FRAGOSO	DINÂMICA	49.447	327	0,0
	TIMBIRAS	BAIXA RENDA	3.237	154	0,0
	TIMON	BAIXA RENDA	26.346	417	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	TRIZIDELA DO VALE	BAIXA RENDA	2.763	121	0,0
	TUFILANDIA	BAIXA RENDA	1.030	42	0,0
	TUNTUM	BAIXA RENDA	27.847	2.614	0,3
	TURIACU	BAIXA RENDA	9.982	1.103	0,1
	TURILANDIA	BAIXA RENDA	3.486	272	0,0
	TUTOIA	BAIXA RENDA	6.445	451	0,1
	URBANO SANTOS	BAIXA RENDA	1.856	456	0,1
	VARGEM GRANDE	BAIXA RENDA	3.674	69	0,0
	VIANA	BAIXA RENDA	3.834	435	0,1
	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	ESTAGNADA	4.282	297	0,0
	VITORIA DO MEARIM	BAIXA RENDA	5.447	440	0,1
	VITORINO FREIRE	BAIXA RENDA	8.792	407	0,0
	ZE DOCA	BAIXA RENDA	26.883	514	0,1
MG	AGUAS FORMOSAS	ESTAGNADA	3.517	29	0,0
	AGUAS VERMELHAS	DINÂMICA	9.399	717	0,1
	ALMENARA	DINÂMICA	4.193	95	0,0
	ANGELANDIA	DINÂMICA	1.514	81	0,0
	ARACUAI	DINÂMICA	4.735	209	0,0
	ARICANDUVA	DINÂMICA	698	12	0,0
	ARINOS	DINÂMICA	4.040	5	0,0
	ATALEIA	ESTAGNADA	4.671	15	0,0
	BANDEIRA	DINÂMICA	579	32	0,0
	BERILO	DINÂMICA	1.326	14	0,0
	BERIZAL	DINÂMICA	6.966	58	0,0
	BERTOPOLIS	ESTAGNADA	1.284	4	0,0
	BOCAIUVA	ESTAGNADA	74.185	698	0,1
	BONITO DE MINAS	DINÂMICA	15.836	539	0,1
	BOTUMIRIM	DINÂMICA	3.384	227	0,0
	BRASILIA DE MINAS	ESTAGNADA	25.126	572	0,1
	BURITIZEIRO	ESTAGNADA	36.109	620	0,1
	CACHOEIRA DE PAJEU	BAIXA RENDA	1.209	94	0,0
	CAMPANARIO	(vazio)	2.132	0	0,0
	CAMPO AZUL	ESTAGNADA	2.588	87	0,0
	CAPELINHA	DINÂMICA	13.535	249	0,0
	CAPITAO ENEAS	ESTAGNADA	9.126	336	0,0
	CARAI	DINÂMICA	1.996	77	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	CARBONITA	DINÂMICA	2.236	21	0,0
	CARLOS CHAGAS	ESTAGNADA	2.602	3	0,0
	CATUJI	ESTAGNADA	898	5	0,0
	CATUTI	DINÂMICA	4.456	302	0,0
	CHAPADA DO NORTE	DINÂMICA	601	9	0,0
	CHAPADA GAUCHA	DINÂMICA	23.678	1.601	0,2
	CLARO DOS POCOES	ESTAGNADA	3.291	150	0,0
	COMERCINHO	BAIXA RENDA	1.255	24	0,0
	CONEGO MARINHO	DINÂMICA	3.262	226	0,0
	CORACAO DE JESUS	ESTAGNADA	22.087	1.224	0,1
	CORONEL MURTA	DINÂMICA	3.128	51	0,0
	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	ESTAGNADA	9.146	5	0,0
	CRISOLITA	ESTAGNADA	1.810	18	0,0
	CRISTALIA	DINÂMICA	852	89	0,0
	CURRAL DE DENTRO	DINÂMICA	2.353	28	0,0
	DATAS	ESTAGNADA	372	10	0,0
	DIAMANTINA	ESTAGNADA	3.442	45	0,0
	DIVISA ALEGRE	DINÂMICA	278	8	0,0
	DIVISOPOLIS	DINÂMICA	2.393	325	0,0
	ENGENHEIRO NAVARRO	ESTAGNADA	3.312	104	0,0
	ESPINOSA	DINÂMICA	12.831	938	0,1
	FELICIO DOS SANTOS	ESTAGNADA	776	0	0,0
	FELISBURGO	DINÂMICA	870	16	0,0
	FORMOSO	DINÂMICA	1.896	3	0,0
	FRANCISCO BADARO	DINÂMICA	960	21	0,0
	FRANCISCO DUMONT	ESTAGNADA	4.425	107	0,0
	FRANCISCO SA	ESTAGNADA	15.818	864	0,1
	FRANCISOPOLIS	ESTAGNADA	811	13	0,0
	FREI GASPAR	ESTAGNADA	680	13	0,0
	FRONTEIRA DOS VALES	ESTAGNADA	1.150	20	0,0
	FRUTA DE LEITE	DINÂMICA	2.061	242	0,0
	GAMELEIRAS	DINÂMICA	3.551	234	0,0
	GLAUCILANDIA	ESTAGNADA	425	7	0,0
	GRAO MOGOL	DINÂMICA	17.240	472	0,1
	GUARACIAMA	ESTAGNADA	965	10	0,0
	IBIAI	ESTAGNADA	7.336	303	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	IBIRACATU	ESTAGNADA	1.063	64	0,0
	ICARAI DE MINAS	DINÂMICA	8.340	244	0,0
	INDAIABIRA	DINÂMICA	1.552	9	0,0
	ITACAMBIRA	DINÂMICA	1.959	41	0,0
	ITACARAMBI	DINÂMICA	9.333	862	0,1
	ITAIPE	ESTAGNADA	1.967	411	0,0
	ITAMARANDIBA	DINÂMICA	3.526	17	0,0
	ITAMBACURI	ESTAGNADA	2.395	14	0,0
	ITAOBIM	BAIXA RENDA	935	4	0,0
	ITINGA	DINÂMICA	1.755	66	0,0
	JACINTO	DINÂMICA	2.762	27	0,0
	JAIBA	DINÂMICA	56.807	4.893	0,5
	JANAUBA	DINÂMICA	42.514	2.121	0,2
	JANUARIA	DINÂMICA	40.329	1.583	0,2
	JAPONVAR	ESTAGNADA	2.576	80	0,0
	JENIPAPO DE MINAS	DINÂMICA	122	9	0,0
	JEQUITAI	ESTAGNADA	12.131	966	0,1
	JEQUITINHONHA	DINÂMICA	5.919	66	0,0
	JOAIMA	DINÂMICA	9.677	200	0,0
	JORDANIA	DINÂMICA	1.781	55	0,0
	JOSE GONCALVES DE MINAS	DINÂMICA	235	0	0,0
	JOSENOPOLIS	DINÂMICA	878	27	0,0
	JURAMENTO	ESTAGNADA	2.640	177	0,0
	JUVENILIA	DINÂMICA	5.737	168	0,0
	LADAINHA	ESTAGNADA	1.638	25	0,0
	LAGOA DOS PATOS	ESTAGNADA	5.683	236	0,0
	LASSANCE	ESTAGNADA	64.028	539	0,1
	LEME DO PRADO	DINÂMICA	368	1	0,0
	LONTRA	ESTAGNADA	3.007	164	0,0
	LUISLANDIA	ESTAGNADA	3.607	107	0,0
	MACHACALIS	ESTAGNADA	1.933	10	0,0
	MALACACHETA	ESTAGNADA	3.414	57	0,0
	MAMONAS	DINÂMICA	1.604	30	0,0
	MANGA	DINÂMICA	26.260	2.012	0,2
	MATA VERDE	DINÂMICA	894	77	0,0
	MATIAS CARDOSO	DINÂMICA	19.904	980	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	MATO VERDE	DINÂMICA	15.313	1.011	0,1
	MEDINA	BAIXA RENDA	1.363	9	0,0
	MINAS NOVAS	DINÂMICA	6.889	41	0,0
	MIRABELA	ESTAGNADA	13.560	873	0,1
	MIRAVANIA	DINÂMICA	6.166	121	0,0
	MONTALVANIA	DINÂMICA	21.536	1.078	0,1
	MONTE AZUL	DINÂMICA	14.991	711	0,1
	MONTE FORMOSO	DINÂMICA	761	17	0,0
	MONTEZUMA	DINÂMICA	1.466	36	0,0
	MONTEZUMA	ESTAGNADA	106.776	2.233	0,2
	NANUQUE	DINÂMICA	1.047	6	0,0
	NANUQUE	ESTAGNADA	1.047	6	0,0
	NINHEIRA	DINÂMICA	3.424	15	0,0
	NOVA PORTEIRINHA	DINÂMICA	17.784	939	0,1
	NOVO CRUZEIRO	DINÂMICA	8.260	128	0,0
	NOVO ORIENTE DE MINAS	ESTAGNADA	1.076	5	0,0
	NOVORIZONTE	DINÂMICA	1.064	25	0,0
	OLHOS-D'ÁGUA	ESTAGNADA	3.891	59	0,0
	OURO VERDE DE MINAS	ESTAGNADA	938	6	0,0
	PADRE CARVALHO	DINÂMICA	1.412	52	0,0
	PADRE PARAISO	DINÂMICA	1.428	73	0,0
	PAI PEDRO	DINÂMICA	4.682	97	0,0
	PALMOPOLIS	DINÂMICA	108	0	0,0
	PATIS	ESTAGNADA	3.064	86	0,0
	PAVAO	ESTAGNADA	301	10	0,0
	PEDRA AZUL	BAIXA RENDA	876	58	0,0
	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	DINÂMICA	4.378	243	0,0
	PESCADOR	ESTAGNADA	0	0	0,0
	PINTOPOLIS	DINÂMICA	5.363	182	0,0
	PIRAPORA	ESTAGNADA	30.462	277	0,0
	PONTO CHIQUE	ESTAGNADA	4.751	316	0,0
	PONTO DOS VOLANTES	DINÂMICA	711	2	0,0
	PORTEIRINHA	DINÂMICA	32.519	666	0,1
	POTE	ESTAGNADA	849	2	0,0
	RIACHINHO	ESTAGNADA	2.630	2	0,0
	RIACHO DOS MACHADOS	DINÂMICA	4.161	96	0,0
	RIO DO PRADO	DINÂMICA	902	4	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	RIO PARDO DE MINAS	DINÂMICA	25.874	380	0,0
	RIO VERMELHO	ESTAGNADA	2.077	90	0,0
	RUBELITA	DINÂMICA	9.924	684	0,1
	RUBIM	DINÂMICA	920	12	0,0
	SALINAS	DINÂMICA	36.341	2.002	0,2
	SALTO DA DIVISA	DINÂMICA	2.148	59	0,0
	SANTA CRUZ DE SALINAS	DINÂMICA	3.046	123	0,0
	SANTA FE DE MINAS	ESTAGNADA	307	4	0,0
	SANTA HELENA DE MINAS	ESTAGNADA	363	0	0,0
	SANTA MARIA DO SALTO	DINÂMICA	468	42	0,0
	SANTO ANTONIO DO JACINTO	DINÂMICA	113	6	0,0
	SANTO ANTONIO DO RETIRO	DINÂMICA	1.601	76	0,0
	SAO FRANCISCO	DINÂMICA	39.430	1.553	0,2
	SAO GONCALO DO RIO PRETO	ESTAGNADA	18	1	0,0
	SAO JOAO DA LAGOA	ESTAGNADA	2.632	92	0,0
	SAO JOAO DA PONTE	ESTAGNADA	25.400	728	0,1
	SAO JOAO DAS MISSOES	DINÂMICA	2.009	60	0,0
	SAO JOAO DO PACUI	ESTAGNADA	1.307	135	0,0
	SAO JOAO DO PARAISO	DINÂMICA	11.871	182	0,0
	SAO ROMAO	ESTAGNADA	22.434	74	0,0
	SENADOR MODESTINO GONCALVES	ESTAGNADA	828	4	0,0
	SERRA DOS AIMORES	ESTAGNADA	1.322	7	0,0
	SERRANOPOLIS DE MINAS	DINÂMICA	2.176	17	0,0
	SERRO	ESTAGNADA	89	0	0,0
	SETUBINHA	ESTAGNADA	2.283	37	0,0
	TAIOBEIRAS	DINÂMICA	12.264	343	0,0
	TEOFILO OTONI	ESTAGNADA	8.108	84	0,0
	TURMALINA	DINÂMICA	1.908	17	0,0
	UBAI	ESTAGNADA	8.960	254	0,0
	UMBURATIBA	ESTAGNADA	351	0	0,0
	URUCUIA	DINÂMICA	8.911	534	0,1
	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	DINÂMICA	615	21	0,0
	VARZEA DA PALMA	ESTAGNADA	28.025	512	0,1
	VARZELANDIA	ESTAGNADA	10.741	521	0,1
	VERDELANDIA	ESTAGNADA	5.096	186	0,0
	VEREDINHA	(vazio)	1.604	6	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	VIRGEM DA LAPA	DINÂMICA	1.916	30	0,0
PB	AGUA BRANCA	DINÂMICA	470	16	0,0
	AGUIAR	BAIXA RENDA	1.967	59	0,0
	ALAGOA GRANDE	BAIXA RENDA	5.650	662	0,1
	ALAGOA NOVA	BAIXA RENDA	1.930	155	0,0
	ALAGOINHA	BAIXA RENDA	3.686	249	0,0
	ALCANTIL	DINÂMICA	579	38	0,0
	ALGODAO DE JANDAIRA	BAIXA RENDA	689	163	0,0
	ALHANDRA	DINÂMICA	8.538	708	0,1
	AMPARO	DINÂMICA	813	51	0,0
	APARECIDA	ESTAGNADA	3.051	208	0,0
	ARACAGI	BAIXA RENDA	6.647	614	0,1
	ARARA	BAIXA RENDA	1.328	54	0,0
	ARARUNA	BAIXA RENDA	5.423	1.054	0,1
	AREIA	BAIXA RENDA	4.811	311	0,0
	AREIA DE BARAUNAS	DINÂMICA	289	22	0,0
	AREIAL	ESTAGNADA	471	48	0,0
	AROEIRAS	BAIXA RENDA	873	47	0,0
	ASSUNCAO	DINÂMICA	165	6	0,0
	BAIA DA TRAIÇAO	BAIXA RENDA	770	226	0,0
	BANANEIRAS	BAIXA RENDA	8.517	1.225	0,1
	BARAUNA	BAIXA RENDA	49	3	0,0
	BARRA DE SANTA ROSA	BAIXA RENDA	6.561	559	0,1
	BARRA DE SANTANA	DINÂMICA	763	19	0,0
	BARRA DE SAO MIGUEL	DINÂMICA	1.411	101	0,0
	BAYEUX	ALTA RENDA	5.185	281	0,0
	BELEM	BAIXA RENDA	1.628	124	0,0
	BELEM DO BREJO DO CRUZ	ESTAGNADA	3.303	206	0,0
	BERNARDINO BATISTA	ESTAGNADA	891	84	0,0
	BOA VENTURA	DINÂMICA	1.486	98	0,0
	BOA VISTA	ESTAGNADA	1.051	32	0,0
	BOM JESUS	ESTAGNADA	916	76	0,0
	BOM SUCESSO	ESTAGNADA	2.156	114	0,0
	BONITO DE SANTA FE	ESTAGNADA	6.322	375	0,0
	BOQUEIRAO	DINÂMICA	3.304	157	0,0
	BORBOREMA	BAIXA RENDA	770	97	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BREJO DO CRUZ	ESTAGNADA	2.046	91	0,0
	BREJO DOS SANTOS	ESTAGNADA	1.927	41	0,0
	CAAPORA	DINÂMICA	17.269	262	0,0
	CABACEIRAS	DINÂMICA	1.764	128	0,0
	CABEDELO	ALTA RENDA	32.654	333	0,0
	CACHOEIRA DOS INDIOS	ESTAGNADA	4.809	632	0,1
	CACIMBA DE AREIA	DINÂMICA	1.966	207	0,0
	CACIMBA DE DENTRO	BAIXA RENDA	2.052	148	0,0
	CACIMBAS	DINÂMICA	481	42	0,0
	CAICARA	BAIXA RENDA	1.259	63	0,0
	CAJAZEIRAS	ESTAGNADA	35.333	806	0,1
	CAJAZEIRINHAS	ESTAGNADA	2.282	236	0,0
	CALDAS BRANDAO	BAIXA RENDA	809	61	0,0
	CAMALAU	DINÂMICA	3.550	262	0,0
	CAMPINA GRANDE	ESTAGNADA	132.462	1.120	0,1
	CAMPO DE SANTANA	BAIXA RENDA	2.306	194	0,0
	CAPIM	BAIXA RENDA	298	74	0,0
	CARAUBAS	DINÂMICA	1.381	24	0,0
	CARRAPATEIRA	ESTAGNADA	518	10	0,0
	CASSERENGUE	BAIXA RENDA	2.323	144	0,0
	CATINGUEIRA	BAIXA RENDA	2.473	283	0,0
	CATOLE DO ROCHA	ESTAGNADA	9.694	96	0,0
	CATURITE	DINÂMICA	1.543	64	0,0
	CONCEICAO	DINÂMICA	10.201	771	0,1
	CONDADO	ESTAGNADA	6.139	544	0,1
	CONDE	ALTA RENDA	17.562	2.744	0,3
	CONGO	DINÂMICA	4.567	186	0,0
	COREMAS	BAIXA RENDA	34.812	450	0,1
	COXIXOLA	DINÂMICA	557	16	0,0
	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	BAIXA RENDA	9.704	1.866	0,2
	CUBATI	BAIXA RENDA	2.018	176	0,0
	CUITE	BAIXA RENDA	7.010	617	0,1
	CUITE DE MAMANGUAPE	BAIXA RENDA	1.150	157	0,0
	CUITEGI	BAIXA RENDA	840	51	0,0
	CURRAL DE CIMA	BAIXA RENDA	1.002	101	0,0
	CURRAL VELHO	DINÂMICA	1.133	97	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	DAMIAO	BAIXA RENDA	1.395	69	0,0
	DESTERRO	DINÂMICA	1.789	147	0,0
	DIAMANTE	DINÂMICA	2.868	525	0,2
	DONA INES	BAIXA RENDA	2.659	190	0,0
	DUAS ESTRADAS	BAIXA RENDA	973	59	0,0
	EMAS	BAIXA RENDA	1.614	311	0,0
	ESPERANCA	ESTAGNADA	10.664	201	0,0
	FAGUNDES	ESTAGNADA	449	17	0,0
	FREI MARTINHO	BAIXA RENDA	237	12	0,0
	GADO BRAVO	BAIXA RENDA	596	12	0,0
	GUARABIRA	BAIXA RENDA	18.891	2.057	0,2
	GURINHEM	BAIXA RENDA	1.982	80	0,0
	GURJAO	DINÂMICA	1.930	32	0,0
	IBIARA	DINÂMICA	3.732	188	0,0
	IGARACY	BAIXA RENDA	2.182	151	0,0
	IMACULADA	DINÂMICA	1.596	170	0,0
	INGA	BAIXA RENDA	2.373	51	0,0
	ITABAIANA	BAIXA RENDA	2.819	197	0,0
	ITAPORANGA	DINÂMICA	10.456	632	0,1
	ITAPOROROCA	BAIXA RENDA	1.741	232	0,0
	ITATUBA	BAIXA RENDA	4.458	51	0,0
	JACARAU	BAIXA RENDA	2.221	210	0,0
	JERICO	ESTAGNADA	3.210	142	0,0
	JOAO PESSOA	ALTA RENDA	201.066	1.271	0,1
	JUAREZ TAVORA	BAIXA RENDA	916	76	0,0
	JUAZEIRINHO	BAIXA RENDA	3.131	418	0,0
	JUNCO DO SERIDO	ESTAGNADA	408	59	0,0
	JURUPIRANGA	BAIXA RENDA	433	52	0,0
	JURU	DINÂMICA	3.215	427	0,0
	LAGOA	ESTAGNADA	2.491	322	0,0
	LAGOA DE DENTRO	BAIXA RENDA	1.630	136	0,0
	LAGOA SECA	ESTAGNADA	1.446	32	0,0
	LASTRO	ESTAGNADA	724	75	0,0
	LIVRAMENTO	DINÂMICA	2.501	113	0,0
	LOGRADOURO	BAIXA RENDA	421	14	0,0
	LUCENA	ALTA RENDA	1.627	277	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	MAE D'AGUA	DINÂMICA	1.674	202	0,0
	MALTA	ESTAGNADA	1.228	57	0,0
	MAMANGUAPE	BAIXA RENDA	7.297	467	0,1
	MANAIRA	DINÂMICA	2.137	180	0,0
	MARCACAO	BAIXA RENDA	1.608	652	0,1
	MARI	BAIXA RENDA	5.264	334	0,0
	MARIZOPOLIS	ESTAGNADA	4.178	434	0,1
	MASSARANDUBA	ESTAGNADA	912	11	0,0
	MATARACA	BAIXA RENDA	30.875	21	0,0
	MATINHAS	BAIXA RENDA	1.782	86	0,0
	MATO GROSSO	ESTAGNADA	1.014	10	0,0
	MATUREIA	DINÂMICA	359	29	0,0
	MOGEIRO	BAIXA RENDA	3.791	305	0,0
	MONTADAS	ESTAGNADA	313	30	0,0
	MONTE HOREBE	ESTAGNADA	1.931	219	0,0
	MONTEIRO	DINÂMICA	12.295	877	0,1
	MULUNGU	BAIXA RENDA	2.479	170	0,0
	NATUBA	BAIXA RENDA	2.449	166	0,0
	NAZAREZINHO	ESTAGNADA	3.638	225	0,0
	NOVA FLORESTA	BAIXA RENDA	976	72	0,0
	NOVA OLINDA	BAIXA RENDA	700	31	0,0
	NOVA PALMEIRA	BAIXA RENDA	605	23	0,0
	OLHO D'AGUA	BAIXA RENDA	5.847	594	0,1
	OLIVEDOS	BAIXA RENDA	799	54	0,0
	OURO VELHO	DINÂMICA	1.772	106	0,0
	PARARI	DINÂMICA	995	30	0,0
	PASSAGEM	DINÂMICA	1.271	61	0,0
	PATOS	DINÂMICA	61.396	363	0,0
	PAULISTA	ESTAGNADA	5.894	451	0,1
	PEDRA BRANCA	DINÂMICA	1.639	208	0,0
	PEDRA LAVRADA	BAIXA RENDA	871	38	0,0
	PEDRAS DE FOGO	DINÂMICA	12.411	1.258	0,1
	PEDRO REGIS	BAIXA RENDA	615	50	0,0
	PIANCO	BAIXA RENDA	3.764	331	0,0
	PICUI	BAIXA RENDA	1.812	147	0,0
	PILAR	BAIXA RENDA	2.984	425	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	PILOES	BAIXA RENDA	2.601	142	0,0
	PILOEZINHOS	BAIXA RENDA	604	42	0,0
	PIRPIRITUBA	BAIXA RENDA	1.408	99	0,0
	PITIMBU	DINÂMICA	17.562	5.695	0,6
	POCINHOS	BAIXA RENDA	1.818	93	0,0
	POCO DANTAS	ESTAGNADA	1.300	119	0,0
	POCO DE JOSE DE MOURA	ESTAGNADA	1.633	127	0,0
	POMBAL	ESTAGNADA	11.662	904	0,1
	PRATA	ALTA RENDA	1.843	72	0,0
	PRINCESA ISABEL	DINÂMICA	7.842	327	0,0
	PUXINANA	ESTAGNADA	591	13	0,0
	QUEIMADAS	ESTAGNADA	2.040	70	0,0
	QUIXABA	DINÂMICA	474	37	0,0
	REMIGIO	BAIXA RENDA	3.592	216	0,0
	RIACHAO	BAIXA RENDA	214	25	0,0
	RIACHAO DO BACAMARTE	BAIXA RENDA	182	19	0,0
	RIACHAO DO POCO	BAIXA RENDA	2.272	212	0,0
	RIACHO DE SANTO ANTONIO	DINÂMICA	290	38	0,0
	RIACHO DOS CAVALOS	ESTAGNADA	3.278	132	0,0
	RIO TINTO	BAIXA RENDA	5.858	518	0,1
	SALGADINHO	ESTAGNADA	771	64	0,0
	SALGADO DE SAO FELIX	BAIXA RENDA	5.122	727	0,1
	SANTA CECILIA DE UMBUZEIRO	BAIXA RENDA	566	64	0,0
	SANTA CRUZ	ESTAGNADA	3.130	88	0,0
	SANTA HELENA	ESTAGNADA	2.255	80	0,0
	SANTA INES	DINÂMICA	1.574	132	0,0
	SANTA LUZIA	ESTAGNADA	1.869	58	0,0
	SANTA RITA	ALTA RENDA	60.011	1.574	0,2
	SANTA TERESINHA	DINÂMICA	2.761	264	0,0
	SANTANA DE MANGUEIRA	DINÂMICA	6.198	525	0,1
	SANTANA DOS GARROTES	BAIXA RENDA	2.435	141	0,0
	SANTAREM	ESTAGNADA	862	81	0,0
	SANTO ANDRE	DINÂMICA	1.478	72	0,0
	SAO BENTINHO	ESTAGNADA	868	52	0,0
	SAO BENTO	ESTAGNADA	5.993	122	0,0
	SAO DOMINGOS DE POMBAL	ESTAGNADA	1.455	137	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAO DOMINGOS DO CARIRI	DINÂMICA	96	7	0,0
	SAO FRANCISCO	ESTAGNADA	569	8	0,0
	SAO JOAO DO CARIRI	DINÂMICA	4.771	270	0,0
	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	ESTAGNADA	10.100	446	0,1
	SAO JOAO DO TIGRE	DINÂMICA	1.275	28	0,0
	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	ESTAGNADA	2.841	199	0,0
	SAO JOSE DE CAIANA	DINÂMICA	2.605	315	0,0
	SAO JOSE DE ESPINHARAS	DINÂMICA	3.712	105	0,0
	SAO JOSE DE PIRANHAS	ESTAGNADA	6.466	341	0,0
	SAO JOSE DE PRINCESA	DINÂMICA	1.005	50	0,0
	SAO JOSE DO BONFIM	DINÂMICA	1.786	124	0,0
	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	ESTAGNADA	419	18	0,0
	SAO JOSE DO SABUGI	ESTAGNADA	1.214	83	0,0
	SAO JOSE DOS CORDEIROS	DINÂMICA	3.102	197	0,0
	SAO JOSE DOS RAMOS	BAIXA RENDA	169	19	0,0
	SAO MAMEDE	ESTAGNADA	2.811	422	0,0
	SAO MIGUEL DE TAIPU	BAIXA RENDA	3.390	494	0,1
	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	ESTAGNADA	450	13	0,0
	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	DINÂMICA	3.737	220	0,0
	SAPE	BAIXA RENDA	10.919	1.666	0,2
	SERIDO	BAIXA RENDA	1.154	86	0,0
	SERRA BRANCA	DINÂMICA	4.363	347	0,0
	SERRA DA RAIZ	BAIXA RENDA	674	67	0,0
	SERRA GRANDE	DINÂMICA	998	43	0,0
	SERRA REDONDA	ESTAGNADA	636	18	0,0
	SERRARIA	BAIXA RENDA	1.162	148	0,0
	SERTAOZINHO	BAIXA RENDA	671	92	0,0
	SOBRADO	BAIXA RENDA	21.641	237	0,0
	SOLANEA	BAIXA RENDA	6.238	502	0,1
	SOLEDADE	BAIXA RENDA	2.546	234	0,0
	SOSSEGO	BAIXA RENDA	1.010	18	0,0
	SOUSA	ESTAGNADA	37.699	1.257	0,1
	SUME	DINÂMICA	11.993	440	0,1
	TAPEROA	DINÂMICA	3.695	280	0,0
	TAVARES	DINÂMICA	847	43	0,0
	TEIXEIRA	DINÂMICA	2.057	246	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	TENORIO	BAIXA RENDA	486	56	0,0
	TRIUNFO	ESTAGNADA	3.706	320	0,0
	UIRAUNA	ESTAGNADA	4.668	175	0,0
	UMBUZEIRO	BAIXA RENDA	1.845	187	0,0
	VARZEA	ESTAGNADA	1.659	192	0,0
	VIEIROPOLIS	ESTAGNADA	3.130	147	0,0
	VISTA SERRANA	ESTAGNADA	176	25	0,0
	ZABELE	DINÂMICA	736	19	0,0
PE	ABREU E LIMA	ALTA RENDA	12.888	876	0,1
	AFOGADOS DA INGAZEIRA	DINÂMICA	7.262	363	0,0
	AFRANIO	ESTAGNADA	23.782	1.052	0,1
	AGRESTINA	BAIXA RENDA	2.358	43	0,0
	AGUA PRETA	BAIXA RENDA	10.236	1.801	0,2
	AGUAS BELAS	BAIXA RENDA	18.314	2.101	0,2
	ALAGOINHA	ESTAGNADA	6.455	427	0,0
	ALIANCA	ESTAGNADA	4.418	270	0,0
	ALTINHO	BAIXA RENDA	1.900	134	0,0
	AMARAJI	BAIXA RENDA	9.037	1.387	0,1
	ANGELIM	ESTAGNADA	3.875	118	0,0
	ARACOIABA	ESTAGNADA	2.087	360	0,0
	ARARIPINA	DINÂMICA	27.133	1.932	0,2
	ARCOVERDE	ESTAGNADA	16.948	861	0,1
	BARRA DE GUABIRABA	BAIXA RENDA	30.175	36	0,0
	BARREIROS	BAIXA RENDA	1.249	80	0,0
	BELEM DE MARIA	BAIXA RENDA	1.885	211	0,0
	BELEM DE SAO FRANCISCO	DINÂMICA	14.669	665	0,1
	BELO JARDIM	ESTAGNADA	57.829	800	0,1
	BETANIA	ESTAGNADA	5.417	650	0,1
	BEZERROS	ESTAGNADA	14.556	582	0,1
	BODOCO	DINÂMICA	20.434	943	0,1
	BOM CONSELHO	ESTAGNADA	19.961	735	0,1
	BOM JARDIM	BAIXA RENDA	10.238	896	0,1
	BONITO	BAIXA RENDA	8.251	1.888	0,2
	BREJAO	ESTAGNADA	2.728	152	0,0
	BREJINHO	DINÂMICA	1.506	154	0,0
	BREJO DA MADRE DE DEUS	ESTAGNADA	3.282	301	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BUENOS AIRES	ESTAGNADA	1.529	138	0,0
	BUIQUE	BAIXA RENDA	19.453	1.137	0,1
	CABO DE SANTO AGOSTINHO	ESTAGNADA	108.348	1.041	0,1
	CABROBO	ESTAGNADA	25.630	2.091	0,2
	CACHOEIRINHA	ESTAGNADA	4.621	599	0,1
	CAETES	ESTAGNADA	4.071	354	0,0
	CALCADO	ESTAGNADA	1.604	167	0,0
	CALUMBI	DINÂMICA	1.736	78	0,0
	CAMARAGIBE	ALTA RENDA	2.767	1.066	0,1
	CAMOCIM DE SAO FELIX	BAIXA RENDA	2.817	207	0,0
	CAMUTANGA	ESTAGNADA	43.554	150	0,0
	CANHOTINHO	ESTAGNADA	7.332	877	0,1
	CAPOEIRAS	ESTAGNADA	4.827	250	0,0
	CARNAIBA	DINÂMICA	3.368	212	0,0
	CARNAUBEIRA DA PENHA	DINÂMICA	9.464	682	0,1
	CARPINA	ESTAGNADA	7.942	199	0,0
	CARUARU	ESTAGNADA	169.972	4.040	0,4
	CASINHAS	ESTAGNADA	1.020	82	0,0
	CATENDE	BAIXA RENDA	829	111	0,0
	CEDRO	DINÂMICA	4.264	75	0,0
	CHA DE ALEGRIA	ESTAGNADA	622	43	0,0
	CHA GRANDE	ESTAGNADA	3.156	481	0,1
	CONDADO	ESTAGNADA	1.338	108	0,0
	CORRENTES	ESTAGNADA	4.265	161	0,0
	CORTES	BAIXA RENDA	9.660	1.932	0,2
	CUMARU	BAIXA RENDA	6.857	419	0,0
	CUPIRA	BAIXA RENDA	606	34	0,0
	CUSTODIA	ESTAGNADA	17.849	2.007	0,2
	DORMENTES	ESTAGNADA	27.078	2.039	0,2
	ESCALDA	BAIXA RENDA	2.367	146	0,0
	EXU	DINÂMICA	16.963	823	0,1
	FEIRA NOVA	BAIXA RENDA	2.721	204	0,0
	FERNANDO DE NORONHA	ALTA RENDA	70.511	0	0,0
	FERREIROS	ESTAGNADA	6.388	122	0,0
	FLORES	DINÂMICA	8.507	739	0,1
	FLORESTA	DINÂMICA	28.046	1.423	0,2

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	FREI MIGUELINHO	ESTAGNADA	4.001	209	0,0
	GAMELEIRA	BAIXA RENDA	3.146	508	0,1
	GARANHUNS	ESTAGNADA	18.251	400	0,0
	GLORIA DO GOITA	ESTAGNADA	5.520	249	0,0
	GOIANA	ESTAGNADA	12.154	1.327	0,1
	GRANITO	DINÂMICA	5.356	393	0,0
	GRAVATA	ESTAGNADA	22.483	2.741	0,3
	IATI	ESTAGNADA	8.016	681	0,2
	IBIMIRIM	ESTAGNADA	9.099	984	0,1
	IBIRAJUBA	BAIXA RENDA	2.324	149	0,0
	IGARASSU	ESTAGNADA	16.605	632	0,1
	IGUARACI	DINÂMICA	5.429	466	0,1
	INAJÁ	ESTAGNADA	12.583	1.350	0,1
	INGAZEIRA	DINÂMICA	1.300	103	0,0
	IPOJUCA	ESTAGNADA	159.996	290	0,0
	IPUBI	DINÂMICA	4.007	168	0,0
	ITACURUBA	DINÂMICA	3.515	419	0,0
	ITAIBA	BAIXA RENDA	17.216	2.043	0,2
	ITAMARACA	ESTAGNADA	1.453	140	0,0
	ITAMBE	ESTAGNADA	5.841	537	0,1
	ITAPETIM	DINÂMICA	2.223	158	0,0
	ITAPISSUMA	ESTAGNADA	55.605	1.855	0,2
	ITAQUITINGA	ESTAGNADA	2.226	93	0,0
	JABOATÃO DOS GUARARAPES	ALTA RENDA	63.031	4.036	0,4
	JAQUEIRA	BAIXA RENDA	174	44	0,0
	JATAUBA	ESTAGNADA	5.211	231	0,0
	JATOBA	DINÂMICA	5.092	414	0,0
	JOÃO ALFREDO	BAIXA RENDA	4.943	262	0,0
	JOAQUIM NABUCO	BAIXA RENDA	2.377	959	0,1
	JUCATI	ESTAGNADA	1.652	72	0,0
	JUPI	ESTAGNADA	3.465	129	0,0
	JUREMA	ESTAGNADA	807	53	0,0
	LAGOA DO CARRO	ESTAGNADA	2.381	127	0,0
	LAGOA DO ITAENGA	ESTAGNADA	16.202	163	0,0
	LAGOA DO OURO	ESTAGNADA	3.113	34	0,0
	LAGOA DOS GATOS	BAIXA RENDA	1.951	229	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	LAGOA GRANDE	ESTAGNADA	23.863	1.009	0,1
	LAJEDO	ESTAGNADA	3.401	80	0,0
	LIMOEIRO	BAIXA RENDA	10.660	449	0,1
	MACAPARANA	ESTAGNADA	4.118	329	0,0
	MACHADOS	BAIXA RENDA	917	65	0,0
	MANARI	ESTAGNADA	2.928	171	0,0
	MARAIAL	BAIXA RENDA	958	96	0,0
	MIRANDIBA	DINÂMICA	5.209	532	0,1
	MOREILANDIA	DINÂMICA	4.063	167	0,0
	MORENO	ALTA RENDA	20.637	2.776	0,3
	NAZARE DA MATA	ESTAGNADA	2.613	225	0,0
	OLINDA	ALTA RENDA	17.356	115	0,0
	OROBO	BAIXA RENDA	1.259	98	0,0
	OROCO	ESTAGNADA	8.313	761	0,1
	OURICURI	DINÂMICA	21.199	1.247	0,1
	PALMARES	BAIXA RENDA	1.871	169	0,0
	PALMEIRINA	ESTAGNADA	2.421	56	0,0
	PANELAS	BAIXA RENDA	3.150	217	0,0
	PARANATAMA	ESTAGNADA	3.478	160	0,0
	PARNAMIRIM	DINÂMICA	17.408	1.015	0,1
	PASSIRA	BAIXA RENDA	12.229	1.082	0,1
	PAUDALHO	ESTAGNADA	3.678	487	0,1
	PAULISTA	ALTA RENDA	22.442	1.334	0,1
	PEDRA	BAIXA RENDA	19.090	1.178	0,1
	PESQUEIRA	ESTAGNADA	20.833	3.018	0,3
	PETROLANDIA	DINÂMICA	8.889	623	0,1
	PETROLINA	ESTAGNADA	357.509	15.540	1,6
	POCAO	ESTAGNADA	2.258	118	0,0
	POMBOS	ESTAGNADA	7.638	969	0,1
	PRIMAVERA	BAIXA RENDA	3.738	539	0,1
	QUIPAPA	BAIXA RENDA	2.820	315	0,0
	QUIXABA	DINÂMICA	2.368	195	0,0
	RECIFE	ALTA RENDA	315.189	6.727	0,7
	RIACHO DAS ALMAS	ESTAGNADA	11.541	166	0,0
	RIBEIRAO	BAIXA RENDA	9.223	1.382	0,1
	RIO FORMOSO	BAIXA RENDA	4.148	210	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAIRE	BAIXA RENDA	5.693	454	0,1
	SALGADINHO	BAIXA RENDA	884	100	0,0
	SALGUEIRO	DINÂMICA	18.389	585	0,1
	SALOA	ESTAGNADA	4.316	256	0,0
	SANHARO	ESTAGNADA	8.009	495	0,1
	SANTA CRUZ	DINÂMICA	10.430	657	0,1
	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	DINÂMICA	1.428	130	0,0
	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	ESTAGNADA	3.311	319	0,0
	SANTA FILOMENA	DINÂMICA	9.016	692	0,1
	SANTA MARIA DA BOA VISTA	ESTAGNADA	26.012	4.469	0,5
	SANTA MARIA DO CAMBUCA	ESTAGNADA	1.187	22	0,0
	SANTA TEREZINHA	DINÂMICA	1.035	87	0,0
	SAO BENEDITO DO SUL	BAIXA RENDA	583	56	0,0
	SAO BENTO DO UNA	ESTAGNADA	14.604	550	0,1
	SAO CAITANO	ESTAGNADA	34.068	131	0,0
	SAO JOAO	ESTAGNADA	1.813	160	0,0
	SAO JOAQUIM DO MONTE	BAIXA RENDA	2.863	151	0,0
	SAO JOSE DA COROA GRANDE	BAIXA RENDA	1.015	49	0,0
	SAO JOSE DO BELMONTE	DINÂMICA	55.891	1.436	0,2
	SAO JOSE DO EGITO	DINÂMICA	19.104	1.764	0,2
	SAO LOURENCO DA MATA	ALTA RENDA	16.293	372	0,0
	SAO VICENTE FERRER	BAIXA RENDA	3.229	283	0,0
	SERRA TALHADA	DINÂMICA	39.296	2.017	0,2
	SERRITA	DINÂMICA	13.783	576	0,1
	SERTANIA	ESTAGNADA	26.856	2.554	0,3
	SIRINHAEM	BAIXA RENDA	4.664	1.189	0,1
	SOLIDAO	DINÂMICA	448	41	0,0
	SURUBIM	ESTAGNADA	13.720	322	0,0
	TABIRA	DINÂMICA	4.438	196	0,0
	TACAIMBO	ESTAGNADA	8.728	659	0,1
	TACARATU	DINÂMICA	5.588	510	0,1
	TAMANDARE	BAIXA RENDA	3.654	492	0,1
	TAQUARITINGA DO NORTE	ESTAGNADA	4.243	241	0,0
	TEREZINHA	ESTAGNADA	1.189	57	0,0
	TERRA NOVA	ESTAGNADA	7.165	471	0,1
	TIMBAUBA	ESTAGNADA	5.320	671	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	TORITAMA	ESTAGNADA	5.002	31	0,0
	TRACUNHAEM	ESTAGNADA	10.210	79	0,0
	TRINDADE	DINÂMICA	5.307	298	0,0
	TRIUNFO	DINÂMICA	2.517	150	0,0
	TUPANATINGA	BAIXA RENDA	7.039	657	0,1
	TUPARETAMA	DINÂMICA	4.723	476	0,1
	VENTUROSA	BAIXA RENDA	7.390	456	0,1
	VERDEJANTE	DINÂMICA	3.587	102	0,0
	VERTENTE DO LERIO	ESTAGNADA	548	80	0,0
	VERTENTES	ESTAGNADA	2.975	178	0,0
	VICENCIA	ESTAGNADA	2.337	176	0,0
	VITORIA DE SANTO ANTAO	ESTAGNADA	241.843	3.179	0,3
	XEXEU	BAIXA RENDA	71	22	0,0
PI	ACAUÁ	DINÂMICA	3.888	199	0,0
	AGRICOLANDIA	BAIXA RENDA	1.336	110	0,0
	AGUA BRANCA	BAIXA RENDA	4.830	391	0,0
	ALAGOINHA DO PIAUI	DINÂMICA	2.681	300	0,0
	ALEGRETE DO PIAUI	DINÂMICA	3.857	526	0,1
	ALTO LONGA	DINÂMICA	3.009	173	0,0
	ALTOS	ESTAGNADA	8.435	573	0,1
	ALVORADA DO GURGUEIA	DINÂMICA	3.080	304	0,0
	AMARANTE	BAIXA RENDA	7.731	1.106	0,1
	ANGICAL DO PIAUI	BAIXA RENDA	2.755	52	0,0
	ANISIO DE ABREU	DINÂMICA	2.759	84	0,0
	ANTONIO ALMEIDA	DINÂMICA	4.763	935	0,1
	AROAZES	BAIXA RENDA	4.324	350	0,0
	AROEIRAS DO ITAIM	ESTAGNADA	342	5	0,0
	ARRAIAL	BAIXA RENDA	668	53	0,0
	ASSUNCAO DO PIAUI	DINÂMICA	1.063	11	0,0
	AVELINO LOPES	DINÂMICA	6.316	703	0,1
	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	DINÂMICA	61.387	2.325	0,2
	BARRA D'ALCANTARA	BAIXA RENDA	1.771	178	0,0
	BARRAS	DINÂMICA	3.499	352	0,0
	BARREIRAS DO PIAUI	DINÂMICA	20.365	1.656	0,2
	BARRO DURO	BAIXA RENDA	2.709	127	0,0
	BATALHA	DINÂMICA	10.259	943	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BELA VISTA DO PIAUI	DINÂMICA	1.493	69	0,0
	BELEM DO PIAUI	DINÂMICA	2.327	115	0,0
	BENEDITINOS	ESTAGNADA	1.088	220	0,0
	BERTOLINIA	DINÂMICA	1.711	170	0,0
	BETANIA DO PIAUI	DINÂMICA	5.481	290	0,0
	BOA HORA	DINÂMICA	1.016	45	0,0
	BOCAINA	ESTAGNADA	946	23	0,0
	BOM JESUS	DINÂMICA	54.503	1.959	0,2
	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	ESTAGNADA	1.398	131	0,0
	BONFIM DO PIAUI	DINÂMICA	2.445	200	0,0
	BOQUEIRAO DO PIAUI	DINÂMICA	453	20	0,0
	BRASILEIRA	DINÂMICA	2.593	247	0,0
	BREJO DO PIAUI	DINÂMICA	1.271	66	0,0
	BURITI DOS LOPES	ESTAGNADA	5.047	460	0,1
	BURITI DOS MONTES	DINÂMICA	589	30	0,0
	CABECEIRAS DO PIAUI	DINÂMICA	1.344	37	0,0
	CAJAZEIRAS DO PIAUI	ESTAGNADA	1.100	84	0,0
	CAJUEIRO DA PRAIA	ESTAGNADA	1.245	39	0,0
	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	DINÂMICA	7.175	439	0,1
	CAMPINAS DO PIAUI	DINÂMICA	2.869	73	0,0
	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	DINÂMICA	288	64	0,0
	CAMPO GRANDE DO PIAUI	DINÂMICA	3.247	177	0,0
	CAMPO LARGO DO PIAUI	DINÂMICA	689	167	0,0
	CAMPO MAIOR	DINÂMICA	13.927	566	0,1
	CANAVIEIRA	ESTAGNADA	1.623	19	0,0
	CANTO DO BURITI	DINÂMICA	16.438	623	0,1
	CAPITAO DE CAMPOS	DINÂMICA	1.320	78	0,0
	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	DINÂMICA	2.458	128	0,0
	CARACOL	DINÂMICA	5.762	715	0,1
	CARAUBAS DO PIAUI	ESTAGNADA	2.557	285	0,0
	CARIDADE DO PIAUI	DINÂMICA	11.076	1.005	0,1
	CASTELO DO PIAUI	DINÂMICA	4.774	403	0,0
	CAXINGO	ESTAGNADA	1.080	99	0,0
	COCAL	ESTAGNADA	4.898	406	0,0
	COCAL DE TELHA	DINÂMICA	888	16	0,0
	COCAL DOS ALVES	ESTAGNADA	277	32	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	COIVARAS	ESTAGNADA	284	46	0,0
	COLONIA DO GURGUEIA	DINÂMICA	1.194	165	0,0
	COLONIA DO PIAUI	ESTAGNADA	3.456	363	0,0
	CONCEICAO DO CANINDE	DINÂMICA	5.527	416	0,0
	CORONEL JOSE DIAS	DINÂMICA	3.832	402	0,0
	CORRENTE	DINÂMICA	30.044	2.306	0,2
	CRISTALANDIA DO PIAUI	DINÂMICA	8.959	841	0,1
	CRISTINO CASTRO	DINÂMICA	4.199	367	0,0
	CURIMATA	DINÂMICA	5.333	606	0,1
	CURRAIS	DINÂMICA	13.536	626	0,1
	CURRAL NOVO DO PIAUI	DINÂMICA	3.720	290	0,0
	CURRALINHOS	ESTAGNADA	792	111	0,0
	DEMERVAL LOBAO	ESTAGNADA	1.646	81	0,0
	DIRCEU ARCOVERDE	DINÂMICA	2.408	218	0,0
	DOM EXPEDITO LOPES	ESTAGNADA	1.852	93	0,0
	DOM INOCENCIO	DINÂMICA	3.773	229	0,0
	DOMINGOS MOURAO	DINÂMICA	1.128	125	0,0
	ELESBAO VELOSO	BAIXA RENDA	4.400	341	0,0
	ELISEU MARTINS	DINÂMICA	2.090	271	0,0
	ESPERANTINA	DINÂMICA	7.121	254	0,0
	FARTURA DO PIAUI	DINÂMICA	2.495	228	0,0
	FLORES DO PIAUI	ESTAGNADA	1.766	110	0,0
	FLORESTA DO PIAUI	DINÂMICA	919	79	0,0
	FLORIANO	ESTAGNADA	18.224	619	0,1
	FRANCINOPOLIS	BAIXA RENDA	1.728	169	0,0
	FRANCISCO AYRES	BAIXA RENDA	643	49	0,0
	FRANCISCO MACEDO	DINÂMICA	2.023	152	0,0
	FRANCISCO SANTOS	DINÂMICA	3.496	152	0,0
	FRONTEIRAS	DINÂMICA	12.232	84	0,0
	GEMINIANO	ESTAGNADA	3.408	276	0,0
	GILBUES	DINÂMICA	21.228	887	0,1
	GUADALUPE	ESTAGNADA	2.002	132	0,0
	GUARIBAS	DINÂMICA	547	19	0,0
	HUGO NAPOLEAO	BAIXA RENDA	2.039	293	0,0
	ILHA GRANDE	ESTAGNADA	777	85	0,0
	INHUMA	BAIXA RENDA	8.334	551	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	IPIRANGA DO PIAUI	ESTAGNADA	5.498	412	0,0
	ISAIAS COELHO	DINÂMICA	1.541	111	0,0
	ITAINOPOLIS	DINÂMICA	5.214	235	0,0
	ITAUEIRA	ESTAGNADA	5.896	461	0,1
	JACOBINA DO PIAUI	DINÂMICA	9.140	622	0,1
	JAICOS	DINÂMICA	9.280	498	0,1
	JARDIM DO MULATO	BAIXA RENDA	2.867	360	0,0
	JATOBA DO PIAUI	DINÂMICA	1.707	62	0,0
	JERUMENHA	ESTAGNADA	3.074	300	0,0
	JOAO COSTA	DINÂMICA	2.506	296	0,0
	JOAQUIM PIRES	DINÂMICA	5.514	285	0,0
	JOCA MARQUES	DINÂMICA	1.277	91	0,0
	JOSE DE FREITAS	ESTAGNADA	18.736	642	0,1
	JUAZEIRO DO PIAUI	DINÂMICA	1.160	47	0,0
	JULIO BORGES	DINÂMICA	1.032	85	0,0
	JUREMA	DINÂMICA	1.236	81	0,0
	LAGOA ALEGRE	ESTAGNADA	867	58	0,0
	LAGOA DE SAO FRANCISCO	DINÂMICA	490	49	0,0
	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	DINÂMICA	3.315	194	0,0
	LAGOA DO PIAUI	ESTAGNADA	806	34	0,0
	LAGOA DO SITIO	BAIXA RENDA	7.547	366	0,0
	LAGOINHA DO PIAUI	BAIXA RENDA	322	15	0,0
	LANDRI SALES	DINÂMICA	3.101	94	0,0
	LUIS CORREIA	ESTAGNADA	9.574	1.331	0,1
	LUZILANDIA	DINÂMICA	3.968	152	0,0
	MADEIRO	DINÂMICA	1.172	161	0,0
	MANOEL EMIDIO	DINÂMICA	5.692	435	0,1
	MARCOLANDIA	DINÂMICA	3.452	206	0,0
	MARCOS PARENTE	DINÂMICA	1.205	73	0,0
	MASSAPE DO PIAUI	DINÂMICA	2.215	171	0,0
	MATIAS OLIMPIO	DINÂMICA	855	116	0,0
	MIGUEL ALVES	DINÂMICA	15.214	676	0,1
	MIGUEL LEAO	ESTAGNADA	638	92	0,0
	MILTON BRANDAO	DINÂMICA	1.340	26	0,0
	MONSENHOR GIL	ESTAGNADA	2.465	270	0,0
	MONSENHOR HIPOLITO	DINÂMICA	3.742	294	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	MONTE ALEGRE DO PIAUI	DINÂMICA	29.822	555	0,1
	MORRO CABECA NO TEMPO	DINÂMICA	1.469	278	0,0
	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	DINÂMICA	2.197	68	0,0
	MURICI DOS PORTELAS	ESTAGNADA	1.271	85	0,0
	NAZARE DO PIAUI	ESTAGNADA	3.134	129	0,0
	NOSSA SENHORA DE NAZARE	DINÂMICA	567	40	0,0
	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	DINÂMICA	668	104	0,0
	NOVA SANTA RITA	DINÂMICA	4.443	419	0,0
	NOVO ORIENTE DO PIAUI	BAIXA RENDA	3.670	294	0,0
	NOVO SANTO ANTONIO	DINÂMICA	467	40	0,0
	OEIRAS	ESTAGNADA	28.457	2.422	0,3
	OLHO D'AGUA DO PIAUI	BAIXA RENDA	2.214	146	0,0
	PADRE MARCOS	DINÂMICA	7.743	889	0,1
	PAES LANDIM	DINÂMICA	5.518	498	0,1
	PAJEU DO PIAUI	DINÂMICA	1.035	140	0,0
	PALMEIRA DO PIAUI	DINÂMICA	19.058	524	0,1
	PALMEIRAIS	BAIXA RENDA	7.309	690	0,1
	PAQUETA	ESTAGNADA	1.219	51	0,0
	PARNAGUA	DINÂMICA	18.789	2.222	0,2
	PARNAIBA	ESTAGNADA	14.319	673	0,1
	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	BAIXA RENDA	3.171	185	0,0
	PATOS DO PIAUI	DINÂMICA	1.516	167	0,0
	PAU D'ARCO DO PIAUÍ	ESTAGNADA	453	120	0,0
	PAULISTANA	DINÂMICA	18.336	1.421	0,2
	PAVUSSU	ESTAGNADA	3.572	471	0,1
	PEDRO II	DINÂMICA	6.469	336	0,0
	PEDRO LAURENTINO	DINÂMICA	2.272	122	0,0
	PICOS	ESTAGNADA	44.892	821	0,1
	PIMENTEIRAS	BAIXA RENDA	8.449	1.101	0,1
	PIO IX	DINÂMICA	9.463	399	0,0
	PIRACURUCA	ESTAGNADA	13.620	618	0,1
	PIRIPIRI	DINÂMICA	10.647	529	0,1
	PORTO	DINÂMICA	1.422	166	0,0
	PORTO ALEGRE DO PIAUI	DINÂMICA	4.351	10	0,0
	PRATA DO PIAUI	BAIXA RENDA	271	10	0,0
	QUEIMADA NOVA	DINÂMICA	3.534	117	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	REDENCAO DO GURGUEIA	DINÂMICA	5.889	522	0,1
	REGENERACAO	BAIXA RENDA	10.243	595	0,1
	RIACHO FRIO	DINÂMICA	3.984	380	0,0
	RIBEIRA DO PIAUI	DINÂMICA	801	55	0,0
	RIBEIRO GONCALVES	DINÂMICA	6.108	178	0,0
	RIO GRANDE DO PIAUI	ESTAGNADA	7.785	676	0,1
	SANTA CRUZ DO PIAUI	ESTAGNADA	2.342	155	0,0
	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	BAIXA RENDA	619	51	0,0
	SANTA FILOMENA	DINÂMICA	14.492	1.140	0,1
	SANTA LUZ	DINÂMICA	8.225	810	0,1
	SANTA ROSA DO PIAUI	ESTAGNADA	5.559	507	0,1
	SANTANA DO PIAUI	ESTAGNADA	465	27	0,0
	SANTO ANTONIO DE LISBOA	DINÂMICA	5.597	100	0,0
	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	BAIXA RENDA	399	30	0,0
	SANTO INACIO DO PIAUI	DINÂMICA	3.841	335	0,0
	SAO BRAZ DO PIAUI	DINÂMICA	1.267	112	0,0
	SAO FELIX DO PIAUI	BAIXA RENDA	1.443	20	0,0
	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	DINÂMICA	2.589	133	0,0
	SAO FRANCISCO DO PIAUI	ESTAGNADA	2.368	126	0,0
	SAO GONCALO DO GURGUEIA	DINÂMICA	1.777	134	0,0
	SAO GONCALO DO PIAUI	BAIXA RENDA	2.115	150	0,0
	SAO JOAO DA CANABRAVA	ESTAGNADA	1.787	127	0,0
	SAO JOAO DA FRONTEIRA	ESTAGNADA	1.393	108	0,0
	SAO JOAO DA SERRA	DINÂMICA	543	21	0,0
	SAO JOAO DA VARJOTA	ESTAGNADA	1.703	60	0,0
	SAO JOAO DO ARRAIAL	DINÂMICA	1.038	59	0,0
	SAO JOAO DO PIAUI	DINÂMICA	15.859	2.167	0,2
	SAO JOSE DO DIVINO	ESTAGNADA	2.915	145	0,0
	SAO JOSE DO PEIXE	ESTAGNADA	3.168	312	0,0
	SAO JOSE DO PIAUI	ESTAGNADA	1.797	44	0,0
	SAO JULIAO	DINÂMICA	1.572	67	0,0
	SAO LOURENCO DO PIAUI	DINÂMICA	1.075	75	0,0
	SAO LUIS DO PIAUI	ESTAGNADA	692	29	0,0
	SAO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	BAIXA RENDA	569	24	0,0
	SAO MIGUEL DO FIDALGO	ESTAGNADA	3.083	157	0,0
	SAO MIGUEL DO TAPUIO	DINÂMICA	5.136	704	0,1

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAO PEDRO DO PIAUI	BAIXA RENDA	7.243	540	0,1
	SAO RAIMUNDO NONATO	DINÂMICA	153.424	1.096	0,1
	SEBASTIAO BARROS	DINÂMICA	8.617	945	0,1
	SEBASTIAO LEAL	DINÂMICA	28.607	60	0,0
	SIGEFREDO PACHECO	DINÂMICA	4.766	405	0,0
	SIMOES	DINÂMICA	17.897	2.353	0,3
	SIMPLICIO MENDES	DINÂMICA	11.761	926	0,1
	SOCORRO DO PIAUI	DINÂMICA	3.178	198	0,0
	SUSSUAPARA	ESTAGNADA	1.079	8	0,0
	TAMBORIL DO PIAUI	DINÂMICA	1.391	122	0,0
	TANQUE DO PIAUI	ESTAGNADA	377	15	0,0
	TERESINA	ESTAGNADA	188.374	3.516	0,4
	UNIAO	ESTAGNADA	26.680	376	0,0
	URUCUI	DINÂMICA	94.194	3.913	0,4
	VALENCA DO PIAUI	BAIXA RENDA	13.015	891	0,1
	VARZEA BRANCA	DINÂMICA	1.368	68	0,0
	VARZEA GRANDE	BAIXA RENDA	3.266	128	0,0
	VERA MENDES	DINÂMICA	882	45	0,0
	VILA NOVA DO PIAUI	DINÂMICA	1.717	173	0,0
	WALL FERRAZ	ESTAGNADA	1.415	104	0,0
RN	ACARI	DINÂMICA	5.821	414	0,0
	AFONSO BEZERRA	DINÂMICA	17.359	547	0,1
	AGUA NOVA	DINÂMICA	343	9	0,0
	ALEXANDRIA	DINÂMICA	5.051	224	0,0
	ALMINO AFONSO	DINÂMICA	1.848	104	0,0
	ALTO DO RODRIGUES	DINÂMICA	9.795	557	0,1
	ANGICOS	DINÂMICA	10.070	566	0,1
	ANTONIO MARTINS	DINÂMICA	4.968	236	0,0
	APODI	DINÂMICA	39.209	1.977	0,2
	AREIA BRANCA	ESTAGNADA	4.987	301	0,0
	ARES	DINÂMICA	297	26	0,0
	ASSU	DINÂMICA	38.468	556	0,1
	BAIA FORMOSA	DINÂMICA	2.506	1.763	0,2
	BARAUNA	ESTAGNADA	15.417	957	0,1
	BARCELONA	DINÂMICA	1.144	43	0,0
	BENTO FERNANDES	BAIXA RENDA	4.321	349	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	BOA SAUDE	DINÂMICA	3.341	316	0,0
	BODO	DINÂMICA	3.725	179	0,0
	BOM JESUS	DINÂMICA	3.384	355	0,0
	BREJINHO	DINÂMICA	1.648	25	0,0
	CAICARA DO NORTE	DINÂMICA	757	121	0,0
	CAICARA DO RIO DO VENTO	DINÂMICA	3.258	309	0,0
	CAICO	ESTAGNADA	34.730	2.010	0,2
	CAMPO GRANDE	DINÂMICA	6.341	195	0,0
	CAMPO REDONDO	DINÂMICA	4.725	84	0,0
	CANGUARETAMA	DINÂMICA	2.947	91	0,0
	CARAUBAS	DINÂMICA	14.584	550	0,1
	CARNAUBA DOS DANTAS	DINÂMICA	2.523	44	0,0
	CARNAUBAIS	DINÂMICA	16.453	688	0,1
	CEARA-MIRIM	DINÂMICA	25.756	1.327	0,1
	CERRO CORA	DINÂMICA	13.224	1.110	0,1
	CORONEL EZEQUIEL	DINÂMICA	1.785	157	0,0
	CORONEL JOAO PESSOA	DINÂMICA	1.430	14	0,0
	CRUZETA	DINÂMICA	4.568	190	0,0
	CURRAIS NOVOS	DINÂMICA	39.292	514	0,1
	DOUTOR SEVERIANO	DINÂMICA	3.030	58	0,0
	ENCANTO	DINÂMICA	2.106	42	0,0
	EQUADOR	DINÂMICA	1.708	43	0,0
	ESPIRITO SANTO	DINÂMICA	668	12	0,0
	EXTREMOZ	ALTA RENDA	4.634	183	0,0
	FELIPE GUERRA	DINÂMICA	2.184	99	0,0
	FERNANDO PEDROZA	DINÂMICA	369	18	0,0
	FLORANIA	DINÂMICA	8.734	1.094	0,1
	FRANCISCO DANTAS	DINÂMICA	1.806	67	0,0
	FRUTUOSO GOMES	DINÂMICA	2.459	187	0,0
	GALINHOS	DINÂMICA	455	25	0,0
	GOIANINHA	DINÂMICA	47.210	35	0,0
	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	DINÂMICA	6.763	261	0,0
	GROSSOS	ESTAGNADA	1.896	112	0,0
	GUAMARE	DINÂMICA	14.300	477	0,1
	IELMO MARINHO	DINÂMICA	3.927	409	0,0
	IPANGUACU	DINÂMICA	10.357	300	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	IPUEIRA	ESTAGNADA	832	38	0,0
	ITAJA	DINÂMICA	3.007	39	0,0
	ITAU	DINÂMICA	5.364	287	0,0
	JACANA	DINÂMICA	1.188	21	0,0
	JANDEIRA	BAIXA RENDA	4.507	321	0,0
	JANDUIS	DINÂMICA	2.261	87	0,0
	JAPI	DINÂMICA	3.956	182	0,0
	JARDIM DE ANGICOS	DINÂMICA	933	51	0,0
	JARDIM DE PIRANHAS	ESTAGNADA	6.515	127	0,0
	JARDIM DO SERIDO	DINÂMICA	4.326	42	0,0
	JOAO CAMARA	BAIXA RENDA	10.409	811	0,1
	JOAO DIAS	DINÂMICA	1.067	49	0,0
	JOSE DA PENHA	DINÂMICA	2.430	59	0,0
	JUCURUTU	DINÂMICA	12.209	663	0,1
	JUNDIÁ	DINÂMICA	504	25	0,0
	LAGOA D'ANTA	DINÂMICA	713	69	0,0
	LAGOA DE PEDRAS	DINÂMICA	3.070	53	0,0
	LAGOA DE VELHOS	DINÂMICA	2.112	250	0,0
	LAGOA NOVA	DINÂMICA	6.556	297	0,0
	LAGOA SALGADA	DINÂMICA	1.514	67	0,0
	LAJES	DINÂMICA	6.167	370	0,0
	LAJES PINTADAS	DINÂMICA	1.536	11	0,0
	LUCRECIA	DINÂMICA	1.518	67	0,0
	LUIS GOMES	DINÂMICA	2.181	79	0,0
	MACAIBA	DINÂMICA	113.792	1.284	0,2
	MACAU	DINÂMICA	19.303	1.953	0,2
	MAJOR SALES	DINÂMICA	591	5	0,0
	MARCELINO VIEIRA	DINÂMICA	2.561	45	0,0
	MARTINS	DINÂMICA	898	38	0,0
	MAXARANGUAPE	BAIXA RENDA	23.295	311	0,0
	MESSIAS TARGINO	DINÂMICA	2.146	23	0,0
	MONTANHAS	DINÂMICA	1.392	18	0,0
	MONTE ALEGRE	DINÂMICA	4.825	169	0,0
	MONTE DAS GAMELEIRAS	DINÂMICA	674	28	0,0
	MOSSORO	ESTAGNADA	224.123	5.401	0,6
	NATAL	ALTA RENDA	230.011	1.393	0,2

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	NISIA FLORESTA	DINÂMICA	2.127	80	0,0
	NOVA CRUZ	DINÂMICA	3.960	40	0,0
	OLHO D'ÁGUA DO BORGES	DINÂMICA	1.305	37	0,0
	OURO BRANCO	DINÂMICA	3.650	29	0,0
	PARANA	DINÂMICA	1.608	21	0,0
	PARAU	DINÂMICA	1.808	101	0,0
	PARAZINHO	DINÂMICA	3.894	140	0,0
	PARELHAS	DINÂMICA	7.426	465	0,1
	PARNAMIRIM	ALTA RENDA	14.870	280	0,0
	PASSA E FICA	DINÂMICA	1.417	26	0,0
	PASSAGEM	DINÂMICA	290	0	0,0
	PATU	DINÂMICA	2.816	132	0,0
	PAU DOS FERROS	DINÂMICA	9.688	389	0,0
	PEDRA GRANDE	BAIXA RENDA	1.863	184	0,0
	PEDRA PRETA	DINÂMICA	1.502	233	0,0
	PEDRO AVELINO	DINÂMICA	5.858	689	0,1
	PEDRO VELHO	DINÂMICA	1.937	66	0,0
	PENDENCIAS	DINÂMICA	44.402	483	0,1
	PILOES	DINÂMICA	1.172	23	0,0
	POCO BRANCO	BAIXA RENDA	2.760	339	0,0
	PORTALEGRE	DINÂMICA	942	9	0,0
	PORTO DO MANGUE	DINÂMICA	3.864	385	0,0
	PUREZA	BAIXA RENDA	5.856	144	0,0
	RAFAEL FERNANDES	DINÂMICA	1.453	20	0,0
	RAFAEL GODEIRO	DINÂMICA	871	43	0,0
	RIACHO DA CRUZ	DINÂMICA	751	30	0,0
	RIACHO DE SANTANA	DINÂMICA	2.104	28	0,0
	RIACHUELO	DINÂMICA	3.816	135	0,0
	RIO DO FOGO	BAIXA RENDA	1.646	127	0,0
	RODOLFO FERNANDES	DINÂMICA	1.238	29	0,0
	RUY BARBOSA	DINÂMICA	732	22	0,0
	SANTA CRUZ	DINÂMICA	22.670	338	0,0
	SANTA MARIA	DINÂMICA	2.219	169	0,0
	SANTANA DO MATOS	DINÂMICA	14.026	862	0,1
	SANTANA DO SERIDO	DINÂMICA	1.215	5	0,0
	SANTO ANTONIO	DINÂMICA	7.154	78	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAO BENTO DO NORTE	DINÂMICA	7.157	323	0,0
	SAO BENTO DO TRAIRI	DINÂMICA	2.585	69	0,0
	SAO FERNANDO	ESTAGNADA	3.941	71	0,0
	SAO FRANCISCO DO OESTE	DINÂMICA	1.009	21	0,0
	SAO GONCALO DO AMARANTE	DINÂMICA	7.204	336	0,0
	SAO JOAO DO SABUGI	ESTAGNADA	7.445	186	0,0
	SAO JOSE DE MIPIBU	DINÂMICA	5.376	227	0,0
	SAO JOSE DO CAMPESTRE	DINÂMICA	3.345	159	0,0
	SAO JOSE DO SERIDO	DINÂMICA	7.135	139	0,0
	SAO MIGUEL	DINÂMICA	2.758	77	0,0
	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	BAIXA RENDA	1.814	260	0,0
	SAO PAULO DO POTENGI	DINÂMICA	4.457	168	0,0
	SAO PEDRO	DINÂMICA	3.241	51	0,0
	SAO RAFAEL	DINÂMICA	4.353	709	0,1
	SAO TOME	DINÂMICA	10.072	254	0,0
	SAO VICENTE	DINÂMICA	2.676	86	0,0
	SENADOR ELOI DE SOUZA	DINÂMICA	1.232	32	0,0
	SENADOR GEORGINO AVELINO	DINÂMICA	2.308	2	0,0
	SERRA CAIADA	DINÂMICA	4.097	524	0,1
	SERRA DE SAO BENTO	DINÂMICA	1.837	131	0,0
	SERRA DO MEL	ESTAGNADA	9.725	417	0,0
	SERRA NEGRA DO NORTE	ESTAGNADA	6.453	113	0,0
	SERRINHA	DINÂMICA	1.938	98	0,0
	SERRINHA DOS PINTOS	DINÂMICA	530	8	0,0
	SEVERIANO MELO	DINÂMICA	3.842	77	0,0
	SITIO NOVO	DINÂMICA	2.944	85	0,0
	TABOLEIRO GRANDE	DINÂMICA	1.082	9	0,0
	TAIPU	BAIXA RENDA	6.325	143	0,0
	TANGARA	DINÂMICA	3.854	192	0,0
	TENENTE ANANIAS	DINÂMICA	4.705	92	0,0
	TENENTE LAURENTINO CRUZ	DINÂMICA	2.585	249	0,0
	TIBAU	ESTAGNADA	1.614	111	0,0
	TIBAU DO SUL	DINÂMICA	1.405	227	0,0
	TIMBAUBA DOS BATISTAS	ESTAGNADA	361	12	0,0
	TOUROS	BAIXA RENDA	23.950	816	0,1
	TRIUNFO POTIGUAR	DINÂMICA	2.865	167	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	UMARIZAL	DINÂMICA	2.583	168	0,0
	UPANEMA	DINÂMICA	17.716	959	0,1
	VARZEA	DINÂMICA	717	2	0,0
	VENHA-VER	DINÂMICA	974	18	0,0
	VERA CRUZ	DINÂMICA	3.913	175	0,0
	VICOSA	DINÂMICA	240	8	0,0
	VILA FLOR	DINÂMICA	140	3	0,0
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	ESTAGNADA	1.107	82	0,0
	AQUIDABA	DINÂMICA	10.850	348	0,0
	ARACAJU	ALTA RENDA	341.610	2.431	0,3
	ARAUÁ	BAIXA RENDA	5.559	339	0,0
	AREIA BRANCA	ESTAGNADA	2.449	272	0,0
	BARRA DOS COQUEIROS	ALTA RENDA	1.008	40	0,0
	BOQUIM	BAIXA RENDA	12.599	440	0,1
	BREJO GRANDE	ESTAGNADA	2.889	76	0,0
	CAMPO DO BRITO	ESTAGNADA	6.737	245	0,0
	CANHOBA	ESTAGNADA	4.801	223	0,0
	CANINDE DE SAO FRANCISCO	DINÂMICA	13.845	1.823	0,2
	CAPELA	DINÂMICA	58.180	584	0,1
	CARIRA	DINÂMICA	25.376	743	0,1
	CARMOPOLIS	BAIXA RENDA	2.376	36	0,0
	CEDRO DE SAO JOAO	ESTAGNADA	2.230	72	0,0
	CRISTINAPOLIS	BAIXA RENDA	7.216	455	0,1
	CUMBE	DINÂMICA	2.544	16	0,0
	DIVINA PASTORA	DINÂMICA	1.230	266	0,0
	ESTANCIA	DINÂMICA	28.472	1.622	0,2
	FEIRA NOVA	DINÂMICA	2.737	221	0,0
	FREI PAULO	DINÂMICA	43.677	244	0,0
	GARARU	DINÂMICA	18.250	1.090	0,1
	GENERAL MAYNARD	BAIXA RENDA	511	53	0,0
	GRACHO CARDOSO	DINÂMICA	10.447	580	0,1
	ILHA DAS FLORES	ESTAGNADA	2.143	561	0,1
	INDIAROBA	DINÂMICA	7.268	785	0,1
	ITABAIANA	ESTAGNADA	40.935	478	0,1
	ITABAIANINHA	BAIXA RENDA	11.927	679	0,1
	ITABI	DINÂMICA	4.419	105	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(continuação)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	ITAPORANGA D'AJUDA	DINÂMICA	31.506	1.242	0,1
	JAPARATUBA	DINÂMICA	4.519	294	0,0
	JAPOATA	DINÂMICA	8.830	1.311	0,1
	LAGARTO	DINÂMICA	48.922	2.122	0,2
	LARANJEIRAS	BAIXA RENDA	32.721	110	0,0
	MACAMBIRA	ESTAGNADA	3.586	151	0,0
	MALHADA DOS BOIS	DINÂMICA	1.461	64	0,0
	MALHADOR	ESTAGNADA	4.620	214	0,0
	MARUIM	BAIXA RENDA	2.523	180	0,0
	MOITA BONITA	ESTAGNADA	3.052	96	0,0
	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	DINÂMICA	13.870	1.448	0,2
	MURIBECA	DINÂMICA	1.244	68	0,0
	NEOPOLIS	ESTAGNADA	46.054	3.002	0,3
	NOSSA SENHORA APARECIDA	DINÂMICA	8.897	141	0,0
	NOSSA SENHORA DA GLORIA	DINÂMICA	21.935	2.114	0,2
	NOSSA SENHORA DAS DORES	DINÂMICA	95.168	326	0,0
	NOSSA SENHORA DE LOURDES	ESTAGNADA	3.173	195	0,0
	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	ALTA RENDA	18.306	2.100	0,2
	PACATUBA	DINÂMICA	9.295	2.915	0,3
	PEDRA MOLE	DINÂMICA	1.663	21	0,0
	PEDRINHAS	BAIXA RENDA	1.008	50	0,0
	PINHAO	DINÂMICA	2.053	131	0,0
	PIRAMBU	DINÂMICA	2.328	269	0,0
	POCO REDONDO	DINÂMICA	37.557	4.370	0,5
	POCO VERDE	DINÂMICA	6.833	381	0,0
	PORTO DA FOLHA	DINÂMICA	25.752	1.833	0,2
	PROPRIA	ESTAGNADA	15.943	1.019	0,1
	RIACHAO DO DANTAS	DINÂMICA	8.119	515	0,1
	RIACHUELO	BAIXA RENDA	4.746	637	0,1
	RIBEIROPOLIS	DINÂMICA	17.597	195	0,0
	ROSARIO DO CATETE	BAIXA RENDA	1.086	81	0,0
	SALGADO	BAIXA RENDA	11.307	678	0,1
	SANTA LUZIA DO ITANHY	DINÂMICA	7.353	829	0,1
	SANTA ROSA DE LIMA	DINÂMICA	1.647	305	0,0
	SANTANA DO SAO FRANCISCO	ESTAGNADA	1.550	123	0,0
	SANTO AMARO DAS BROTAS	BAIXA RENDA	4.206	407	0,0

(continua)

Tabela 11A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município e Tipologia – Posição: 31.12.2009

(conclusão)

UF	Município	Tipologia	Saldos	Atraso	Inadimplência (%)
	SAO CRISTOVAO	ALTA RENDA	14.756	1.796	0,2
	SAO DOMINGOS	ESTAGNADA	1.999	47	0,0
	SAO FRANCISCO	DINÂMICA	898	37	0,0
	SAO MIGUEL DO ALEIXO	DINÂMICA	4.660	162	0,0
	SIMAO DIAS	DINÂMICA	14.233	629	0,1
	SIRIRI	DINÂMICA	15.783	130	0,0
	TELHA	ESTAGNADA	4.610	142	0,0
	TOBIAS BARRETO	DINÂMICA	21.322	680	0,1
	TOMAR DO GERU	BAIXA RENDA	4.703	571	0,1
	UMBAUBA	BAIXA RENDA	7.500	435	0,1
TOTAL			26.349.213	960.222	100,0

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
AGRIN	223.797	9.390	4,2	814.419	17.973	2,2	1.038.216	27.363	2,6
AGRIN-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AQUIPESCA	128.674	4.813	3,7	164.523	8.636	5,2	293.197	13.449	4,6
COMP/ASSUNC/CONFIS.DIVIDAS	1	-	-	-	-	-	1	-	-
DITEC-PRODESA	134.650	14.977	11,1	1.057	99	9,4	135.707	15.076	11,1
DITEC-PRODOR	3.800	1.834	48,3	-	-	-	3.800	1.834	48,3
DITEC-PROINTEC	23.718	1.830	7,7	487	36	7,4	24.205	1.866	7,7
FNE INDUS-INUNDACOES/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE RURAL-INUNDACOES/2000	-	-	-	26	7	26,9	26	7	26,9
FNE VERDE/SERVICOS	-	-	-	7.708	-	-	7.708	-	-
FNE VERDE-COMERCIAL	3	3	100,0	13	1	7,7	16	4	25,0
FNE VERDE-INDUSTRIAL	45.306	351	0,8	457.836	1.709	0,4	503.142	2.060	0,4
FNE VERDE-RURAL	79.705	320	0,4	239.514	60	-	319.219	380	0,1
FNE-AQUISICAO DE CTN	509	46	9,0	383	44	11,5	892	90	10,1
FNE-COMERCIO	512.455	10.579	2,1	1.229.155	20.266	1,6	1.741.610	30.845	1,8
FNE-ESTIAGEM/98	72.775	7.578	10,4	11.680	1.379	11,8	84.455	8.957	10,6
FNE-MPE-AGROINDUSTRIA	4.474	2	-	5.589	7	0,1	10.063	9	0,1
FNE-MPE-COMERCIO	190.942	759	0,4	163.885	950	0,6	354.827	1.709	0,5
FNE-MPE-CULTURA/COMERCIO	8	-	-	41	-	-	49	-	-
FNE-MPE-CULTURA/INDUSTRIA	27	-	-	-	-	-	27	-	-
FNE-MPE-CULTURA/SERVICOS	310	-	-	768	-	-	1.078	-	-
FNE-MPE-INDUSTRIA	52.397	159	0,3	47.980	156	0,3	100.377	315	0,3
FNE-MPE-SERVICOS	78.758	75	0,1	115.360	118	0,1	194.118	193	0,1
FNE-MPE-TURISMO	8.557	5	0,1	21.425	71	0,3	29.982	76	0,3
FNE-OP.EST/98 ADG.-LEI 11.322	6.193	206	3,3	1.296	26	2,0	7.489	232	3,1
FNE-OP.EST/98 CONV-LEI10464	13.932	1.437	10,3	1.033	83	8,0	14.965	1.520	10,2

(continua)

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil
(continuação)

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
FNE-OP. ESTI/98 CONV-LEI10696	15.529	1.812	11,7	2.124	166	7,8	17.653	1.978	11,2
FNE-OP. PRONAF ADQ.-LEI 11.322	4.092	76	1,9	3.023	112	3,7	7.115	188	2,6
FNE-OP. PRONAF CONV-LEI10464	247.176	27.021	10,9	40.223	5.390	13,4	287.399	32.411	11,3
FNE-OP. PRONAF CONV-LEI10696	33.752	3.981	11,8	17.095	2.726	15,9	50.847	6.707	13,2
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10464	96.546	10.618	11,0	13.706	1.510	11,0	110.252	12.128	11,0
FNE-OUTR.OP.CONV-LEI10696	101.077	10.165	10,1	20.387	2.039	10,0	121.464	12.204	10,0
FNE-OUTRAS OP.ADQ.-LEI 11.322	166.172	4.783	2,9	68.984	1.126	1,6	235.156	5.909	2,5
FNE-SERVICOS	252.204	2.287	0,9	962.936	4.958	0,5	1.215.140	7.245	0,6
INDUSTRIAL	1.014.055	20.528	2,0	2.659.363	36.120	1,4	3.673.418	56.648	1,5
MINERAL-CONC.LICENCIAMENTO	290	-	-	-	-	-	290	-	-
MINERAL-PESQUISA	8.139	3.321	40,8	-	-	-	8.139	3.321	40,8
MINERAL-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OP.FAT PRONAF RECLASSIF-FNE	115	-	-	1.157	4	0,3	1.272	4	0,3
OP.FAT/ESTIAG-RECLASSIF-FNE	220	2	0,9	85	-	-	305	2	0,7
OP.SECURIT/MIX-RECLASSIF.P/FNE	-	-	-	70	-	-	70	-	-
OUT.OP.C/MIX-RECLASSIF.P/FNE	13.317	405	3,0	16.604	851	5,1	29.921	1.256	4,2
OUTRAS OP.FAT-RECLASSIF-FNE	7.610	24	0,3	3.973	-	-	11.583	24	0,2
PROAGRI	67.954	4.591	6,8	99.784	5.804	5,8	167.738	10.395	6,2
PROATUR	36.651	1.602	4,4	341.250	13.654	4,0	377.901	15.256	4,0
PROCAR	191	18	9,4	76	1	1,3	267	19	7,1
PROCOOP	7	-	-	673	50	7,4	680	50	7,4
PROCULTURA-COMERCIO	-	-	-	47	-	-	47	-	-
PROCULTURA-SERVICOS	279	-	-	104	-	-	383	-	-
PRODESA	15.555	1.678	10,8	878	151	17,2	16.413	1.829	11,1
PRODETEC INDUSTRIAL	2.488	318	12,8	3.268	77	2,4	5.756	395	6,9
PRODETEC-COMERCIAL	112	16	14,3	101	-	-	213	16	7,5

(continua)

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil
(continuação)

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PRODETEC-INCUBADAS	15	8	53,3	685	106	15,5	700	114	16,3
PRODETEC-P&D	-	-	-	113	64	56,6	113	64	56,6
PRODETEC-PROINTEC	-	-	-	3	2	66,7	3	2	66,7
PRODETEC-PROTEC	5	-	-	388	-	-	393	-	-
PRODETEC-SERVICOS	-	-	-	286	118	41,3	286	118	41,3
PRODETEC-TRANSFER	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRODIN-MET.MEC.-GIRO ESPECIAL	-	-	-	29	29	100,0	29	29	100,0
PRODIN-METAL MECANICA	135	7	5,2	61	44	72,1	196	51	26,0
PRODIN-MIN.N.METAL.-GIRO ESP.	-	-	-	134	33	24,6	134	33	24,6
PRODIN-MINERAL N.METALICO	1.082	877	81,1	626	230	36,7	1.708	1.107	64,8
PRODIN-QUIMICO	2.368	364	15,4	800	60	7,5	3.168	424	13,4
PRODIN-QUIMICO-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFAT VI	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFIBRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROFROTA PESQUEIRA	-	-	-	8.792	-	-	8.792	-	-
PROGER	209.087	22.979	11,0	131.498	15.662	11,9	340.585	38.641	11,3
PROGRAMA DA TERRA	94.964	27.543	29,0	148.466	49.530	33,4	243.430	77.073	31,7
PROINFRA	1.242.403	-	-	2.333.104	-	-	3.575.507	-	-
PROIR-AGRICULTURA IRRIGADA	227.878	20.107	8,8	102.884	6.691	6,5	330.762	26.798	8,1
PROMICRO - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROMOC	1.133	359	31,7	599	85	14,2	1.732	444	25,6
PROMOC-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF (FNE)	61.820	4.937	8,0	28.904	2.202	7,6	90.724	7.139	7,9
PRONAF FLORESTA - FNE	1.498	-	-	3.460	-	-	4.958	-	-
PRONAF GRUPO "A" - FNE	524.461	34.448	6,6	529.942	33.927	6,4	1.054.403	68.375	6,5

(continua)

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil
(continuação)

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total	
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso
PRONAF GRUPO "B" - FNE	454.966	32.694	7,2	317.060	31.639	10,0	772.026	64.333
PRONAF GRUPO "C" - FNE	629.566	34.183	5,4	223.573	18.118	8,1	853.139	52.301
PRONAF GRUPO "D" - FNE	362.987	24.841	6,8	233.622	19.550	8,4	596.609	44.391
PRONAF GRUPO "E" - FNE	7.169	325	4,5	7.292	421	5,8	14.461	746
PRONAF GRUPO A/C - FNE	11.069	2.954	26,7	7.551	2.393	31,7	18.620	5.347
PRONAF JOVEM - FNE	2.038	37	1,8	1.112	34	3,1	3.150	71
PRONAF MULHER - FNE	81.545	2.268	2,8	21.529	803	3,7	103.074	3.071
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	99.170	2.180	2,2	-	-	-	99.170	2.180
PRONAF/AGREGAR (FNE)	111	61	55,0	15	14	93,3	126	75
PRONAF/INTEG. COLETIVO (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-A/FAT OP.ADO.P/FNE	8.906	924	10,4	18.800	2.313	12,3	27.706	3.237
PRONAF-AGRINF (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	6	2	33,3	-	-	-	6	2
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	1.526	41	2,7	578	14	2,4	2.104	55
PRONAF-COMUM (FNE)	128.484	1.899	1,5	54.584	453	0,8	183.068	2.352
PRONAF-ECO (FNE)	637	-	-	257	-	-	894	-
PRONAF-EMERGENCIAL/2009	4.386	-	-	1.046	-	-	5.432	-
PRONAF-GRUPO A/RECUPERACAO/FNE	2.991	26	0,9	2.462	40	1,6	5.453	66
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	44.673	3	-	16.233	-	-	60.906	3
PROPAN	-	-	-	118	-	-	118	-
PROPEC	1.059.423	94.259	8,9	343.060	27.801	8,1	1.402.483	122.060
PROPEC-ENGORDA ESPECIAL	851	-	-	-	-	-	851	-
PRO-RENDA	17	6	35,3	5	2	40,0	22	8
PROTAD-BEBIDA/COMIDA	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-CONFECÇÕES	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-COURO/CALCADO	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

Tabela 12A – FNE – Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática – Posição: 31.12.2009

Valores em R\$ mil
(conclusão)

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
PROTAD-COURO/PELE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-MADEIRA/MOBIL.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-PRODS.ALIMENT.	368	64	17,4	49	19	38,8	417	83	19,9
PROTAD-PRODS.ALIMENT.G.ESP.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-TEXTIL	14.856	213	1,4	18.351	554	3,0	33.207	767	2,3
PROTAD-TEXTIL-GIRO ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-V.CALC/ART.COURO-G.ESPE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PROTAD-VEST.CALC/ART.COURO	154	64	41,6	6.998	1.793	25,6	7.152	1.857	26,0
REC00P	1.135	-	-	24.011	924	3,8	25.146	924	3,7
REN.DIVID-RES.2471/98-FNE	289.499	11.220	3,9	290.911	6.319	2,2	580.410	17.539	3,0
RES.2471-FAT S/MIX RECLASS-FNE	30.187	316	1,0	6.308	53	0,8	36.495	369	1,0
RES.2471-MIX RECLASSIF.P/FNE	25.030	766	3,1	2.521	110	4,4	27.551	876	3,2
RURAL	1.689.347	66.985	4,0	2.856.264	75.983	2,7	4.545.611	142.968	3,1
RURAL/PRODECER III-COM RISCO	-	-	-	49.255	-	-	49.255	-	-
RURAL/PRODECER III-SEM RISCO	-	-	-	3.450	-	-	3.450	-	-
RURAL-CACAU/MP 432-LEI 11.775	413	-	-	19.089	-	-	19.502	-	-
RURAL-CRED.PGTO.JUROS-RES.2471	41	-	-	24	-	-	65	-	-
RURAL-INUNDACOES 2004 E 2008	1.173	2	0,2	8.147	157	1,9	9.320	159	1,7
Total	10.984.075	535.572	4,9	15.365.138	424.650	2,8	26.349.213	960.222	3,6

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 13A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Mesorregiões	Programação FNE 2009	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	51.100	6.245	491.247
Chapada do Araripe	109.800	14.003	332.013
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	193.300	9.596	145.926
Xingó	104.100	17.563	158.799
Bico Papagaio	8.800	4.361	140.022
Seridó	57.500	8.326	53.812
Total	524.600	60.094	1.321.819

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 14A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Semi-Árido		45.447	595.193
	Chapada das Mangabeiras	2.524	32.597
	Chapada do Araripe	14.003	332.013
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	3.031	17.972
	Xingó	17.563	158.799
	Seridó	8.326	53.812
Outras Regiões		14.647	726.626
	Chapada das Mangabeiras	3.721	458.649
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	6.565	127.955
	Bico Papagaio	4.361	140.022
Total		60.094	1.321.819

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 15A – FNE – Contratações por Mesorregiões – Setor Rural – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
FNE RURAL (Exceto PRONAF)	429	454.367	440	15.312	486	67.398	1.301	49.946	379	9.422	229	53.486	3.264	649.931
PRONAF	5.398	13.837	12.719	33.179	8.750	21.904	15.724	46.509	7.443	18.024	3.982	8.114	54.016	141.567
Total	5.827	468.204	13.159	48.491	9.236	89.302	17.025	96.455	7.822	27.446	4.211	61.600	57.280	791.498

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 16A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Agroindustrial – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIDÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	3	1.900	-	-	1	1.289	-	-	1	13	-	-	5	3.202
Fruticultura	-	-	-	-	-	-	2	288	-	-	-	-	2	288
Ind. Prod. Alimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	456	1	456
Laticínios	-	-	-	-	3	553	-	-	-	-	-	-	3	553
Moagem e Benef.	5	261	-	-	-	-	1	90	-	-	-	-	6	351
Pecuária	-	-	-	-	-	-	2	45	-	-	-	-	2	45
Proces. Benef. Cana de açúcar	1	436	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	436
Proces. Benef. Frutas e Hortalças	1	21	-	-	-	-	9	2.614	-	-	-	-	10	2.635
Ind. de Transformação	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40	-	-	1	40
Total	10	2.618	-	-	4	1.842	14	3.037	2	53	1	456	31	8.006

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	-	-	3	47	-	-	-	-	1	110	-	-	4	157
Com. Atacadista	-	-	3	1.238	-	-	1	98	5	768	-	-	9	2.104
Com. Varejista	-	-	-	-	1	77	1	13	3	72	-	-	5	162
Edifícios e Obras de Eng. Civil	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25	-	-	1	25
Ind. Eletro-eletrônica	-	-	9	376	-	-	-	-	-	-	-	-	9	376
Ind. Gráfica	3	101	7	227	-	-	1	22	2	37	2	599	15	986
Ind. Metal-Mecânica	4	327	15	1.331	1	26	2	201	1	6	1	15	24	1.906
Ind. Calçados	-	-	41	10.691	-	-	2	9.990	4	228	-	-	47	20.909
Ind. Celulose, Papel e Prod. Papel	1	3	1	11	1	30.000	-	-	-	-	-	-	3	30.014
Ind. Mobiliário	2	23	-	-	1	20	-	-	1	25	-	-	4	68
Ind. Prod. Alimentos	4	35	12	392	8	212	9	224	10	302	-	-	43	1.165
Ind. Prod. Limpeza, Perfumaria, Cosméticos	1	32	8	997	4	91	1	12	5	76	-	-	19	1.208
Ind. Prod. Minerais não Metálicos	3	88	37	3.920	4	580	1	7	23	2.041	3	950	71	7.586
Ind. Prod. Plástico	4	804	1	50	-	-	-	-	9	155	-	-	14	1.009
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	9	1.403	33	1.878	1	90	43	3.371
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	17	3.155	1	1.167	3	104	28	1.295	-	-	49	5.721
Laticínios	-	-	3	174	1	131	2	69	2	32	3	203	11	609
Moagem e Benef.	1	8	1	103	1	49	6	268	-	-	-	-	9	428
Reparação e Conservação	-	-	1	40	-	-	-	-	-	-	-	-	1	40
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicult	-	-	-	-	1	39	-	-	-	-	-	-	1	39
Proces. Benef. Cana de açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	4	231	-	-	4	231
Ind. Gelo	-	-	2	73	-	-	-	-	-	-	-	-	2	73
Ind. Prod. Borracha	-	-	4	3.666	-	-	-	-	-	-	-	-	4	3.666
Ind. Fibras, Fios, Cabos e Filamentos artificiais	-	-	2	152	-	-	-	-	-	-	-	-	2	152

(continua)

Tabela 17A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Industrial – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil
(conclusão)

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seritú		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ind. Tintas, Vernizes e Esmaltes	-	-	1	138	-	-	-	-	-	-	-	-	1	138
Ind. Bebidas, Exceto Agroindústria	-	-	-	-	1	161	1	98	-	-	-	-	2	259
Proces. Benef. Mel de Abelha	-	-	1	39	-	-	-	-	-	-	-	-	1	39
Ind. Madeira, Exceto Mobiliário	-	-	-	-	2	238	-	-	2	33	-	-	4	271
Ind. Couros e Peles	-	-	2	60	-	-	-	-	-	-	-	-	2	60
Proces. Benef. Frutas e Hortícolas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	102	1	11	2	113
Ind. Transportes	-	-	-	-	2	304	-	-	-	-	-	-	2	304
Extração de Minerais Metálicos	-	-	3	3.066	-	-	-	-	4	293	-	-	7	3.359
Ind. Prod. Farmacêuticos e Defensivos Agrícolas	-	-	3	2.532	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2.532
Ind. de Transformação	-	-	1	33	1	100	1	31	1	93	-	-	4	257
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	147	-	-	-	-	1	147
Ind. Siderúrgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	37.660	3	37.660
Extração de Minerais Não-Metálicos	-	-	1	302	-	-	-	-	4	848	1	412	6	1.562
Total	23	1.421	179	32.813	30	33.195	41	12.687	144	8.650	15	39.940	432	128.706

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 18A – FNE - Contratações em Mesorregiões – Setor Turismo – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seriódó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentacao	-	-	1	142	3	137	-	-	-	-	-	-	4	279
Ativs.Aux.Transportes	-	-	3	211	-	-	1	70	-	-	-	-	4	281
Hospedagem	2	181	2	468	6	1.076	7	745	2	69	2	1.329	21	3.868
Imobiliarias e Alugueis	1	24	-	-	-	-	1	30	-	-	1	30	3	84
Total	3	205	6	821	9	1.213	9	845	2	69	3	1.359	32	4.512

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 19.A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Infraestrutura- Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	CHAPADA DAS MANGABEIRAS		CHAPADA DO ARARIPE		VALE DO JEQUITINHONHA /MUCURI		XINGÓ		SERIODÓ		BICO DO PAPAGAIO		TOTAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
Transporte Ferroviário	-	-	1	180.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	180.000
Total	-	-	1	180.000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	180.000

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 20A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Comercial/Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seriód		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Abate e Prepar. Prod. Carne, Aves e Pescado	-	-	-	-	-	-	1	37	-	-	-	-	1	37
Alimentacao	6	52	19	1.116	10	417	12	227	3	82	1	27	51	1.922
Artesanato	-	-	-	-	-	-	3	128	-	-	-	-	3	128
Assessoria, Consultoria e Treinamento	3	70	2	73	4	269	2	54	2	33	-	-	13	500
Ativs.Aux. Transportes	2	50	3	532	3	133	5	560	2	248	-	-	15	1.523
Com. Atacadista	14	1.735	44	17.863	15	851	26	11.887	28	2.762	30	7.159	157	42.257
Com. Varejista	307	10.895	507	31.617	237	14.039	368	25.853	261	11.459	81	22.451	1.761	116.314
Edifícios e Obras de Eng.Civil	2	3.135	3	311	1	17	3	667	2	63	1	743	12	4.937
Educação	2	113	3	234	1	60	2	1.844	5	149	1	669	14	3.070
Entretenimento	-	-	1	38	-	-	2	57	5	153	1	22	9	270
Ind. Gráfica	-	-	-	-	-	-	-	-	1	18	-	-	1	18
Ind. Metal Mecânica	-	-	1	25	-	-	1	42	-	-	-	-	2	67
Ind. Calçados	-	-	2	45	-	-	-	-	-	-	-	-	2	45
Ind. Mobiliário	1	5	1	10	-	-	-	-	-	-	-	-	2	15
Ind. Prod. Alimentícios	-	-	8	92	1	17	4	118	1	8	-	-	14	235
Ind. Prod. Minerais não Metálicos	-	-	2	96	-	-	-	-	1	10	-	-	3	106
Ind. Têxtil	-	-	-	-	-	-	3	66	-	-	-	-	3	66
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	1	20	-	-	1	14	-	-	-	-	2	34
Laticínios	-	-	-	-	1	112	1	5	-	-	-	-	2	117
Pecuária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	99	1	99
Reparação e Conservação	5	116	3	213	-	-	6	369	6	109	3	145	23	951
Saneamento Básico	-	-	1	5.223	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5.223
Saúde, Serv. Médicos/Veterinários	6	329	15	5.064	16	1.833	13	2.220	12	818	5	4.557	67	14.821
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	-	-	1	30	-	-	1	22	-	-	-	-	2	52

(continua)

Tabela 20A – FNE – Contratações em Mesorregiões – Setor Comercial/Serviços – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil
(conclusão)

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Serv. Pessoais	2	8	10	536	3	377	4	226	2	133	-	-	21	1.279
Transp. Rodoviário	4	596	6	1.189	7	985	4	212	3	201	2	147	26	3.329
Transp. Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	1	173	-	-	1	173
Serv. Aux. Construção	-	-	2	163	-	-	-	-	-	-	-	-	2	163
Com. Varej. Turístico	-	-	3	65	2	29	-	-	-	-	-	-	5	94
Hospedagem	-	-	3	59	2	22	2	260	1	4	-	-	8	346
Ativ. Associativas	1	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	29
Serv. Aux. Adm. Empresas	1	3	4	75	3	145	2	66	2	110	-	-	12	399
Aluguel Maq. Eqpto.	2	198	2	1.597	1	88	-	-	2	208	-	-	7	2.090
Telecomunicações	-	-	-	-	2	7	-	-	2	152	-	-	4	159
Informática	-	-	2	43	-	-	-	-	4	76	-	-	6	118
Alimentação Preparada	-	-	1	2.118	1	200	-	-	2	50	-	-	4	2.368
Adm. Pública, Defesa e Seguridade	-	-	-	-	-	-	-	-	1	13	-	-	1	13
Curtume	-	-	-	-	-	-	1	420	-	-	-	-	1	420
Extração de Minerais Metálicos	1	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	133
Imobiliárias e Aluguéis	18	738	-	-	1	17	2	240	1	19	-	-	22	1.014
Ind. Prod. Químicos	-	-	-	-	1	197	-	-	-	-	-	-	1	197
Preparação do Terreno	2	536	2	943	-	-	-	-	-	-	3	626	7	2.105
Infraestr. P/Eng. Elétrica e Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	3	429	-	-	3	429
Outras atividades relacionadas ao lazer	-	-	4	239	2	219	3	151	1	50	-	-	10	659
Intermediários do Comércio	2	8	2	262	2	33	2	30	1	49	2	20	11	402
Serviços a Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15	-	-	1	15
Transp. Aquaviário Urbano	-	-	-	-	1	307	-	-	-	-	-	-	1	307
Técnicos	1	50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50
Total	382	18.798	658	69.888	317	20.374	474	45.776	356	17.596	131	36.666	2.318	209.097

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 21A – FNE – Contratações com Clientes que Obtiveram Empréstimos do FNE pela Primeira Vez – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

UF	MINI		MICRO		PEQUENO		MEDIO		GRANDE		TOTAL	
	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor	Qtde. de operações	Valor
AL	10.720	30.241	132	4.661	150	19.756	20	63.658	5	32.049	11.027	150.365
BA	31.987	100.956	632	27.222	1.145	120.331	165	112.093	58	362.677	33.987	723.279
CE	30.357	101.524	1.560	51.468	1.111	125.336	144	207.488	20	448.577	33.192	934.393
ES	284	6.675	26	599	83	7.609	24	14.325	1	2.108	418	31.316
MA	22.922	84.151	101	3.055	518	41.942	68	62.375	26	396.312	23.635	587.835
MG	19.398	48.596	370	12.241	469	34.446	48	21.102	14	28.812	20.299	145.197
PB	11.300	27.582	272	10.308	380	38.962	31	12.194	6	11.073	11.989	100.119
PE	21.887	69.766	413	14.715	732	58.403	74	42.737	15	764.021	23.121	949.642
PI	15.482	42.833	171	5.270	415	30.775	39	23.442	17	96.768	16.124	199.088
RN	7.583	25.681	263	10.117	498	45.252	48	21.130	13	338.345	8.405	440.525
SE	4.808	15.549	152	7.139	195	31.100	21	20.026	9	106.278	5.185	180.092
TOTAL	176.728	553.554	4.092	146.795	5.696	553.912	682	600.570	184	2.587.020	187.382	4.441.851

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 22A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício de 2009

Valores R\$ mil

UF	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	ARAPIRACA	PROINFRA	49.686
AL	CORURIBE	AGRIN	40.000
AL	CORURIBE	RURAL	29.988
AL	MACEIO	AGRIN	48.859
AL	MACEIO	FNE-COMERCIO	79.143
AL	MARECHAL DEODORO	AGRIN	40.000
AL	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	AGRIN	15.000
BA	CAMAÇARI	FNE-SERVIÇOS	15.020
BA	CAMAÇARI	INDUSTRIAL	10.083
BA	CAMAÇARI	PROINFRA	188.231
BA	CANDEIAS	INDUSTRIAL	11.463
BA	COCOS	RURAL	17.215
BA	CORRENTINA	RURAL	19.316
BA	FEIRA DE SANTANA	INDUSTRIAL	29.117
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	RURAL	38.044
BA	ITAPETINGA	INDUSTRIAL	15.000
BA	JABORANDI	RURAL	26.342
BA	JEQUIÉ	INDUSTRIAL	10.191
BA	MUCURI	INDUSTRIAL	30.000
BA	SALVADOR	FNE-SERVIÇOS	25.848
BA	SALVADOR	PROINFRA	101.926
BA	SÃO DESIDÉRIO	RURAL	10.850
BA	SIMÕES FILHO	INDUSTRIAL	10.453
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	FNE-MPE-SERVIÇOS	15.805
CE	ACARAÚ	RURAL	13.763
CE	AQUIRAZ	INDUSTRIAL	36.115
CE	FORTALEZA	FNE-COMÉRCIO	16.012
CE	FORTALEZA	FNE-SERVIÇOS	67.888
CE	FORTALEZA	INDUSTRIAL	19.909

(continua)

Tabela 22A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício de 2009

Valores R\$ mil
(continuação)

UF	Localização	Programa	Valor do Financiamento
CE	FORTALEZA	PROINFRA	314.188
CE	HORIZONTE	INDUSTRIAL	15.000
CE	ITAPAGÉ	INDUSTRIAL	19.500
CE	JAGUARIBE	INDUSTRIAL	69.724
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FNE-COMÉRCIO	11.332
CE	PINDORETAMA	INDUSTRIAL	26.619
CE	QUIXADÁ	PROATUR	10.462
CE	SOBRAL	INDUSTRIAL	40.000
ES	SÃO MATEUS	FNE-VERDE-RURAL	12.137
MA	AÇAILANDIA	FNE-COMÉRCIO	11.078
MA	AÇAILANDIA	INDUSTRIAL	30.000
MA	ALDEIAS ALTAS	RURAL	29.990
MA	BALSAS	AGRIN	14.540
MA	BALSAS	RURAL	80.733
MA	CODÓ	RURAL	12.000
MA	IGARAPE DO MEIO	AGRIN	17.797
MA	PINDARÉ MIRIM	INDUSTRIAL	15.151
MA	SAMBAÍBA	RURAL	21.653
MA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	RURAL	11.306
MA	SÃO LUIS	FNE-COMERCIO	118.783
MA	SAO LUIS	PROATUR	14.422
MA	SAO LUIS	PROINFRA	364.480
PB	JOAO PESSOA	PROINFRA	59.010
PE	BELO JARDIM	INDUSTRIAL	12.738
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	PROINFRA	56.990
PE	IPOJUCA	INDUSTRIAL	26.297
PE	ITAPISSUMA	INDUSTRIAL	15.000
PE	ITAQUITINGA	PROINFRA	228.039
PE	OLINDA	FNE-SERVIÇOS	14.000

(continua)

Tabela 22A – FNE – Contratações de Valor Superior a R\$ 10 Milhões – Exercício de 2009

Valores R\$ mil
(conclusão)

UF	Localização	Programa	Valor do Financiamento
PE	PETROLINA	PROINFRA	54.410
PE	PETROLINA	RURAL	24.798
PE	RECIFE	FNE-SERVICOS	20.558
PE	SALGUEIRO	PROINFRA	180.000
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	RURAL	12.474
PE	VITORIA DE SANTO ANTÃO	FNE VERDE-INDUSTRIAL	244.394
PE	VITORIA DE SANTO ANTÃO	INDUSTRIAL	10.098
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	RURAL	30.163
PI	JOSÉ DE FREITAS	RURAL	10.384
PI	SEBASTIÃO LEAL	RURAL	11.487
PI	TERESINA	FNE-COMÉRCIO	30.000
RN	GUAMARÉ	FNE-VERDE-INDUSTRIAL	250.000
RN	MACAÍBA	PROINFRA	76.171
RN	PENDENCIAS	AQUIPESCA	27.877
SE	ARACAJU	FNE-MPE-SERVIÇOS	14.221
SE	ARACAJU	INDUSTRIAL	73.687
SE	ARACAJU	PROINFRA	20.900
SE	ESTANCIA	AGRIN	12.000
SE	LAGARTO	AGRIN	36.811
Total			3.844.669

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 23A – FNE – Valores Repassados a Outras Instituições Financeiras – Exercícios de 2009

Valores em R\$ mil

UF	Instituição Financeira	Valor
RN	AGENCIA DE FOMENTO DO RN	4.678
SE	BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S/A	45.678
BA	DESENBAHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S/A	58.398
Total		108.754

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 24A – FNE - Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

UF	CUSTEIO AGRÍCOLA		CUSTEIO PECUÁRIO		COMERCIALIZAÇÃO		CAPITAL DE GIRO		CAP. DE GIRO P/ AQUIS. DE MAT. PRIMAS/INSUMOS		TOTAL	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
AL	971	23.468	195	2.150	-	-	11	103.988	269	22.918	1.446	152.524
BA	2.041	397.304	287	9.652	23	38.589	54	4.988	1.492	149.591	3.897	600.124
CE	2.833	27.093	1.152	36.718	2	1.475	32	2.543	2.044	149.480	6.063	217.309
ES	130	15.537	21	942	1	1.000	9	13.302	131	6.292	292	37.073
MA	916	179.795	283	13.162	1	429	11	18.917	960	47.532	2.171	259.834
MG	258	28.584	176	5.240	1	540	4	67	554	14.036	993	48.467
PB	204	4.111	688	5.728	1	72	15	3.298	886	87.435	1.794	100.644
PE	539	54.939	353	11.587	3	160	52	12.599	1.822	136.441	2.769	215.726
PI	435	92.851	140	2.233	5	11.850	11	1.080	884	64.728	1.475	172.742
RN	387	10.110	523	35.609	1	3.000	58	9.399	875	79.454	1.844	137.572
SE	2.005	30.862	191	2.089	3	2.083	21	27.557	559	42.553	2.779	105.144
Total	10.719	864.654	4.009	125.110	41	59.198	278	197.738	10.476	800.460	25.523	2.047.159

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 25A – FNE - Contratações por Tipo de Município – Exercício de 2009

Tabela 26.A – FNE - Contratações por Município - Setor Rural – Exercício de 2009

Tabela 27A – FNE - Contratações por Município - Setor Não Rural – Exercício de 2009

Tabela 28A – FNE - Contratações por Município - Porte do Tomador – Exercício de 2009

Tabela 29A – FNE – Setor Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Faixa de Valor	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Outros Programas Rurais		Total	
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor
Até R\$ 500,00	1	-	621	309	14	4	50	14	686	327
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	1	2	18.654	18.031	265	214	74	56	18.994	18.303
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	1.036	5.883	287.208	456.260	25.401	131.635	2.602	15.740	316.247	609.518
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	5.086	101.188	-	-	7.283	118.689	5.498	111.728	17.867	331.605
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	13	725	-	-	513	32.890	3.075	177.734	3.601	211.349
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	7	939	-	-	-	-	1.765	479.873	1.772	480.812
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	1	1.286	-	-	-	-	267	774.155	268	775.441
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	20	266.123	20	266.123
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	5	174.396	5	174.396
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.145	110.023	306.483	474.600	33.476	283.432	13.356	1.999.819	359.460	2.867.874

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 30A – FNE - Não Rural – Contratações por Programa e Faixa de Valor – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Faixa de Valor	Industrial/ Agroindustrial		Infraestrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Total		
	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	Nr. Operações	Valor	
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	3
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	-	14	14	14	14
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	341	2.286	-	-	1	6	3.779	24.942	4.121	27.234	27.234
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	981	22.015	-	-	8	205	7.297	158.047	8.286	180.267	180.267
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	797	48.432	-	-	12	716	4.000	233.437	4.809	282.585	282.585
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	843	259.865	-	-	23	6.311	2.344	580.559	3.210	846.735	846.735
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	184	533.421	2	10.452	4	11.042	252	674.992	442	1.229.907	1.229.907
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	23	331.279	2	30.638	2	24.884	10	140.233	37	527.034	527.034
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	13	419.873	7	303.316	-	-	6	195.672	26	918.861	918.861
Acima de R\$ 100.000.000,00	2	494.394	7	1.360.077	-	-	1	103.783	10	1.958.254	1.958.254
Total	3.184	2.111.565	18	1.704.483	50	43.164	17.705	2.111.682	20.957	5.970.894	5.970.894

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 31.A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações com Risco Compartilhado – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	15.997.568	16.315.626	16.732.605	16.988.617	17.789.472	18.146.080
Atraso (B)	412.076	418.974	392.795	402.787	404.795	390.687
Até 180 dias	225.868	231.143	200.932	208.761	227.792	222.569
De 180 a 360 dias	169.174	169.866	172.882	153.813	146.788	140.616
Acima de 360 dias	17.034	17.965	18.981	40.213	30.215	27.502
Total Aplicações (C=A+B)	16.409.644	16.734.600	17.125.400	17.391.404	18.194.267	18.536.767
% (B/C)	2,51	2,50	2,29	2,32	2,22	2,11

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	18.436.384	18.639.456	18.719.353	18.846.849	19.194.641	19.707.291
Atraso (B)	380.589	399.959	404.280	413.815	411.082	427.221
Até 180 dias	222.184	247.033	250.628	235.010	227.141	238.636
De 180 a 360 dias	133.659	133.915	133.408	155.825	161.686	160.240
Acima de 360 dias	24.746	19.011	20.244	22.980	22.255	28.345
Total Aplicações (C=A+B)	18.816.973	19.039.415	19.123.633	19.260.664	19.605.723	20.134.512
% (B/C)	2,02	2,10	2,11	2,15	2,10	2,12

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 32.A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do FNE – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	5.256.700	5.263.814	5.279.446	5.304.564	5.303.527	5.324.055
Atraso (B)	511.341	505.525	502.245	499.583	494.063	456.599
Até 180 dias	223.288	216.555	212.971	210.087	207.613	195.023
De 180 a 360 dias	260.252	255.696	251.540	246.252	223.934	220.123
Acima de 360 dias	27.801	33.274	37.734	43.244	62.516	41.453
Total Aplicações (C=A+B)	5.768.041	5.769.339	5.781.691	5.804.147	5.797.590	5.780.654
% (B/C)	8,9	8,8	8,7	8,6	8,5	7,9

(continua)

Tabela 32.A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do FNE – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil
(conclusão)

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	5.329.510	5.324.820	5.333.553	5.305.818	5.312.148	5.361.425
Atraso (B)	459.917	442.867	442.030	441.949	440.602	453.396
Até 180 dias	215.169	218.528	217.627	215.823	208.621	230.569
De 180 a 360 dias	197.636	193.349	193.297	189.072	191.031	182.286
Acima de 360 dias	47.112	30.990	31.106	37.054	40.950	40.541
Total Aplicações (C=A+B)	5.789.427	5.767.687	5.775.583	5.747.767	5.752.750	5.814.821
% (B/C)	7,9	7,7	7,7	7,7	7,7	7,8

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 33A – FNE – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco do PROCERA – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Sem Atraso (A)	200.530	195.962	196.085	196.557	195.444	190.125
Atraso (B)	74.143	73.162	73.004	72.045	71.951	71.143
Até 180 dias	1.781	1.544	1.128	908	569	548
De 180 a 360 dias	10.150	9.995	10.124	9.987	10.067	1.695
Acima de 360 dias	62.212	61.623	61.752	61.150	61.315	68.900
Total Aplicações (C=A+B)	274.673	269.124	269.089	268.602	267.395	261.268
% (B/C)	27,0	27,2	27,1	26,8	26,9	27,2

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	177.597	177.402	170.515	166.542	166.786	166.357
Atraso (B)	83.284	83.157	82.725	82.262	81.769	77.073
Até 180 dias	11.232	11.171	11.096	10.956	10.810	1.025
De 180 a 360 dias	1.638	1.392	1.020	773	550	9.393
Acima de 360 dias	70.414	70.594	70.609	70.533	70.409	66.655
Total Aplicações (C=A+B)	260.881	260.559	253.240	248.804	248.555	243.430
% (B/C)	31,9	31,9	32,7	33,1	32,9	31,7

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 34A – Saldos das Aplicações e Inadimplência – Operações de Risco Integral do BNB – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
Sem Atraso (A)	59.898	61.572	63.280	66.193	69.186	88.342
Atraso (B)	197	229	291	415	439	756
Até 180 dias	173	201	253	380	322	551
De 180 a 360 dias	19	18	35	35	99	194
Acima de 360 dias	5	10	3	-	18	11
Total Aplicações (C=A+B)	60.095	61.801	63.571	66.608	69.625	89.098
% (B/C)	0,3	0,4	0,5	0,6	0,6	0,8

Situação/Faixa de Atraso	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Sem Atraso (A)	99.317	110.024	117.819	124.721	133.819	153.919
Atraso (B)	929	977	1.157	1.893	1.839	2.532
Até 180 dias	640	610	664	1.368	1.241	1.754
De 180 a 360 dias	289	367	384	432	454	507
Acima de 360 dias	-	-	109	93	144	271
Total Aplicações (C=A+B)	100.246	111.001	118.976	126.614	135.658	156.451
% (B/C)	0,9	0,9	1,0	1,5	1,4	1,6

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Tabela 35A – FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas ⁽¹⁾ – Período: 2003 a 2009

Valores em R\$ mil

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista ⁽²⁾ (A)	Amortização com Op. RECIN ⁽³⁾ (B)	FNE ⁽⁴⁾ (C)	
2003	70.276	-	335.542	405.818
2004	78.144	-	697.743	775.887
2005	70.366	-	173.030	243.396
2006	63.439	-	135.715	199.154
2007	72.935	-	137.188	210.123
2008	101.450	-	118.040	219.490
2009	363.171	-	315.223	678.394
Total	819.781	-	1.912.481	2.732.262

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

Notas: (1) Exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

Tabela 36.A – FNE – Renegociações ⁽¹⁾ de Operações por Risco – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
Janeiro	9.260	21.797	55	28	31.140
Fevereiro	8.048	19.192	25	25	27.290
Março	9.962	30.839	174	28	41.003
Abril	26.905	33.504	38	66	60.513
Mai	9.329	31.408	174	17	40.928
Junho	27.226	48.886	102	50	76.264
Julho	17.608	49.951	373	68	68.000
Agosto	11.167	37.894	353	38	49.452
Setembro	13.228	54.894	202	47	68.371
Outubro	10.068	37.185	72	16	47.341
Novembro	17.456	55.594	101	41	73.192
Dezembro	25.728	68.620	477	76	94.901
Total	185.985	489.764	2.146	500	678.395

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

Nota: (1) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados, exclusive as renegociações decorrentes de determinações legais, bônus e dispensas.

Tabela 37A – FNE – Cobranças Judiciais⁽¹⁾ Ajuizadas por Risco – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Mês	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco do Banco	Risco Procera	Total
Janeiro	3.560	6.697	-	-	10.257
Fevereiro	48.667	16.883	89	6.576	72.215
Março	13.292	7.736	-	-	21.028
Abril	10.887	7.620	-	620	19.127
Mai	5.286	14.471	-	-	19.757
Junho	10.304	13.290	-	-	23.594
Julho	12.675	9.659	-	-	22.334
Agosto	8.871	12.370	-	-	21.241
Setembro	4.986	6.284	17	-	11.287
Outubro	4.985	4.154	98	65	9.302
Novembro	8.429	8.109	27	71	16.636
Dezembro	6.835	25.702	17	408	32.962
Total	138.777	132.975	248	7.740	279.740

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

Nota (1): Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.

Tabela 38A – FNE – Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência ⁽¹⁾		Saldo na Data da Devolução ⁽²⁾		Ressarcimentos Mensais		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes ⁽³⁾	Valor Líquido
Dez/2008	05.01.2009	05.01.2009	29.632	838	14.422	864	15.286	(62)	15.224
Jan/2009	03.02.2009	03.02.2009	17.034	5	8.335	5	8.340	(88)	8.252
Fev/2009	03.03.2009	03.03.2009	17.965	10	8.757	10	8.767	(47)	8.720
Mar/2009	02.04.2009	02.04.2009	18.981	3	9.194	-	9.194	(51)	9.143
Abr/2009	05.05.2009	05.05.2009	40.213	-	19.707	-	19.707	(137)	19.570
Mai/2009	02.06.2009	02.06.2009	30.215	18	14.893	18	14.911	(55)	14.856
Jun/2009	02.07.2009	02.07.2009	27.502	11	13.364	11	13.375	(152)	13.223
Jul/2009	04.08.2009	04.08.2009	24.746	-	12.341	-	12.341	(109)	12.232
Ago/2009	02.09.2009	02.09.2009	19.011	-	9.396	-	9.396	(334)	9.062
Set/2009	02.10.2009	02.10.2009	20.244	109	10.113	109	10.222	(8)	10.214
Out/2009	04.11.2009	04.11.2009	22.980	93	11.439	93	11.533	(89)	11.444
Nov/2009	02.12.2009	02.12.2009	22.254	144	11.026	132	11.158	(143)	11.015
Total			290.777	1.231	142.987	1.242	76.205	(1.275)	142.955

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

Notas: (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias, obtidos na posição de final de mês. (2) Considera os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

Tabela 39A – FNE – Recursos Previstos X Realizados – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTO	REALIZADO
ORIGEM DE RECURSOS (A)	10.994.970	13.204.897
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	3.371.166	4.587.385
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	4.459.478	3.789.037
Reembolsos Ops. Crédito/Repasse (Líquido Bônus Adimplência)	3.164.326	4.828.475
APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)	(3.494.970)	(4.120.364)
Resultado Operacional Monetizado	(961.765)	(861.964)
Remuneração das Disponibilidades	317.963	370.855
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	126.581	142.949
Recebimento Vrs. PJ/Cobertura Fdos Aval e Proagro/Outros	40.899	38.923
Taxa de Administração	(808.315)	(757.613)
Del credere BNB - Repasse BNB Lei 7.827 Art 9º A	0	(145)
Del credere BNB - Demais Operações	(562.013)	(554.365)
Del credere Instituições Operadoras	(3.914)	(3.888)
Remuneração do BNB sobre operações PRONAF	(72.465)	(57.756)
Despesa Auditoria Externa	(42)	(90)
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Lei nº 11.322/11.775	0	(1.573)
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	(38.922)
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	(459)	(339)
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	(32.805)
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	(4.367)
Reclassificação Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.775	0	(88.023)
Desembolsos de Parcelas de Op. Contratadas Exercícios Anteriores	(2.533.205)	(2.533.205)
Repasse de Recursos ao BNB Lei 7.827 Art 9º A	0	(600.000)
RECURSOS DISPONÍVEIS (A + B)	7.500.000	9.084.533

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria

Tabela 40A – FNE – Contratações⁽¹⁾ por Município no Setor de Infraestrutura – Exercício de 2009

Valores em R\$ mil

Município	Estado	Valor	%
ARAPIRACA	Alagoas	49.686	2,9
CAMAÇARI	Bahia	188.231	11,1
SALVADOR	Bahia	101.926	6,0
FORTALEZA	Ceará	314.188	18,6
SAO LUIS	Maranhão	364.480	21,9
CAMPINA GRANDE	Paraíba	8.000	0,5
JOAO PESSOA	Paraíba	59.010	3,5
CABO DE SANTO AGOSTINHO	Pernambuco	56.990	3,3
ITAQUITINGA	Pernambuco	228.039	13,9
PETROLINA	Pernambuco	54.410	3,2
SALGUEIRO	Pernambuco	180.000	10,6
MACAIBA	Rio Grande do Norte	76.171	4,5
ARACAJU	Sergipe	23.352	1,4
Total		1.704.483	100,0

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2010-07/4.612 - Tiragem: 1.500